OPHIUSSA

Nº ZERO, 1996

edições colibri

&

faculdade de letras de lisboa, instituto de arqueologia

OPHIUSSA

OPHIUSSA
Revista do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa

Nº 1, 1996

Direcção: Victor S. Gonçalves (vsg@mail.doc.fl.ul.pt)

Secretário: Carlos Fabião (cfabiao@mail.doc.fl.ul.pt)

Conselho de Redacção:

Amilcar Guerra
Ana Margarida Arruda
Carlos Fabião
João Carlos Senna-Martínez
João Pedro Ribeiro
João Zilhão

Capa: Artlandia

Endereço para correspondência e intercâmbio:
Instituto de Arqueologia. Faculdade de Letras. P-1600-214. LISBOA. PORTUGAL

As opiniões expressas não são necessariamente assumidas pelo colectivo que assume a gestão da Revista, sendo da responsabilidade exclusiva dos seus subscritores.

Nota da direcção:

Devido a circunstâncias de ordem vária, que seria desinteressante enumerar, tão diversas elas são, este número foi preparado para sair em 1995, mas só agora é publicado. Alguns textos foram muito ligeiramente revistos, mas o essencial, incluindo o texto de apresentação, refere-se àquela data, pelo que tem de ser contextualmente entendido.

A periodicidade futura de esta publicação será bienal, sendo o próximo número datado de 2002, com textos entregues até Dezembro de 2001.

No sentido de datar propostas científicas e de situar opiniões expressas, solicitou-se a todos os autores que indicassem nas suas contribuições a data de entrega dos originais, e, sempre que necessário, após o texto, a data de revisão última.

A partir do nº 2, inclusive, as normas de publicação são idênticas às adoptadas pelo Instituto Português de Arqueologia, na sua Revista Portuguesa de Arqueologia *(http://www.ipa.min-cultura.pt).*

Dezembro de 2000

ÍNDICE

ALGUMAS HISTÓRIAS EXEMPLARES (E OUTRAS MENOS)
Victor S. Gonçalves 5

A ARQUEOLOGIA PÓS-PROCESSUAL OU O PASSADO PÓS-MODERNO
Mariana Diniz 9

INTERPRETAÇÃO TECNOLÓGICA E PALETNOGRÁFICA DA OCUPAÇÃO PROTO-SOLUTRENSE DA LAPA DO ANECRIAL (PORTO DE MÓS)
João Zilhão; Francisco Almeida 21

PARA UMA RECONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE NEOLITIZAÇÃO EM PORTUGAL
Joaquina Soares 39

O MEGALITISMO DA GALIZA. NOTAS PARA UMA BIBLIOGRAFIA CRÍTICA
Ana Catarina Sousa 51

DO ESPAÇO DOMÉSTICO AO ESPAÇO FUNERÁRIO: IDEOLOGIA E CULTURA MATERIAL NA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE DO CENTRO DE PORTUGAL
João Carlos de Senna-Martinez 65

PASTORES, AGRICULTORES E METALURGISTAS EM REGUENGOS DE MONSARAZ: OS 4º E 3º MILÉNIOS
Victor S. Gonçalves 77

ENDOVÉLICO E ROCHA DA MINA – O CONTEXTO ARQUEOLÓGICO
Manuel Calado 97

A CERÂMICA CAMPANIENSE DO ACAMPAMENTO ROMANO DA LOMBA DO CANHO (ARGANIL)
Carlos Fabião; Amílcar Guerra 109

A OCUPAÇÃO ROMANA DO CABEÇO DO CRASTO, S. ROMÃO, SEIA
Amílcar Guerra; Carlos Fabião 133

NOVOS CONTRIBUTOS PARA A ARQUEOLOGIA DO ALGARVE ORIENTAL
Victor S. Gonçalves; Ana Margarida Arruda; Manuel Calado 161

OS SÍTIOS, «HORIZONTES» E ARTEFACTOS DE VICTOR S. GONÇALVES
Carlos Tavares da Silva 181

ALGUMAS HISTÓRIAS EXEMPLARES (E OUTRAS MENOS)

1. Relatório sucinto de missão ao estrangeiro (dado à costa numa garrafa, compreensivelmente vazia, de Glengoyne não filtrado)[1]

«É chegada a hora, disse a Morsa,
De falar de muitas coisas
De sapatos e barcos e lacre –
De couves e Reis –
E porque fervem as ondas do mar
E se os porcos têm asas»
Lewis Carroll

Em memória de Vila Nova de S. Pedro
que, como se sabe,
estava inocente

Ex.mo Senhor Presidente[2]:

Venho, em primeiro lugar, agradecer a bolsa de curta duração que me foi concedida pelo Instituto H.P.L.. Tal bolsa, bem como o indispensável subsídio complementar da Fundação Augusto Derleth, permitiu-me estagiar um mês na prestigiada Universidade de Miskatonic. Ainda que com sérias dificuldades, Senhor Presidente. Permita-me que lhe recorde, a propósito, que o escudo vale o que vale, as bolsas de investigação são o que são e o custo de vida está pela hora da morte (desculpe-me o lugar comum). Mas adiante.

Recebida a bolsa, apressei-me a telefonar para Barcelona e encarreguei Pepe Carvalho de, na minha ausência, acompanhar as movimentações de um dos mais perigosos *chorizos* das Terras do Sul, o renegado *Gauleiter «el pato bravo»*, cuja costumeira tendência para intervir na Arqueologia alheia não aconselhava menor precaução. Tudo resolvido, e assegurada a boa vontade de Carvalho com duas caixas de Quinta do Carmo Garrafeira, parti finalmente para a lendária cidade de Iis.

[1] Esta coincidência foi posteriormente utilizada como justificação para o misterioso (mas felizmente não definitivo) desaparecimento do autor, desaparecimento oficiosamente atribuído a uma nova bolsa, desta vez de longa duração, destinada a uma investigação demorada das características organolépticas da referida ambrósia. Mas, para outros, esta «explicação» é típica do IPPAR que, tradicionalmente e quando lhe convém, confunde deliberadamente causas e consequências, recorrendo a versões «convenientes», ainda que geralmente pouco imaginativas, de acontecimentos reais. Já para não falarmos da A6. Ou de Miroiços...

[2] Aparentemente, este documento teria sido originariamente dirigido ao Presidente de uma mítica instituição chamada INIC (Instituto Nacional de Investigação Científica), extinta por razões desconhecidas, mas claramente cor-de-laranja, em inícios da década de 90.

Como é de seu conhecimento, Senhor Presidente, o objectivo da minha missão não se limitava a um simples estágio na Faculdade de Ciências Hiper-Humanas de Miskatonic. E muito menos era pretexto para uma discreta visita a certa estalagem perto. Essa mesmo a que se referia o manuscrito encontrado numa banheira, a acreditarmos na polémica interpretação de João Medina em "As novíssimas aventuras de Gulliver", obra que, pelas suas subtis mas terríficas implicações, é de leitura justificadamente reservada a pessoas de nervos de aço e sólida formação moral.

Não. Tratava-se outrossim, na verdade e principalmente, de uma urgente consulta ao famoso Oráculo de Sarnath, cujo acesso, sendo muito mais difícil do que parece, é, em contrapartida, unanimemente considerado bem mais fácil do que os disponíveis no nosso território. Oráculos esses ainda por cima de conhecida hostilidade para com o subscrevente.

Justificada a minha escolha, para Sarnath me dirigi, portanto, em primeiro lugar, através da Estrada do Tempo Fugaz.

E, uma vez chegado, que perguntei eu ao Oráculo?

Bem, pelos meus insistentes relatórios (cuja leitura me permito duvidar ter sido uma das suas prioridades), é de seu conhecimento o estado da Arqueologia e do Património em Lagutrop e tal facto, que apoquenta alguns dos seus mais lúcidos arqueólogos, sugeriu a questão vital: *será ou não viável a reconversão dos organismos que superintendem (e subentendem) uma e outro?*

E assim, chegada a minha vez, o Oráculo questionei*: será possível, omnisciente Oráculo, que algo mude, e tal em vida de este humilde suplicante?*

Sorrindo suavemente, e desenrolando num gesto pleno de graciosidade a sua longa cauda verde, o Oráculo respondeu: *"Divino Odisseus, acaso podes mudar o trigo da tua Sicília natal?"*. E, passando para um ramo mais alto da soberba árvore dos pensamentos, desapareceu da minha vista, dando a consulta por encerrada.

Odisseus? *Sicília*? Confesso, Senhor Presidente, que, num momento de fraqueza, cedi ao meu cepticismo tradicional e admiti, se me perdoa a expressão indigna, que o Oráculo se tinha passado dos carretos.

Que significaria a estranha frase? Voltara ele ao tempo da Guerra de Tróia? Julgar-se-ia Nestor, o da arenosa Pilos? E porquê a Sicília? Ter-me-ia afinal enganado de Oráculo? Deveria, antes, ter procurado outro, garantido para cá da Antiguidade Clássica?

Assim divagava, quando a simpática recepcionista, rododáctila como a aurora homérica, e cujo nome prudentemente omito, me caçou o cartão de crédito e me debitou uma conta que tinha mais que ver com o custo dos serviços na Europa dos Doze que com os Povos do Mar.

Duplamente consternado, regressei a Iis para a segunda parte da minha missão, bem confundido, devo dizê-lo, e ainda por cima com a magra bolsa quase desaparecida, pelos vistos num investimento duvidoso.

A depressão passou-me, porém, ao chegar à Universidade, onde uma grata surpresa me esperava: Vega Sicilia, morteruelo e butifarras, anchovas de La Escala! Carvalho, o galego de nome português, excedera-se e juntara ao único competidor ibérico do Barca Velha especialidades de Cuenca e da sua Catalunya adoptiva. Uma mistura heterodoxa, mas fascinante. Tão evidente boa disposição fazia tremer de novo o meu cartão de crédito, mas indicava também que *«el pato bravo»* e os seus sequazes estavam neutralizados, o que, só por si, pagava largamente a despesa.

Foi portanto reconfortado e com excelente ânimo, Senhor Presidente, que me apliquei ao estudo, na mítica Biblioteca de Miskatonic. Era curto o tempo e não me poderia permitir a obsessiva meditação nas palavras do Oráculo, ainda que, nas nocturnas invocações a Dagon, a mente me fugisse asinha para Sarnath, o Oráculo (e a recepcionista).

Odisseus? Trigo? Sicília?

Quando o meu estágio se aproximou do fim, percebi que tinha de encontrar a solução. O Vega Sicilia acabara-se há muito. Às vezes, julgava mesmo ouvir, muito ao longe, Sprocket, o meu bem-amado *airedale*, ganindo saudoso. A Anta 2 do Olival da Pega aparecia-me em sonhos. Sentia, Senhor Presidente, o ruído outrora suave da ampulheta transformado no rugir de um rio irado, um Escamandro furioso.

Que fazer, como disse o outro?

Confesso ter enveredado nessa altura pelos mais ocultos dos ocultos caminhos da velha Universidade. E, por fim, supliquei auxílio ao Grande H.P.L., a Ele próprio.

Do que se passou em seguida preferiria não falar, mas «O Independente de Miskatonic», abusivamente como é seu hábito, publicou a notícia que se tornou, infelizmente, do conhecimento geral. Referia venenosamente o professor estrangeiro que ousara falar ao carvalho sagrado, à toupeira mística e ao ouriço negro. E que teria invocado mesmo o Inominável, uma noite, num pego longínquo, num outro tempo. Escrevia-se que um enorme clarão rasgara a noite, e que a luz transformada revelara duas figuras, uma alta, gigantesca a outra. E que um pacto terrível fora selado: o destino do *Gauleiter* contra uma Revelação superior à do próprio Agostinho da Silva, o prestigiado portador do Conhecimento.

Lamento, Senhor Presidente, ter de afirmar que são exageros, que de modo algum se fez qualquer pacto e que (desgraçadamente) muito menos *«el pato bravo»* foi trocado pela Revelação (por recusa indignada do Inominável, sinto dizê-lo). Mas sou obrigado a confessar-lhe, Senhor Presidente, que, por preço que me comprometi não indicar (por razões que apenas têm que ver com o IRS), foi encontrada a solução *e a profecia revelada*.

Já tinha suspeitado que o Oráculo não me confundira com outro, ao chamar-me Odisseus. Nem me queria ofender, chamando-me grego, ainda que, sendo Oráculo, bem soubesse que em histórias da Guerra de Tróia sempre estive ao lado de Heitor contra o Peleida.

É óbvio – *e desde o princípio o era* – que, ao referir-se a Odisseus, ele falava da longa peregrinação que me espera ainda, antes de, na minha reencontrada Ítaca, abrir em paz o vinho novo (seja ele palhete da Quinta da Pacheca ou o mais europeu *Beaujolais Villages*). Daí o Odisseus. O «Divino», era graça, que os Oráculos também gostam de fazer espírito, particularmente com os incréus.

Quanto ao trigo, *a chave de tudo*, a explicação era bem mais simples do que parecia.

Com efeito, a simpática gramínea tem vindo a sofrer tratos de polé desde a primeira Revolução Neolítica. No nosso fim de século, aliás, mais propriamente *tratos de engenharia genética*.

ENGENHARIA GENÉTICA!! Era essa a solução que o Oráculo apontava para a emergência de uma nova geração de gestores e técnicos de Arqueologia e Património. Única forma de se obter uma subespécie que trate estes campos à medida dos interesses de todos *e não apenas dos próprios e de uma qualquer subserviente clientela*.

Era esta, afinal, a mensagem do Oráculo!

Bem, claro, há ainda o caso da Sicília. Por isso mesmo, senhor Presidente, juntei em anexo um pedido para uma nova bolsa de curta duração. Para a Sicília, claro. Com passagem por Vallvidrera, onde me espera Pepe Carvalho para um *salmis* de pato com que me fará quebrar um *tabu* antigo. E depois, a Sicília.

É que, senhor Presidente, esvaziada a garrafa de *Macallan 1974* que guardo sempre para situações de extrema emergência, a recepcionista do Oráculo facultou-me, entre outras graças, a sua agenda de moradas e, para o caso da engenharia genética não resultar, e uma *lupara* ser afinal a única solução para *Gauleiters* e quem acima deles está...

...bem, uma lista de gente discreta, com boa pontaria, não resolveria tudo?

Victor S. Gonçalves
Presidente do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa

A primeira versão de este texto remonta à Primavera de 1986 (era então destinado a abrir CLIO/ARQUEOLOGIA 2). Foi ligeiramente revisto no Inverno de 1994, após uma visita às gravuras rupestres de Vila Nova de Foz Côa. O autor, modestamente, considera que, apesar de escrito originariamente em circunstâncias muito diversas, o texto nada perdeu em actualidade. O que, neste caso, não é nada bom sinal, convenhamos. E, já agora, que entre o IPPC e o IPPAR venha o Inominável e escolha....

Para os menos familiares com a literatura fantástica, H.P.L. são as iniciais comummente usadas para Howard Philip Lovecraft (e Miskatonic a inventada Universidade lovecraftiana).

A ARQUEOLOGIA PÓS-PROCESSUAL OU O PASSADO PÓS-MODERNO[1]

Mariana DINIZ[2]

Resumo

É objectivo deste texto apresentar e reflectir sobre as principais características da denominada arqueologia «pós-processual».

Reflectir sobre a sua emergência em declarada oposição a uma arqueologia processual que dominou o panorama teórico-metodológico nas últimas décadas. Examinar o papel da Arqueologia dos Contextos, que pode ter sido o elemento de ruptura do status quo*, a aproximação da arqueologia a outras áreas das ciências sociais e humanas, particularmente da linguística e da hermenêutica, aproximação que equipa os arqueólogos com outras metáforas para criar e expor o passado.*

Discutem-se ainda as possibilidades efectivas desta nova mensagem quando aplicada ao registo arqueológico.

Abstract

What is post-processual archaeology and how it deals and relates to archaeological data are the central points of this text. The struggle with processual archaeology, the abandonment of archaeology as a science, where ethnoarchaeology is seen as a experimentation/validation moment are also explored.

The role of Hodder's contextual archaeology, inspired in the old concepts of History, Time and Place, and in the structuralism point out by C. Lévi-Stauss, are seen as an important step to brake the status quo.

The social and economic breakdown of the East and the West in the 80's shows how societies are plural, how multiplicity is able to challenge repression and alienation.

With a plural present and a plural past, some british archaeologists dont want to find the «real Past», that never existed, but instead they try to find and create multiple meanings in past material cultures .

Material culture is now seen as a text and the contributions from other areas of social sciences, mainly linguistic and hermeneutics, are seen as vital to try to find their meaning.

Doing archaeology is much more than describing archaeological data, doing archaeology is also giving sense to to the past in the present, is write the past in a new way so that the author's dead allow the reader's born. Doing archaeology is been involved in the present.

[1] Este texto é a versão definitiva da aula apresentada no âmbito das provas de aptidão pedagógica e capacidade científica que decorreram na Faculdade de Letras de Lisboa, perante o júri presidido pela Professora Doutora Idalina Resina Rodrigues e tendo como arguentes o Professor Doutor Vítor Oliveira Jorge e o Professor Doutor Víctor S. Gonçalves.

[2] Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. PT-1699 LISBOA CODEX.

The neutral subject that processual archaeologists claim to be are now replaced by a man or a woman who are value-commited. The past doesn't exist either in the present or in the past. There are multiple ways of telling the same story.

The problem with post-processual archaeology may be the nature of archaeological data. How are we able to find in archaeological record the Other? What kind of inquire must we built so that the children, the women, the alienated, etc., will appear?

Nota Prévia

* ARQUEOLOGIA PÓS-PROCESSUAL → – Domínio Teórico / → – Acção Arqueológica

* ARQUEOLOGIA PROCESSUAL
  - – Método Científico/Hipotético-Dedutivo
  - – Experimentação/Etnoarqueologia
  - – Cultura-Sistema/Meio Ambiente
  - – Variáveis Causais
  - – Leis transculturais
  - – Positivista/Funcionalista

* POSSIBILIDADES DA MENSAGEM PÓS-PROCESSUAL
* ARQUEOLOGIA DE TERRENO/LABORATÓRIO X ARQUEOLOGIA TEÓRICA

↓

Arqueometria = Arqueologia

* NATUREZA PLURAL DO PASSADO
* LEGITIMAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA
* – 1968 – Arqueologia → Ciência
  – 1980/90 – Arqueologia → Relatividade/Multiplicidade

* QUADRO POLÍTICO E ECONÓMICO DO OCIDENTE
  – Queda do Modelo Único/Emergência da Diversidade

Apresentar e reflectir sobre uma multifacetada postura epistemológica, que ainda se encontra em construção, é tarefa difícil porque a proximidade/actualidade do tema não permite uma leitura distante, e possivelmente mais objectiva, sobre esta problemática.

Incapazes, neste momento, de definir o impacto e as consequências que a mensagem pós-processual terá na actividade arqueológica de terreno, inegável que é o seu sucesso no domínio «teórico», só a passagem do tempo pode demonstrar a existência ou ausência de uma acção arqueológica concreta definida a partir destes parâmetros.

É impossível negar o desgaste e a saturação das perspectivas processuais. A construção de uma ciência, a produção de leis transculturais, a capacidade preditiva dos modelos criados, a definição das causas da mudança cultural foram alguns dos ambiciosos objectivos que a Nova Arqueologia se propôs, mas que não parece ter alcançado, ao procurar aproximar metodológica e epistemologicamente a arqueologia às ciências exactas ou da natureza.

Arqueologia processual que centra o essencial dos seus princípios teóricos e metodológicos em alguns pressupostos bem definidos:

– a utilização de um método científico/universal na abordagem de comunidades humanas do passado, onde se procura responder a um inquérito previamente construído através de observações orientadas;

– a criação de um momento de experimentação/verificação dos modelos produzidos, através da teoria de nível médio concretizada na Etnoarqueologia;

– a concepção do organismo social enquanto sistema, criação cultural destinada a adaptar o homem a um meio ambiente que é responsável em grande parte pela transformação cultural que verificamos no registo arqueológico;

– a definição das variáveis causais que permitem ou condicionam a mudança, que são responsáveis pela transformação de um sistema tendencialmente em equilíbrio com o meio;

– a procura de leis transculturais que explanassem o comportamento dos homens enquanto espécie – quais são as condições que devem estar reunidas para permitir o desenrolar do processo de hominização, para justificar o aparecimento das comunidades agrícolas ou a emergência das sociedades estatais, pontos fulcrais de transformação na diacronia humana e logo excelentes laboratórios para isolar as causas da Mudança;

– o abandono de alguns sectores concretos da entidade cultural relacionados com a simbólica, com o pensamento, ou com a intencionalidade, elementos que são lidos, essencialmente, numa perspectiva, redutoramente funcionalista, perspectiva funcionalista que se estende, aliás, a todos os outros subsistemas.

Estes objectivos foram expostos com clareza: «... some archaeologist feel that they should search for regularities in the patterning of their findings that would inform them as to wether there are any general principles that apply to the processes of cultural change and if so to elucidate these principles.» (Isaac, 1981: 201).

No entanto, se a cientificidade, se as regularidades que a arqueologia processual pretendeu isolar se demonstraram claramente incapazes de gerir a diversidade do registo arqueológico e das distintas trajectórias humanas, as possibilidades e a adequação das distintas posições pós-processuais, face ao registo e à natureza dos dados arqueológicos, são ainda difíceis de precisar.

Ian Hodder caracteriza, nos inícios da década de 90, esta questão: «People say that the critique of processual archaeology was well established but that I have nothing to put in its place that "lab" or "dirt" archaeologist can use. They say that post-processual archaeology has led to an intellectualisation of debate so that few people want to be involved.» (Hodder, 1992: xi).

O reconhecimento da absurda existência de arqueólogos de laboratório ou de terreno e de outros capazes de se envolverem em, para alguns estéreis, discussões epistemológicas demonstra de forma clara a postura mecânica e não reflexiva que alguns produtores de um passado-ciência adoptaram.

Submersos em actividades de natureza arqueométrica confundem a quantificação da realidade empírica com o objectivo final da arqueologia.

No entanto, a natureza plural do passado, a legitimação contemporânea, que se define enquanto social e política, dos textos que sobre este se produzem, a intelectualização do debate, provoca a dúvida acerca das potencialidades efectivas duma leitura pós-processual sobre um registo arqueológico mudo e truncado.

«An homosexual's archaeology? A workers' archaeology? An archaeology for and about the elderly? Why not? (...) If the post-processulist triumph in their struggle against the old fogeys and reactionaries, entirely new departaments of archaeology can be envisioned. No more job annoucements for areal, period, or even theory specialist; rather, departments will hire archaeologist trained to represent "different interest groups". ... if ... it results only in unconstrained multiple readings of the past, the discipline of prehistoric anthropological archaeology will come to resemble a poor stepfellow's departement of fictional literature.» (Kohl, 1993: 15).

Ainda que a arqueologia pós-processual possa iludir alguns autores, fazendo-lhes crer que toda e qualquer construção sobre o tempo passado é valida, o complexificar do aparelho conceptual com que pretendemos reanimar outras sociedades humanas, objecto múltiplo e imprevisível por excelência, a aproximação a outras disciplinas do conhecimento que se debruçam essencialmente sobre fenómenos de origem cultural, parece-me de indiscutível pertinência.

Uma outra «perda da inocência» torna-se a consequência desejada pelos autores anglo-saxónicos que iniciaram este debate.

Se em 1968 foi tarefa vital transformar, de uma forma definitiva, a arqueologia em ciência, nos finais da década de 80 e inícios dos anos 90 assistimos à emergência de uma nova etapa, de uma outra forma de maturidade disciplinar, que dispensa certezas e impossíveis verdades absolutas.

A possibilidade de demonstração efectiva das afirmações que podemos produzir sobre o passado, a prova a que podíamos sujeitar as nossas construções não ultrapassam vulgarmente a constatação matemática de situações que uma análise empírica podia atingir.

No entanto, as revoluções epistemológicas, se é que podemos aplicar esta designação às novas propostas, acontecem em contextos mentais mais vastos que o quadro isolado de uma disciplina de conhecimento.

Sendo a arqueologia produzida por indivíduos que existem numa sociedade concreta as alterações que esta sofre afectam, num prazo mais ou menos longo, o Passado que aqueles produzem.

Ao longo da década de 80, a queda dos grandes impérios nascidos depois de 1945, pólos a partir dos quais o mundo ocidental estruturou a sua existência, arrasta consigo um esquema que parecia sólido e de alguma forma inequívoco.

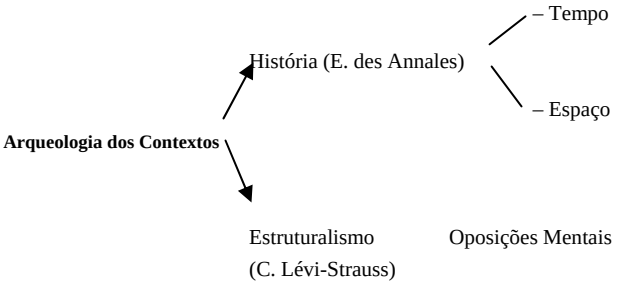
A multiplicidade e relatividade parecem tornar-se o contraponto activo a organizações maniqueístas, claramente incapazes de controlar as suas tensões sociais internas.

Os regionalismos acentuam-se e as pequenas nações dentro dos grandes estados reclamam independência, o colapso do modelo único no campo político e económico acontece também em outros sectores da estrutura social.

A incerteza criada, a percebida difícil adequação de um todo às partes distintas que o compõem afecta, ainda que inicialmente em áreas restritas, a actividade arqueológica.

1. A década de 80: a ruptura do *status quo*

* IAN HODDER



* CONTEXTO QUE APRISIONA O SIGNIFICADO

* VALIDADE DAS AFIRMAÇÕES

– Económicas/Ambientais
– Simbólicas e Contextuais

* DURAÇÃO CONTEXTUAL DO SÍMBOLO

* INÍCIOS DA DÉCADA DE 90 – RADICALIZAR DA QUESTÃO

Depois de Ian Hodder ter, no princípio da década de 80, iniciado no mundo anglo-saxónico, uma nova linha de abordagem ao passado, a tranquila hegemonia que posturas neopositivistas e neofuncionalistas conheceram é definitivamente abalada.

Nova linha de abordagem onde se propunha a reaproximação da Arqueologia à História, sobretudo à História que alguns investigadores franceses construíram e que os autores de língua inglesa aparentemente desconheciam, justificando-se assim que em 1987, na colectânea *Archaeology as long-term history*, Hodder apresente as três temporalidades da História que Fernand Braudel definira na década de 40.

A descoberta tardia de algumas produções continentais realizadas no campo das ciências sociais e humanas alimenta o espírito exaltado, próprio dos recém-convertidos, que ao substituírem gurus acreditam ter encontrado a chave perdida da descodificação do mundo.

A adopção e relativa transformação do estruturalismo francês, como Lévi-Strauss o definiu e utilizou numa análise etnográfica e antropológica, define a outra trave-mestra da arqueologia contextual.

Perceber os grupos humanos do passado e os vestígios materiais da sua presença só será possível, para Ian Hodder, se aceitarmos, como premissa apriorística, o papel determinante de uma (in)atingível e profunda estrutura de pensamento simbólico que organiza e produz cultura.

As oposições mentais que estruturam a existência humana são entendidas por Hodder enquanto situação mental própria a esta espécie.

No entanto, a correcta leitura destas oposições só poderá ser feita em coordenadas espacio-temporais particulares, ponto em que Hodder se demarca da postura antropológica de Lévi-Strauss, e *a posteriori* do detalhado exame dos dados disponíveis sobre uma entidade cultural do passado.

É possível, segundo Hodder, atingir os significados profundos, a essência mental a que o mundo material faz referência porque o significado, ainda que alterando-se no espaço-tempo, possui uma duração contextual em que é percebido e partilhado pelo todo social.

«And certaintly I argue that there is a real patterning in the material remains and that Neolithic tombs meant houses, to them. (...) In order to spot meaning running away down chains of signifiers, people in the past and present use context.» (Hodder, 1992: 162).

O significado da cultura material-texto é decifrável se reunidos os elementos que o compõem. Assim, a possibilidade de atingir o que as coisas significaram para eles é, numa postura contextual, possível.

Se a linha de abordagem ao passado já não é vocacionada para produzir leituras económicas e ambientais numa óptica antropológica, mas atingir símbolos encerrados em contextos, a certeza que deriva das afirmações produzidas é igualmente afirmada em ambas as propostas.

No entanto, parece destino daqueles que encetam revoluções políticas, religiosas e também epistemológicas serem rapidamente ultrapassados por outros que mais tolerantes ou mais radicais, como sucedeu no campo teórico da arqueologia, assumem o controle e ditam as novas atitudes numa linha de acção e pensamento que muitas vezes não iniciaram.

Como escreveu Hodder, nos inícios da década de 90, a Arqueologia dos Contextos, que criou, encontra-se entre dois fogos cruzados, alvo das críticas de arqueólogos processuais e pós-processuais: «Watson was concerned about the scepticism involved and claimed that I did not believe the real past was acessible.» (Hodder, 1992: 145); e pós-processuais, (...) the reaction to my work within post-processual archaeology has been the opposite. Here I have been critised for not being radical enough. I have been critised for still clinging to the past as real, for wanting to find what really happened.» (Hodder, 1992: 160).

2. O Ocidente pós-moderno

* FONTES DE INSPIRAÇÃO

  – Ciências Sociais e Humanas (Produções Continentais)

  – Anulação das Fronteiras Disciplinares

* DEMOCRATIZAÇÃO DO PASSADO

* EXALTAÇÃO DOS «SUPER-AUTORES» – CULTO DA PERSONALIDADE

* SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA – POSIÇÃO ACTIVA

Os autores cuja classificação é ainda problemática, mas que poderíamos cronologicamente classificar como pós-processuais, pós-contextuais assumem algumas propostas que Hodder avançou radicalizando, no entanto, em graus variáveis, a questão.

A absorção mais ou menos frenética de autores franceses agudiza-se, já não só a *École des Annales* se torna para alguns referência obrigatória, mas os ídolos intelectuais multiplicam-se, assumindo estes autores que as tradicionais fronteiras entre disciplinas de conhecimento cujo objecto é o homem ou qualquer uma das suas criações deve ser banida.

Saussure, Roland Barthes, Michel Foucault, Paul Ricoeur, J. Derrida, Lévi-Strauss ao que se acrescentam poetas e romancistas, Jorge Luis Borges, Angela Carter, García Marquez, até aqui indiscutivelmente afastados da produção arqueológica tornam-se agora leituras e citações obrigatórias para repensar, escrever e experimentar o passado.

A proclamada democratização do Passado e a produção de memória acessível a qualquer público, objectivos centrais da arqueologia pós-moderna, parecem enredar-se num definitivo culto e fetichismo de alguns autores que não são, definitivamente, «populares» (Shanks, 1990: 294).

Autores de língua francesa que são citados em traduções anglo-saxónicas, o proverbial isolamento da ilha face ao continente, ou o oposto na perspectiva insular, é responsável por esta tardia e talvez por isso tão profunda influência das produções continentais.

No entanto, André Leroi-Gourhan não é incluído nesta miscelânea de «super-autores» continentais.

A exclusão e o aparente desconhecimento deste arqueólogo pode justificar-se apenas por um consciente, mas não real, desejo anglo-saxónico de primazia na utilização de outras propostas que não as positivistas na actividade arqueológica.

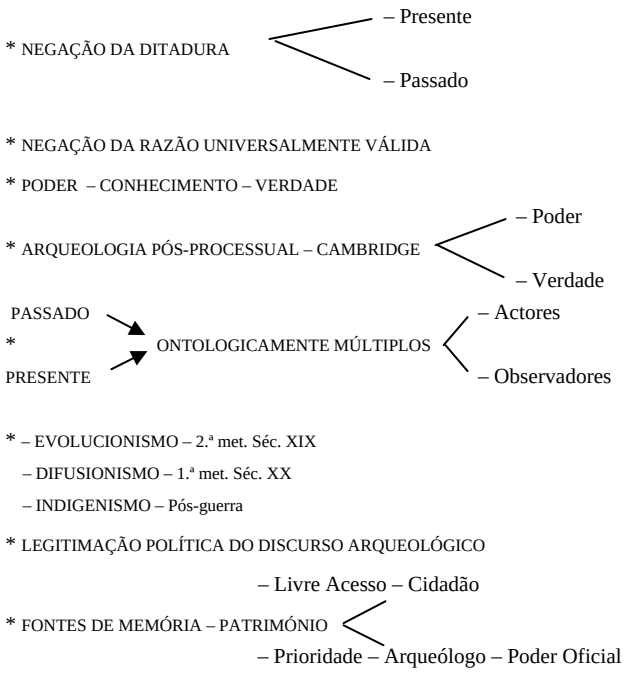
Na obra *Material Culture and Text – The Art of ambiguity*, C. Tilley aplica a gravuras rupestres a mesma metodologia e o mesmo esquema interpretativo que Leroi-Gourhan utilizou em *Les Religions de la Pré-histoire*. No entanto, esta obra, que o autor certamente conhece, não é citada...

É a observação da sociedade ocidental contemporânea que permite e obriga a outra postura por parte dos arqueólogos anglo-saxónicos, que se desejam social e politicamente comprometidos, abandonando as torres de marfim onde anacronicamente ainda existiam. Assim, defendem agora uma posição activa, que Marc Bloch e Lucien Febvre reclamaram já em meados deste século.

O mundo pós-moderno exige, ao abandonar mitos que estruturaram a existência dos seus antecedentes, a criação de fontes de memória alternativas que organizem e legitimem, ou condenem, situações actuais.

A arqueologia pós-processual ao admitir como legítima a pluralidade no passado e no presente pretende-se útil a uma sociedade que oscila entre uma necessidade profunda de certezas fixas que assegurem a existência e um reconhecimento, por vezes doloroso, da diversidade real que pode ser inconciliável.

3. A essência plural do Passado



Como mundo plural onde o direito à diferença se reclama e proclama, a versão única do passado construída sobre caducos pilares positivistas já não devia encontrar público.

A negação da ditadura no presente não se compadece com passados ditatorialmente inequívocos. Um só passado é legítimo numa sociedade que apenas concebe um presente único.

A implosão de minorias, de grupos de pressão, garante a relatividade dos conceitos que o Ocidente acreditou e entendeu universais.

A verdade aprisionada em enciclopédias, tipologias, leis e modelos exprime apenas um momento concreto da história do Ocidente em que se acreditou ser possível cultuar uma única e universal Razão.

A problemática associação Poder-Conhecimento que produz a Verdade deve ser banida e abolida.

«Privileg commentaries and discoursive traditions are ordered and control what is and what is not said – the violence of silence, The historical exclusion of children, women and mad from social discourse is a subtle and insidious form of violence. (Foucault, 1981). The masters of violence are traditionally seen as the holders of power.» (Burr, 1990: 55).

Os academicamente aptos a produzir memória mais não fazem ao criar feudos pessoais que perpetuar hegemonias, que perpetuar as «dark forces» da modernidade.

«The problem with archaeology in relation to a modernist identity space is that it has not sufficiently embraced the enormous potentialities provided to create new past, new knowlegdes, news truths and use the the difference of the past to challange and restructure the black side of modernity: domination, exploitation, repression, alienation, violence.» (Tilley, 1990c: 129).

No entanto, o público que a arqueologia pós-processual rapidamente conquista, o discurso que impõe, as modalidades arqueológicas que tornou obsoletas, o momento teórico em que se transforma derivam do Poder, da capacidade de Cambridge em produzir Verdade.

Os Passados alternativos criados por indivíduos activos e comprometidos que expressem interesses das distintas forças sociais, apresenta-se nesta nova postura conceptual não num esquema já anteriormente reconhecido da influência necessária do autor no passado que escreve, das condicionantes que o presente em que este existe lhe impõe, mas da própria natureza ontológica do passado e do presente: múltiplas e não unas, passíveis de tantas leituras quantos actores/observadores.

Cria-se então um circulo vicioso de dependências absolutas entre passado e presente que existem em consonância mental, social e política.

Parece, então, que os criadores/apresentadores de correntes que podem ser pós-processuais, pós--estruturais, pós-marxistas, femininistas ou indígenistas, reconhecem sem complexos e como absoluta uma situação verificável na análise da história do pensamento arqueológico.

O Evolucionismo é obviamente o aparato conceptual que convém à emergente, e burguesa, elite da segunda metade do século XIX, o difusionismo adequa-se exemplarmente a uma Europa cuja riqueza provém em parte substancial dos seus impérios coloniais, o indigenismo tornar-se-á a única explanação politicamente correcta quando os poderes políticos, ainda que teoricamente, reconhecem o direito à autodeterminação dos povos.

Nos finais do século XX parecem aceitar-se passados tão relativos e mutáveis como o próprio presente, em que valores, conceitos e certezas conhecem uma vida fugaz e muitas vezes atribulada.

O passado enquanto parte integrante do presente que o realiza, enquanto actividade contemporânea está necessariamente imbuído de princípios actuais, de preconceitos que nos são próprios e que podem inegavelmente ser políticos.

«If past and present are inextricably linked, pluralism may be entailed. Under such a view different social groups in the present may well develop different pasts.» (Shanks, 1992: 29).

No entanto, a não neutralidade do Passado tinha já sido denunciada por historiadores continentais, ainda antes da arqueologia científica que Cambridge ajudou a produzir.

A produção e o consumo de passados alternativos que encontrem público e que sejam produzidos pelas distintas forças sociais, só será possível se o acesso aos dados, aos sítios arqueológicos for, de uma forma mais ou menos radical, democratizado.

A existência de um arqueólogo guardião, dono, das fontes materiais de memória será posta em causa. O livre acesso ao Passsado levanta, no entanto, graves dificuldades à gestão patrimonial.

A evidência arqueológica é obviamente finita, a invisível informação contida nos sítios, os dados que o arqueólogo pode recolher parecem perdidos quando a subtil tarefa de escavação é realizada por um amador, por um partidário de um pequeno grupo de pressão.

Pode ser, no entanto, discutível o direito de preferência e a legitimidade do arqueólogo face a outros indivíduos. Legitimidade arqueológica que foi obviamente garantida por um sistema social, por um quadro político e mental, que permite um discurso e que nega outro...

A revolução pós-processual anglo-saxónica não se esgota no abandono de uma concepção positivista e totalitarista do passado, em que da exaustiva colecção de dados, realizada por um agente oficial, uma verdade emergirá, mas a aproximação a outras áreas do conhecimento equipa os arqueólogos com outras metáforas para criar e expor o Passado.

4. Os contributos da Linguística e da Hermenêutica

* CULTURA MATERIAL = TEXTO

– Totalidade Estruturadas
– Ultrapassam as intenções do Autor
– Ultrapassam o contexto social da sua produção

* CULTURA MATERIAL = LINGUAGEM

LANGUE ——— *PAROLE*

PRINCÍPIOS SIMBÓLICOS ESTRUTURANTES ——— ACÇÃO CONCRETA

* CULTURA MATERIAL = LINGUAGEM – SIGNO

– SIGNO → Significado – Som
– SIGNO → Significado – imagem

Relação arbitrária culturalmente instituída

– SIGNO ≠ SIGNO ≠ SIGNO = LINGUAGEM (Sistema estruturado de diferenças)

* LINGUAGEM – TRADUTOR – LEITURA CONOTATIVA

* – SIGNO

678

SIGNIFICADO MÚLTIPLO

– CULTURA MATERIAL

* LINGUAGEM 678 Permanência/Coesão – Contexto
* CULTURA MATERIAL Transformação/Negociação – Devir Perpétuo

* – HODDER CONTEXTO [Significado]

– PÓS-PROCESSUAIS 678 SIGNIFICADO FLUIDO
– PÓS-ESTRUTURAIS

* ABISMO PASSADO/PRESENTE

* RELATIVIDADE DE VALORES

A cultura material de entidades sociais extintas é agora entendida como um texto, as regras da linguística, criação cultural por excelência, são agora transportadas para a análise arqueológica, como foram em tempos anteriores os princípios da geologia, da economia, da geografia humana.

A cultura material pode ser lida como um texto porque partilha com este algumas das características que o definem:

1. funcionam como totalidades estruturadas, o todo adquire uma natureza própria que ultrapassa o sentido das partes isoladas que o compõem;
2. cultura material e texto ultrapassam as intenções do seu autor, passíveis de infinitas leituras e infinitas interpretações;
3. cultura material e texto ultrapassam o contexto social da sua produção, as coordenadas espacio-temporais em que foram criados. (Tilley, 1991: 119-120).

Actos particulares de comunicação, de captação de significado, cultura material e texto apelam e adquirem sentido numa realidade não física que os transcende.

As realidades definidas por Saussure, nos inícios deste século, no campo da linguística tornam-se agora a metáfora útil para compreender sistemas culturais extintos.

A *Langue*, linguagem colectiva, normas que os indivíduos reconhecem e que tornam possível o acto de discurso, *parole*, paraleliza-se aos princípios simbólicos não visíveis, mas que permitem criações culturais, actos concretos, a *parole* verificável no registo arqueológico.

Tal como um texto é composto por palavras a cultura material é composta por partes distintas que podem também ser entendidas como signos, veículos de comunicação, tal como estes os elementos da cultura material adquirem sentido na diferença, nas relações que entre si estabelecem.

Os dados arqueológicos tornam-se então equivalentes aos signos linguísticos.

A arqueologia pós-processual adopta para a análise da cultura material de comunidades desaparecidas os mesmos princípios da linguística que Lévi-Strauss utilizou ao criar uma antropologia estrutural: «Tal como as palavras na linguagem, cada máscara [*poderíamos substituir máscara por qualquer outra evidência arqueológica*] isoladamente considerada, não contem enfim toda a sua significação. Esta resulta, ao mesmo tempo, do sentido incluído no termo escolhido e dos sentidos excluídos por essa mesma escolha. Só a comparação de vários tipos permitirá definir um campo semântico no interior do qual as funções próprias de cada tipo se completem mutuamente.» (Lévi-Strauss, 1978: 51)

Mais do que procurar perceber o desenvolvimento que estes signos/cultura material registam numa perspectiva diacrónica, torna-se agora imperativo compreender as relações culturalmente instituídas que os elementos da cultura material estabelecem, sincronicamente, entre si.

A indissociável, mas arbitrária relação dos componentes do Signo, significado e significante demonstra a efemeridade da grelha inicial com que percebemos, controlamos, pensamos e transmitimos realidades.

Os decisivos contributos da Linguística de Saussure no pensamento pós-processual baseiam-se no reconhecimento da arbitrária e socialmente negociada relação entre signos, entre significado e significante, e na necessidade de um tradutor que interpreta uma linguagem para o vulgo inacessível (Shanks, 1992: 80).

Se a representação de um cavalo ou de um alce, um machado ou um vaso apelam numa leitura imediata para si próprios eles podem, no entanto, significar uma outra ideia, representar um princípio simbólico que um contexto concreto reconhece e estabelece de forma aleatória, socialmente negociada.

Para atingir este segundo nível de leitura, um nível conotativo, o significado profundo, é indispensável a presença de um arqueólogo tradutor.

É a leitura atenta, positivista poderíamos dizer, que este produz que lhe permite atingir, ou melhor, interpretar o ou um significado «real» de imagens, objectos, estruturas, proximidades.

Esta associação significado-significante não expressa, portanto, uma ordem natural das coisas, mas existe com distintas conotações variáveis nas coordenadas históricas espacio-temporais. A linguagem, a cultura material nunca são inocentes, mas expressam e criam em simultâneo realidades sociais.

Enquanto signos capazes de comunicação, enquanto partes de uma linguagem social, os elementos da cultura material não têm um significado único e inequívoco, mas são lidos, percebidos, aceites ou rejeitados em função de ilimitadas situações particulares.

Enquanto linguagem, os componentes da cultura material exigem um contexto, um tempo e espaço onde o seu significado seja reconhecido e funcionam então como estruturas de permanência e coesão.

Enquanto linguagem funcionam também como agentes de transformação, capazes de receberem no presente que os redescobre e no passado que os cria inúmeros significados.

A fluidez do signo, objecto ou relação, garante a alguns pós-processuais a inacessibilidade do Passado através da sua perpétua mutação enquanto foi presente.

A possibilidade de perceber e actuar sobre o mundo exterior existe apenas através dos conceitos de que dispomos, assim a cultura material enquanto algo com significado subjacente foi e é utilizada para pensar e agir na perpétua construção e definição de cultura.

«It seems more logical to suggest that material culture, as a symbolic system system, is a part of a thought; it is not an expression but an interpretation of reality. People use things to think with.» (Thomas, 1991: 4).

A existência de um significado encerrado num contexto que pode ser redefinido e percebido, e assim o sentido das partes que a ele apelam, distingue a postura *soft* de Ian Hodder, de outras posições radicais que assumem a perpétua mutação da arbitrária relação significado-significante assumindo um passado nunca fixo e alcançável, mas em perpétuo devir.

Como podemos então aceder ao passado se todos a nossa aparelhagem conceptual é criada num tempo e num espaço concretos e pode já não conhecer qualquer laço identificativo com outras realidades?

«All of the commum-sense values dissolve before genealogic analysis – words do not keep their meanings, desires do not keep their objectives, ideas do not keep their logic.» (Thomas, 1991: 5).

A relatividade dos valores que outros antes haviam detectado é agora perfeitamente assumida:«(...) il y aurait ainsi, à l'autre extremité de la terre que nous habitons, une culture vouée tout entiére à l'ordennance de l'étendue, mais qui ne distribuerait la prolifération des êtres dans aucun des espaces où il nous est possible de nommer, de parler, de penser.» (Foucault, 1966: 11),

5. A natureza textual da *praxis* arqueológica

* PASSADO – TEXTO – LEITURAS MÚLTIPLAS

* MORTE DO AUTOR – MORTE DA VERDADE ACABADA

* ARQUEÓLOGO – TEXTO – ORIGEM DE OUTRAS IDEIAS

* MENSAGEM PÓS-PROCESSUAL

– Inexistência de um núcleo epistemológico comum

– Multiplicidade e democratização do passado

– Compromisso social e político

– Leitura interactiva

→ PÓS-ARQUEOLOGIA

* QUE PASSADO? QUE PÚBLICO? QUE TEXTOS?

O texto que o passado pode ser permite, como qualquer texto, um número infindável de leituras que não são correctas ou incorrectas, mas que existem na mente do receptor. A leitura de um texto consiste na soma de todas as leituras possíveis. « The detroning of the Author opened up the text to multiple readings (...) “a text’s” unity lies not in its destination (...) the birth of the reader must be at the cost of the dead of the author.» (Bapty, I.; Yates, T., 1990: 9-10).

Como um texto, a cultura material ultrapassa a intenção e o espaço-tempo do seu autor, a sua vida prolonga-se para lá da morte física e mental do autor. A necessária morte do autor, proposta por Roland Barthes, confere ao arqueólogo não o papel de sujeito construtor de certezas que para lá dele permanecem, mas de criador de ideias que vivem naquelas a que dão origem.

O passado é assim um texto duplo, texto que se pode ler e interpretar, outro texto que a seu respeito se produz.

A natureza textual da arqueologia justifica portanto a estreita união entre aqueles que utilizam culturas materiais do passado e os que analisam a natureza intrínseca do texto-comunicação, do texto--produção, do texto-interpretação.

A mensagem pós-processual não pode, no entanto, ser definida em linhas rígidas de pensamento, que contrariam a natureza plural que reclama, porque possuirá distintas características consoante os autores analisados.

A inexistência de um bloco epistemológico comum, a impossibilidade de atingir um passado verdadeiro, a legitimação de construções, a valorização da leitura múltipla e interactiva, onde o autor já não é dono de uma verdade que expõe, mas meio pelo qual outras ideias se geram permitiu a alguns identificar pós-processualismo com pós-arqueologia.

A ruína da disciplina seria consequência da democratização do Passado, da incerteza intrínseca dos textos produzidos.

No entanto, se às editoras convém apoiar debates e rupturas epistemológicas, quem financiará autores que não atingem verdades, que não produzem certezas?

Como se define e constrói o Passado, a quem se destinam os textos produzidos, qual o papel no mundo contemporâneo da actividade arqueológica, questões que ressurgem, depois de um breve momento em que parecerem resolvidas, exemplificando de forma clara a difícil existência das Humanidades no mundo contemporâneo.

6. Em conclusão...

* ADEQUAÇÃO DA MENSAGEM – Realidade empírica – Dados Arqueológicos

↓

Metodologias de Terreno

↓

Evidência «etnográfica»

* – « OBSERVAÇÃO» ETNOGRÁFICA → Sincronias / Movimentos, Acções

* A PRESENÇA DO OUTRO – Loucos, mulheres, crianças

* MODELOS ARQUEOLÓGICOS – Inspiração transdisciplinar

* PASSADO – Presente – Origem do discurso

* MULTIPLICIDADE → Manipulação – incerteza – inexistência / Consonância – adequação – criação

* SUPERAÇÃO DE PERSPECTIVAS ANTERIORES – Processuais, contextuais, estruturalistas, marxistas

ARQUEOLOGIA PROCESSUAL	ARQUEOLOGIA PÓS-PROCESSUAL
– Passado único / Ciência	– Passado múltiplo e narrativo
– Verificação etnoarqueológica	– Legitimidade social e política
– Sujeito neutro	– Construtor comprometido
– Observação / Descrição da realidade	– Interpretação de um texto
– Cultura / Sistema / Adaptação	– Cultura / Totalidade negociada
– Aproximação `sas C. natureza e exactas	– Aproximação às C. sociais e humanas

A polémica estabelece-se, portanto, entre uma arqueologia processual, em qualquer uma das suas variantes, e uma arqueologia cuja mais exacta designação é difícil de precisar, mas declaradamente pós-positivista.

A superação de um esquema mental que o Ocidente produziu e largamente utilizou nos últimos cem anos parece inevitável no momento em que se questionam legitimidades passadas e se procuram, com algum desespero, promissores e inovadores caminhos para o futuro.

O sucesso da arqueologia pós-processual demonstra também a inevitável e estreita relação entre língua e poder. A mensagem que no domínio das ciências sociais e humanas não é original, assume-se como revolução mental ao ser aplicada ao campo específico da arqueologia.

A origem da contestação acontece, 20 anos depois, no mesmo espaço em que se lançaram as bases de uma Nova e analítica arqueologia.

No entanto, se as possibilidades da arqueologia pós-processual parecem estimulantes, capazes de criar passados em que princípios da geografia económica são substituídos por outros eminentemente simbólicos, a adequação destas propostas à especificidade do registo arqueológico é ainda difícil de demonstrar.

A pluralidade de passados a construir no presente não criou uma metodologia de terreno própria. Multiplicidade, impossibilidade de demonstração matemática dos textos produzidos não significa para os pós-processuais, como não significou para Leroi-Gourhan, o desprezo pela realidade empírica.

Só uma evidência material de natureza quase etnográfica pode ser utilizada para numa sincronia procurar atingir princípios mentais e simbólicos estruturantes.

Talvez aqui se coloque o principal obstáculo às efectivas possibilidades da mensagem pós-processual.

O registo, os dados arqueológicos não são semelhantes àqueles que o etnógrafo pode recolher. A condicionada «observação» etnográfica detecta sincronias, movimentos e acções. A possibilidade de repetir análises transforma o tempo etnográfico num ciclo que pode ser retomado ou interrompido.

O abandono, a ocupação/utilização, a recusa, a admissão são situações observáveis em etnografia, mas são quase sempre deduzidas em arqueologia.

A parte que resta do todo, que nunca foi único e absoluto, parece por vezes excessivamente reduzida para tentar alcançar significados profundos e aleatórios enquanto produções culturais, socialmente negociadas.

Admitir a existência de princípios simbólicos que funcionem como infra e supra-estrututura, que condicionam e que são transformados por entidades culturais do passado e do presente não garante a possibilidade de os reconstituir.

A frequente ausência de tradição oral e de fontes escritas, a inexistência de actores culturais específicos associados a dados arqueológicos concretos demonstra de forma clara a radical diferença do Outro, a extrema dificuldade de comunicação entre dois sistemas culturais distintos.

O registo arqueológico, produzido à imagem do interrogatório que lhe aplicamos, parece por vezes incapaz de fornecer respostas a algumas questões.

Como podemos encontrar no Passado, ou em alguns Passados arqueológicos, as mulheres, as crianças, os loucos, os grupos minoritários?

O excesso de mutismo da evidência arqueológica, que em cada momento se produz, parece tornar a arqueologia congenitamente dependente de modelos de pensamento e metodologias criadas em outros domínios para organizar e interpretar outro tipo de dados. Não existe, no entanto, qualquer preconceito apriorístico face a esta situação, a aplicação de princípios da linguística, da hermenêutica, da sociologia, da antropologia estruturalista na actividade arqueológica podem demonstrar-se tão ou mais estimulantes que as orientações mentais retiradas do mundo das ciências da natureza e das ciências exactas.

Para Lévi-Strauss o estruturalismo seria aplicável a comunidades não industrializadas actuais, no entanto Leroi-Gourhan demonstrou que mesmo sem gesto e palavra é possível produzir uma leitura estrutural a partir de evidência arqueológica.

Construir um ou vários passados no presente, criar memória é necessariamente uma actividade contemporânea, admitida ou renegada por uma estrutura social concreta.

A inexistência de um objecto exterior, o Passado, enquanto origem ontológica do significado, enquanto algo que exige e impõe um discurso sobre si próprio, e as sucessivas alterações de metodologias de terreno mais não fazem que reconhecer os dados enquanto algo que um tempo inventa, transformam a multiplicidade de interpretações na única certeza possível.

Multiplicidade que pode degenerar em manipulação em incerteza e logo em inexistência. Ao contrário, a multiplicidade pode assumir-se enquanto consonância, adequação, criação.

Negando os pressupostos de uma arqueologia positivista que assume o Passado como algo acontecido e com existência própria recuperável através de meios adequados e transmitido de forma objectiva e cumulativa, a arqueologia pós-processual discute a natureza do Passado e a sua existência/origem no Presente, a forma como o podemos repensar ou experimentar, o processo pelo qual ele se torna público.

A tradicional pirâmide onde a progressão do conhecimento arqueológico estaria representada, e na qual os domínios da simbólica seriam quase impossíveis de atingir, é agora invertida. Não existem sectores do sistema cultural, sejam estes económicos, tecnológicos ou sociais cuja constituição não dependa de princípios culturais.

Ao assumir-se enquanto corrente de pensamento pós-processual, pós-contextual, pós-estrutural ou pós-marxista esta nova epistemologia arqueológica parece identificar-se pela superação.

Ao invés de reclamar um nome e logo uma identificação/definição apresenta propostas alternativas iniciadas pela negação de premissas anteriores.

Procurando isolar diferenças, de uma forma um tanto maniqueísta e portanto redutora, entre um passado processualmente construído e um passado pós-moderno poderíamos encontrar um eixo de opostos em que:

o passado único e forma de ciência se opõe a um passado múltiplo e narrativo;

em que a verificação etnoarqueológica dos modelos se opõe à sua legitimidade social e política contemporânea;

em que um sujeito neutro e apolítico se opõe a um construtor socialmente comprometido;

em que a observação do registo arqueológico se opõe à sua leitura-interpretação-reescrita;

em que a cultura enquanto sistema e adaptação se opõe a cultura enquanto totalidade produzida e socialmente negociada;

em que a inspiração nas ciências da natureza e nas ciências exactas se opõe à aproximação às ciências sociais e humanas;

A possível revolução pós-processual necessita obviamente de tempo, numa sociedade de consumo voraz, onde as ideias se adquirem e abandonam rapidamente, esta mensagem pode ser substituída ainda antes de poder demonstrar a sua adequação, as suas possibilidades na produção de passado.

Ou será que toda esta intensa produção bibliográfica destinada a apresentar aos arqueólogos leituras condensadas e previamente digeridas de autores «difíceis» não é mais que a clara demonstração do Poder de Cambridge em impor um discurso e negar outro?

7. Referências bibliográficas

BAPTY, I.; YATES, T. (1990) – *Introduction: Archaeology and Post-Structuralism*. I. Bapty e T. Yates (eds.) – Archaeology after Struturalism. Londres: Routledge, p. 1-32.

BURR, G. (1990) – *The Joker is wild, the Text Untameable: the Analytics of Homo Analogicus (Anthropology, Post-Structuralism and Post--Modernism)*. I. Bapty e T. Yates (eds.) – Archaeology after Struturalism. Londres: Routledge, p. 36-59.

FOUCAULT, M. (1966) – *Les mots et les choses – Une archéologie des sciences humaines*. Paris: Gallimard, 400 p.

HODDER, I. (1987a) – *La arqueología en la era postmoderna*. Trabajos de Prehistoria. Madrid: CSIC, 44, p. 11-27.

HODDER, I. (1987b) – *The Contribution of the Long--Term*. I. Hodder (ed.) – Archaeology as Long--Term History. col. New Directions in Archaeology. Cambrigde: C.U.P., p. 1-8.

HODDER, I. (1988) – *Interpretación en Arqueología – corrientes actuales*. Barcelona: Editorial Crítica, 236 p.

HODDER, I. (1989) – *Post-modernism, post-structuralism and post-processual archaeology*. I. Hodder (ed.) – The Meaning of Things. col. One World Archaeology. Londres: Harper Collins, 6, p. 64-78.

HODER, I. (1990) – *The Domestication of Europe*. Oxford: Blackwell, 331 p.

HODDER, I. (1992) – *Theory and Practice in Archaeology*. Londres: Routlegde, 285 p.

ISAAC, G. (1981) – *Analytical Archaeology*. Antiquity. Cambridge, 55, 215, p. 200-205

KOHL, P. (1993) – *Limits to a post-processual archaeology (or, The dangers of a new scholasticism)*. in N Yoffe e A. Sherrat (eds.) – Archaeological theory: who sets the agenda?. Cambrigde: CUP, p. 13-19.

LÉVI-STRAUSS, C. (1978) – *La voie des masques*. Paris: Plon.

SHANKS, M. (1990) – *Reading the Signs: Responses to Archaeology after Srtucturalism*. I. Bapty e T. Yates (eds.) – Archaeology after Struturalism. Londres: Routledge, p. 294-310.

SHANKS, M. (1992) – *Experiencing the Past – on the character of archaeology*. Londres: Routlegde, 231 p.

THOMAS, J. (1991) – *Rethinking the Neolithic*. col. New Studies in Archaeology. Cambrigde: C.U.P., 212 p.

TILLEY, C. (1990a) – *Claude Lévi-Strauss: Structuralism and Beyond*. C. Tilley (ed.) – Reading Material Culture. Oxford: Blackwell, p. 3-81 p.

TILLEY, C. (1990b) – *Constituint una arqueologia Social: un projecte modernista*. J. Anfrauns e E. Llobet (eds.) – El Canvi Cultural a la Prehistòria. Barcelona: Columna, p. 17-58.

TILLEY, C. (1990c) – *On Modernity and Archaeological Discourse*. I. Bapty e T. Yates (eds.) – Archaeology after Struturalism. Londres: Routledge, p. 128-152.

TILLEY, C. (1991) – *Material Culture and Text – the Art of ambiguity*. Londres: Routlegde, 192 p.

TRIGGER, B. G. (1992) – *La explicación de la diversidad*. Historia del Pensamento Arqueológico. Barcelona: Editorial Crítica, p.307-342.

INTERPRETAÇÃO TECNOLÓGICA E PALETNO-GRÁFICA DA OCUPAÇÃO PROTO-SOLUTRENSE DA LAPA DO ANECRIAL (PORTO DE MÓS)

João ZILHÃO[1]
Francisco ALMEIDA[1]

Abstract

Lapa do Anecrial is a cave site located in Portuguese Estremadura and discovered in 1991. Three field seasons, that took place in the summers of 1992, 1993 and 1995 revealed a stratigraphy spanning the period of the Würm's Last Pleniglacial. Two archaeological levels, separated by sterile layers, were discovered: one dating to the Solutrean, and one other to the Proto-Solutrean.

This paper presents the results from the excavation of the second level, which presented excellent post-depositional preservation conditions. Three clusters of different lithic raw materials were found, surrounding a hearth. Two charcoal samples have already been dated, giving this level an absolute date centered on 21 560 BP.

Due to the excellent post-depositional conditions, extensive refitting of the lithic assemblage was possible. For some of the raw materials, over 70% refitting success made possible a complete interpretation of the present reduction sequences and strategies. The reduction strategies of flint and quartz are essentially identical, showing an association of prismatic unipolar bladelet cores and thick carenated and thick-nosed scrapers, which were also exploited as bladelet cores.

The faunal remains of the Proto-Solutrean level at Anecrial are composed essentially of rabbit bones (MNI = 9, almost all located inside the hearth), and some scattered bones of other bigger mammals, wild goat being the only identified so far.

After describing the excavated stratigraphy and evaluating the post-depositional conditions of the Proto-Solutrean level, a Spatial analysis of the remains is presented, followed by a technological study of the lithic assemblage. After presented this, a first attempt to integrate the spatial analysis patterns with the ones resulting from the lithic assemblage and faunal studies is. A reconstitution of the events related with the Proto-Solutrean occupation at Anecrial is, finally, hypothesized.

[1] Instituto de Arqueologia. Faculdade de Letras de Lisboa. P – 1699 LISBOA CODEX.

1. Sítio

A Lapa do Anecrial é uma gruta situada na vertente sul do *polje* de Alvados, por cima do lugar de Casas dos Riscos (concelho de Porto de Mós, distrito de Leiria), a uma altitude de cerca de 340 m. A entrada é constituída por uma pequena abertura entre blocos, através da qual, descendo um cone de abatimentos com um desnível de cerca de 2 m, se acede a uma sala ampla, de chão horizontal, com uma superfície aproximada de 100 m² e uma altura média da ordem dos 6 m (Fig. 1). As paredes da cavidade encontram-se recobertas de concreções litoquímicas, e o respectivo chão é constituído por uma crosta estalagmítica de espessura variável, formando por vezes maciços com cerca de 1 m de altura, alguns dos quais integram colunas que unem o chão ao tecto. Junto ao fundo da sala existe um buraco em funil que, como os dados da escavação realizada nesta zona da gruta vieram a demonstrar, está relacionado com um canal de ravinamento anterior ao preenchimento sedimentar, provavelmente em ligação com um episódio de entrada de águas através da diaclase que na vertical deste ponto se pode observar no tecto da gruta, a qual, em tempos, deverá ter estado aberta à superfície.

Fig. 1 – Lapa do Anecrial. Planta e cortes topográficos, sendo indicada a posição do funil erosivo existente no fundo da sala, junto à área escavada até ao final da campanha de 1995 (sombreado).

A descoberta da cavidade como jazida arqueológica data de 1991, e foi feita no quadro dos trabalhos de prospecção relacionados com o levantamento da Carta Arqueológica do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (P.N.S.A.C.). Os trabalhos de escavação, realizados sob a direcção de J. Zilhão, tiveram início em 1992, ano em que foram viabilizados através de um subsídio para o efeito especialmente concedido por aquela instituição. As seguintes campanhas, financiadas no quadro de um projecto de investigação apoiado pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (J.N.I.C.T.) e realizadas em 1993 e 1995, permitiram concluir a escavação da zona de habitat (mancha de dispersão de artefactos estruturada em torno de uma lareira) que tinha sido inicialmente detectada nos quadrados J-K/20-22 (Fig. 1), e iniciar o alargamento da escavação em direcção ao centro da cavidade (fiadas L e M).

Na sondagem de 1992 a sequência foi escavada por níveis naturais. Os sedimentos foram integralmente crivados, crivagem que foi feita a água no caso dos provenientes da zona da lareira que, para o efeito, foram removidos em bloco, sem que tivesse por isso sido possível realizar uma coordenação tridimensional sistemática dos vestígios, nomeadamente dos faunísticos. Dada a grande abundância dos carvões de pequenas dimensões e o carácter bastante húmido dos sedimentos era essa com efeito a única forma de obter uma amostra significativa de material antracológico. Nas duas últimas campanhas, os depósitos correspondentes à base e topo da camada 1 e à camada 2 da estratigrafia foram escavados por níveis artificiais de 5 cm definidos no interior de cada camada natural, e integralmente crivados a água. Para efeitos de posicionamento das peças (que em 1993 e 1995 se procurou fazer de forma sistemática, inclusivamente no que respeita às mais pequenas esquírolas), de subdivisão dos quadrados em quadrantes, e de descrição estratigráfica, convencionou-se considerar o eixo dos **y** como estando orientado a Norte.

A verificação da existência de vestígios arqueológicos na jazida obrigava à perfuração da crosta estalagmítica que recobria integralmente o chão da gruta. Na altura do reconhecimento, foi assim escavada uma área aproximada de forma rectangular (com cerca de 30x40 cm de lado) localizada junto ao que, após a implantação da quadrícula, viria a ser a zona correspondente à intersecção dos quadrados K/21-22. Nas condições em que se realizou esta intervenção experimental, o material então recolhido (que foi marcado com a designação JM, as iniciais do achador do sítio), na sua quase totalidade em quartzo, não pôde ser coordenado. A sua localização é no entanto coincidente com a da área de concentração de restos de talhe da referida matéria-prima que é revelada pela Fig. 3.

Os resultados obtidos foram já objecto de referências preliminares (Zilhão 1994) e de uma análise mais aprofundada das suas implicações comportamentais, tecnológicas e crono-estratigráficas (Zilhão 1995). Retomam-se aqui as linhas gerais da exposição apresentada neste último trabalho, completadas com as novas informações sobre cada uma das diversas sequências de talhe documentadas no sítio que os trabalhos de remontagem (a cargo de F. Almeida, que entretanto os pôde concluir) permitiram extrair da análise do material lítico.

2. Crono-estratigrafia

A área intervencionada até ao fim da campanha de 1995 é de cerca de 9,50 m². A sequência estratigráfica revelada por estes trabalhos foi a seguinte (Fig. 2):

Camada Ce Crosta estalagmítica. A sua espessura vai aumentando à medida que nos aproximamos do interior da sala (juntando-se, nos quadrantes NE e SE de M21 à crosta estalagmítica correspondente à camada 0b, aí atingindo uma espessura de cerca de 40 cm, e afectando do ponto de vista físico-químico todas as camadas lhes subjazem) e do funil erosivo existente a sul da área escavada.

Camada 0 Areias finas e siltes de cor acastanhada, embalando blocos de arestas boleadas. A espessura desta camada aumenta à medida que nos aproximamos da entrada da gruta. Em K20, junto ao corte E, a sua base é constituída por uma cascalheira brechificada (camada 0b) contendo clastos de arestas boleadas cuja superfície se encontra coberta de uma película carbonatada; a matriz é porém igual à da parte superior do estrato. No sentido do interior da sala, esta fina camada de cascalheira brechificada torna-se, já nos quadrados L-M20/21, numa verdadeira crosta estalagmítica, cuja espessura chega a atingir os 20 cm, no quadrante NE de M21. A espessura média da camada 0 é de 30 cm, e a da camada 0b de 5 cm. Ambas são arqueologicamente estéreis.

Camada 1 Cascalheira seca de elementos angulosos médios (5-10cm), de arestas cortantes, com rara matriz intersticial arenosa de cor castanho-amarelada. No quadrante SE de K20 e nas fiadas L e M esta camada apresentava-se recoberta por uma crosta estalagmítica. Nas campanhas de 1992

e 1993, a sua sondagem havia fornecido, na parte superior da camada, raros carvões, microfauna, alguns ossos de coelho, duas conchas do gasterópode marinho *Littorina obtusata*, e um esboço de folha de loureiro sobre espessa lasca de sílex com pré-tratamento térmico. Os trabalhos de 1995 mostraram a existência de uma estrutura de combustão associada a estes vestígios, na intersecção dos quadrados L/M20-21. Associados a esta lareira foram recolhidos mais alguns ossos de coelho, dos quais uma parte se apresentava calcinada, e um esboço de ponta crenada, também atribuível ao Solutrense. A base da camada contem já, porém, alguns materiais relacionados com a ocupação do «Proto-Solutrense/ /Aurignacense V» documentada na camada 2 subjacente. A espessura média da camada 1 é de cerca de 25 cm.

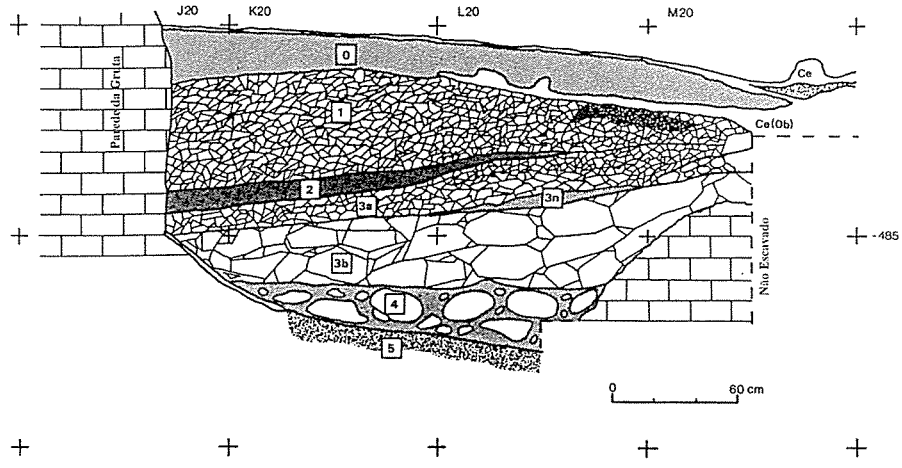


Fig. 2 – Lapa do Anecrial. Corte estratigráfico J-M20/21.

Camada 2 Saibro calcário, seco no topo e com matriz na base, assentando sobre uma película de areias finas e siltes que preenche os interstícios da cascalheira de grandes blocos (camada 3a) que lhe subjaz. Contem numerosos vestígios arqueológicos (indústria lítica e fauna) organizados em torno de uma estrutura de combustão de forma aproximadamente circular, com um diâmetro de cerca de 80 cm, e instalada numa pequena depressão de bordos suavemente inclinados (lareira *en cuvette*). Os resultados preliminares das análises antracológicas (realizadas por Isabel Figueiral), indicam o consumo de lenha de pinheiro silvestre (*Pinus sylvestris*), de urze (*Erica* sp.), e de leguminosas, provavelmente giestas (*Cytisus* sp.). Existem já duas datações radiométricas para estes carvões: 21 560±680 BP (ICEN-964), e 21 560±220 (OxA-5526). Conforme se refere adiante, a indústria lítica recolhida é atribuível ao «Aurignacense V» (Proto-Solutrense) e, portanto, compatível com estas datações. A espessura média da camada 2 é de 10 cm.

Camada 3a Cascalheira seca de elementos médios (5-10 cm), de arestas cortantes, e com diversos espaços ocos nos interstícios dos blocos. Bastante semelhante à camada 1, tem em média 15 cm de espessura.

Camada 3n Nível de saibro idêntico ao da camada 2 que, intercalado entre as camadas 3a e 3b e com uma espessura de cerca de 5 cm, aparecia na metade nascente da fiada K e nos quadrados da fiada L (Figs. 2 e 3). Continha carvões abundantes (sobretudo em L21), alguns dos quais de grandes dimensões, embora até 1993 não tenham sido encontrados quaisquer artefactos a eles associados. De resto, a campanha de 1995 veio alertar-nos para a hipótese de tais carvões estarem relacionados com escorrências da camada sobrejacente, uma vez que não foram detectados, novamente, quaisquer vestígios arqueológicos relacionados com a camada 3n.

Camada 3b Cascalheira seca de elementos grandes (mais de 20 cm), com arestas cortantes. Esta camada inclui, na sua base, algumas

estalactites caídas do tecto da gruta, e é arqueologicamente estéril. Espessura média: 30 cm.

Camada 4 Cascalheira de elementos grandes (mais de 20 cm), com arestas arredondadas, embalados numa matriz de areias finas e siltes de cor acastanhada. Encontraram-se também algumas estalactites na base desta camada, que é arqueologicamente estéril. Espessura média: 18 cm.

Camada 5 Argilas vermelhas. Este depósito deve corresponder a um preenchimento antigo do carso e constituir portanto o substracto geológico da sequência. Junto à parede W encontra-se ravinado e coberto por uma crosta estalagmítica semelhante à que constitui a camada Ce do topo da sequência.

Do ponto de vista crono-estratigráfico, parece claro que a sequência de camadas 1-3b deverá ter sido acumulada durante o último pleniglaciar würmiano, entre cerca de 24 000 e cerca de 18 000 BP e que, juntamente com as camadas 4 e 5, ocupa o espaço deixado por um antigo canal de ravinamento. Este antigo canal é bem visível no Corte apresentado na figura 2, e está associado directamente com a formação do funil erosivo existente a Sul da área escavada. A cronologia da sequência de camadas 1-3b está em conformidade com as características sedimentológicas dos depósitos: cascalheiras secas de arestas cortantes, indiciando um processo de formação por descamação crioclástica das paredes (processo que a análise destas últimas nas zonas onde não se encontram cobertas por concrecionamentos litoquímicos permite aliás corroborar), no decurso de um período de clima frio e seco, pontuado por momentos de maior humidade, responsáveis pela acumulação das películas de areias finas e siltes (base da camada 2, base da camada 3a) que se encontram intercaladas na sequência. Após o Solutrense, o ambiente de sedimentação muda radicalmente: a descamação das paredes sofre uma paragem, e apenas se acumulam no interior da gruta areias finas e siltes provenientes da erosão dos solos existentes no exterior, indicando um clima mais temperado e mais húmido, que deverá corresponder à fase de deglaciação do Atlântico Norte (16 000-10 000 BP). A transição para o Holocénico está marcada por uma erosão violenta e pela formação da crosta calcítica que recobre quase totalmente o chão da gruta.

A abundância na lareira da camada 2 dos carvões de *Pinus sylvestris*, espécie do andar subalpino da vegetação actual da Europa mediterrânica (Huetz de Lemps 1970:64-65), confirma de forma independente a reconstituição paleoclimática proposta para a sequência de camadas 1-3b. Ela permite igualmente documentar a existência na época de um gradiente importante com as zonas de baixa altitude localizadas a sul do Maciço Calcário Estremenho: nos níveis contemporâneos da jazida de Cabeço de Porto Marinho (Rio Maior) os carvões de *Pinus* pertencem quase sempre às espécies *pinaster/pinea*, as percentagens do pinheiro silvestre sendo absolutamente marginais (Figueiral 1993).

3. Condições de jazida

As remontagens líticas já realizadas, além de permitirem uma reconstituição pormenorizada das actividades de talhe levadas a cabo no contexto da ocupação humana que se encontra fossilizada na camada 2 (ver adiante), permitem ainda demonstrar que os vestígios dessa ocupação se caracterizam por um grau de preservação excepcional da respectiva estruturação espacial original. Isto é, que não deverão ter sido significativamente afectados por fenómenos de perturbação pós-deposicional, os quais se deverão ter limitado a pequenas deslocações verticais. A distribuição dos vestígios em planta (Figs. 3-4) mostra com efeito que as zonas de maior concentração de material se situavam a E da estrutura de combustão, apesar da ligeira inclinação para W apresentada pela estratigrafia (Fig. 2). Não parece assim que a referida distribuição tenha sido condicionada por movimentos pós-deposicionais de direcção horizontal. Por outro lado, embora as deslocações verticais tenham originado uma banda de dispersão de artefactos com uma amplitude de cerca de 10 cm, as remontagens provam que se trata de materiais abandonados no quadro de um número muito restrito de episódios de talhe. É essa com efeito a conclusão para que indubitavelmente apontam os seguintes factos (Quadro 1):

- o pequeno número de volumes explorados (onze, incluindo nódulos brutos, núcleos já preparados ou parcialmente debitados, e utensílios ou suportes descartados após uso ou transformação), implicando para o peso da totalidade da matéria-prima introduzida na jazida um valor certamente não muito superior aos pouco mais de 1000 gramas de restos líticos que foram deixados no sítio após o termo da ocupação;
- as elevadas percentagens atingidas nalgumas matérias-primas em que os ensaios de remontagem foram já dados por concluídos (38 a 90% do total das peças puderam ser remontadas, correspondendo a valores ponderais entre 71 e 100%);

Quadro 1 – Lapa do Anecrial (1992-95) – Remontagens por matéria-prima (camada 2)

	Total		Remontadas			
	N	Peso (g)	N	%	Peso (g)	%
Sílex amarelo zonado (a)	9	27	8	89	23	85
Sílex com veios cristalinos (b)	19	77	13	68	67	87
Sílex translúcido patinado	12	36	8	67	35	97
Sílex branco rosado (c)	16	28	6	38	20	71
Sílex cinzento	241	307	110	46	286	93
Sílex rosa	109	34	26	24	20	59
Sílex indeterminado (d)	24	20	3	12.5	9	45
Quartzito	10	113	9	90	113	100
Quartzo e Cristal de Rocha (e)	137	512	45	33	486	95
TOTAL	577	1154	228	39.5	1059	92

(a) 3 grupos de remontagens não reunidos, provenientes de 1 só bloco
(b) 2 grupos de remontagens não reunidos, provenientes de 1 só bloco
(c) 2 buris e 1 fragmento de peça que reconstituem um raspador reaproveitado após fractura, e esquírolas de retoque do próprio raspador
(d) material atribuível ao bloco de sílex amarelo zonado ou ao bloco de sílex com veios cristalinos, algum do qual queimado
(e) 3 blocos remontados e 3 grupos de remontagens provenientes de um só outro bloco

- as percentagens igualmente importantes (93 a 95% em termos ponderais) verificadas nas duas matérias-primas melhor representadas, o quartzo e o sílex cinzento, que são, em conjunto, responsáveis por cerca de três quartos do conjunto lítico recolhido até ao final da campanha de 1995.

O facto de a distribuição espacial dos restos de debitagem apresentar um padrão de concentração/segregação dos restos líticos pertencentes às diferentes matérias-primas exploradas (Fig. 3) constitui um importante reforço suplementar da caracterização acima avançada quanto à integridade dos depósitos. Da análise desse padrão resulta por outro lado bastante claro que os limites da distribuição de vestígios relacionados com o uso da lareira dos quadrados J-K/21 deverão estar incluídos na área já escavada.

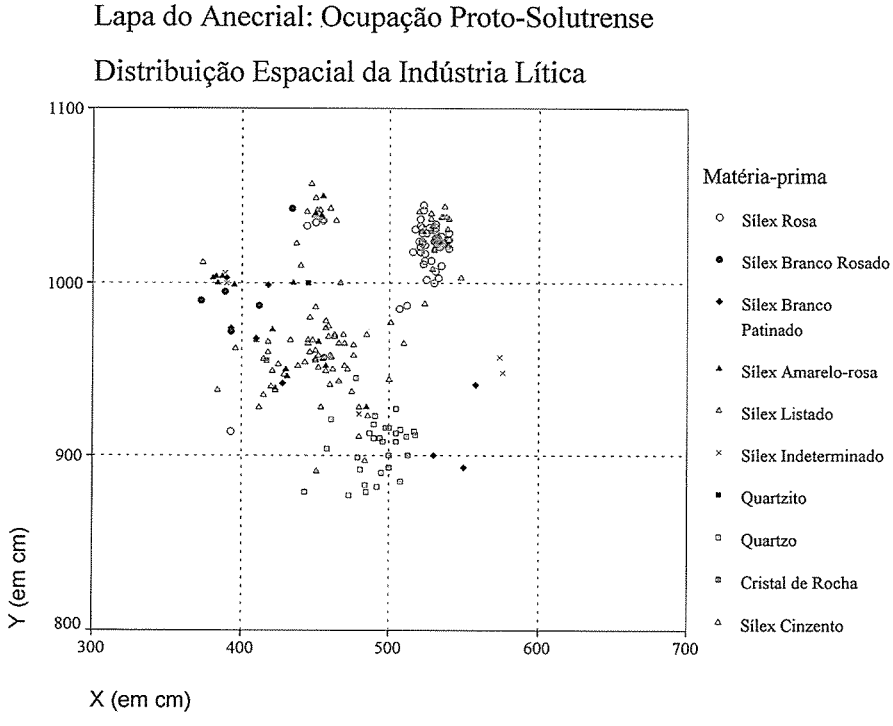


Fig. 3 – Lapa do Anecrial. Distribuição espacial da indústria lítica da Camada 2.

4. Distribuição espacial

Conforme resulta da leitura do Quadro 2, a interpretação mais parcimoniosa do padrão de distribuição espacial observado na camada 2 é a de que o número muito restrito de episódios de talhe documentados pelos restos líticos recolhidos em torno da lareira nela existente terá tido lugar no quadro de uma mesma ocupação. Qualquer uma das restantes alternativas requer com efeito a pressuposição de coincidências ou de comportamentos repetitivos cuja racionalidade resultaria de demonstração difícil.

Quadro 2 – Lapa do Anecrial (1992-93) – Hipóteses de interpretação da distribuição espacial dos vestígios (camada 2)

Hipótese mais parcimoniosa	**Um só episódio de ocupação, de muito curta duração (uma noite), protagonizado por um grupo de três indivíduos que levaram a cabo as suas actividades de talhe em torno da lareira de forma simultânea.**
Alternativa 1	Um só momento de ocupação, de duração algo mais prolongada (duas ou três noites) mas protagonizado por um único indivíduo, que terá reacendido a lareira sempre no mesmo sítio mas deslocado sucessivamente o posto de trabalho (de modo a evitar o incómodo causado pelos resíduos produzidos no quadro dos episódios de talhe anteriores?).
Alternativa 2	Vários momentos de ocupação separados no tempo (duas ou três visitas sazonais em anos consecutivos, por exemplo) e protagonizados por um mesmo indivíduo, que teria reacendido a lareira sempre no mesmo lugar mas variado a posição escolhida para realizar as actividades de talhe de forma a evitar (tal como na alternativa 1) os resíduos líticos anteriormente abandonados.
Alternativa 3	Vários momentos de ocupação separados no tempo, como na alternativa 2, embora neste caso protagonizados por indivíduos (ou grupos) diferentes, que, no entanto, terão aproveitado para acender as suas lareiras o sítio onde já havia vestígios das anteriores e, tal como nas alternativas 1 e 2, evitado sentar-se para trabalhar nas zonas onde já havia vestígios de actividades de talhe precedentes.

A concentração/segregação que caracteriza esse padrão terá estado relacionada, portanto, com a posição em que os protagonistas dessa ocupação única se encontravam no momento em que executaram as tarefas de talhe da pedra documentadas pelos materiais líticos. As três manchas evidenciadas pela Fig. 3 constituiriam assim as «zonas de queda» (Binford 1983) associadas à actividade de três indivíduos cuja posição de trabalho se procurou reconstituir na Fig. 5. Em favor desta reconstituição deve igualmente assinalar-se que a esmagadora maioria das esquírolas e pequenas lamelas foram recolhidas fora da lareira, os materiais provenientes do interior desta última sendo constituídos sobretudo por lascas e resíduos de maiores dimensões. Facto que, por outro lado, está plenamente conforme com o modelo das zonas de «queda» e «arremesso» proposto por Binford (1983:149-159) a partir da observação etnoarqueológica dos padrões de dispersão de vestígios em torno de lareiras localizadas em ambientes não confinados. A comparação da Fig. 90 deste autor com a nossas Figs. 3-5 torna aliás imediatamente evidente que as dimensões da área correspondente à zona de queda criada pela actividade dos três indivíduos sentados em torno da lareira B do sítio de Anaktiqtauk (Alasca) são praticamente coincidentes com as da mancha de dispersão dos vestígios recolhidos em torno da lareira da camada 2 da Lapa do Anecrial.

A distribuição dos restos ósseos (Fig. 4) é compatível com este modelo, embora não seja claro por que razão os fragmentos da macrofauna parecem formar uma linha divisória separando o espaço ocupado pelos indivíduos 1 e 2 da Fig. 5. Note-se, por outro lado, que a concentração de restos de coelho junto à zona norte da lareira é em parte um artefacto da forma como a escavação foi realizada. Na realidade, esses restos estavam distribuídos de forma mais ou menos homogénea em toda a área interior da lareira. Foi o facto de a parte desta situada em J-K/21 ter sido quase integralmente removida para crivagem a água que impediu uma coordenação tridimensional sistemática do respectivo conteúdo, e é por essa razão que o número de pontos é significativamente mais elevado em K-L/20, ou seja, na zona escavada em 1993. Apesar destas limitações dos dados, eles permitem mesmo assim evidenciar dois padrões muito claros:

- não há praticamente quaisquer restos de coelho fora da lareira;
- parece haver em L/21-22 uma «zona de arremesso traseira» (Binford 1983:Fig. 89).

Uma interpretação mais detalhada do significado destas diferenças e do modo como as tarefas alimentares documentadas pelos restos ósseos se terão articulado com as tarefas de talhe documentadas pelos restos líticos será tentada mais adiante, no quadro da formulação de um modelo do papel funcional da jazida. Assinale-se apenas, para já, que a grande maioria dos ossos de coelho recolhidos no

interior da lareira não se encontram carbonizados. Pelo contrário, a maior parte dos restos líticos de proveniência idêntica apresentam sinais evidentes de choque térmico: os de sílex com brilho e textura aporcelanada; os de quartzito com rubefacção, implicando mudança de cor total, ao ponto de ter sido possível remontar lascas de quartzito «vermelho» num núcleo não alterado cuja cor era verde! Parece assim que as actividades de talhe terão tido lugar enquanto a lareira estava acesa, ao passo que a acumulação dos ossos de coelho no respectivo interior terá tido lugar num momento em que ela se encontraria já apagada ou em processo de arrefecimento, tendo então sido reaproveitada como lixeira.

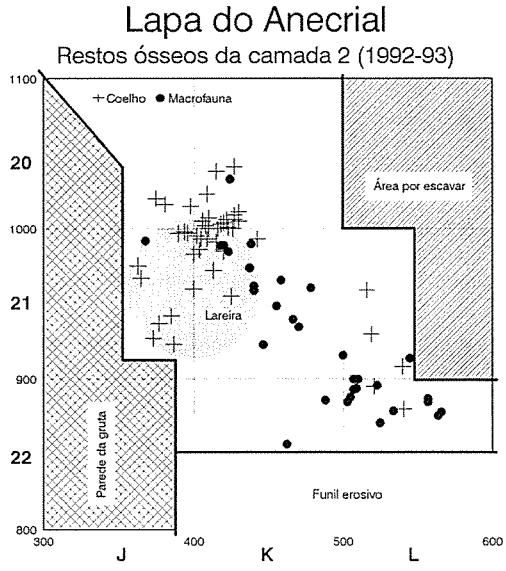


Fig. 4 – Lapa do Anecrial. Planta do nível arqueológico da camada 2, sendo indicada a posição da lareira e a distribuição espacial dos restos faunísticos.

5. Indústria lítica

As remontagens já efectuadas mostram que as actividades de talhe executadas durante a estada do grupo na cavidade afectaram 13 blocos de diferentes matérias-primas (quartzo, quartzito e sílex), introduzidas na gruta em estados «ontogenéticos» diferenciados, e objecto, durante a permanência na gruta, de uma exploração também ela diferenciada. Conforme anteriormente se argumentou, tudo indica que a ocupação relacionada com estes vestígios terá estado circunscrita a esta zona da gruta, conforme o indica também o facto de, para a maior parte dos blocos (quartzo e sílex cinzento), ter sido possível reconstituir de forma pormenorizada a totalidade dos sucessivos passos por que passou a respectiva exploração, cuja descrição se apresentará de seguida.

5.1. Quartzo

O material em quartzo corresponde à debitagem de blocos introduzidos na cavidade sob a forma de seixos inteiros explorados para a extracção de esquírolas e de lamelas tanto a partir de «raspadeiras» carenadas (Fig. 7, n°s 10-13) como de núcleos prismáticos (Fig. 7, n° 5). Dado que todo este material foi recolhido na intersecção dos quadrados K-L/21--22, e que as remontagens permitiram já demonstrar que os restos desta matéria-prima lítica correspondem à debitagem de quatro seixos, esta área da escavação parece estar relacionada com um indivíduo «especializado» no talhe do quartzo: o indivíduo 1 da Fig. 5. Na área escavada só foram recolhidas duas lamelas de boa qualidade, as ilustradas sob os n°s 6 e 7 da Fig. 7. Esta última foi aliás encontrada já no interior da camada 3a, a uma cota inferior em cerca de 20 cm à do núcleo sobre a qual foi remontada, devendo tratar-se portanto de uma peça perdida no próprio momento do talhe, caída para o interior do preenchimento sedimentar através dos numerosos interstícios existentes por entre os blocos da cascalheira da camada 3a. Tudo indica assim que o objectivo da debitagem destas lamelas tenha sido a produção de material para exportação, sem que seja possível determinar se esta terá tido lugar sob a forma de *kits* preparados para uso ulterior ou, como parece mais provável, sob a forma de barbelas já montadas em armas de caça (pontas de zagaia, em osso, haste de cervídeo ou madeira, por exemplo) cuja necessidade de preparação, ou de manutenção, terá assim sido a causa próxima que determinou a realização das actividades de talhe do indivíduo 1.

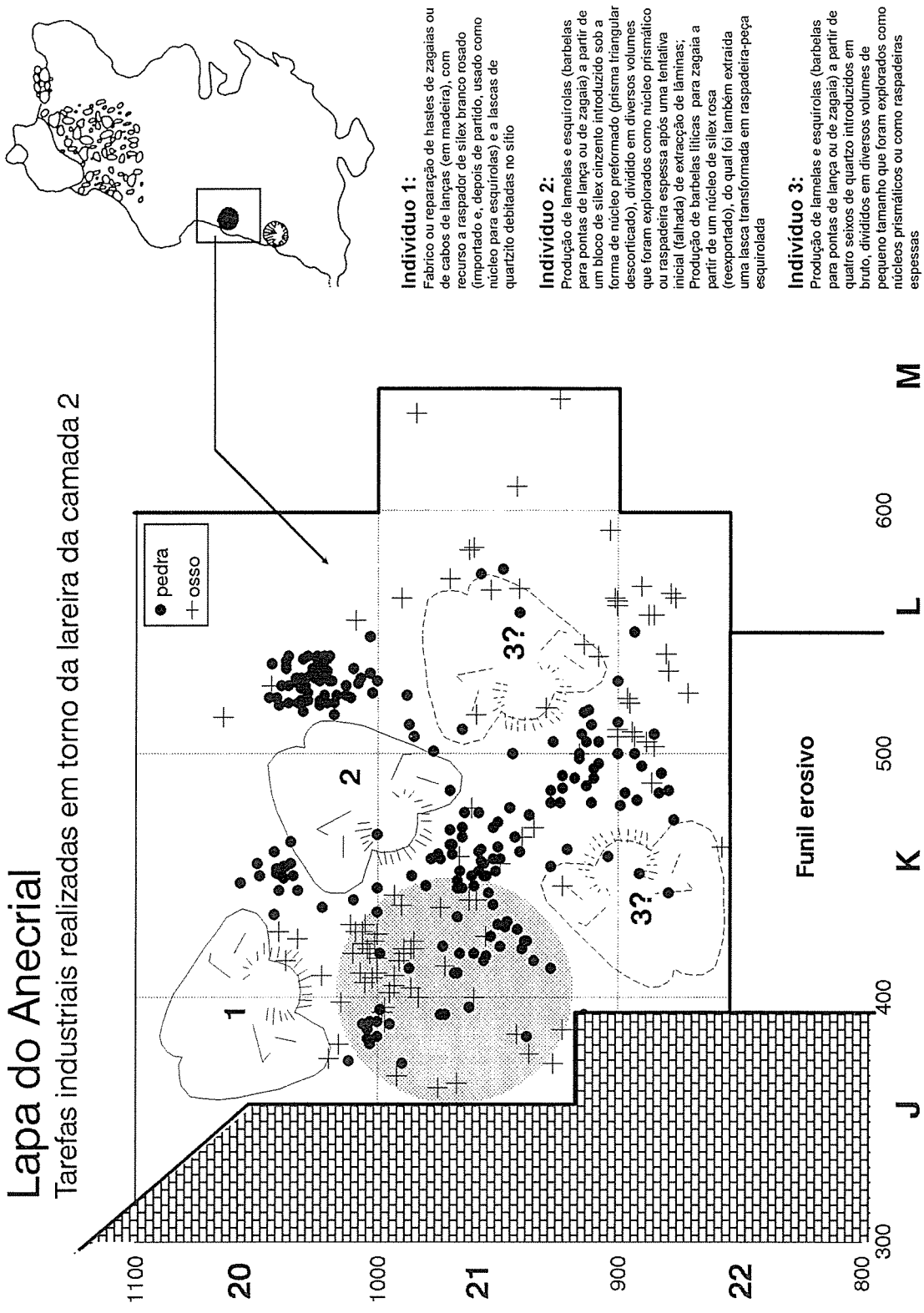


Fig. 5 – Lapa do Anecrial. Reconstituição das posições de trabalho dos três indivíduos que, segundo a interpretação mais parcimoniosa das Figs. 3 e 4, terão sido responsáveis pela produção dos restos líticos escavados em torno da lareira da camada 2. A forma e dimensões da área de trabalho assim reconstituída são absolutamente idênticas às documentadas por Binford (1983:Fig. 90) no sítio de Anaktiqtauk (Alasca).

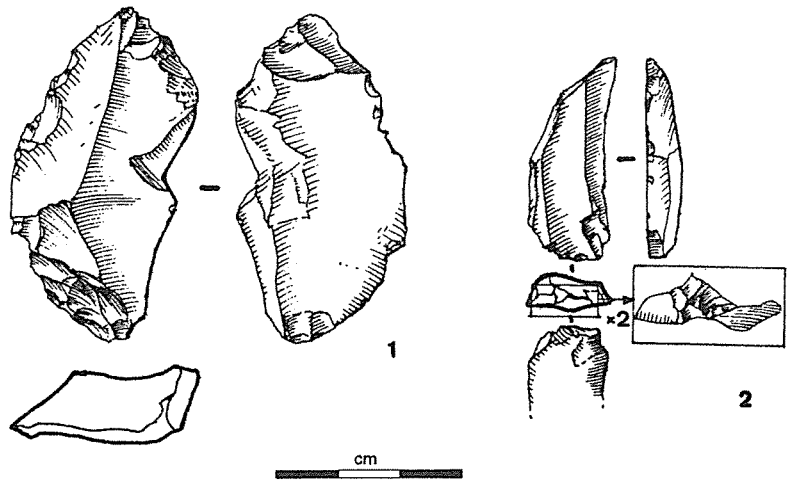


Fig. 6 – Lapa do Anecrial: 1. esboço de folha de loureiro com pré-tratamento térmico da camada 1; 2. lamela apontada da camada 2 (sílex rosado) (desenhos de Thierry Aubry).

5.1.1. Bloco QZ1 (quartzo leitoso opaco com pequenas cavidades internas)

Trata-se de uma lasca cortical espessa e ultrapassada, em cuja parte proximal foram removidas várias lascas corticais e esquírolas (tendo sido possível remontar fisicamente uma esquírola e três lascas parcialmente corticais), formando uma frente de «raspadeira» afocinhada espessa que foi abandonada sob a forma apresentada na Fig. 7 (nº 13). A parte distal ultrapassada foi separada do resto do suporte em ocasião não determinada: ou no momento da extracção (acidente de talhe); ou deliberadamente, antes do início do retoque (ou debitagem) da «raspadeira» afocinhada/núcleo; ou pós-deposicionalmente. O núcleo a partir do qual esta lasca cortical espessa foi extraída não foi encontrado, podendo por isso ter sido exportado da jazida para uso ulterior.

5.1.2. Bloco QZ2 (quartzo leitoso semitranslúcido com estrutura fibrosa)

Trata-se de uma matéria-prima de boa qualidade, introduzida na cavidade sob a forma de seixo de pequenas dimensões (5,5 cm de comprimento máximo, peso remontado de 51 g) que já apresentava um levantamento de lasca cortical muito fina (que deverá corresponder a um teste efectuado no local de aprovisionamento). O elevado índice de remontagem permite a reconstituição quase completa da sequência de talhe.

O primeiro passo foi a remoção de uma grande lasca cortical, partida em dois no momento da percussão. De seguida, efectuou-se uma tentativa de uso de plano de percussão cortical para obtenção de suportes alongados. Esta primeira tentativa não resultou, obtendo-se apenas algumas esquírolas.

Optou-se então por recorrer a um novo plano de percussão oposto, alterno, preparado através da eliminação de uma tablette cortical espessa. A partir deste novo plano de percussão liso debitaram-se várias lamelas (nenhuma das quais foi recolhida na escavação, pelo que deverão ter sido exportadas), até que começaram a aparecer ressaltos. O núcleo foi então abandonado sob a forma de «raspadeira» carenada, após uma derradeira tentativa (falhada) de exploração a partir de um terceiro plano de percussão.

Os dois fragmentos em que se partiu a primeira lasca cortical removida na estação foram reaproveitados: um como núcleo prismático para lamelas (nenhuma das quais foi encontrada, pelo que deverão ter sido exportadas), abandonado após ressaltos na superfície de debitagem; o outro como núcleo ou «raspadeira» espessa, abandonado após um reduzido número de levantamentos, provavelmente devido às reduzidas dimensões do suporte.

5.1.3. Bloco QZ3 (quartzo leitoso semitranslúcido de estrutura fibrosa e córtex ferruginoso)

A matéria-prima deste bloco, com um comprimento máximo de 9 cm e um peso remontado de 182 g, é de qualidade bastante inferior à dos outros seixos de quartzo debitados no contexto da ocupação da camada 2 da Lapa do Anecrial: as superfícies de lascagem ou de fractura são muito irregulares, há muitas clivagens, e a maioria das lascas produzidas parecem ter-se partido no momento da extracção. O abandono dá-se ainda com cerca de 50% do volume original por explorar, facto que deve estar relaciona-

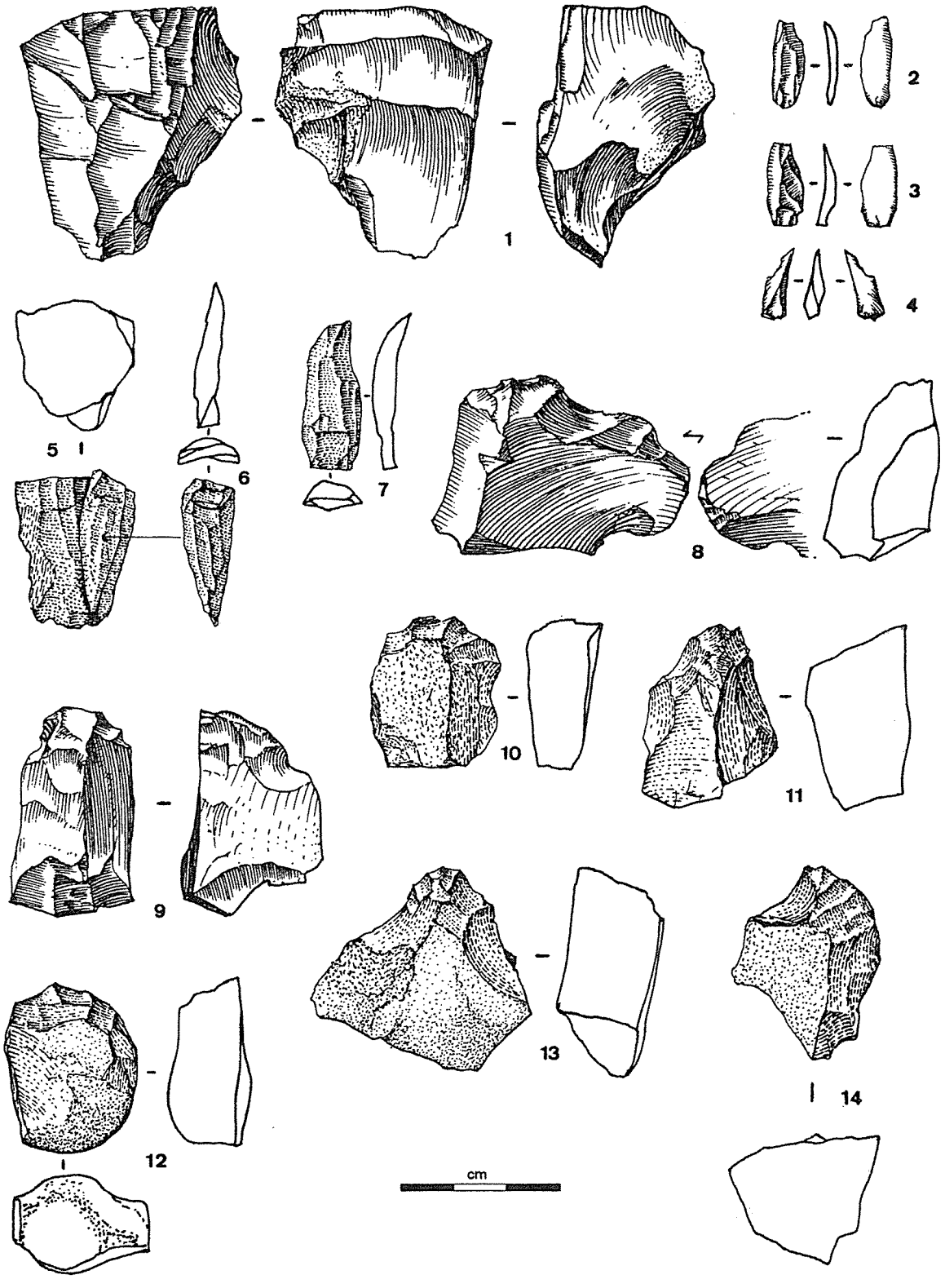


Fig. 7 – Lapa do Anecrial. Materiais líticos da camada 2 (1-4 e 8-9 em sílex cinzento, as restantes em quartzo): 1. núcleo prismático para lâminas com planos de percussão múltiplos, lisos, sem abrasão; 2-4. lamelas extraídas da raspadeira carenada (nº 9); 5-7. núcleo prismático para lamelas com um plano de percussão liso, e lamelas nele remontadas; 8. raspadeira afocinhada espessa; 9. raspadeira carenada; 10, 12. raspadeiras carenadas atípicas; 11, 14. raspadeiras carenadas; 13. raspadeira afocinhada espessa (desenhos de Thierry Aubry).

do precisamente com a reduzida aptidão desta matéria-prima para o talhe por percussão. O elevado índice de remontagem permite uma reconstituição completa da sequência.

O seixo foi introduzido na estação quase inteiro, à excepção de duas lascas corticais finas (testes efectuados no local de aprovisionamento?). Já na estação, a produção foi iniciada a partir de um plano de percussão cortical, obtendo-se algumas lascas espessas de dimensões irregulares, algumas das quais se partiram. Só uma destas lascas foi retomada, tendo o respectivo talão (cortical e espesso) sido usado como superfície de debitagem em frente de «raspadeira» espessa (subsequentemente abandonada devido à ocorrência de ressaltos), para extracção de lamelas.

5.1.4. Bloco QZ4 (quartzo leitoso semitranslúcido com veios micáceos)

Este seixo forneceu três conjuntos de remontagens que não foi possível ligar entre si. Deste modo, não é ainda possível esboçar uma visão de conjunto da sequência de talhe que foi seguida, nem tão pouco estimar as dimensões originais do seixo. O peso conjugado dos três conjuntos de peças remontadas é, nesta fase da investigação, de 201 g. Apesar de não ser possível uma reconstituição completa, as remontagens parciais permitem mesmo assim realizar algumas inferências acerca da natureza dos processos de trabalho, que a seguir se procurará descrever com o pormenor possível. A análise das superfícies corticais sugere que numa fase anterior à da sua exploração como núcleo este seixo poderá ter funcionado como percutor (ver estigmas presentes no talão da peça ilustrada com o nº 12 da Fig. 7).

A Remontagem 1 permite documentar uma fase de descorticamento e configuração inicial, com produção de lascas espessas e de fragmentos poliédricos com faces planas de clivagem. Uma das lascas foi posteriormente transformada em raspadeira (sobre a qual foi possível remontar várias das esquírolas de retoque), e um dos fragmentos poliédricos foi explorado como núcleo para lamelas com três planos de percussão, um dos quais preparado por remoção de tablette. Parece faltar um segundo núcleo, que poderá ter sido exportado, uma vez que não foi recolhido nas escavação. O volume obtido após essa fase inicial foi explorado como núcleo prismático para lamelas grandes, apresentando dois planos de percussão opostos lisos (um dos quais resultante de reavivamento por remoção de tablette, a qual eliminou um plano de percussão cortical anterior). Deste núcleo apenas foram recolhidas duas lamelas boas (as peças com os nºs 6 e 7 da Fig. 7), bem como uma outra que se partiu em três no momento da extracção. São visíveis, no entanto, vestígios de outros levantamentos lamelares no núcleo abandonado, pelo que é provável que tais lamelas não encontradas tenham sido exportadas.

A Remontagem 2 corresponde a uma extremidade «em pêra» do bloco original, e agrupa um conjunto de produtos de debitagem que forma a parte exterior (cortical) de um núcleo que não foi encontrado. Das operações de descorticamento e manutenção do núcleo resultaram: uma lasca cortical retomada como raspadeira (Fig. 7, nº 12); três lascas de talão cortical compridas, não retomadas; e um grande flanco de núcleo, que se partiu em dois no momento da extracção. Este último parece resultar da preocupação em remover do núcleo uma zona com um veio micáceo, propícia portanto a fracturas indesejáveis. Os dois fragmentos que resultam da fractura deste flanco de núcleo apresentam «histórias» idênticas: ambos são posteriormente aproveitados como raspadeiras espessas retocadas a partir da extremidade distal. Os dois são abandonados, finalmente, devido a ressaltos e fracturas relacionadas com o referido veio micáceo.

A Remontagem 3 corresponde a uma lasca cortical retocada/debitada em «raspadeira» espessa distal. A frente original foi removida, criando-se depois uma frente em raspadeira afocinhada, o fragmento removido da frente apresentando igualmente vestígios de um reaproveitamento sob a forma de raspadeira obtida por levantamentos de direcção perpendicular à da frente original.

5.2. Sílex cinzento

O material em sílex cinzento (Figs. 7 e 8) corresponde à debitagem de três volumes obtidos a partir de um mesmo bloco original de matéria-prima. As remontagens já efectuadas, com elevado índice de sucesso, permitem definir com precisão as sequências de talhe de que os dois blocos foram objecto. A concentração dos resíduos produzidos pela debitagem desta matéria-prima numa zona restrita centrada no quadrante NE do quadrado K21 permite atribuir estas actividades a um mesmo indivíduo, o assinalado com o nº 2 da Fig. 5. Dada a similitude de processos técnicos e de tipos de resíduos, os objectivos do trabalho por ele realizado deverão ter sido idênticos aos propostos para o indivíduo nº 1.

A Remontagem 1 permitiu reconstituir um volume que deverá ter dado entrada na jazida já sob a forma de pré-núcleo. Trata-se com efeito de um prisma de secção trapezoidal, cujos topos constituíam planos de percussão «naturais», prontos a debitar, e em que as arestas que uniam esses mesmos topos podiam também funcionar como cristas para guiar a extracção de lâminas.

Num primeiro momento, parece ter sido precisamente esse o objectivo do artesão. No entanto, a ocorrência de um ressalto importante na superfície de debitagem, logo à primeira tentativa, obrigou a uma mudança de estratégia. Os topos foram removidos, e o bloco foi reconfigurado como núcleo para a produção de suportes alongados de dimensão lamelar, processo que dá origem à remoção de tablettes, de «fundos de núcleo» e de diversas outras lascas espessas. Quatro destes subprodutos foram subsequentemente reaproveitados: um como núcleo prismático com plano de percussão liso, para lamelas com cerca de 0,7 cm de largura; dois como «raspadeiras» afocinhadas ou núcleos (um dos quais foi abandonado sob a forma documentada pelo nº 8 da Fig. 7), a partir dos quais foram obtidas várias lamelas e esquírolas de perfil torcido; e um como raspadeira carenada (Fig. 7, nº 9).

Após a ocorrência de ressaltos no bordo do plano de percussão, que levaram ao insucesso das primeiras tentativas de extracção de produtos de debitagem, o bloco residual foi reavivado mediante o recurso à extracção de duas tablettes, após o que se extraíram cerca de uma dúzia de lamelas de perfil direito e largura variando em torno de 1 cm. Estes produtos devem ter sido totalmente exportados, uma vez que na escavação só foi possível recolher as partidas por acidente de talhe. A exploração deste plano de percussão é dada por finda devido a ressaltos na superfície de debitagem, mas antes de o núcleo ser abandonado (sob a forma documentada pelo nº 1 da Fig. 7) é ainda tentada uma exploração a partir de um outro plano de percussão, cruzado, a qual, no entanto, também não resulta.

A Remontagem 2 corresponde a uma lasca espessa, parcialmente cortical, transportada provavelmente como reserva de matéria-prima, e que foi debitada como núcleo para obtenção de lascas pequenas e finas, de contorno arredondado e dimensão máxima variando entre 1,5 e 2 cm de que se obtiveram cerca de uma vintena de exemplares.

A Remontagem 3 representa a frente de uma raspadeira espessa, e é composta por cerca de duas dezenas de pequenas lascas, esquírolas, e lamelas. O volume a partir do qual estes produtos foram debitados terá sido posteriormente levado para fora da cavidade.

5.3. Sílex branco rosado

O material em sílex branco rosado corresponde ao aproveitamento dado a uma peça introduzida na cavidade sob a forma de utensílio acabado ou de suporte pronto para transformação. O retoque em raspador do gume bruto (ou o reavivamento do bordo já anteriormente retocado) foi realizado na gruta (tendo sido possível a remontagem de esquírolas correspondentes a resíduos de retoque), mas a seguir a peça partiu-se, provavelmente por acidente de utilização, dela tendo resultado três fragmentos. Um parece ter sido deitado fora, mas os outro dois apresentam levantamentos burinantes que poderão corresponder seja a tentativas falhadas de reaproveitamento como buril/núcleo para a extracção de suportes lamelares, seja a estigmas de uso causados por uma reutilização com funções idênticas às iniciais. Ainda antes do abandono, tentou-se a produção de lamelas a partir de um plano de percussão liso (resultante duma das superfícies de fractura do raspador original), mas sem resultado, devido a ultrapassagem.

Este material está todo ele concentrado no lado N da estrutura de combustão, na intersecção dos quadrados J-K/20-21, e deverá estar por isso relacionado com a actividade do indivíduo nº 3 da Fig. 5. Essa actividade, implicando o uso efectivo de artefactos líticos e não apenas a sua produção, poderá assim ter correspondido à fabricação ou reparação das componentes em matéria orgânica do armamento de caça, por exemplo os cabos de madeira ou as pontas de zagaia, também em madeira ou, eventualmente, em corno de cervídeo. A ausência no sítio de quaisquer vestígios do trabalho industrial de matérias duras de origem animal permite no entanto considerar esta última hipótese como altamente improvável.

Não se pode excluir, no entanto, que a interpretação da peça como raspador não encontre efectiva correspondência funcional na actividade evocada pela designação do tipo. É possível, por exemplo, que o «retoque» do gume traduza antes uma tentativa para afeiçoamento de uma frente de «raspadeira» espessa, falhada devido à espessura insuficiente do suporte, em virtude da qual ele se terá partido. A ser assim, a tentativa de exploração dos fragmentos para a obtenção de lamelas poderia interpretar-se como uma insistência na prossecução do objectivo inicialmente buscado, que seria, tal como nos casos anteriormente apresentados, o da obtenção de lamelas curtas.

5.4. Quartzito

O material em quartzito corresponde à debitagem de um único bloco, introduzido na cavidade sob a forma de seixo talhado com levantamentos patinados (artefacto de época mais antiga) e apresentando vestígios de uso como percutor. Este bloco foi explorado para a obtenção de lascas a partir de um único plano de percussão cortical. Dado que os produtos obtidos foram integralmente remontados (com excepção de uma pequena esquírola), pode

presumir-se que se tratou de uma debitagem expedita para uso imediato, seguido de descarte, e sem que, portanto, tenha havido exportação do material debitado. No mesmo sentido aponta o facto de o próprio núcleo ter também sido deixado na jazida após o termo da ocupação. A distribuição deste material coincide com a dos vestígios do raspador em sílex branco rosado, sugerindo que as lascas de quartzito terão sido também obtidas pelo indivíduo nº 3, e por ele usadas com funções idênticas às acima propostas para esse raspador.

5.5. Outras matérias-primas

Os restos líticos pertencentes às outras variedades de sílex apresentam uma distribuição espacial coincidente, que permite atribuir as respectivas actividades de talhe também à actividade do indivíduo nº 3. As remontagens efectuadas não permitem no entanto reconstituir a totalidade das sequências de talhe, pelo que se dará apenas uma descrição sumária das observações realizadas e das inferências que elas permitem sustentar.

5.5.1. Sílex amarelo zonado

Os vestígios abandonados documentam o uso (como utensílio? como núcleo?) e descarte de uma «raspadeira afocinhada-buril de ângulo sobre fractura». Da mesma matéria-prima foi ainda encontrada uma lâmina apontada de dorso cortical, com fractura apical. Em conformidade com a hipótese acima esboçada quanto à natureza das actividades realizadas pelo indivíduo nº 3, esta segunda peça poderá corresponder a uma ponta de zagaia partida, introduzida no sítio agarrada ao respectivo cabo e nele subsequentemente atirada fora (a peça encontrava-se no lado S da lareira, do lado oposto à «zona de queda» que se presumiu estar relacionada com o referido indivíduo) e substituída.

5.5.2. Sílex com veios cristalinos

As remontagens já efectuadas demonstram o uso de duas grandes lascas corticais como núcleos discóides para produção quer de lascas quer de pontas naturais de forma triangular. As duas lascas devem com toda a probabilidade corresponder a duas metades de um mesmo nódulo que, no entanto, não foi possível ligar entre si.

5.5.3. Sílex translúcido patinado

Este bloco está muito mal representado na área escavada. A remontagem efectuada apenas nos mostra um conjunto de lascas e uma tablette extraídas de um núcleo prismático que não foi recolhido e que poderá ter sido reexportado, tal como os produtos dele extraídos.

5.5.4. Sílex rosa

O material em sílex rosa corresponde à debitagem de um bloco cujo núcleo abandonado não foi encontrado (reexportado pelo artesão para exploração ulterior?), mas cujo talhe local está documentado pelo achado de várias lascas, esquírolas, lamelas, de uma peça esquirolada-raspadeira, de uma lasca de reavivamento do plano de percussão, e de várias lamelas de formato triangular, uma das quais retocada na sua área distal.

6. Economia e função

Tanto no caso do quartzo como no caso do sílex, e qualquer que seja o indivíduo considerado, o sistema tecnológico documentado nesta ocupação é o mesmo, combinando a técnica dos núcleos prismáticos com a dos núcleos («raspadeiras») carenados/afocinhados, combinação que é típica do Proto-Solutrense e cuja realidade física é demonstrada de forma definitiva pelas remontagens. Em todos os casos, o objectivo das operações de talhe realizadas durante a estada na cavidade parece ter sido sobretudo o da obtenção de barbelas líticas para armar pontas de zagaia provavelmente fabricadas em osso ou madeira. Trata-se de actividades aparentemente relacionadas exclusivamente com a produção ou manutenção de equipamento de caça. Este facto está em conformidade com a duração da estada e a dimensão do grupo que foram inferidas a partir do contexto mais geral de deposição da indústria lítica, e contribui para a definição de uma proposta de interpretação funcional do sítio que nos parece bastante sólida: a de se tratar de um acampamento transitório estabelecido na rota de um pequeno destacamento de caçadores envolvido em operações logísticas de caça ou de reconhecimento. A bagagem com que o grupo viajava pode por outro lado ser em parte reconstituída, a partir dos restos abandonados na jazida, como contendo: reservas (blocos brutos, volumes configurados como pré-núcleos, ou lascas) de matéria-prima lítica (quartzo, quartzito e sílex, rochas que não existem nas imediações do sítio); utensílios para o talhe da pedra (percutores); equipamento de caça (zagaias e ou lanças); ferramentas para a fabricação ou reparação deste último (raspador ou seu suporte bruto).

Parece igualmente razoável supor que essa bagagem deveria também incluir provisões alimentares, o que permitiria explicar a introdução e abandono dos fragmentos de ossos longos de animais de porte

médio cuja distribuição espacial é apresentada na Fig. 4. Conforme se depreende da respectiva consulta, e ao contrário do que sucedia com os de coelho, estes restos (entre os quais foram já identificados ossos de cabra-montês — *Capra pyrenaica*) foram na sua totalidade recolhidos no exterior da lareira. O respectivo estudo arqueozoológico estando ainda por realizar, não é de momento possível avaliar se se trata de restos de um único animal, nem se este espólio conterá igualmente restos de outras espécies. Não foi encontrado nenhum exemplar calcinado, e o seu estado de preservação é completamente oposto ao verificado no caso dos coelhos, apresentando claros sinais de alguma corrosão de carácter químico. É bastante provável que estas diferenças no estado superficial dos dois tipos de restos ósseos estejam relacionadas com processos de alteração pós-deposicional, embora não se possa excluir de todo a possibilidade de estarem também em parte determinadas por eventuais diferenças de tratamento culinário, por exemplo com o facto de os fragmentos de animais de maior porte terem servido de matéria-prima para a confecção de um caldo, prática comum entre os caçadores-recolectores actuais das regiões subárcticas (Binford 1983). A ser assim (e dado que o carácter fragmentário dos restos indica que não foram introduzidas na cavidade carcaças inteiras ou quase inteiras de animais de porte médio recém-caçados), é provável que estes restos estivessem incluídos na «lancheira» transportada pelos caçadores, seja sob a forma de partes de carne com osso, seja sob a forma de ossos já descarnados guardados precisamente com o objectivo de permitirem a confecção de um refeição de recurso.

Quanto aos coelhos, tratar-se-á seguramente de peças de caça obtidas nas imediações do próprio sítio. O número mínimo de animais consumidos (calculado com base na contagem das mandíbulas) é de 9, conforme se depreende da consulta do Quadro 3. Este número mínimo é compatível com o cenário de estada de muito curta duração (uma noite), realizada por um número reduzido de indivíduos (três), que acima se propôs. Dado que, como já se referiu, o consumo dos coelhos deverá ter constituído o último episódio dessa estada, após o qual a lareira, já apagada, foi reutilizada como lixeira, parece razoável supor que a refeição de carne ou de caldo de ossos documentada pelos restos da fauna de porte médio terá antecedido o assado de coelho. Há ainda a referir, em relação aos vestígios de coelho da camada Proto-Solutrense, a ausência de grande parte dos ossos correspondentes à parte inferior dos membros, pelo que se pode aventar a hipótese das peles terem sido aproveitadas e transportadas para fora da gruta no momento do abandono. A ser assim, poder-se-á aventurar uma tentativa de reconstituição da estada segundo um filme de acontecimentos como o seguinte:

1) chegada do grupo;
2) recolha nas imediações da cavidade de combustível para acender a lareira (troncos e ramos de arbustos, pinhas e ramadas de pinheiro silvestre);
3) enquanto se recolhia a madeira foram sendo colocadas armadilhas para coelhos;
4) a lareira foi acesa e o grupo consumiu uma refeição rápida à base de partes de carne transportada nas suas «lancheiras», ou preparou um caldo com os ossos dessas partes;
5) à volta da lareira realizaram-se as actividades de talhe documentadas pelos restos líticos;
6) as armadilhas anteriormente colocadas foram verificadas e os coelhos apanhados foram recolhidos;
7) nove dos coelhos apanhados (sem que seja possível saber se esses nove animais constituirão o produto total das recolhas feitas nas armadilhas, ou se alguns terão sido guardados para consumo ulterior) foram cozinhados no contexto de uma última refeição (sem que de momento seja possível determinar se terão sido consumidos na íntegra ou se algumas partes já cozinhadas terão sido reservadas para reposição das provisões alimentares transportadas nas lancheiras dos caçadores, problema que só poderá ser esclarecido a partir de uma análise da representação no espólio das diversas partes anatómicas), após a qual a lareira foi apagada e o grupo abandonou o sítio. As peles de parte dos coelhos são aproveitadas e transportadas no momento do abandono.

Quadro 3 – Lapa do Anecrial (1992-93) – Número mínimo de coelhos da lareira da camada 2

MANDÍBULAS ESQUERDAS	MANDÍBULAS DIREITAS
3 inteiras ou quase inteiras	**2** inteiras ou quase inteiras
6 fragmentos com incisivo ou diastema conservados	**5** fragmentos com incisivo ou diastema conservados
3 fragmentos constituídos por partes não sobreponíveis às representadas nos restantes	**1** fragmento sem incisivo recolado com um fragmento com incisivo, formando mandíbula inteira

Como é evidente, esta reconstituição não é a única possível, nem é uma reconstituição completa, faltando por exemplo situar o momento da dormida (se é que o grupo realmente passou uma noite no sítio), o qual poderá ter estado compreendido entre os eventos 5) e 6) da sequência. Por outro lado, os alicerces do modelo referente às actividades alimentares são bastante frágeis, dado não ter ainda sido possível realizar o estudo arqueozoológico e tafonómico do espólio osteológico. As hipóteses levantadas quanto à natureza das actividades industriais ganhariam igualmente uma fundamentação substancialmente mais sólida se pudessem ser apoiadas em análises traceológicas. É nestes dois sentidos que se orientará uma parte substancial dos esforços que serão consagrados à continuação do estudo desta jazida de importância excepcional.

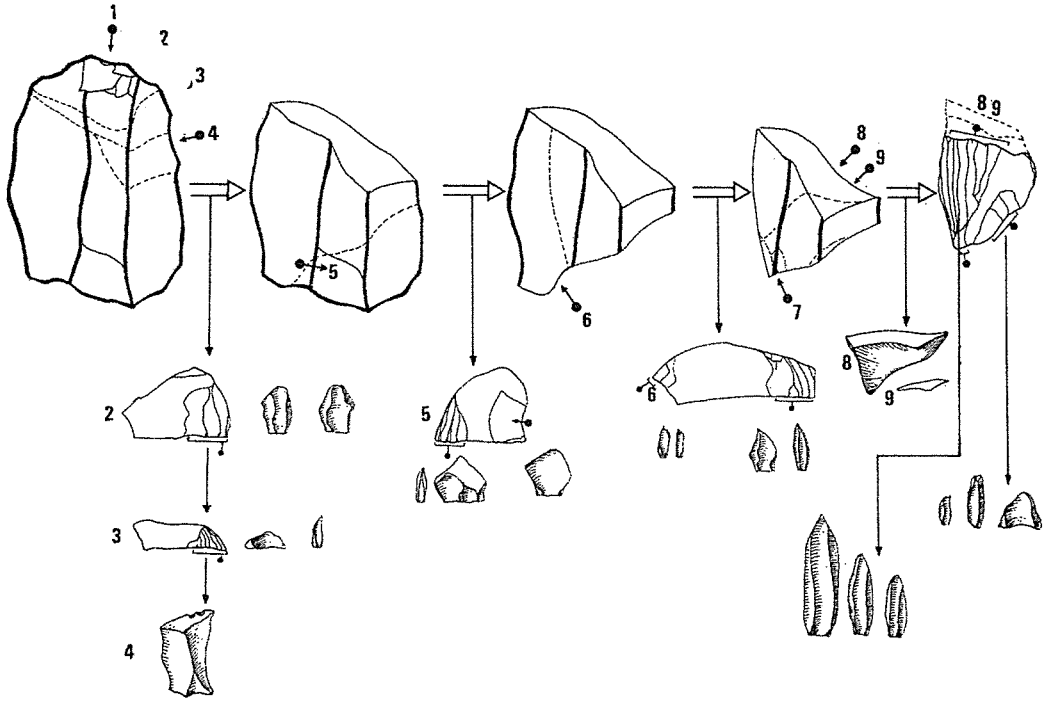
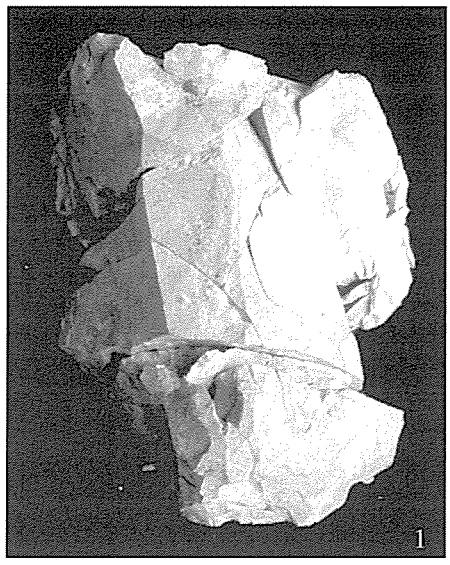
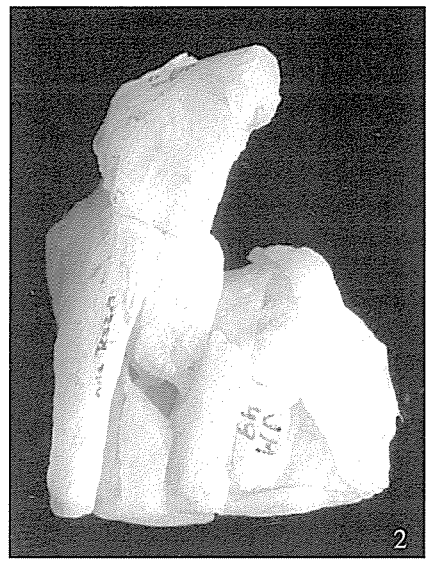
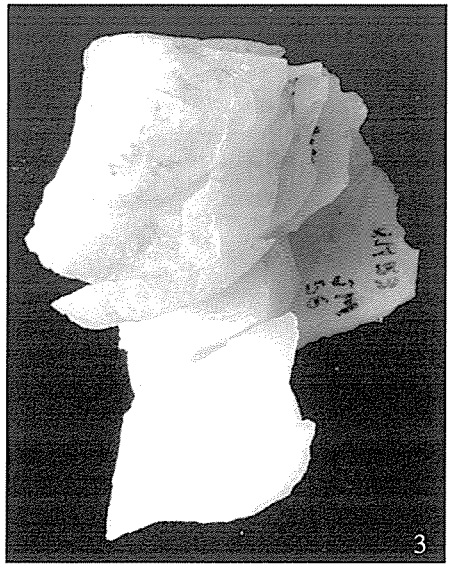


Fig. 8 – Esquema tecnológico da Sequência de Talhe do bloco de sílex cinzento ilustrado na Foto 1.







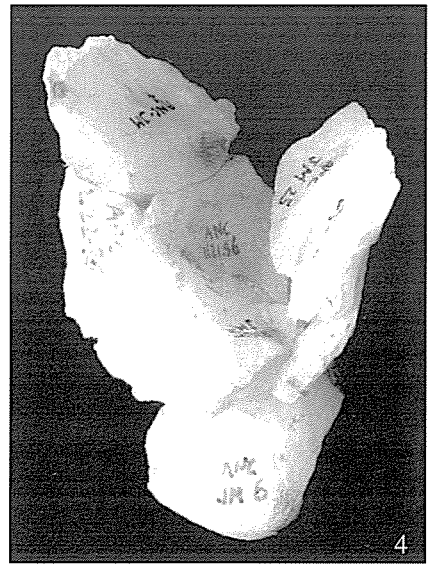


Foto 1: Remontagem 1 do bloco de sílex cinzento da ocupação Proto-Solutrense da Lapa do Anecrial.
Fotos 2 e 3: Duas vistas da remontagem 1 do Bloco QZ4.
Foto 4: Remontagem 2 do Bloco QZ4..

Bibliografia

ALMEIDA, F. (1996) — *O método das remontagens líticas: enquadramento teórico e aplicações.* «Trabalhos de Arqueologia da EAM», 3, p. 1-40.

BINFORD, L. (1983) — *In Pursuit of the Past*, London, Thames and Hudson.

FIGUEIRAL, I. (1993) — *Cabeço de Porto Marinho: une approche paléoécologique. Premiers résultats*, in «Estudios sobre Cuaternario 1993», p. 167-172.

HUETZ DE LEMPS, A. (1970) — *La végétation de la Terre*, Paris, Masson.

ZILHÃO, J. (1994) — *La séquence chrono-stratigraphique du Solutréen portugais.* «Férvedes»,1, p. 119-129.

ZILHÃO, J. (1995) — *O Paleolítico Superior da Estremadura portuguesa.* Dissertação de doutoramento pela Universidade de Lisboa.

PARA UMA RECONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE NEOLITIZAÇÃO EM PORTUGAL

Joaquina SOARES[1]

Resumo

A autora perspectiva o processo de neolitização no território português segundo um modelo de desequilíbrio demográfico-ecológico e de intensificação económica. Esse desequilíbrio ter-se-ia agravado durante o Atlântico, entre a 2ª metade do VII e meados do VI milénio cal BC, levando as comunidades do Mesolítico final do Sul de Portugal a adoptarem estratégias de intensificação económica, integrantes de uma economia de caça-recolecção-armazenamento. Essas populações, de economia proto-neolítica e com crescentes índices de sociabilidade e de sedentarização, assimilaram as primeiras inovações neolíticas, de feição mediterrânea, a partir de meados do VI milénio cal BC.

O processo de difusão das primeiras formas de produção de alimentos poderá ter-se desenvolvido por osmose cultural, de acordo com as redes de contactos inter-grupais pré-existentes e o desenvolvimento interno das comunidades mesolíticas, sem recurso ao mecanismo de deslocação de populações; a exogamia teria, neste cenário, papel relevante.

Abstract

TOWARDS A RECONSTRUCTION OF THE TRANSITION TO THE NEOLITHIC IN PORTUGAL

The author provides a perspective on the development of the Neolithic in Portugal on the basis of a model of demographic-social disequilibrium and economic intensification. This occurred during the Atlantic period, between the second half of the 7th. and the middle of the 6th. millennium cal BC, when the last Mesolithic communities of the Southern Portugal adopted strategies of economic intensification, integrating a hunting--gathering-storage economy. These populations, with a proto-neolithic economy and with increasing indications of social behaviour and sedentism, assimilated, the first Neolithic innovations around the middle of the 6th. millennium cal BC.

The process of diffusion of the first types of food production could have been developed through a sort of cultural osmosis following pre-existent networks of contacts between groups as well as internal development of Mesolithic communities, without involving the mechanisms of migration. In this scenario interbreeding between different groups also has an important role.

[1] Directora do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.

A longa revolução neolítica

As profundas transformações económico-sociais, tecnológicas e culturais que integraram a Revolução Neolítica ocorreram progressiva e encadeadamente, em um processo demorado de mais de dois mil anos, no actual território português.

A adopção das primeiras inovações neolíticas pelas populações autóctones de caçadores-recolectores mesolíticos deverá ter sido de tal forma integrada que é por vezes difícil estabelecer uma fronteira nítida entre Mesolítico e Neolítico antigo, em *ca* 6700-6500 BP, meados do VI milénio cal BC (Soares, 1995) (Quadro I).

Com efeito, o processo de neolitização só pode ser apreendido em uma perspectiva de tempo longo; partindo das últimas comunidades mesolíticas, atinge a sua fase de plena consolidação no Neolítico final, na 2ª metade do IV milénio cal BC.

As origens remotas desta longa revolução podem ser recuadas ao Epipaleolítico, período em que ocorre um acréscimo de importância da recolecção e da exploração dos meios aquáticos (Soares, 1992 e Soares e Tavares da Silva, 1993), muito possivelmente em resultado de um depauperamento dos recursos cinegéticos de maior rendimento. Porém, as causas próximas da mudança terão de ser procuradas no seio das sociedades mesolíticas com economias de caça-recolecção complexas, onde foram adoptadas estratégias de subsistência de largo espectro, técnicas de armazenamento e mobilidade logística (Soares, 1995) que puseram em marcha a desconstrução dos padrões demográficos das sociedades de caçadores-recolectores nómadas e da estrutura social de tipo bando.

Em contexto de crescente territorialização e de pressão demográfica (desequilíbrio demográfico-ecológico), a resposta mais eficiente seria o prosseguimento na via da intensificação económica, através da assimilação das primeiras espécies domesticadas. Estas foram integradas, com importância variável, em economias de caça-recolecção-armazenamento, podendo mesmo haver momentos e/ou situações de reversibilidade em que a componente depredatória seria exclusiva.

O sucesso das sociedades camponesas será assegurado por profundas transformações na esfera da organização social que decorrerão durante o Neolítico médio e final. A tradução material das novas lógicas de reprodução social e de relacionamento dos grupos humanos com a natureza encontra a sua melhor expressão arqueológica na arquitectura megalítica.

O processo de neolitização, desencadeado por inovações tecno-económicas em contexto de crescente desequilíbrio demográfico-ecológico, prosseguido através da reestruturação global da organização social e da esfera ideológica, atinge a sua fase de consolidação, ou, quase poderíamos dizer, de irreversibilidade, com a "Revolução dos Produtos Secundários (RPS)"de que salientamos a descoberta de nova fonte de energia e de equipamento necessário à sua adaptação à actividade agrícola. Referimo-nos à trilogia tracção animal/carro/arado cujas principais evidências arqueológicas foram identificadas no santuário exterior do Escoural (Montemor-o-Novo) e são constituídas por gravuras de bucrâneos, de carro e de arado (Gomes *et al*, 1983), sobrepostas por fortificação calcolítica cuja data mais antiga, obtida a partir de ossos, é de 4260 ±90 BP (ICEN-609) (3090 – 2590 cal BC, para 2σ). A aplicação da força de tracção animal à agricultura, no final do Neolítico, supera a fase arcaica da domesticação de animais e plantas e amplia significativamente as disponibilidades de solo agrícola ao mobilizar solos espessos e férteis que anteriormente não podiam ser trabalhados devido a constrangimentos tecnológicos. A agricultura de corte e queimada que terá sido praticada durante quase todo o Neolítico estava limitada a solos ligeiros, de baixa fertilidade natural que rapidamente se esgotava. Era uma actividade fortemente consumidora de espaço, por exigência de longos pousios e obrigava à existência de pequenos grupos e extensos territórios. As células de povoamento acompanhavam a rotação dos campos; a visibilidade arqueológica dos *habitats* é, pois, necessariamente débil.

A RPS proporcionou elevados acréscimos no volume da produção e da produtividade, condições favoráveis ao aumento da sedentarização e da complexidade social. Os excedentes terão sido canalizados, em uma primeira fase, para o espaço funerário-religioso, atingindo-se então o apogeu do megalitismo mas, a breve trecho, passaram a ser investidos no espaço doméstico. Com efeito, ainda no Neolítico final, os povoados adquirem maior visibilidade. Surgem sítios de cumeada, com estruturas de *habitat* mais estáveis (silos escavados na rocha, por exemplo). Alguns fortificam-se e o espaço intra-muros é edificado com estruturas habitacionais de pedra e adobes, a partir dos alvores do Calcolítico (1º quartel do III milénio cal BC). Os territórios ancestralmente organizados pelos lugares funerário-religiosos serão então polarizados pelos espaços domésticos. O desenvolvimento da economia agro-pecuária suscita uma nova lógica de integração do Homem no meio. As paisagens vegetais são profundamente transformadas (Badal e Roiron, 1995), verificando-se o controlo tendencial da globalidade dos níveis tróficos dos distintos ecossistemas ocupados – pelas comunidades humanas (Dansereau, 1984).

Quadro I. Datações ^{14}C para o Neolítico antigo do território português.

SÍTIOS	LAB.	MT	DATAS BP	DATAS BP- -Iap*	CALIBRAÇÃO-cal BC** 1σ	2σ
Estremadura						
NAP						
GRUTA DO CALDEIRÃO (NA2)	OxA- 1035	OS	6330 ±80		5327 - 5222	5434 - 5071
GRUTA DO CALDEIRÃO (NA2	OxA- 1034	OS	6230 ±80		5260 - 5063	5315 - 4945
GRUTA DO CALDEIRÃO (NA2)	OxA- 1033	OS	6130 ±90		5214 - 4933	5260 - 4831
GRUTA CORREIO-MOR (NA2)	ICEN -1099	CV	6330 ±60		5314 - 5228	5422 - 5090
NAE						
GRUTA DO CALDEIRÃO (NA1)	OxA - 1037	OS	5970 ±120		5048 - 4770	5220 - 4583***
GRUTA DO CALDEIRÃO (NA1)	OxA - 1036	OS	5870 ±80		4894 - 4685	4941 - 4540***
GRUTA DO CALDEIRÃO (NA1)	TO - 350	OS	5810 ±70		4782 - 4588	4895 - 4510***
GRUTA CASA DA MOURA	TO - 953	OS	5990 ±60		4938 - 4799	5045 - 4729
SALEMAS	ICEN - 351	OS	6020 ±120		5060 - 4783	5226 - 4616
S.PEDRO CANAFERRIM	ICEN -1152	CV	6070 ±60		5056 - 4908	5203 - 4830
S.PEDRO CANAFERRIM	ICEN -1151	CV	6020 ±60		4951 - 4836	5061 - 4781
Vale do Sado						
NAP (?)						
CABEÇO DO PEZ	Q- 2497	C	6730 ±75	6330 ±80	5327 - 5222	5434- 5071
(níveis médios)	Q- 2496	C	6430 ± 65	6030 ±70	4994 - 4836	5194- 4777
NAE (?)						
CABEÇO DO PEZ (níveis superiores)	Q- 2499	OS	5535 130		4510 - 4247	4720-4043***
Costa Sudoeste						
NAP						
VALE PINCEL I	ICEN - 724	CV	670060		5601 - 5525	5669 - 5448
VALE PINCEL I	ICEN - 723	CV	654060		5520 - 5389	5574 - 5331
MEDO TOJEIRO	BM - 2275R	C	6820 ±140	6440 ±140	5448 - 5256	5590 - 5067
PADRÃO 1	ICEN - 873	C	6920 ±60	6540 ±65	5521 - 5387	5576 - 5325
PADRÃO 1	ICEN - 645	C	6800 ±50	6420 ±60	5432 - 5278	5442 - 5255

*Iap. = 380 30 (Soares, 1993): efeito de reservatório oceânico das águas costeiras portuguesas.

datas calibradas seg. Stuiver et M. Reimer (1993) por Engº António Monge Soares a quem agradecemos. * datas obtidas em Zilhão, 1992. Abreviaturas: C-conchas; CV-carvão de madeira; OS-ossos; **NAP**- Neolítico antigo pleno; **NAE**- Neolítico antigo evolucionado.

Não será então lícito falar em domesticação do natural?

Enfatizada a ideia de processo, importa sublinhar que da longa revolução neolítica abordaremos somente os momentos iniciais.

Neolítico antigo. Integração de inovações neolíticas em economias de caça- recolecção complexas.

A dinâmica interna dos grupos de caçadores--recolectores holocénicos, em cenário de progressivo empobrecimento dos recursos cinegéticos mais rendíveis, teria favorecido o desenvolvimento, no período Atlântico, entre 7500 e 6500 BP (2ª metade do VII a meados do VI milénio cal BC), de economias de caça-recolecção complexas que consideramos corresponderem a um modo de produção proto--produtor, precursor do Neolítico. Verifica-se a ocorrência de uma intensificação económica bem expressa na adopção de padrão de subsistência de largo espectro e, sobretudo, no recurso a técnicas de armazenamento. Os grupos mostram-se dispostos a investir energia na captação e processamento de alimentos de reserva, para responderem a situações críticas. Comportamento socio-económico inadequado a economia de caça-recolecção simples ou nómada, uma vez que esta assenta em estratégias de mobilidade residencial, na redução da posse de bens e em rigorosa contenção do crescimento demográfico. Também as noções de espaço e tempo e a integração do Homem no meio se alteram. O espaço aberto do caçador nómada tende a restringir-se, a

dicotomia passado/presente a acentuar-se e à lógica de respeito pela ordem natural suceder-se-á uma atitude progressivamente mais interventora. Com efeito, observa-se considerável aumento da visibilidade do registo arqueológico, facto aqui interpretado como expressão de acréscimo dos índices de sedentarização (semi-sedentarização) e de crescimento demográfico. O povoamento concentra-se em ecossistemas de grande produtividade biológica, particularmente nas margens dos extensos paleoestuários do Tejo e Sado e em meios litorais de cruzamento de diversos biótopos (ecótonos) na Costa Sudoeste e no Litoral Centro. Os estabelecimentos ocupam áreas planas, abertas e assentam sobre solos em geral arenosos.

As populações da 2ª metade do VII e 1ª metade do VI milénio cal BC desenvolveram, pois, formas de vida com níveis de sedentarização mais elevados que os das suas antecessoras, possibilitados pela abundância e estabilidade dos recursos aquáticos e reforçados pela prática de mecanismos de armazenamento (Moita de Sebastião – Muge). A importância dos recursos aquáticos na alimentação dos grupos mesolíticos tem vindo a ser confirmada pela análise do teor de isótopos estáveis de carbono e azoto nos ossos humanos. Os moluscos marino--estuarinos cujo contributo alimentar tem sido muito discutido, em atenção ao seu baixo valor calórico, ofereciam-se, pela abundância, facilidade de recolha e grande estabilidade sazonal, como um complemento seguro na dieta das populações. Por razões tafonómicas, os restos de fauna ictiológica surgem geralmente sub-representados. Na Costa Sudoeste fazem parte dos conjuntos faunísticos dos acampamentos de base (Samouqueira I, Vale Marim e Fiais) e encontram-se ausentes dos contextos arqueológicos correspondentes a acampamentos temporários (Castelejo, Montes de Baixo). Esta distribuição é explicável pela elevada capacidade de intensificação económica da actividade piscatória. Atenda-se aos custos de execução e de manutenção de redes, embarcações e eventuais estruturas de captura fixas (armações) que, por sua vez, favoreceriam a sedentarização e a estabilidade social. Importa, no entanto, sublinhar que dos registos faunísticos dos acampamentos de base faziam também parte aves e, sobretudo, mamíferos (principalmente *Cervus elaphus*, *Sus scrofa*, *Bos primigenius*). Em Samouqueira I foram encontrados prováveis vestígios de *Canis lupus f. familiaris*. A precoce domesticação do cão pode enquadrar-se no desenvolvimento da caça de emboscada, adequada à estratégia de mobilidade logística. Os estabelecimentos de base do Mesolítico, ocupados durante a maior parte do ano, são em geral de grandes dimensões (cerca de 15 000m2 em Samouqueira I e cerca de 10 000m2 em Vale Marim) e fornecem elevadas densidades de artefactos e de estruturas domésticas; deveriam exercer significativa pressão antrópica sobre a zona envolvente. Os efeitos negativos de tal pressão seriam compensados por acampamentos temporários, economicamente especializados, que permitiriam, através da deslocação de fracções do grupo, uma exploração extensiva do território. Existiria, assim, em nosso entender, um sistema económico que integraria uma componente de largo espectro e outras de curto espectro, espacialmente dissociadas, dando lugar a formas de povoamento polarizadas pelos acampamentos de base.

A tipologia funcional dos *habitats* aqui aflorada através das suas formas extremas poderá vir a ser aprofundada com base nos ecofactos, infelizmente nem sempre conservados, e sobretudo pelo estudo da indústria lítica. Voltando aos dois tipos de estabelecimento paradigmáticos de uma estratégia de mobilidade logística, verifica-se que nos acampamentos de base a indústria lítica se mostra diversificada, estando presentes os grupos tipológicos relacionados não só com actividades de caça, pesca e recolecção, mas também os que se destinam à preparação de equipamentos domésticos, ao processamento de alimentos e a outras actividades de reprodução social. De um modo geral, encontram-se presentes as diversas fases das cadeias operatórias da utensilagem lítica. Nos acampamentos temporários, a indústria lítica em sílex (subsistema tecnológico *uso intensivo*) é especializada em instrumentos directamente relacionados com a vocação económica do sítio e desequilibrada a favor das últimas fases das respectivas cadeias operatórias.

As inovações neolíticas, em circulação nas margens da bacia mediterrânea, foram adoptadas de forma selectiva pelas comunidades mesolíticas. Vimos como a redução da mobilidade destas comunidades, ao induzir uma crescente pressão demográfica, desactivou o mecanismo de subprodução/expansão territorial (Sahlins, 1979) característico da economia de caça-recolecção simples, forçando a adopção de algumas estratégias de intensificação económica, nomeadamente, o já referido armazenamento. A assimilação da olaria, criação de gado e agricultura insere-se, assim, no processo de intensificação económica já iniciado. Sublinhem-se, para lá das vantagens decorrentes do controlo da distribuição espacial de fontes de subsistência, as oferecidas ao armazenamento pelos cereais (*Triticum sp.* e *Hordeum sp.*)

Nos Vales do Tejo e Sado, a cerâmica, com decoração impressa (alguma cardial), plástica e incisa, terá sido um dos primeiros elementos neolíticos a integrar contextos arqueológicos cuja fauna é exclusivamente selvagem. A cerâmica contribuiria para melhorar as condições de armazenamento e transportava também importante potencial de com-

plexidade no que concerne à organização social do trabalho e à sociabilidade (suporte de mensagens codificadas relativas à identidade do grupo). Os instrumentos em pedra polida são raros e a indústria em pedra lascada insere-se na tradição mesolítica, de fácies geométrica; surgem trapézios e segmentos, produzidos pela técnica do microburil.

O Neolítico antigo, ou seja, o período de transição durante o qual algumas inovações neolíticas foram adoptadas, encontra-se representado no concheiro de Amoreiras (S.Romão do Sado). Este ofereceu, desde a base da sequência estratigráfica, cerâmica cardial, impressa a punção e decorada por motivos plásticos, associada a indústria lítica de fácies geométrica (com predomínio de crescentes) e a restos faunísticos selvagens; foi datado (Arnaud, 1987) a partir de conchas de moluscos estuarinos, em cerca de 6400 e 6000 BP[2] (corrigidas para o efeito de reservatório oceânico: *ca* 6020 e 5620 BP). Também os níveis médios e superiores do concheiro de Cabeço do Pez (Santos *et al*, 1974) forneceram cerâmicas impressas, não cardiais, plásticas e incisas, tipologicamente enquadráveis no Neolítico antigo evolucionado. Foram obtidas duas datações para os níveis médios e uma para os níveis superiores do Cabeço do Pez (Quadro I) cujos contextos não se encontram ainda publicados. As indicações cronológicas disponíveis não permitem considerar os primeiros momentos de adesão a elementos neolíticos no Vale do Sado anteriores ao último quartel do VI milénio cal BC.

Na Costa Sudoeste, a assimilação das inovações neolíticas de carácter tecnológico (cerâmica e pedra polida) e económico (agricultura e criação de ovicaprinos) parece ter ocorrido a partir de meados e durante o 3º quartel do VI milénio cal BC (Quadro I). O desfasamento cronológico registado entre o Vale do Sado e a Costa Sudoeste no que concerne ao ritmo de adesão às inovações neolíticas pode ser explicado pela manutenção, por um mais longo período, do equilíbrio entre população e recursos naturais na primeira dessas regiões. Não tendo sido atingido o limiar de carga demográfica daquele ecossistema fluvio-estuarino, não existiriam motivos para que as populações aderissem à economia agro-pastoril. Tenha-se presente que a economia de caça utiliza valores anuais de energia *per capita* consideravelmente mais baixos que os exigidos pela economia agrícola (Sahlins, 1979) e que só em situação de *stress* esta seria adoptada, uma vez que a intensificação económica daí decorrente, responsável pelo aumento do volume da produção, não era acompanhada de inequívocos ganhos de produtividade. Assim, as populações do Vale do Sado terão adoptado somente a cerâmica e a pedra polida (rara), artefactos úteis a uma formação económico-social com índices crescentes de sedentarização. As datações 14C apontam, pois, para uma maior precocidade do processo de neolitização na Costa Sudoeste relativamente ao Vale do Sado e à Estremadura; a adesão aos elementos neolíticos terá sido também mais global que no Vale do Sado. Este comportamento poderá ter sido suscitado por pressão demográfica desencadeada por: concentração do povoamento no litoral; aumento da taxa de crescimento natural (induzido por incremento da sedentarização); redução dos territórios por efeito da transgressão flandriana. A expressão da pressão antrópica, muito possivelmente associada à migração da influência marinha para o interior, encontra-se documentada no diagrama polínico da Lagoa Travessa (Carvalhal) (Mateus, 1985). Por volta de 6560 ±70 BP (GN-12691), ocorreram, nessa região, profundas alterações na paisagem vegetal, caracterizadas pela retracção da floresta a favor de formações arbustivas (*Corema album*, *Juniperus sp*., *Calluna vulgaris*, *Cistus sp*.).

Na Costa Sudoeste, alguns acampamentos de base, mesolíticos, como Samouqueira I, e jazidas economicamente especializadas como Castelejo continuaram em utilização durante o Neolítico antigo. Persiste não só o mesmo padrão locativo do *habitat*, como idêntica estratégia de mobilidade. Por outro lado, surgem novos povoados, de fundação neolítica, nas imediações dos seus antecessores mesolíticos, como o extenso (*ca* 10 ha) *habitat* de Vale Pincel I (Sines) e acampamentos temporários como Medo Tojeiro (Almograve).

Na Costa Sudoeste, tal como nas restantes áreas do Centro e Sul do país com testemunhos do Neolítico antigo, a adesão ao novo tecno-complexo é particularmente visível no que respeita à cerâmica. Esta apresenta, em geral, pastas grosseiras e pouco compactas, paredes espessas, e muito frequentemente decoração impressa (alguma cardial e a maioria obtida a punção actuado obliquamente), plástica e, raramente, incisa, ocupando extensas áreas da superfície externa dos recipientes; o índice de decoração (Id = Nº de fragmentos decorados x 100/Nº de recipientes) é muito elevado (186,6% em Samouqueira II); predominam as formas em saco, os esféricos altos e as taças em calote de esfera. Não obstante a ausência de evidências directas da agricultura, em Vale Pincel I foram recolhidos abundantes artefactos tecnómicos que a documentam: instrumentos em pedra polida, mós manuais e lamelas de sílex, com lustre de cereal. No que concerne à criação de gado, há a assinalar o aparecimento de restos de ovicaprinos em Cabranosa, por nós reco lhidos no interior de uma estrutura de combustão, e

[2] Segundo a bibliografia disponível, as datações referidas foram publicadas somente de forma gráfica, pelo que os valores apresentados são aproximados.

no *habitat* de Padrão 1 (Vila do Bispo) (informação pessoal de Mário Varela Gomes). A componente predatória continuaria, porém, a deter papel de relevo, surgindo associada à agricultura e criação de gado nos estabelecimentos de base (Vale Pincel I, Samouqueira II, Cabranosa) ou como actividade económica exclusiva em alguns acampamentos temporários (Vidigal, Medo Tojeiro, Castelejo). A forte presença da herança mesolítica é também perceptível na organização interna dos povoados e nas estruturas domésticas.

Na Região Centro, os materiais arqueológicos atribuíveis ao Neolítico antigo são, em grande parte, provenientes de grutas com carácter essencialmente funerário (Almonda, Alcobaça, Caldeirão) e com estratigrafias em geral bastante perturbadas, faltando sequências que contenham ocupações da transição Mesolítico-Neolítico. Este facto pode ter resultado de alterações nas estratégias de povoamento e/ou na taxa de crescimento demográfico, à escala regional. De referir igualmente os povoados de ar livre, planos e abertos, implantados sobre solos arenosos, do Baixo Mondego (Figueira da Foz), escavados por Santos Rocha (Rocha, 1889-1900; Jorge, 1979; Vilaça, 1988). Possuem um padrão locativo genericamente semelhante ao dos da Costa Sudoeste, sendo de realçar o fácil acesso a recursos aquáticos. Forno da Cal (Soure), situado na margem do paleoestuário do Mondego, forneceu, a par de fauna doméstica (ovicaprinos), fauna malacológica caracteristicamente estuarina.

O Neolítico antigo da região a norte do Tejo, cuja data mais recuada conhecida remonta ao último quartel do VI milénio cal BC, apresenta uma cultura material que revela claras similitudes com a do Sul. A investigação deste período na região considerada é, porém, pontual e carente de estruturação teórica. A problemática da neolitização do paleoestuário do Mondego continua a ser abordada a partir dos trabalhos de Santos Rocha; a ocupação neolítica das margens da Lagoa de Óbidos mereceria igualmente um estudo de carácter regional que procedesse à revisão dos contextos funerários e que procurasse identificar os sítios de *habitat*; atenda-se à publicação de um conjunto de materiais cerâmicos com decoração impressa, em que está presente a técnica cardial[3], plástica e incisa, atribuído ao outeiro de Assenta e pertencente às colecções antigas do Museu Nacional de Arqueologia (Carreira, 1994). Do estudo sobre a Gruta do Caldeirão (Zilhão, 1992), convém reter alguns resultados laboratoriais e anexos, nomeadamente os que revelam a prática do pastoreio de ovicaprinos, desde 633080 BP. Esta actividade, associada à caça, comportar-se-ia como a componente móvel, garante da flexibilidade do sistema económico neolítico e da exploração extensiva do território. Particularmente bem adaptada ao Maciço Calcário Estremenho, teria expressão no padrão de povoamento da Estremadura em grutas e abrigos utilizados sazonalmente (Verão), em complementaridade com possíveis *habitats* localizados nas terras baixas de depressões cársicas ou de vales fluviais, nos quais se desenvolveriam outras actividades como a agricultura. A multifuncionalidade de algumas daquelas cavidades pode ser mais aparente que real (funções funerária e de abrigo de pastores/caçadores temporalmente dissociadas). Tal questão remete-nos também para o problema da articulação entre espaços doméstico e funerário. Na Arrábida, o nível de base da Lapa do Fumo (Neolítico antigo evolucionado), muito provavelmente de carácter funerário, poderá ser correlacionado com o vizinho *habitat* de ar livre de Pinheirinhos, situado a escassas centenas de metros (Tavares da Silva e Soares, 1986).

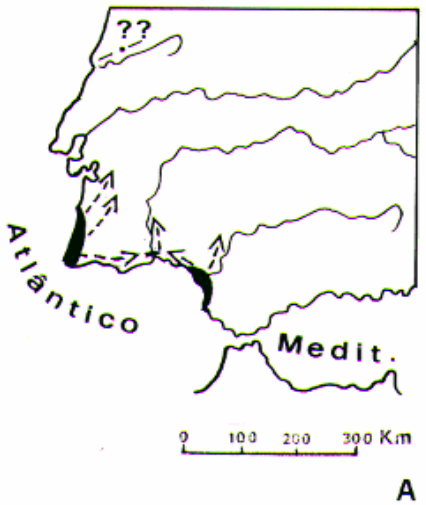


Fig. 1A – Sudoeste Peninsular. Assinalam-se duas áreas do Neolítico antigo pleno de fácies mediterrânea, em geografia atlântica, que começam a adquirir contornos de inegável protagonismo na neolitização do Ocidente Peninsular, bem como prováveis fluxos de circulação de informação e materiais. Representa-se igualmente a actual fronteira setentrional da distribuição dos sítios do Neolítico antigo em Portugal.

[3] A decoração cardial não parece ser exclusiva do Neolítico antigo pleno. A sua longevidade (adentro de Neolítico antigo evolucionado) dificulta a classificação cronológica de conjuntos arqueológicos descontextualizados. Nesses casos, valorizámos as restantes técnicas e padrões decorativos. Assim, sítios como Assenta, Bocas I, Cabeço da Ministra, Valada do Mato, onde a cerâmica cardial é vestigial e, pelo contrário, se encontram bem representadas impressões de matrizes diversas e incisões, optámos por integrá-los no Neolítico antigo evolucionado. Continuará, no entanto, em aberto a possibilidade de as referidas jazidas terem sofrido uma primeira e restrita ocupação do Neolítico antigo pleno. Face ao razoável número de sítios que se encontram nesta situação, justificar-se-ia a implementação por parte do IPPAR/IPA de um programa de datações por termoluminescência das cerâmicas cardiais do Neolítico antigo.

O limite setentrional da distribuição dos testemunhos arqueológicos do Neolítico antigo em Portugal (Mondego) (Fig. 1), aceite sem grande discussão, deverá ser questionado face à descoberta de um Neolítico antigo com cerâmica impressa cardial, no litoral da Aquitânia (La Lède du Gurp e Balise à Soulac – Gironde), formado por processo de aculturação das populações mesolíticas autóctones (Roussot – Larroque, 1987; Roussot – Larroque e Villes, 1988) e à identificação de tímidos testemunhos de um Neolítico pré-megalítico na Galiza, expresso através de cerâmicas impressas encontradas em várias jazidas (Vázquez Varela, 1988). No Norte de Portugal, sob sepulturas de câmara fechada cobertas por *tumuli*, datadas do V milénio cal BC, têm vindo a ser identificados paleossolos que sofreram queimadas consideravelmente mais antigas. O estudo desses solos enterrados poderá trazer surpresas no que concerne às primeiras intervenções neolíticas na região.

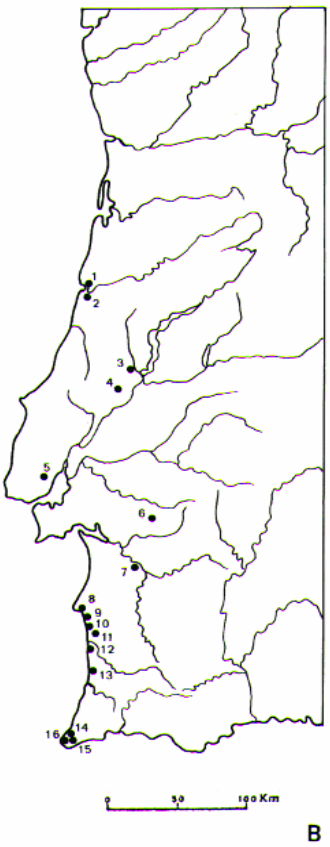


Fig. 1B – Sítios do Neolítico antigo pleno:

1 – Junqueira (Figueira da Foz); 2 – Forno da Cal (Soure); 3 – Gruta do Caldeirão (NA2) (Tomar); 4 – Gruta da Nascente do Rio Almonda (Torres Novas); 5 – Gruta do Correio-Mór; 6 – Gruta do Escoural; 7 – Amoreiras (S. Romão do Sado); 8 – Vale Pincel I (Sines); 9 – Oliveirinha (Sines); 10 – Samouqueira II (Sines); 11 – Vidigal; 12 – Brejo da Moita (Vila Nova de Milfontes) (?); 13 – Medo Tojeiro (Almograve); 14 – Castelejo (Vila do Bispo); 15 – Padrão 1 (Vila do Bispo); 16 – Cabranosa (Sagres).

A questão das fronteiras do Neolítico antigo (Fig.1) remete-nos para a oposição litoral/interior veiculada pela publicação do primeiro mapa dos achados desse período (Guilaine e Ferreira, 1970). A Gruta do Escoural, utilizada como necrópole, por hipótese durante uma curta fase do Neolítico antigo (presença de recipientes cerâmicos com decoração cardial, impressa não cardial e plástica, geométricos trapezoidais e flechas transversais) era até há pouco a única excepção (a 60Km, em linha recta do litoral) a um povoamento neolítico, pré-megalítico, fortemente litoralizado. Este quadro tem vindo a ser alterado com a descoberta de novos sítios do Neolítico antigo no interior alentejano, muito embora a tipologia dos respectivos materiais aconselhe a sua atribuição a um momento evolucionado do mesmo período.

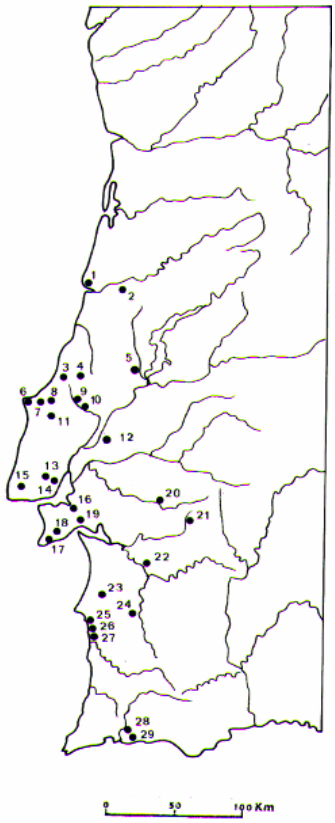


Fig. 1C – Sítios do Neolítico antigo evolucionado:

1 – Várzea do Lírio; 2 – Abrigo da Eira Pedrinha (Condeixa); 3 – Cabeço da Ministra (Alcobaça); 4 – Calatras IV (Alcobaça); 5 – Gruta do Caldeirão (NA1) (Tomar); 6 – Gruta da Furninha (Peniche); 7 – Casa da Moura; 8- Assenta (Óbidos); 9 – Bocas I (Rio Maior); 10 – Senhora da Luz (Rio Maior); 11 – Lapas do Suão e das Pulgas (Bombarral); 12 – Moita do Sebastião (níveis superiores); 13 – Gruta do Correio-Mór; 14 – Salemas; 15 – S. Pedro de Canaferrim (Sintra); 16 – Gaio (Moita); 17 – Lapa do Fumo e Pinheirinhos (Sesimbra); 18 – Fonte de Sesimbra; 19 – Casal da Cerca (Palmela); 20 – Courela da Casa Nova (Montemor-o-Novo); 21 – Valada do Mato (Évora); 22- Cabeço do Pez; 23 – Salema (Santiago do Cacém); 24 – Gaspeia (Alvalade do Sado); 25 – Oliveirinha (Sines); 26 – Vale Vistoso (Sines); 27 – Galés (Vila Nova de Milfontes); 28 – Ibn Amar (Estombar); 29 – Caramujeira I (Lagoa).

A questão da precocidade do processo de neolitização no litoral parece ser, por agora, generalizável à restante Península Ibérica e pode compreender-se à luz da litoralização do povoamento desenvolvida pelas comunidades mesolíticas com economias de caça-recolecção-armazenamento. No estado actual dos conhecimentos são inaceitáveis as recuadas datações do VIII milénio BP obtidas para a Cueva Chica de Santiago, do interior da Andaluzia Ocidental, e para as grutas de Parralejo e Dehesilla com materiais integráveis em um Neolítico antigo evolucionado, de acordo com a tipologia cerâmica. Aquelas datações motivaram a proposta de um foco neolítico autónomo, com cerâmicas distintas das do mundo cardial (Pellicer e Acosta, 1982). Porém, foram recentemente identificados, na Andaluzia Ocidental (Cádiz), diversos estabelecimentos de ar livre (Gutierrez Lopez *et al*, 1995), costeiros, com cerâmicas cardiais, as quais surgem vestigialmente na base das sequências estratigráficas das citadas grutas.

A circulação das inovações terá muito provavelmente seguido diversas vias, de acordo com as redes de contactos inter-comunitários e através de osmose cultural em que a informação seria veiculada sobretudo pela via da exogamia (Tavares da Silva, 1993) ou, em termos mais abstractos, por processo de percolação (Rodríguez Alcalde *et al*.,1995). Teriam, pois, ocorrido fluxos regulares e relativamente rápidos de informação, circulando entre grupos vizinhos, sem movimentos de populações, e processados em função da selectividade do meio social. A este caberia, em última análise, a definição das trajectórias da informação e os ritmos de assimilação.

Em síntese (Fig. 2), o processo de transição para o Neolítico terá sido despoletado pela dinâmica económica e social das populações do final do Mesolítico (modo de produção de caça-recolecção-armazenamento), em contexto de circulação (disponibilidade) das inovações tecnológicas e económicas neolíticas de carácter mediterrâneo. Os elementos exógenos terão sido assimilados de forma selectiva, sofrendo reinterpretações e adaptações de acordo com as necessidades dos grupos mesolíticos. Estes deverão ser entendidos simultaneamente como receptores e emissores culturais. Cada grupo reelabora as novidades recebidas e emite novas informações. A velha ideia de um sentido único de difusão (dos elementos neolíticos), de Oriente para Ocidente, não é aceitável em presença da grande variabilidade evidenciada pelo registo arqueológico à escala da bacia mediterrânea. Cada sub-região, cada grupo, deu a sua contribuição para o sucesso do modelo económico, social e cultural neolítico.

No território português, as mudanças parecem ter ocorrido mais cedo na Costa Sudoeste. Para a explicação dessa ocorrência converge uma multiplicidade de factores interligados em teia de difícil desarticulação:

– A pressão demográfica associada à litoralização do povoamento e ao aumento da sedentarização e ampliada pelos efeitos da transgressão flandriana cria uma situação de desequilíbrio demográfico-ecológico favorável à adopção de estratégias de intensificação económica como a agricultura e a criação de gado;

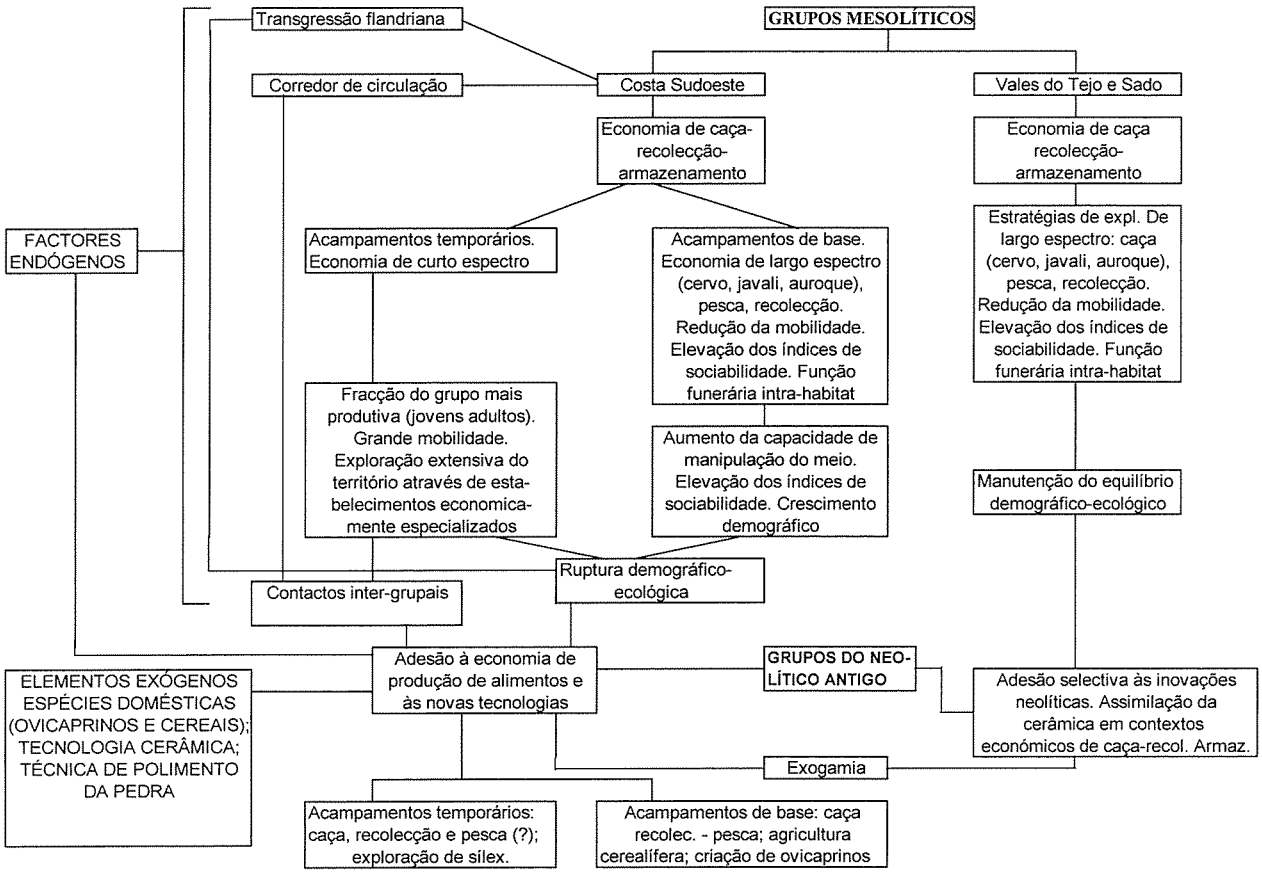
– A Costa Sudoeste apresenta-se como um excelente corredor de circulação (extensa plataforma litoral) que poderia assegurar importantes interacções.

Neolítico antigo evolucionado e proto-megalitismo

O Neolítico antigo evolucionado foi definido, na Costa Sudoeste (Soares e Tavares da Silva, 1979; Tavares da Silva, 1993), sobretudo a partir da «estratigrafia horizontal» representada pela relação entre os sítios de Vale Pincel I (Sines), do Neolítico antigo pleno, e de Salema (Santiago do Cacém), pertencente a uma fase mais avançada daquele período. A noção de Neolítico antigo evolucionado possui um valor relativo e regional, estando no seu conteúdo subestimada a vertente cronologia absoluta e sublinhado o princípio de desenvolvimento, em um processo de transformações económicas e socio-culturais. O Neolítico antigo evolucionado corresponde, assim, a um momento de maior controlo das novas técnicas agrícolas, de exploração de solos menos ligeiros e mais férteis e de expansão para o interior da economia de produção de alimentos. O padrão locativo do *habitat*, herdado do Neolítico antigo, diversifica-se. Atenda-se à localização do povoado de S. Pedro de Canaferrim, na vertente SE da Serra de Sintra, à cota de 395m (Simões, 1995). As estruturas domésticas complexificam-se. No povoado de Salema (Santiago de Cacém) registaram-se, além de empedrados, estruturas desconhecidas em Vale Pincel I: pequenos fornos, em argila cozida, com cerca de 1 m de diâmetro máximo (Tavares da Silva e Soares, 1982).

A indústria em pedra lascada, predominantemente sobre lascas, revela um processo de desestruturação da tradição mesolítica, muito embora estejam ainda presentes a técnica do microburil e o grupo dos geométricos, representado sobretudo por crescentes e trapézios elaborados a partir de lamelas; de referir o aparecimento de suportes laminares (lâminas estreitas) que irão tornar-se frequentes no Neolítico médio. A indústria em pedra polida melhora a sua qualidade técnica e presença numérica.

A cerâmica continua sendo o melhor indicador artefactual das mudanças. De um ponto de vista técnico assiste-se a inegável avanço. As pastas são agora geralmente compactas e as paredes dos reci-



pientes menos espessas que as do Neolítico antigo. As formas, embora da família dos esféricos e das taças em calote, apresentam novas variantes obtidas sobretudo por espessamento e inflexões do bordo. A decoração impressa, plástica e incisa é mais rica e variada. A decoração cardial pode sobreviver durante esta fase (Salema – Santiago do Cacém; abrigo de Bocas I – Rio Maior), muito minoritariamente, face à variedade de matrizes então utilizada. A decoração incisa aumenta. O motivo decorativo em espiga, frequentemente aplicado em esféricos altos ou em recipientes em forma de saco, e por vezes associado a pequenas asas inseridas junto ao bordo e encimadas por mamilos, é muito característico do Neolítico antigo evolucionado e possui uma larga distribuição peninsular. Reflecte provavelmente a implantação de uma economia agrícola de base cerealífera.

Pertencem a esta fase, entre outros, os povoados de Vale Vistoso (Sines), Salema (Santiago do Cacém), Gaspeia (Alvalade do Sado), Fonte de Sesimbra e Pinheirinhos (Sesimbra), S. Pedro de Canaferrim (Sintra) e as grutas de Bocas I, Casa da Moura, Furninha, Caldeirão (NA1). O Neolítico antigo evolucionado encontra-se datado radiocarbonicamente (Quadro I) entre finais do VI e primeira metade do V milénio cal BC.

Recentemente, têm vindo a ser identificados povoados abertos, no interior alentejano, na região de Évora (Valada do Mato) (Calado, 1995), Montemor-o-Novo (Courela da Casa Nova), Reguengos de Monsaraz (Pipas) (Soares e Tavares da Silva, 1992) onde surgem cerâmicas impressas, podendo estar presentes raras decorações cardiais (como no povoado de Valada do Mato), plásticas e incisas, na tradição das do Neolítico antigo. A decoração tenderá progressivamente a limitar-se a estreita faixa situada abaixo do bordo e o seu peso numérico, a reduzir-se no cômputo global dos recipientes cerâmicos. Também no Centro interior, na Bacia do Mondego, foi identificado o *habitat* de ar livre de

Carriceiras (Carregal do Sal) (Senna-Martinez e Estevinha, 1994), com cerâmicas decoradas por incisões, impressões e motivos plásticos associadas a indústria lítica com crescentes e técnica de microburil. Este sítio documenta uma evolução cultural cujo ponto de partida se poderá localizar, sem grandes dificuldades, nos momentos finais da vida dos estabelecimentos do Neolítico antigo e antigo evolucionado da foz do Mondego. Carriceiras poderá corresponder a uma fase avançada do Neolítico antigo evolucionado ou a uma fase proto-megalítica, tal como o povoado de Pipas.

A expansão da economia de produção de alimentos para o interior do território português ocorrida principalmente no decurso do Neolítico antigo evolucionado encontra-se como já referimos, em consonância com evidências de âmbito peninsular. Apenas como exemplo refira-se a ocupação neolítica da Cueva de la Charneca, em Badajoz, com cerâmicas decoradas por incisões e impressões, na tradição do Neolítico antigo (Enríquez Navascués, 1986). Importa, no entanto, ter presente que as cerâmicas decoradas de tradição antiga possuem comportamentos regionalmente diferenciados, podendo sobreviver até fases tardias do Neolítico. No abrigo de Verdelpino (Cuenca), foi identificada uma ocupação (nível III) de economia agro-pastoril (boi, ovicaprinos e porco) claramente afirmada, com cerâmicas impressas e incisas, datada radiocarbonicamente de: 5170 ± 130 BP (CSIC -150B) e 5120 ± 130 BP (CSIC-152B) (Moure Romanillo e Fernández – Miranda, 1977).

A partir do final do Neolítico antigo evolucionado do Sul de Portugal, as cerâmicas lisas tornam-se francamente dominantes, sobrevivendo alguma decoração impressa medíocre e residual e um tipo decorativo constituído por sulco localizado imediatamente abaixo do bordo, aplicado em esféricos altos e taças em calote. Ocorre pintura a almagre. Podemos então falar de um Neolítico proto-megalítico ou de um Neolítico médio de tradição antiga. Durante esta fase de transição teriam sido construídas as primeiras sepulturas proto-megalíticas, sob *tumuli*, de câmara fechada, oval ou rectangular, por vezes parcialmente escavada no substrato rochoso e definida por esteios de reduzidas dimensões e /ou simples blocos. Escavámos uma dessas sepulturas (Marco Branco), a cerca de 200m do povoado de Salema, com câmara oval fechada, cujas dimensões internas eram de 1,70m x 1,35 (Tavares da Silva e Soares, 1983). No Alentejo interior, este tipo de sepultura encontra-se bem representado na região de Montemor-o-Novo, em Elvas (Cabeço do Torrão) (Lago e Albergaria, 1995) e em Reguengos de Monsaraz (Anta 10 da Herdade das Areias); na Beira Baixa, está patente na sepultura 6 do Couto da Espanhola (Rosmaninhal) (Cardoso *et al.*, 1995).

As sepulturas proto-megalíticas possuem uma relativa ubiquidade (litoral e interior) e assinalam a génese do megalitismo – supers-trutura ideológica ao serviço da consolidação da formação social de tipo segmentário –. A agricultura e a criação de gado, no decurso do Neolítico médio, afirmar-se-ão como actividades nucleares. O Algarão de Goldra (Algarve) ilustra bem o tipo de economia que no Neolítico médio poderá ter predominado no sul do território português (Straus *et al*, 1992). Em uma camada datada, a partir de carvão, de 4990 ±320 BP (4154 – 3431, cal BC a 1 sigma)(SMU – 2197), verificou-se, a partir da análise dos isótopos estáveis de carbono e azoto de ossos de dois adultos (^{13}C = -19,55 e -19,27; ^{15}N= 8,78 e 8,74) que, apesar da curta distância entre o sítio e o oceano (9Km), os recursos de origem marinha não desempenharam papel significativo no regime alimentar. Este assentou em cereais (patologias dentárias reforçam essa ideia) e em carne de herbívoros, como ovicaprinos, gado bovino (*Bos taurus*) e *Sus sp.*. A caça (javali (?), aves, lagomorfos) e a recolecção de moluscos marinhos (*Scrobicularia plana*, *Solen marginatus* e *Pecten maximus*) desempenharam um papel secundário. A análise polínica e o estudo dos carvões revelaram a presença de pólens de cereais e de espécies associadas às práticas agrícolas, permitindo supor desflorestações na área envolvente do sítio e a existência de campos cultivados na planície a que a gruta é sobranceira.

Se este poderia constituir o cenário mais comum no Neolítico médio, não podemos ignorar a provável coexistência de grupos estacionados em meios estuarinos, como a Comporta (Tavares da Silva *et al*, 1986), que desenvolveriam uma economia agro-marítima com acentuado relevo para a vertente predatória. No *habitat* de Pontal (Comporta) obteve-se uma datação 14C, a partir de *Ostrea sp.*, de 493050 BP (CSIC-648) (3773 – 3655 cal BC a 1 sigma e 3892 – 3638 cal BC a 2 sigma). Este povoado forneceu cerâmicas com decorações impressa, incisa e plástica na tradição da do Neolítico antigo, mas a sua presença é claramente vestigial.

Bibliografia sumária

ARNAUD, J. M., 1987, Os concheiros mesolíticos dos vales do Tejo e Sado: semelhanças e diferenças. *Arqueologia*, 15: 53-64.

BADAL, E. e ROIRON, P., 1995, La Prehistoria de la Vegetación en la Península Ibérica. *Saguntum*, 28:29-47.

CALADO, M., 1995, *A região da Serra d`Ossa: introdução ao estudo do povoamento neolítico e calcolítico*. Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

CARDOSO, J. L., 1994, Do Paleolítico ao Romano. Investigação arqueológica na Área de Lisboa. Os últimos 10 anos: 1984-1993. *Almadan*, II Série, 3:59-74.

CARDOSO, J. L., CANINAS, J. C. e Henriques, F., 1995, O monumento 6 do Couto da Espanhola (Rosmaninhal, Idanha-a-Nova). Comunicação apresentada ao Simpósio «Megalitismo: Tempo, Construção do Espaço e Paisagem» (Cascais, 12-14, Out. 1995).

CARREIRA, J. R., 1994, A Pré-história recente do Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior). *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 2: 47-144.

DANSEREAU, P., 1984, Les répères d l'éco-développement. *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*, Lisboa, C.E.G.: 89-106.

ENRÍQUEZ NAVASCUÉZ, J. J., 1986, Excavacion de urgencia en la cueva de la Charneca (Oliva de Mérida, Badajoz). *Noticiário Arqueológico Hispanico*, 28:9-24.

GOMES, M. Varela, 1994, Menires e cromeleques no complexo cultural megalítico português – trabalhos recentes e estado da questão. *Actas do Seminário O Megalitismo no Centro de Portugal (Mangualde, 1992*), Viseu, CEPBA: 317-342.

GOMES, M. Varela, CARDOSO, J.L., ALVES, F. J. S., 1995, *Levantamento Arqueológico do Algarve. Concelho de Lagoa*. Ed. Câmara Municipal de Lagoa.

GOMES, R. e M. Varela, SANTOS, M. Farinha, 1983, O santuário exterior do Escoural. Sector NE (Montemor-o-Novo, Évora). *Zephyrus*, 36:287-307.

GONÇALVES, V. Santos, 1978, *A neolitização e o megalitismo da região de Alcobaça*, lisboa, SEC.

GONÇALVES, V. Santos, GUILAINE, J., ARRUDA, M., BARBAZA, M., COULAROU, J. e GEDDES, D., 1987, Le Néolithique Ancien de l'abri de Bocas I (Rio Maior, Portugal). *In* J. Guilaine, J.-L. Roudil, J.-L. Vernet (dir.), *Premières communautés paysannes en Mediterranée Occidentale*, Paris, CNRS: 673-680.

GUILAINE, J e FERREIRA, O. da Veiga, 1970, Le Néolithique ancien au Portugal. *Bulletin de la Société Préhistorique Francaise*, T. 67 (Études et Travaux, fasc.1):304-322.

GUTIERREZ LOPEZ, J. M., PRIETO CORIA, M. C e RUIZ GIL, J. A., 1995, Jacimientos neolíticos al aire libre con cardiales: el assentamiento de Esperilla (Espera, Cádiz). Propuesta de otro modelo de neolitizacion para Andaluzia Occidental. *Preactes do I Congrés del Neolitic a la Peninsula Ibérica*, Gavá-Belaterra:70.

HERNANDO GONZALO, A., 1993, El proceso de neolitizacion, perspectivas teoricas para el estudio del Neolítico. *Zephyrus*, XLVI:123-142.

JORGE, S. Oliveira, 1979, Contributo para o estudo de materiais provenientes de estações neolíticas dos arredores da Figueira da Foz. *Actas da 1ª Mesa Redonda sobre o Neolítico e o Calcolítico em Portugal*, Porto, GEAP:53-82.

LAGO, M. e ALBERGARIA, J., 1995, Cabeço do Torrão (Elvas): contextos megalíticos. Comunicação apresentada ao Simpósio «Megalitismo: Tempo, Construção do Espaço e Paisagem» (Cascais, 12--14, Out. 1995).

MATEUS, J., 1985, The coastal lagoon region near Carvalhal during the Holocene; some geomorphological aspects derived from a paleoecological study at Lagoa Travessa. *Actas da I Reunião do Quaternário Ibérico*, 2, Lisboa, Grupo de Trabalho Português para o Estudo do Quaternário: 237-249.

MOURE ROMANILLO, J. A, e FERNÁNDEZ – MIRANDA, M., 1977, El abrigo de Verdelpino (Cuenca). Notícia de los trabajos de 1976. *Trabajos de Prehistoria*, vol. 34:31-83.

PELLICER, M. e ACOSTA, P., 1982, El Neolítico Antiguo en Andalucia Occidental. *Le Neolithique Ancien Mediterraneen. Actes du Colloque Internacional de Prehistoire* (Archeologie en Languedoc-nº special), Montpellier: 49-60.

ROCHA, A. dos Santos, 1889-1900, *Antiguidades pré--históricas do concelho da Figueira da Foz*, Coimbra (2ª ed., Coimbra 1949).

RODRÍGUEZ, A. Alcalde, ALONSO, C. Jiménez, e CANO, J. Vélazquez, 1995, Fractales para la Arqueología: un nuevo lenguaje. *Trabajos de Prehistoria*, 52, nº1: 13-24.

ROUSSOT-LARROQUE, 1987, Les deux visages du Néolithique Ancien d'Aquitaine. In J. Guilaine, J.-L. Roudil, J.-L. Vernet (dir.), *Premières communautés paysannes en Mediterranée Occidentale*, Paris CNRS: 681-691.

ROUSSOT-LARROQUE, J. e VILLES, A., 1988, Fouilles prè et protohistoriques à la Lède du Gurp (Grayan – et l'hôpital, Gironde). *Revue Archéologique de Bordeaux*, T. LXXIX: 19-60.

SAHLINS, M., 1979, *Economia de la Edad de Piedra*, Barcelona, Akal.

SANTOS, M. Farinha dos, SOARES, J.e TAVARES DA SILVA, C., 1974, O concheiro epipaleolítico do Cabeço do Pez (Vale do Sado, Torrão): primeira notícia. *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*, Porto: 173-189.

SENNA-MARTINEZ, J. C. e ESTEVINHA, I.M. Alves, 1994, O sítio de habitat das Carriceiras (Carregal do Sal). Notícia preliminar. *Actas do Seminário O Megalitismo no Centro de Portugal (Mangualde, 1992*), Viseu, CEPBA: 55-61.

SIMÕES, T., 1995, O sítio neolítico de São Pedro de Canaferrim (Sintra). *Preactes do I Congrès del Neolític a la Península Ibérica*, Gavá – Bellaterra: 36.

SOARES, A. M. M., 1993, The 14C content of marine shells: evidence for variability in coastal upwelling of Portugal during the Holocene (comunicação apresentada ao Internacional Symposium on Applications of Isotope Techniques in Studying Past and Current Environmental Changes in the Hydrosphere and Atmosphere, Viena, 1993).

SOARES, J. e TAVARES DA SILVA, C, 1979, Alguns aspectos do Neolítico Antigo do Alentejo Litoral. *Actas da 1ª Mesa Redonda sobre Neolítico e o Calcolítico em Portugal*, Porto, GEAP: 9-52.

SOARES, J. e TAVARES DA SILVA, C., 1992, Para o conhecimento dos povoados do Megalitismo de Reguengos. *Setúbal Arqueológica*, vol. IX-X: 37--88.

SOARES, J. e TAVARES DA SILVA, C., 1993, Na transição Plistocénico-Holocénico: Marisqueio na Pedra do Patacho. *Almadan*, II série, nº2: 21-29.

SOARES, J., 1992, Les territorialités produites sur le litoral Centre-Sud du Portugal au cours du processus de néolithisation. *Setúbal Arqueológica*, vols. IX--X: 17-35.

SOARES, J., 1995, Mesolítico-Neolítico na Costa Sudoeste: transformações e permanências. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol.35,Fasc.2 (Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. VI): 27-45.

STRAUS, L.G., ALTUNA, J., FORD, D., MARAMBAT, L., RHINE, J.S., SCHAWRCZ, J-H. P. e VERNET, J--L., 1992, Early farming in the Algarve (Southern Portugal): a preliminary view from two cave excavations near Faro. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol XXXII, SPAE: 141-162.

STUIVER, M. e REIMER, P.J., 1993, Extended 14C data base and revised calib 3.0 14C age calibration programme. *Radiocarbon*, 35(1): 215-230.

TAVARES DA SILVA, C. e SOARES, J., 1981, *Pré--história da Área de Sines*, Lisboa, Gabinete da Área de Sines.

TAVARES DA SILVA, C., 1993, O Neolítico Antigo. *Pré--história de Portugal*, Lisboa, Universidade Aberta: 149-165.

TAVARES DA SILVA, C. e SOARES, J., 1982, Des structures d´habitat du Neolithique Ancien au Portugal. *Le Neolithique Ancien Mediterraneen. Actes du Colloque Internacional de Prehistoire* (Archeologie en Languedoc-nºspecial), Montpellier: 17-28.

TAVARES DA SILVA, C. e SOARES, J., 1983, Contribuição para o estudo do megalitismo do Alentejo Litoral. A sepultura do Marco Branco (Santiago do Cacém). *O Arqueólogo Português*, S. IV, 1:63--88.

TAVARES DA SILVA, C. e SOARES, J., 1986, *Arqueologia da Arrábida*, Lisboa, SNPRCN.

TAVARES DA SILVA, C. e SOARES, J., 1987a, Les communautés du Neolithique ancien dans le sud du Portugal. In J. Guilaine, J.-L. Roudil, J.-L. Vernet (dir), *Premières communautés paysannes en Méditerranée Occidentale*, Paris, CNRS: 663--671.

TAVARES DA SILVA, C., SOARES, J., CARDOSO, J., CRUZ, C. Souto e REIS, A. Sousa, 1986, Neolítico da Comporta: Aspectos cronológicos (datas 14C) e paleoambientais. *Arqueologia*, 14: 59-82.

VÁZQUEZ VARELA, J. M., 1988, El Neolitíco en Galícia. In P. López (coord.), *El Neolítico en España*, Madrid, Ediciones Cátedra: 329-335.

VILAÇA, R., 1988, *Subsídios para o estudo da Pré--história Recente do Baixo Mondego* (Trabalhos de Arqueologia,5), Lisboa, IPPC.

ZILHÃO, 1992, *Gruta do Caldeirão. O Neolítico Antigo* (Trabalhos de Arqueologia,6), IPPAR, Lisboa.

O MEGALITISMO DA GALIZA. NOTAS PARA UMA BIBLIOGRAFIA CRÍTICA[1]

Ana Catarina SOUSA[2]

0. Nota Prévia

Inicialmente preparado como um trabalho a apresentar no âmbito do Seminário de especialização do Mestrado em Pré-História e Arqueologia, dirigido pelo Prof. Doutor Victor S. Gonçalves na Faculdade de Letras de Lisboa, pensou mais tarde o director de trabalhos, que me indicou este tema, que se justificava a sua publicação.

Não se tratando de uma recolha exaustiva de todos os títulos bibliográficos do megalitismo galego (substancialmente reduzida em *Os sítios do megalitismo galego*) é apenas uma escolha de textos, desde os que considerei paradigmáticos até outros, de menor importância, mas exemplificativos, disponíveis, inserindo-se igualmente textos que não sendo exclusivamente centrados sobre o megalitismo galego explicitam o seu conteúdo teórico (por exemplo: CRIADO, 1988).

Procurei enquadrar os textos de acordo com vectores dominantes da abordagem ao megalitismo. Estes vectores não têm uma conotação puramente cronológica da história da investigação do megalitismo galego mas correspondem a constantes induzidas da leitura da bibliografia em análise: (1) **os sítios do megalitismo galego**, estudos monográficos que remontam ao século XVIII, às primeiras investigações sistemáticas de Maciñeira, López Cuevillas e Georg e Vera Leisner nos anos 30, até às abordagens pós-modernas do megalitismo; (2) **cronologias e evoluções: Megalitismo, cultura material e arquitectónica,** corresponde a uma abordagem periodizante e descritiva do megalitismo inserindo-se aqui textos com os mais variados enquadramentos teóricos; (3) **a reavaliação de um conceito: Megalitismo e ecologia,** coincide genericamente com a arqueologia espacial da chamada Nova Arqueologia (embora a leitura espacial do megalitismo esteja já presente em Leisner e Lopez Cuevillas) que procura a reconstituição ecológica da "paisagem megalítica"; (4) **a terceira via: Megalitismo como acontecimento mental**, tomada de consciência da fragilidades de uma arqueologia da paisagem puramente ecológica.

A separação em blocos temáticos resulta mais óbvia em textos genéricos e menos clara nos textos monográficos sendo óbvia a artificialidade da adopção estrita deste tipo de limites. Apenas alguns dos textos são objecto de um breve comentário crítico que não pretende ser descritivo.

---

[1] Este trabalho foi elaborado no âmbito de um Seminário do *Mestrado de Pré-História e Arqueologia* da Faculdade de Letras de Lisboa e dirigido pelo Prof. Doutor Victor S. Gonçalves, no ano lectivo de 1995/1996 (1.º semestre).

[2] Investigadora da UNIARQ. Centro de Arqueologia. Faculdade de Letras. PT-1699 Lisboa Codex PORTUGAL. Bolseira da JNICT, Programa Praxis XXI.

1. Os sítios do megalitismo galego

ABAD GALLEGO, X. (1992) – El contexto cronológico de la mamoa nº1 de Cotogrande (Cabal-Vigo). Arqueologia. nº 21. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. p. 21-17.

BARROS SIVELO, R. (1875) – Antiguëdades de Galicia. Imprensa Pega. p. 215.

BLAS CORTINA, M. A. (1981) – Los túmulos de Silvota y Altu la Maya. Noticiário Arqueológico Hispano. 11. Madrid: Comission General de Excavaciones Arquelógicas. p 11-42.

BELLO DIEGUEZ, J. M. (1987) – Monumento megalítico de Dombate (Cabana, Coruña). Arqueoloxia-Informes 1 (Campaña 1987). Direccion Xeral do Património Histórico e Documental. p. 24-30

BELLO DIEGUEZ, J. M. (1989) – Monumento megalítico de Dombate (Cabana, Coruña). Arqueoloxia-Informes 2 (Campaña 1988). Direccion Xeral do Património Histórico e Documental.p. 21-29.

BELLO DIEGUEZ, J. M. (1992/93) – El monumento de Dombate en el Marco del Megalitismo del Noroeste Peninsular: Aspectos Arquitectonicos. Portugália. nova série, vol. XIII-XIV. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto. p. 139-145.

Leitura dos novos e perturbantes elementos fornecidos pela escavação do monumento de Dombate. A clássica questão do significado do ***polimorfismo*** *(arquitectura, implantação) é redimensionada com os sucessivos "Dombates" de diferente concepção do espaço tumular e acessos numa mesma implantação.*

*O Dombate com corredor, grande câmara pintada/gravada e estrutura de acesso "dromos" com fileiras de ídolos corresponderá ao que o autor chama de "maximo desarollo de la idea megalítica" (*p. *142) com possível expressão em outros monumentos galegos (demonstrando a importância de se proceder a escavações sistemáticas em outros monumentos insuficientemente conhecidos). Estes grandes monumentos corresponderiam a pontos centrais do megalitismo, implantados em zonas mais produtivas e controlando vias de passagem de artefactos e ideias, face a uma periferia mais pobre com monumentos de outra dimensão e onde não se assiste a uma tão longa perduração do megalitismo.*

BELLO DIEGUEZ, J. M. (1992) – Grabados, pinturas e ídolos en Dombate (Cabana, la Coruña). Grupo de Viseu o Grupo Noroccidental? Aspectos taxonómicos y cronológicos. Actas do Seminário "O Megalitismo no Centro de Portugal" (Mangualde, Nov. 1992). vol. 2. Viseu: Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta. p. 287-304.

Descrição das fases de construção/utilização de Dombate. Perante as características arquitectónicas, artefactuais e artísticas do monumento de ***Dombate****, o autor questiona as propostas cronológicas de Rodriguez Casal (associa monumentos como Dombate, Parxubeira e Axeitos ao Calcolítico do SE) e Fabregas Valcarce (situa estes monumentos na 2ª metade do 3º milénio A.C.). As datações absolutas e a sequência de ocupação obtidas para este monumento fazem crer numa cronologia de inícios do 3º milénio AC questionando a dependência de influxos do Calcolítico Meridional e das sequências cronológicas mais tardias.*

Leitura descritiva das gravações e pinturas no interior de Dombate e sua confrontação com as propostas de Elisabeth Shee para o denominado ***Grupo de Viseu****, termo considerado restritivo para a realidade mais vasta do "****Grupo Noroccidental****".*

BOUZA BREY, F.; CARRO OTERO, J.; GARCIA MARTINEZ, A. C. (1973) – Excavaciones de túmulos dolménicos em S.Andrés de Lousada (Lugo). Noticiário Arqueológico Hispânico. Madrid : Comission General de Excavaciones Arquelógicas p. 39-55.

CAAMAÑO GESTO, J. M.; CRIADO BOADO, F. (199-92) – La medorra de Fanegas (Sobrado dos Monxes, Coruña) un monumento megalítico reutilizado en época romana. Brigantium. vol 7. Coruña: Museo Arqueoloxico e Histórico Castel de San Antón. p. 213-223.

CARBALLO ARCEO,L. X.; VASQUEZ VARELA, J. M. (1984) – Nuevos hallazgos de arte megalítica em la provincia de Pontevedra: A Mamoa de Braña. Noticiário Arqueológico Hispânico. Madrid.: Comission General de Excavaciones Arqueológicas. p. 39-55.

CARNEIRO REY, Juan (1995) – El fenomeno megalítico en Narón (Coruña): análisis de localización. Estudios Mindonienses. nº 11. Salamanca.

CARRE AGUILO, J. (1915) – El arte rupestre en España. Memória nº1 de la Comissión de investigaciones Paleontológicas e Prehistóricas. 92 p.

CRIADO BOADO, F. (1980) – Catalogación de mámoas en los municipios de Curtis, Sobrado y tierras adyacentes. Brigantium. vol 1. Coruña: Museo Arqueoloxico e Histórico Castel de San Antón. p. 13-40.

CRIADO BOADO, F; VAQUERO LASTRES, X. (1988) – O fenómeno tumular: excavacións en mámoas. Arquedoxia Informes 2 (Campaña 1988). Direccion Xeral do Património Histórico e Documental. p. 111-117.

FABREGAS VALCARCE, R; FUENTE ANDRES, F. (1984) – "Os Campiños", Leiro (Rianxo). Arqueologia 83, Direccion General de Bellas Artes y Archivos. 221 p.

FABREGAS VALCARCE, R; FUENTE ANDRES, F. (1984) – Materiales de un túmulo megalítico de Leiro (Rianxo). Gallaecia. vol 7/8. Santiago de Compostela: departamento de prehistória y arqueologia univ. Santiago de Compostela. p. 233-244.

FABREGAS VALCARCE, R. (1988) – Materiais da mámoas de Martagona. Boletín do Centro de Estudos Melidenses. Museo Terra de Melide, nº4.

FABREGAS VALCARCE, R (1991) – "Mámoa 87 de Serra Faladoira": un tumulo megalítico del Norte de Galicia. Espacio, Tiempo y Forma. Revista de la Facultad de Geografia e História. Madrid: Univ. Nacional de Educacíon a Distância. p. 193-218.

FABREGAS VALCARCE, R (1991-92) – Excavación da mamoa 6 de Os Campiños (Leiro, Rianxo). Campaña de 1994. Brigantium. Coruña: Museo Arqueolóxico e Histórico Castel San Antón. vol. 7. p. 91-149.

FUENTE ANDRÉS, F.; FABREGAS VALCARCE, R. (1994) La laja decorada de os Campiños. Actas do Seminário "O megalitismo no Centro de Portugal" (Mangualde, Nov. 1992) vol. 2. Viseu: Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta. p. 287-304.

GONZALEZ REBOREDO, J. M.; GARCIA MARTINEZ, M. C.; ACUÑA CASTROVIEJO, F. (1968) – Las mamoas de Montouto. Cuadernos de Estudios Gallegos tomo XXIII, fasc 69. Santiago de Compostela: Instituto Padre Sarmiento. p. 1-15.

LEISNER, G. (1934) – Nuevas pinturas megalíticas en España. Investigación y Progreso. vol VIII. p. 146-152.

LEISNER, G. (1934) – Die Matereien des Dolmen Pedra Coberta. Jahrbuch für Präestorische und Etnographische Kunst. p. 23-44.

LEISNER, G. (1934) -Verbreitung und typologie der Galizish-Nordportugiesischen megalithgräber. 103 p.

LEISNER, G.; LEISNER, V. (1956) – Die Megalithgräber der Iberishen Halbinsel der Western. Madrid: Deutsches Archäeologisches Institut Abteilung. 122 p.

LOPEZ CUEVILLAS, F. (1927) – Papeletas para un inventario das mámoas galegas. Nos. nº 39, p. 8-13; nº40, p. 9-13.

LOPEZ CUEVILLAS, F. (1948) – La cultura megalítica del Noroeste Peninsular. Boletín del Museo Arqueológico Provincial de Orense. nº15.

LUENGO MARTINEZ, J. M. (1952) – Exploración en las mámoas de Aranga y Cambás. Cuadernos de Estudios Gallegos tomo VII, fasc. 22. Santiago de Compostela: Instituto Padre Sarmiento. p. 187.

MACIÑEIRA, F. (1929) – Notable grupo de circulos líticos y túmulos de la cuenca superiror del Eume. Arquivo do Seminário de Estudios Gallegos. nº3. p. 197-230.

MACIÑEIRA, F. (1942-43) – Túmulos prehistóricos. Inventário descriptivo de los 286 túmulos prehistóricos hasta ahora descobiertos en la avanzada comarca del Cabo Ortegal. Boletin da Real Academia Gallega, tomo XXIII.

MACIÑEIRA, F. (1944) – Túmulos prehistóricos. Inventário descriptivo de los 286 túmulos prehistóricos hasta ahora descobiertos en la avanzada comarca del Cabo Ortegal. Boletin da Real Academia Gallega. tomo XXIII.p. 15--34.

MACIÑEIRA, F. (1935) – La distribuición de las estaciones prehistoricas ortegalenses y sus características. Boletín de la Real Academia Gallega. XXII. p. 169-181.

RAMIL GONZALEZ. E. (1989-90) – Novo conxunto megalítico na Serra da Capelada: as Mámoas de Vixia Herbeira. Brigantium. vol. 6. Coruña: Museo Arqueolóxico e Histórico Castel de San Antón. p. 199-206.

RAMIL SONEIRA, J.; VASQUEZ VARELA, J. M.; VIDAL RODRIGUEZ, J. (1976) – Tres tumulos megalíticos con grabados en el termino municipal de Villalba (Lugo). Gallaecia. vol 2. Santiago de Compostela: departamento de prehistória y arqueologia univ. Santiago de Compostela. p. 87-98.

RODRIGUEZ CASAL, A.A. (1976) – Estudio de los materiales conservados de tres sepulturas megalíticas (Península de Morrazo, Pontevedra). Gallaecia. vol.2. Santiago de Compostela: departamento de prehistória y arqueologia univ. Santiago de Compostela. p. 55-73.

RODRIGUEZ-CASAL, A. A. (1980) – O monumento megalítico de A Parxubeira na comarca de Xallas (Coruña). Resultados da primeira campaña de excavaciones arqueológicas. IV Congresso Arqueológicas. IV Congresso Arqueológico de Portugal, Faro.

RODRIGUEZ-CASAL, A. A. (1983) – El monumento megalítico de A Parxubeira. Informe de la segunda campaña de excavaciones. presentado en el Instituto Padre Sarmiento, Santiago.

RODRIGUEZ CASAL, A. (1989) – La necrópolis megalítica de Parxubeira (San Fins de Eirón, Galicia). Coruña: Museo Arqueolóxico Provincial de A Coruña. Monografias Urxentes, nº4. 102

Estruturas e artefactos da necrópole de Parxubeira. Esta leitura evidencia três grandes momentos de ocupação (definidos apenas ***artefactualmente****): (1) Horizonte Primário que corresponderia aos primeiros momentos do Neolítico na Galiza (micrólitos, cerâmicas impressas) e simultaneamente deveria corresponder a uma larga faixa cronológica de construtores e utilizadores dos monumentos; (2) Campaniforme em que se desenvolveria uma ruptura artefactual com o mundo megalítico; (3) ao Bronze corresponderia uma última fase de utilização (em cistas com vasos de fundo plano e punhais).*

RODRIGUEZ CASAL, A.(1990) – O megalitismo galego: a documentação arqueológica. Galicia. História, Préhistória e História Antigua. vol 1. p. 129-169.

RODRIGUEZ CASAL, A.(1993) – A mamoa de Monte Campelos e o seu enterramento secundário. Novos datos encol do Megalitísmo final galego. Boletín do Museo Provincial de Lugo. Lugo: Deputación Provincial de Lugo. I. p. 7-17.

PATINO GOMEZ, R. (1984a) – Excavacion de la Mamoa 1 de Chan de Cruz. Pontevedra Arqueológica I. La Guardia: Grupo de Arqueologia “Alfredo Garcia Alen”. p. 17-44.

PATINO GOMEZ, R. (1984b) – Excavaciones de la mámoa nº1 de As Rozas. Pontevedra Arqueológica I. La Guardia: Grupo de Arqueologia “Alfredo Garcia Alen”. p. 45-68.

PEÑA SANTOS, A. (1984) – Excavación de urgencia en la Mámoa de Monte de Mun (Poio, Pontevedra). Pontevedra Arqueológica I. La Guardia: Grupo de Arqueologia “Alfredo Garcia Alen”.p. 75-83

PEÑA SANTOS, A.(1985-86) – La mamoa de Pontevedra (Mos-Pontevedra). Pontevedra Arqueológica I. La Guardia: Grupo de Arqueologia “Alfredo Garcia Alen”. p. 7-40.

POMBO MOSQUERA, X. A.; REGO ALAVAREZ, M. L. (1991-92) – O Megalitismo nas terras de Vilalba (Lugo) – Addenda. Brigantium. vol 7. Coruña: Museo Arqueolóxico e Histórico Castel San Antón. p. 213-223.

POMBO MOSQUERA, X. A. (1993/94) – Escavacions de mamoas na área de expansión mineira de Endensa (As Pontes – A Coruña). Brigantium. vol 7. Coruña: Museo Arqueolóxico e Histórico Castel San Antón. p. 181-192.

VAZQUEZ VARELA, J. M. E GABEIRAS VÉREZ, X. (1993-94) – Nuevos datos y perspectivas sobre el megalitismo del noroeste de la península Ibérica: los materiales del túmulo 3 de la necrópole de Lousada Xermande (Lugo). Boletin de Museo Provincial de Lugo.

SHEE, E.; GARCIA MARTINEZ, M. C. (1973) – Tres tumbas megalíticas decoradas en Galicia. Trabajos de Prehistoria. vol. 39. Madrid: Instituto Español de Prehistória. p. 335-348.

2. Cronologias e evoluções: Megalitismo, cultura material e arquitectónica

BADA GALLEGO, Xuan Carlos (1993) – La variabilidad en las estruturas funerárias del Noroeste peninsular: el ejemplo de la grán necrópolis-Peña de Galiñeiro. Actas de XXII Congreso Nacional de Arqueologia . Vigo: Xunta de Galicia. vol. I.

CRIADO BOADO, F; FABREGAS VALCARCE, R. (1989a) – Main trends in the megalithic phenomenon of NW Spain. Antiquity 63 (241). p. 682-696.

A compreensão do megalitismo do NW peninsular é efectuada através da identificação das diferentes ***regularidades*** *deste acontecimento mental que se apresentam como linhas de força e do poder social de uma comunidade, interpretadas como diferentes níveis de monumentalidade e não como etapas evolutivas. O megalitismo do NW é caracterizado através dos seus elementos geográficos e ambientais (povoamento disperso, ocupação de áreas aptas agricolamente), localização (distribuições regionais, topografia, níveis de visibilidade) soluções arquitectónicas (dialécticas interior/exterior, câmara/tumulus, câmara/área exterior); cultura material. A conjugação destes elementos consubstancia a definição de diferentes soluções com uma conotação cronológica: três grandes momentos do megalitismo regional (desde finais do 5º milénio até finais do 3º milénio A.C.) que correspondem a um processo de individualização da morte e de afirmação de novas relações de poder.*

CRIADO BOADO, F; FABREGAS VALCARCE, R. (1989b) – Aspectos generales del Megalitismo Galaico. Arqueologia. nº 19. Porto: G.E.AP. p. 48-63.

Megalitismo entendido como fenómeno de dimensões sociais e simbólicas com diversas expressões de ***monumentalidade****. Esta assume diversas expressões na paisagem megalítica quanto (1) à* ***visibilidade*** *(exposição/ocultação); (2) à* ***arquitectura*** *(recusa de tipologias evolutivas, leitura da dialéctica de monumentalidade entre o interior/exterior, túmulo/câmara, umbral/interior); (3) a* ***cultura material*** *é apenas entendida na sua vertente economicista (funcionalidade, actividades predominantes, matérias exóticas). A partir destes indicadores é proposta uma cronologia relativa (não é referida a cronologia absoluta) com 3 grandes momentos desde o 4.º milénio até finais do 3.º milénio AC que são caracterizados sobretudo a partir da cultura material e arquitectónica. Os valores relativos de monumentalidade são compreendidos de acordo 4 grandes momentos: monumentalidade sobre a paisagem circundante num primeiros momento, complexidade dos monumentos e das soluções arquitectónicas num 2º e 3º momentos (importância das cerimónias como fuga das tensões sociais) e um 4º momento pautado pelo enriquecimento da cultura material associado ao crescente poder individual.*

A reconstituição das comunidades construtoras de megálitos é feita através da reconstituição dos paleoambientes e da sua relação com a implantação dos monumentos megalíticos. Estas comunidades praticariam a agricultura extensiva de cereal em pequenos núcleos habitacionais.

FABREGAS VALCARCE, R. (1983) – Materiales liticos del Museo Provincial de Lugo. Preciosiones sobre la fase final de la cultura megalítica del NO peninsular. Boletín do Museo Provincial de Lugo. Lugo: Deputación Provincial de Lugo 1. p. 31-42.

FABREGAS VALCARCE, R. (1984) – Para una tipologia de los utiles de Piedra pulimentada de la cultura megalítica de Galicia. Boletín do Museo Provincial de Lugo. tomo II. Lugo: Diputación Provincial de Lugo. p. 5-11.

FABREGAS VALCARCE, R. (1988a) – Cronologia y periodización del Megalitismo en Galicia y norte de Portugal. Espacio, Tiempo y Forma Revista de la Facultad de Geografia e História. Madrid: Univ. Nacional de Educacíon a Distância. Serie I. Prehistória, tomo I. p. 279-291.

Análise crítica das clássicas propostas de periodização de Lopez Cuevillas e Rodriguez Casal baseadas em comparação com datações absolutas de outras áreas e por datações relativas de natureza artefactual e arquitectónica. ***Limites da informação cronométrica*** *actualmente disponível para o NW Peninsular: (1) reduzida amostragem de contextos datados (quadrante costeiro do SW da Galiza e Serra da Aboboreira) dificultando uma aplicação ao resto do território; (2) procedência estratigráfica ambígua (fogueiras, terras do tumulus); (3) grandes desvios padrão.*

A explanação dos limites da utilização das datações absolutas obtidas para o NW ("en el ejemplos de Galicia y Norte de Portugal son las fechas más reciente las que presentan mayores garantias", 288) não resulta de uma clara definição de uma proposta de faseamento para o megalitismo galego, linearmente considerada em três momentos: câmaras poligonais simples no último terço do IV milénio (AC, BC ou BP ?), sepulturas de corredor nos inícios do 3º milénio e cistas no final do 3º milénio.

FABREGAS VALCARCE, R. (1988b) – Megalitismo de Galicia. Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. vol. XXVIII, fasc. 1-2. p. 57-70.

Compreensão global do Megalitismo da Galiza em termos da sua distribuição (localização, solos. visibilidade), dos indicadores económico-sociais (dados polínicos, espólio) considerando a prática de agricultura como realidade não generalizável a todo o território em toda a diacronia, as possíveis tipologias construtivas e artefactuais e a existência de manifestações artísticas. Perante estes indicadores resulta pouco clara uma ***seriação cronológico-evolutiva****: o polimorfismo das estruturas pode abarcar fenómenos de permanência de túmulos considerados simples (e mais antigos) e de anterioridade das câmaras de corredor (consideradas mais antigas).*

FABREGAS VALCARCE, R (1991) – Megalitismo del Noroeste de la Peninsula Ibérica. Tipologia y secuéncia de los materiales líticos. Madrid: UNED.

FABREGAS VALCARCE, R. (1994) – El túmulo de Vedro Vello: cuestiones acerca del Megalítico Final de la Galicia Interior. Actas do Seminário "O Megalitismo no Centro de Portugal" (Mangualde, Nov. 1992). vol. 2. Viseu: Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta. p. 103-109.

Proposta de enquadramento cronológico e sociológico de materiais de pedra polida de grandes dimensões e com perfuração, que surgem descontextualizados ou em contextos tumulares tardios, nas zonas de interior, revelando um grande investimento de trabalho na sua preparação. Partindo destes elementos artefactuais, dos quais se destaca como indicador o disco tipo ***Rechaba,*** *propõe-se uma cronologia de finais do 3º milénio A.C., anterior ao campaniforme e que se compreenderia como "subcultura vinculada a un segmento de la sociedade (masculino y relacionado con las actividades guerreras ?) (108) no âmbito da Revolução dos Produtos Secundários.*

FABREGAS VALCARCE, Rámon; RUIZ-GALVEZ PRIEGO, Marisa (1994) – Ambitos funerários y domestico en la Prehistoria del NO de la Peninsula Ibérica. Zephirus. Salamanca: Univ. de Salamanca. vol XLVI. p. 113-159.

Perspectiva globalizante das paisagens do Noroeste Peninsular em que se sublinha as particularidades de dois momentos distintos: o megalitismo (colocado entre finais do IV milénio e o III milénio BC) e a cultura castreja (II-Iº milénio BC). A comparação entre estas duas realidades salienta o contraste da monumentalidade do megalitismo face à invisibilidade do povoamento coevo e da paisagem fortificada e amplamente antropizada face à invisibilidade des estruturas funerárias. A estas duas realidades é associada de forma explicativa a relação com processos de intensificação agrária: a Revolução dos Produtos Secundários por um lado e a complexificação social e económica do Bronze Final, por outro.

LOPEZ-CUEVILLAS, F. (1925) – Nota en col do mobiliário dalgunhas mámoas galegas depositadas no Museo de Ourense. Boletin de la Real Academia Gallega. vol XV. p. 180.

LOPEZ-CUEVILLAS, F. (1959) – La epoca megalítica en el NW de la peninsula. Caesaraugusta. nº13/14. Zaragoza: Instituición Fernando el Católico. p. 21-77.

*Concepção estritamente **orientalizante** da neolitização e do megalitismo. Inventário dos monumentos do Minho, Trás-osMontes e Galiza descrevendo a sua implantação, a morfologia das mamoas, a arquitectura, o seu espólio, a arte e as inter-relações com os habitats.*

RODRIGUEZ CASAL, A. (1979) – O megalitismo na Galiza. A sua problemática e o estado actual da investigação. Actas de 1ª mesa-redonda sobre o Neolítico e o Calcolítico em Portugal. Porto: GEAP. p 103-115.

*Estabelecimento do **estado das investigações** do megalitismo galego considerando a história da DPSG-IEA realizada e os limites a uma abordagem desta temática (conservação diferenciada dos monumentos, ausência de habitats pré-megalíticos e megalítico). Considerações muito gerais e factuais do megalitismo no que respeita à implantação e distribuição, à arquitectura e cultura material (recuperando as clássicos tipologias descritivas dos Leisner) para propor uma balizamento cronológico no 3º milénio A.C.*

RODRIGUEZ CASAL, A. (1984) – O megalitismo galego: a problemática suscitada a partir das investigacions mais recentes. Portugália. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Univ. do Porto. 4-5. p. 47-51.

*Balanço crítico das possíveis **linhas de leitura do megalitismo galego** numa abordagem materialista do modo de produção da "cultura megalítica": (1) relação com o meio físico (apenas refere a clássica importância da geologia) caracterizando a sua dispersão geográfica; (2) características arquitectónicas e estruturais; (3) cultura material (questionando a validade da sucessão crono-tipológica tradicional); (4) arte; (5) questiona o desconhecimento de povoamento associável ao megalitismo e a vastidão temporal como limites para o conhecimento da economia das comunidades megalíticas (embora aceite o modelo de uma economia ganadeira, já com o cultivo do cereal); (6) propõe uma sociedade sedentária e igualitária; (7) faseamento do megalitismo em três momentos (inicial, médio e final). Esta abordagem sucinta enquadra-se numa "declaração de intenções" e rumos de investigação de um projecto a desenvolver.*

VASQUEZ VARELA, J. M. (1979) – El horizonte de Rechaba: una nueva fase de la cultura megalítica del Noroeste peninsular. Boletín Auriense. IX. p. 9-26.

VILLASECO VASQUEZ, X. I. (1993) – Estruturas de acceso no Megalitismo do Noroeste Peninsular: unha aproximación teórica. Actas de XXII Congreso Nacional de Arqueologia. Vigo: Xunta de Galicia. vol. I. p. 387-389.

3. A reavaliação de um conceito: Megalitismo e ecologia

AIRA, M. J. ; CRIADO, F.; DIAZ-FIERROS, F. (1986) – La construcción del paisaje: megalitismo y ecologia en la Sierra del Brabanza. Arqueoloxia e Investigación 1. s.l.: Dirección Xeral do Património Artístico e monumental. 186 p.

BELLO DIEGUEZ, J. M.; CRIADO BOADO, F.; VAZQUEZ VARELA, J.M. (1982a) – Sobre la cultura megalítica y los caminos antiguos en Galicia. Museo de Pontevedra. XXXVI. p. 143-164.

BELLO DIEGUEZ, J. M.; CRIADO BOADO, F.; VAZQUEZ VARELA, J.M. (1982b) – Megalitismo y medio físico en el NW de la Península Ibérica: estado actual de la question y perspectivas. Zephirus. Salamanca: Univ. de Salamanca. XXXIV-XXXV. p. 148-158.

*Reavaliação do megalitismo do NW peninsular sob a perspectiva das possíveis relações entre o **megalitismo e o meio ambiente**, aqui reduzido ao substracto geológico tradicionalmente considerado condicionante das dinâmicas construtivas e à natureza dos solos, único indicador do subsistema econó-*

mico das "comunidades megalíticas". A cartografia e a análise de proveniências da matéria-prima dos monumentos megalíticos (Sobrado-Curtis, Melide, Xallas, Villalba) negam a existência de determinismo geológico na implantação megalítica e a adaptabilidade aos substractos locais. Considerando a escassa variação dos solos galegos, confirmada pela realização pontual de estudos de paleossolos, torna-se evidente a abundância de mamoas em terras cultiváveis apontando a existência de comunidades agrícolas.

A inexistência de aparente ***determinismo ambiental*** *(solos e geologia) parece indicar um outro rumo para a investigação do megalitismo galego: a observação de factores "religiosos-ideológicos" (117); de algumas evidências históricas e etnográficas (caminhos antigos, territorialidade, domínio da paisagem...) e do desajuste da aplicação de metodologias da arqueologia espacial processual (domínio da vertente ecológica) na compreensão do megalitismo.*

BELLO DIEGUEZ, J. M.; CRIADO BOADO, F.; VAZQUEZ VARELA, J.M. (1982c) – Aproximación a un modelo económico-social del Megalitismo del NW peninsular. Brigantium. Coruña: Museo Arqueolóxico e Histórico Castel de San Antón. 3. p. 33-39.

*Megalitismo como (pre)texto da construção de um modelo económico e social para a Pré-História do NW peninsular. A implantação dos monumentos megalíticos em solos com aptidão agrícola, a evidência da presença de cereais em análises polínicas, os estudos traceológicos do espólio lítico dos monumentos megalíticos e as comparações etnoarqueológicas são os elementos-base (não problematizados) para a identificação de um "****sistema agrícola de tala quema*** *de la vegetación" (34) praticada por pequenas comunidades numerosas.*

BELLO DIEGUEZ, J. M.; CRIADO BOADO, F.; VAZQUEZ VARELA, J.M. (1984a) – Medio físico y sociedades megalíticas. Aproximaciones a los problemas constructivos de los megalítos en el NW peninsular. Gallaecia. vol. 7-8. Santiago de Compostela: departamento de prehistória y arqueologia univ. Santiago de Compostela. p. 31-58.

Abordagem do megalitismo do NW peninsular numa perspectiva das suas ***dinâmicas da construção****. Procura-se estabelecer níveis de esforço dispendido através de vários indicadores; (1) as* ***pedreiras****, fontes de matéria-prima (sem evidência arqueológica directa) com provável proveniência local e sem grande esforço extractivo; (2) o esforço construtivo no que se refere à* ***escavação*** *da área do túmulo (análise complexa já que "se hubiessem empleado mil hombres durante una hora o bien un hombre durante mil horas" os significados seriam diversos); (3) calculo do esforço envolvido no* ***transporte das lajes*** *que seria diferenciado segundo o meio utilizado (elevação, arrasto sobre troncos, arrasto directo) e conforme a massa e volume do monumento.*

Este esforço de datação das comunidades construtoras de megálitos revela-se como inoperante, partindo da informação disponível (fontes históricas, arqueologia experimental, etnoarqueologia, dimensões dos monumentos megalíticos) e sendo desconhecida a vertente demográfica da zona. Os próprios autores reconhecem que a população indicada por estes estudos seria excessivamente elevada para o (clássico) modelo de comunidades megalíticas considerado (sociedades arcaizantes, com diminuta importância da agricultura), não sendo nunca utilizada a dimensão temporal na compreensão desta realidade.

BELLO DIEGUEZ, J. M.; CRIADO BOADO, F.; VAZQUEZ VARELA, J.M. (1984b) – Megalitismo y medio geológico en el NW peninsular. (III Seminário de Arqueologia del NW). Revista de Guimarães, XCIV.Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. p. 300-306.

Compreensão do megalitismo numa perspectiva de ***dialéctica homem/espaço e sociedade/ambiente*** *em deterimento dos anteriores estudos tipológico-cronológicos.* ***Geologia*** *como indicador constantemente utilizado (desde os Leisner) sendo muitas vezes tomado como determinante para as modalidades de implantação dos monumentos megalíticos. Na área da Galiza considera-se suficientemente representativo o universo de monumentos megalíticos conhecido e a partir deste conjunto depreende-se que o substracto geológico "parece ser influente pero no determinante" (304) sendo aparente uma economia de esforços: ausência de especialização da matéria-prima, preferência por matérias primas próximas.*

BELLO DIEGUEZ, J. M.; CRIADO BOADO, F.; VAZQUEZ VARELA, J.M. (1985) – Cultura Megalítica y medio natural en el NW peninsular. Coloquio sobre distribuicion y relaciones entre los assentamientos (Teruel, 1984). Arqueologia Espacial 6. Teruel: Colégio Universitário de Teruel. p. 229-235.

Declaração de intenções num projectado estudo do megalitismo galego. São estabelecidos quatro vectores de estudo: (1) relação entre os monumentos megalíticos e o ***meio geológico****, verificando já a inexistência de um determinismo geológico e do reduzido investimento de trabalho face ao substracto geológico; (2) associação do megalitismo ao* ***meio edafológico*** *constatado e a implantação dos monumentos sobre zonas de relevo mais elevado junto a áreas com aptidão agro-pastoril; (3) estudos de* ***visi-***

***bilidade**; (4) estudos **paleoambientais** indicam já que "las comunidades megalíticas del NW hayan praticado una agricultura cerealista de tala y quemada con rotaciones de plazo largo" (233).*

Pretende-se assumir uma leitura dos padrões de povoamento e das organizações económico-sociais através dos dados disponíveis (monumentos megalíticos, ausência de povoados, espólios reduzidos, ausência de dados paleoambientais) e compreender as clássicas associações do megalitismo da região a comunidades pastoris de pendor arcaizante. Afirmando claramente os pressupostos teóricos e as linhas de investigação, torna-se evidente a valorização de uma abordagem homem-meio estabelecida em termos económicos.

BELLO DIEGUEZ, J. M.; CRIADO BOADO, F.; VAZQUEZ VARELA, J.M. (1987) – La cultura megalítica de la provincia de La Coruña y sus relaciones con el marco natural: implicaciones socioeconómicas. Coruña: Diputación Provincial de la Coruña.

*A inter-relação entre o **meio ambiente e o megalitismo** é tomada como via de identificação de um modelo de datações (económico e sociológico) das **comunidades megalíticas do NW**. Esta abordagem não tem como objectivo a compreensão estrita do megalitismo, procurando sobretudo utilizar a evidência do megalitismo para colmatar as lacunas de informação quanto ao povoamento contemporâneo. As condicionantes físicas assumem para estes autores um protagonismo quase total, seja nas formas mais clássicas de associação com a geologia e edafologia como na busca de outros elementos como as vias de comunicação ou as técnicas construtivas e cálculos demográficos.*

Aplicando um modelo descritivo a um conjunto de regiões (administrativas ou naturais ?) são reconstituídas as possíveis relações das comunidades megalíticas com o paleoambiente. A leitura proposta recusa liminarmente a imagem de Sierra Rodriguez e A. Rodrigo Casal de sociedades nómadas, arcaicas, pastoris, fundamentalmente caçadores e recolectores (que se fundamentava por uma incompleta análise ambiental e por uma comparação burguesa da "riqueza" do sul peninsular face a uma pobreza do Noroeste) e propõem um modelo de sociedade em que se praticava a agricultura de slash and burn, com habitats pequenos e dispersos.

BELLO DIEGUEZ, J. M. (1993) - Autoctonismo vs relaciones en megalitismo Noroccidental. El caso de los monumentos de Dombate. Actas de XXII Congreso Nacional de Arqueologia . Vigo: Xunta de Galicia. vol. I p. 25-32.

CALVO DE ANTA, R.; CRIADO BOADO, F.; VASQUEZ VARELA, J. M. (1982) – Contribuición al estudio del megalitismo y el medio edafológico en el noroeste de la Península Ibérica: el paleossuelo de "A mamoa de Parxubeira". Cuadernos de estudios Gallegos. vol. 33. Santiago de Compostela: Instituto Padre Sarmiento p. 65-85.

CORRAL, M. (1989-90) – Aplicación de un modelo para el estudio económico y social del Megalitismo en el NO Penínsular. El conjunto megalítico de San Andrés de Lousada (Lugo). Brigantium. vol 6. Coruña: Museo Arqueolóxico e Histórico Castel de San Antón. p. 55-64.

*Adopção pouco crítica de um modelo que engloba as modalidades de **implantação** (topografia, geologia, pedologia) e análises **demográficas** com base no cálculo da força de trabalho. Insere-se também uma breve referência aos materiais encontrados que são entendidos como indicadores sociais, negando mesmo a sua importância como indicadores cronológicos (cerâmica campaniforme vs. ídolos betilo).*

CRIADO BOADO, F; GRAJAL, M. (1981) – Relación entre la distribuicón de mámoas y el medio físico en el zona de Sobrado-Curtis. Brigantium. vol. 2. Coruña: Museo Arqueolóxico e Histórico Castel de San Antón. p. 7-26.

CRIADO BOADO, F; RODRIGUEZ CASAL, A. (1983) – Megalitismo e medio xeológico nas comarcas de Xallas e Melide (Galiza) II Seminário de Arqueologia de NW (Santiago, 1980). Madrid: Ministério de Cultura. p. 59-84.

CRIADO BOADO, F. (1988a) – Mamoas y Rozas: panoramica general sobre la distribuición de los tumulos megalíticos gallegos. Colóquio de Arqueologia do MW Peninsular. Trabalhos de Arqueologia e Etnologia. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia vol XXVIII, fasc. 1-2. p. 151-157.

*Compreendendo o espaço arqueológico na sua bidimensionalidade (física e mental) aborda o megalitismo perante uma projecção económica. Apesar da existência de regularidades acentua-se a **irrelevância do determinismo ambiental** indicando a existência de diferentes modalidades económico--tecnológicas. O megalitismo é considerado um primeiro momento da configuração da actual paisagem agrária galega caracterizado pela "cultura de roza" (cereais de inverno) nos solos leves das áreas montanhosas, com uma intensificação agrária em meados do terceiro milénio.*

CRIADO BOADO, F. (1988b) – Arqueoloxia da Paisaxe: estudio da Serra do Bocelo e do Val do Río Furelos (Toques e Melide, A Coruña). Arqueoloxia Informes 2 (Campaña 1988). Xunta de Galicia. p. 103-110.

Justificação teórica de um projecto de reconstituição arqueológica das paisagens culturais do passado (do Paleolítico à Idade Média, com forte incidência no Megalitismo e Cultura Castreja). Cons-

*ciência da fragilidade da **arqueologia espacial** do processualismo: "que finalidade se podería atopar aínda para afanarse nunha estratéxia de Arqueoloxia para-espacial unha vez que a crítica tardo--positivista nos leva a descrer da Arqueoloxia Espacial" (*p. 103*).*

FERNANDEZ MALDE, A. (1993/94) – Contexto ambiental e implicaçons socioculturais do Megalitismo das bacias do Mendo e Mandeo (Comarca de Betanços, Galiza). Brigantium. vol. 8. Coruña: Museo Arqueolóxico e Histórico Castel de San Antón. p. 9-47.

*Pretende-se identificar eventuais relações do megalitismo com a **pedologia e geologia** da zona e assim compreender o povoamento associado (na ausência de dados sobre habitats). A geologia, o relevo, o tipo de solo e a vegetação são elementos descritivos dos monumentos megalíticos. Estes são considerados (em apêndice) para o cálculo da massa pétrea dos 85 monumentos e do investimento de trabalho, assim como para o relacionamento mamoa/eixo (numa finalidade pouco explícita).*

FERNANDEZ MALDE, Antom (1993) – Contexto ambiental e implicaciones socio-económicas del fenomeno tumular de las cuencas de los rios Mendo e Mandeo (Comarca de Betanços). Actas de XXII Congreso Nacional de Arqueologia . Vigo: Xunta de Galicia. vol. I. p. 25-30.

VASQUEZ VARELA, J. M. (1991-92) – Aspectos económicos y sociales de la construccion de monumentos megalíticos en el Noroeste de la Península Ibérica. Brigantium. vol 7. Coruña: Museo Arqueolóxico e Histórico Castel de San Antón. p. 177-188.

*Reconstituição do **processo constructivo dos monumentos megalíticos** através das características tumulares (cálculo do volume, densidade), por paralelismos históricos e etnográficos e através da arqueologia experimental. Procura-se identificar o esforço dispendido na extracção, transporte e construção (Arca de Barbanza, Casa dos Mouros) e estabelecer um modelo social para esta realidade: pequenas comunidades que não necessitam de um excedente excepcional nem da mobilização de uma grande força laboral: **"la construcción de las tumbas puede ser un asunto de familia**" (181) embora se proponha que a planificação das construções pressuponha um especialista, **o arquitecto dos tempos megalíticos**.*

VASQUEZ VARELA, J. M.; POMBO MOSQUERA, X. A. (1992) – A demografia megalítica no Noroeste da Peninsula Ibérica. Cuadernos de Estudios Gallegos. XL, fasc 105. Santiago de Compostela: Instituto Padre Sarmiento p. 18-21.

*Abordagem **demográfica** ao fenómeno megalítico na Galiza, tendo como indicadores (1) o número de mamoas e a relação com a superfície considerada; (2) o calculo da força de trabalho necessária para a construção dos monumentos relacionando as características da matéria-prima (peso, proveniência, volume), as horas de trabalho e número de indivíduos envolvidos; (3) quantificação do número total de inumações no conjunto de necrópoles; (4) considerações sobre a esperança de vida média da altura, (5) dimensão dos monumentos.*

O estabelecimento de imagem quantitativa de uma "população megalítica" e a definição de esquemas de organização social tendo como evidência única o fenómeno megalítico é apenas compreensível conjecturalmente e não como fim último; considerando o grau de determinismo material aplicável ao megalitismo, a longa diacronia e a variabilidade de significados deste fenómeno, a representatividade destas práticas no todo das comunidades...

VAZQUEZ VARELA, J. M. (1991) – La economia y el ambiente a través de los petroglifos prehistóricos de Galicia. Paleoambiente e Arqueologia II. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal. p. 201-204.

4. A terceira via: Megalitismo como acontecimento mental

CRIADO BOADO, F (1984-85) – El tercer factor o la logica oculta del emplazamiento de los tumulos megalíticos gallegos. Cuadernos de Estudios Gallegos XXXV. fasc. 100. Santiago de Compostela: Instituto Padre Sarmiento. p. 7-18.

*De acordo com uma **compreensão sistémica** do real, considera-se: (1) o subsistema de **povoamento** (economia e sociedade) com um valor condicionante de vaga influência indirecta aqui evidenciado pela adaptabilidade ao substracto geológico e pela variabilidade de modalidades de implantação (pontos proeminentes, planaltos, vertentes, vales). (2) o subsistema **religioso e cultural** é considerado como determinante na lógica de implantação, com efeito, a análise do Grupo de Sabuceda, Mamoa de Pozas de Lagoa, Casota do Páramo, Arca de Barbanza, Porto Travesso (NW) revela a existência de um **terceiro factor** de implantação: a importância da **visibilidade** de e para o monumento como forma de **monumentalização** espacial. O inter-relacionamento povoamento/monumentos megalíticos é evidenciado pela*

existência de visibilidades sectoriais, incluindo ângulos de leitura que correspondem a terras de aptidão agrícola.

*O condicionalismo dos elementos ecológicos e determinismo dos elementos religiosos e culturais surge como forma de estabelecer regularidades e equilíbrios entre uma unidade globalizante que funcionam como um equilíbrio maximizante, integráveis entre as escolas processuais. A negação da supremacia dos elementos ecológicos para o megalitismo torna-se uma evidência do registo arqueológico, indicando novos caminhos: "**el tercer factor**".*

CRIADO, Felipe (1986) – Serpientes gallegas madres contra rameras. in Bermejo Barrera- O final da História. ensaio de História Teórica. Vigo: Ediciós Xerais. apendíce II.

CRIADO, F.; RODRIGUEZ, Mª J,; VIQUEIRA, F. P. (1986) – La construcción del Paisaje: megalitismo y ecologia. Sierra de Barabanza. Vigo: Xunta de Galicia/Conselleria de Educación e Cultura.

*Admitindo o forte relacionamento com as abordagens ecológicas das correntes processuais: "nunca se agradecerá bastante a la **New Archeology** el hincapié que ha realizado sobre el tema del asentamiento de las primitivas poblaciones humanas" (14) a **paleopaisagem megalítica** da Galiza é dominada pela transdisciplinaridade reclamada de Nova pelas correntes processuais. Assim a geografia (física e humana), a geologia, a edafologia, a climatologia, a botânica e a ecologia são utilizadas para a reconstrução de uma paisagem, considerando porém os perigos de uma abordagem trans-temporal e universal da New Archeology.*

A leitura da paisagem megalítica tem aqui como principal (e assumido) objectivo a identificação dos imperativos de ordem cultural, ritual e territorial a que correspondem as diversas estratégias de ocupação do espaço para assim intuir dos vectores de determinação da malha de povoamento.

CRIADO BOADO, F (1988) – Arqueologia del Paisage y Espacio Megalítico en Galicia. Arqueologia Espacial 12. Lisboa-Teruel. p. 61-117.

*O megalitismo galego é compreendido de forma bidimensional: (1) **componente material** do espaço galego através da confrontação do espaço megalítico e castrejo. A ausência de um povoamento contemporâneo ao megalitismo limita a confrontação das duas realidades em análise. A evidência disponível (arqueológica, paleoambiental, etnoarqueológica) marca as dualidades entre **megalitismo e mundo castrejo:** geografia (montanha, interior/ vale, litoral); sistema agrário ("roza/ lavradio"); cultivos (cultura de inverno/ cultura inverno e verão); solos (solos arenosos, bem drenados/ solos férteis, pesados), tecnológica ("azada/ arado, sulcos") correspondendo a uma adequação tecnológica a duas realidades ecológicas.(2) as dinâmicas de **conceptualização do território** através da confrontação do espaço megalítico com outros espaços. O megalitismo corresponde aqui a um processo de domesticação do espaço característico de uma sociedade campesina correspondendo a um primeiro fenómeno sistemática de monumentalidade funerária e social com clara **visibilidade** temporal e espacial e a uma primeira mobilização laboral correspondendo ao inicio da actual configuração da paisagem rural galega.*

*Leitura de uma **arqueologia da paisagem** que contraria as leituras economicistas e atemporais das correntes neopositivistas, funcionalistas, processuais entendendo a paisagem na sua **bidimensionalidade** (física e mental) e de acordo com uma **perspectivação genealógica**. Negando a visão estática da New Archeology é proposta uma genealogia do espaço galego construída pela confrontação das diferenças (por vezes com realidades inconciliáveis como a comparação entre megalitismo e mundo castrejo): o megalitismo, o mundo castrejo, a época medieval e a introdução do milho nos séculos XVI e XVII marcam os principais momentos de construção do tradicional sistema agrário galego.*

CRIADO BOADO, F (1988) – We, the post-megalithic people. in Hodder (ed.). The meaning of things. Material culture and symbolic expression. London: Unwin Hyman. p. 79-89.

Consciência da importância da definição dos contextos de abordagem ao megalitismo, integrando-o de acordo com um pensamento teórico e uma expressão política e social bem datada e sempre pós--megalítica. Crítica da parcialidade das perspectivas funcionalistas e estruturalistas/simbólicas. O autor procura correlacionar uma dimensão espacial do funcionalismo como uma expressão de poder e de ideologia ou um acontecimento do pensamento. A base epistemológica desta leitura inclui a definição do acto do pensamento e do acontecimento e relacionando-a com a "pensée sauvage" de Levi Strauss.

CRIADO BOADO, F (1989) – Asentamiento megalítico y asentamiento castreño: una propuesta de sintesis. Gallaecia. Santiago de Compostela: departamento de prehistória y arqueologia univ. Santiago de Compostela. 11. p. 109--137.

*Afirmação da necessidade do estabelecimento de um projecto geral de arqueologia da paisagem segundo uma realidade bidimensional (dimensão material e tecno-económica vs. dimensão mágico--simbólica). A compreensão de uma **genealogia da paisagem** é efectuada pelo confronto da paisagem*

*megalítica com a do mundo castrejo: (1) a **paisagem megalítica** é marcada pelos espaços de montanha, com solos leves mas adequados para a tecnologia agrária pré-histórica revelando uma economia mista de cereal de inverno; (2) a **paisagem castreja** efectua a ocupação das terras baixas, mais férteis e propicias à tecnologia da Idade do Ferro.*

Com limites cronológicos pouco nítidos a leitura da evidência arqueológica, dos dados paleoambientais e do tradicional sistema agrícola galego é lida segundo uma genealogia com três momentos: a paisagem megalítica, a paisagem castreja (que mantém uma continuidade na agricultura tradicional galega) e a paisagem suscitada pela introdução do milho nos séculos XVI e XVII, correspondendo a diferentes construções sociais da paisagem. A sublinhada importância etnoarqueológica da paisagem agrária galega ("hasta el dia en que llegue un arqueólogo yanki o inglés"), esta não é matizada com uma visão crítica das mudanças que mais de dois milénios operaram na paisagem.

CRIADO BOADO, F (1989) – Megalitos, Espacio, Pensamiento. Trabajos de Prehistoria. vol. 46. Madrid: Instituto Español de Prehistória. p. 75-98.

*A integração do megalitismo de acordo com perspectivas pós-modernas e a negação de anteriores posicionamentos teóricos efectua-se na própria estruturação do texto. Megalitos, Espacio, Pensamiento (CRIADO, 1989) opõem-se a Megaliths, Territories, Populations (RENFREW, 1976). É recusada a dimensão territorial imbuída de conotações economicistas e de "uma visão burguesa" da sociedade integrável numa sociedade capitalista e em ruptura com o meio. A uma população megalítica que entende o homem na sua dimensão biológica opõe a afirmação do megalitismo como afirmação de um pensamento. O megalitismo é assim compreendido de acordo com a **bidimensionalidade da arqueologia** (cultura material como expressão de um discurso de poder e componente crítica: enquadramento teórico aplicável ao contexto) que é consubstanciada na estruturação do texto:*

*(1) uma perspectivação **geral** do espaço megalítico enquanto fenómeno de projecção simbólica com nítida dimensão temporal. Nesta óptica o megalitismo afirma-se pelo surgimento de uma nova paisagem social caracterizada pela **visibilidade espacio-temporal** em ruptura com os modelos de pensamento selvagem definidos por Levi-Strauss em que se estabelece uma relação ambígua de exibição/ocultação do Megalitismo sendo a primeira utilização da morte e da temporalidade destituída do nível individual . O coerente aparecimento simultâneo das novas práticas de subsistência das comunidades camponesas e a ocupação simbólica do ambiente pela imposição de uma ordem humana sobre uma paisagem humanizada incorrem num fenómeno comum de domesticação do espaço e de "la preminencia de la cultura sobre el espacio" (25).*

*(2) uma perspectivação **específica** tendo como escala de estudo o NW peninsular. A leitura das regularidades megalíticas evidencia diversos **níveis de monumentalidade** em escalas diversas reflectindo-se na existência de três modalidades entendidas numa perspectiva genealógica: monumentalidade externa face ao meio (topográfica, visibilidade exterior) e face a elementos interiores pouco salientes; monumentalidade externa face ao conjunto (importância dos átrios, umbrais, depósitos externos), monumentalidade interna (corredores longos, espólios ricos). A existência de mamoas sem qualquer tipo de monumentalidade excepto no espólio reflecte já uma outra realidade social e mental. A regularidade das soluções do Megalitismo Atlântico reflecte a constância das condições de possibilidade que gera estas situações.*

CRIADO BOADO, F.; BONILLA RODRIGUEZ, A.; CERQUEIRO LANDIU, D.; GONZALES MENDEZ, M.; MENDEZ FERNANDEZ; PENEDO ROMERO, R: (1989) – Resultados de la prospeccion intensiva en al Sierra de O Bocelo y en valle del Furellos (A Coruña). Cuadernos de Estudios Gallegos. tomo XXXVIII. fasc. 103. Santiago de Compostela: Instituto Padre Sarmiento p. 25-50.

*Apresentação dos **modelos teóricos** inerentes ao projecto e listagem dos parâmetros descritivos e resultados obtidos desde o Paleolítico até épocas modernas.*

*Afirmação dos pressupostos teóricos do trabalho em desenvolvimento na óptica de uma **compreensão histórica e cultural da paisagem** a qual só é compreensível através de uma conceptualização do espaço perante a posição humana. Para a prossecução desta linha de investigação são inter-relacionados dados multidisciplinares (nomeadamente na reconstituição do paleoambiente), dados etnográficos e dados ambientais actuais (áreas de actividade, substracto geológico e pedológico, cobertura vegetal) e continuados trabalhos de prospecção intensiva. A diversidade de abordagens dentro de uma mesma perspectiva de compreensão do megalitismo como fenómeno espacial é essencial para não condicionar o tema a uma limitada concepção pré-determinada.*

CRIADO BOADO, F (1991) – Más alla de la Arqueologia Espacial. Sociedades, Paisajes, Pensamiento. Boletin de Antropologia Americana. Mexico.

CRIADO BOADO, F.; FÁBREGAS VALCARCE, R. y VAQUERO LASTRES, X. (1990-91) – Concentraciones de túmulos y vias naturales de acceso al interior de Galicia. Portugália. vol. 11-12. Porto: Instituto de Arqueologia Faculdade de Letras da Univ. do Porto.p. 27-38.

CRIADO. Felipe; VAQUERO LASTRES, J.(1993a) – Monumentos, nudos en el pañuelo. Megalitos, nudos en el espacio: Análisis del Emplazamiemto de los monumentos tumulares gallegos. Espacio, tiempo y forma. Revista de la Facultad de Geografia y Historia. Pré-história y Arqueologia. Madrid: Univ. Nacional de Educación a Distancia. serie II. Madrid. p. 205-261.

Revisão de factores tradicionalmente considerados como determinantes na implantação dos monumentos megalíticos como a ***Geologia*** *(em termos de disponibilidade de matéria-prima, força de trabalho), aqui considerada sem valor determinante dada a variabilidade de suportes geológicos. A* ***arquitectura*** *é entendida como factor de monumentalidade e visibilidade, estabelecendo-se vários níveis de* ***monumentalidade*** *(tumulus, câmara, entrada, espólio) sendo o primeiro nível a escala de implantação. A dinâmica de* ***visibilidade/ocultação*** *é "el constreñimento básico de la arquitectura monumental es ser reconocida" (212) sendo o elemento-chave da localização tumular um conceito com vários níveis de significação como sinónimo de reconhecimento e não apenas de domínio da paisagem. Assim, definem-se visibilidades circular, sectorial, linear, pontual consubstanciadas por várias referências para além da topografia: (1) a coincidência com* ***vias de comunicação naturais*** *(geografia da mobilidade); (2) adjectivação de* ***elementos naturais*** *como o quartzo no tumulus dos monumentos; (3) a hipotética referência social com* ***espaços económicos e habitats*** *(verificando-se a distribuição bandeada associada a uma utilização diferencial do espaço agrário) sendo esta perspectiva limitada pela ausência de povoados; (4) movimento de* ***necropolização*** *de um espaço já definido como zona referencial de morte, a existência de tradições supõe a configuração temporal nas comunidades megalíticas.*

Recusando a construção de uma explicação preditiva, procura-se identificar as racionalidades da escolha do local de implantação a nível geral ("tecno-ecónomo-ambiental") e particular ("ritual y simbólico-imaginário"). A aparente diversidade de abordagens tem como base um condicionante único: a aplicação generalizada da visibilidade como denominador comum do fenómeno megalítico.

CRIADO, Felipe (1993b) – Visibilidad e interpretacion del Registo Arqueológico. Trabajos de Prehistoria 50. Madrid: Instituto Español de Prehistória. p. 39-56.

ou

CRIADO, Felipe (1995) – The visibility of the archeological record and the interpretation of social reality. Interpreting Archeology. London: Routledge. p 194-104.

Perspectiva global das conceptualizações inerentes a diferentes construções de uma paisagem social, definida de acordo com a vertente visibilidade. A ***visibilidade*** *é compreendida como expressão de uma vontade consciente e uma estratégia correspondente de ocultação, exibição, exibição espacial e exibição espacio-temporal. Esta abordagem é aplicada para vários tipos de comunidades, em diversas diacronias e latitudes correspondendo à generalidade do registo arqueológico. O megalitismo é aqui definido muito genericamente como acto de consciência de visibilidade espacio-temporal e de monumentalidade (embora não explicite este facto) e surge como único "caso" em que o autor objectiva uma construção teórica fortemente apoiada pelos autores como Foucault, Shanks, Tilley e outras referencias como Levi-Strauss.*

O texto publicado nos Trabajos de Prehistoria *é impresso em 1993 mas de facto, este resulta de uma anterior intervenção apresentada em "Intrepretating Archeology". Os dois textos são genericamente similares embora em Criado, 1993 esteja presente uma consciência do possível equívoco em que encorre a sua metáfora visual atemporal e universal, quase próxima da metáfora física da* New Archeology *mas com um outro enquadramento teórico. O temor de encontrar um novo tipo de "leis gerais" é uma ideia base deste texto procurando-se referir outros elementos de leitura. É reafirmada a importância de inverter o sentido da arqueologia pós-processual que "ha compensado ese déficit de sentido interno con un superavit de sentido externo" (CRIADO, 1993: 54)*

INFANTE ROURA, F.; VAQUERO LASTRES, J.; CRIADO BOADO, F (1990) -Vacas, caballos, abrigos y tumulos: definición de la geografia del movimiento para el estudo arqueológico. tomo XV. fasc. 105. Cuadernos de Estudos Gallegos. Santiago de Compostela: Instituto Padre Sarmiento. p. 21-39

Proposta de compreensão do espaço da Sierra del Bocelo em termos de ***geografia de movimento****, definida através das espécies vivas face a uma geografia estática caracterizada pela compreensão do espaço topográfico em termos físicos. A compreensão das pautas de deslocação e das correspondentes* ***vias de trânsito*** *no espaço da Serra é efectuada através da delimitação das direcções do gado semi-doméstico (equestre e bovino) perante as condicionantes topográficas, climatológicas e estacionais (embora não existam dados paleoambientais). O cruzamento desta experiência com o registo arqueoló-*

gico disponível para a região demonstra que em relação aos monumentos megalíticos existe uma vinculação de localização junto a vias de passagem, assumindo estes uma ***visibilidade*** *específica.*

Apesar das constantes rejeições demasiadamente explicitas, é difícil compreender esta proposta sem associa-la a uma visão ***socio-biológica*** *do homem, compreendendo o comportamento destas comunidades megalíticas em termos etológicos, embora na concepção da chamada "geografia do movimento" possa ser incluída uma diversidade de fontes de informação.*

RODRIGUEZ CASAL, A. (1990) – Problemas y cuestiones de metodo al megalitismo: una aproximación teorica. Gallaecia. vol.12. Santiago de Compostela: departamento de prehistória y arqueogía univ. Santiago de Compostela. p. 81-89.

VAQUERO LASTRES, J. (1989) – Donde diablos se esconden nuestros muertos que nos los podemos ver? Reflexiones sobre el emplazamiento de los túmulos de NW. Gallaecia. vol. 11. Santiago de Compostela: departamento de prehistória y arqueogía univ. Santiago de Compostela. p. 81-108.

Definição das áreas preferenciais para a existência de ***habitats*** *correlacionáveis com o megalitismo do NW num espaço bem definido em termos físicos (Serra de Loba e Cordal de Montouro) e em termos megalíticos (necrópoles de Galiñeiro e de Vilae-Reborica). A metodologia seguida envolveu (1) a execução de trabalhos de campo; (2) a análise geográfica da área definindo áreas de bosque, pedreira, área de lavoura, aproveitamento extensivo; (3) análise das formas de relevo e visibilidade. Na relação entre "****medio fisico-acontecimento megalítico****", a* ***Geologia*** *é considerada não-determinante e sem valor condicionante (inexistência de padrões comuns) mas é salientada como factor monumentalizante (tumulo-meio, câmara-tumulo, espólio-câmara); verifica-se uma equilibrada distribuição do megalitismo de acordo com os recursos definidos embora seja proposto uma localização preferencial em* ***sectores de aproveitamento*** *extensivo; a* ***visibilidade*** *é aplicada de forma ampla considerando preferencial a visibilidade zonal (face a sectores de aproveitamento reconhecíveis) e a monumentalidade é obtida pelas relações de inter-visibilidade entre os monumentos megalíticos.*

"Onde diabo estão os vossos vivos que não os podemos encontrar?" A análise da evidência arqueológica e ambiental procura assim encontrar zonas prováveis de implantação dos habitats: através das regularidades dos espaços da morte num raciocínio de exclusão mutua zona da morte/espaços da vida. Se os monumentos megalíticos se encontram em áreas de aproveitamento extensivo, os povoados localizar-se-ão em zonas de aproveitamento intensivo denunciando uma comunidade camponesa...

VAQUERO LASTRES, J. (1989) – Prospeccion en Serra da Loba e Cordal de Montouto: el fenómeno tumular. Brigantium. 6. Coruña: Museo Arqueolóxico e Histórico Castel de San Antón.

VAQUERO LASTRES, J. (1990) – El fenomeno tumular en el interior de Galicia: consideraciones sobre el emplazamiento de los monumentos. Santiago: Fac. de Xeografia e História. tesis de licenciatura.

VAQUERO LASTRES, J. (1990) – Galiñero, paso de novios, lobos y heroes. Cuadernos de Estudios Gallegos. Santiago de Compostela: Instituto Padre Sarmiento.

VAQUERO LASTRES, J. (1990) – Rios y tumbas. Sobre el emplazamiento de tumulos en el NW peninsular. Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia 30. p 151-175.

*Inoperância dos clássicos factores considerados para a localização dos monumentos megalíticos como a geologia, a edafologia e a topografia. Perante o atipismo dos túmulos situados em áreas deprimidas sem visibilidade "****acaso se ocultan estas tumbas****?" (152). A observação do espaço numa perspectiva múltipla (elementos históricos, etnográficos, da sociedade agrícola actual e da geografia do movimento animal, dados de prospecção) poderá indicar a existência de vias de passagens nas quais as* ***zonas de vau/porto*** *desempenham um papel fundamental. Sendo áreas de intensa passagem e facilmente reconheciveis, as zonas de transitabilidade dos cursos de água embora se implantem em zonas deprimidas assumem uma excelente visibilidade específica. Considerando que em relação ao megalitismo "no estamos ante una única sociedade" e que dentro da longa diacronia existem múltiplos factores de implantação, a escolha prévia nestas áreas poderia ter condicionado a compreensão do espaço como zona de morte. A* ***visibilidade específica e a necropolização*** *seriam os elementos monumentalizantes destas necrópoles.*

A procura de uma lógica comum de implantação dos monumentos megalíticos parte de uma premissa discutível: um túmulo é sempre visível (espacial e temporalmente) já que opera transformações na paisagem e "nadie levantaria un montículo para ocultarlo" (157). O conceito de visibilidade surge aqui numa dimensão de múltiplos significados, não correspondendo a uma fácil lógica de exibição e de domínio da paisagem.

VAQUERO LASTRES, J. (1991-92) – Del analisis del emplazamiento al estudio de la distribuición de túmulos en el NW. Brigantium. Coruña: Museo Arqueolóxico e Histórico Castel de San Antón. vol 7. p. 151-176.

Efectua-se a revisão do carácter cientifico de alguns indicadores das pautas de implantação do megalitismo da região: (1) a ***geologia*** *é apenas considerada como configuradora do relevo e como factor potencializador da monumentalidade (escolha da matéria-prima) negando os seus determinismos ("salvo se pretendensen un dolmen de jadeíta, el arco de eleccion es amplio y utilizado", 157); (2) a relação com a* ***capacidade agrícola dos solos*** *actual não tem valor de resolução intrínseco, existindo um certo predomínio de solos com escassa aptidão; (3) a* ***topografia*** *é entendida numa análise da relação com o meio recusando a aplicação de uma ordem científica/racional ao meio, o relevo é na óptica do seu utilizador como espaço de passagem e de potencializador de visibilidades; (4) empirismo de uma relação não conceptualizada entre megalitismo e* ***vias de trânsito.***

A representação de uma alternativa a uma utilização cientifica da geografia passa pela sua compreensão etnográfica e histórica. É referida a coincidência dos túmulos com espaços camponeses de aproveitamento extensivo embora a visibilidade zonal e específica indique uma relação com solos de maior capacidade agrícola. Acentua-se a importância da coincidência dos monumentos megalíticos com vias de trânsito (exemplos de A Loba, Galiñeiro, Cambás), linhas de deslocação física que também abrangem espaços de abrigos naturais que poderão estar relacionados com movimentos pastoris. A necropolização é entendida como factor de potencialização destes factores de implantação.

Abordagem do megalitismo galego numa perspectiva de espacialidade segundo uma revisão das posições tradicionais da desadequação da utilização estrita da geografia "a sociedades de hace 5000 años" (164) e da necessidade da aplicação de uma perspectiva etnográfica na óptica dos seus intervenientes.

VASQUEZ VARELA, J. M. (1991) – O megalitismo: economia, sociedade e relixión. Galicia. História, Prehistoria e Historia Antigua. vol 1. p 175-213.

VILLOCH VÁZQUEZ, Victoria (1995) – Monumentos y petroglifos: la construcción del espacio en las sociedades construtoras de túmulos del Noroeste Peninsular. Trabajos de Prehistoria. 52, nº 1. Madrid: Instituto Español de Prehistória. p. 39-55.

Tendo como objectivo final a execução de um trabalho de impacto arqueológico, este traballho insere-se numa ***Arqueologia da Paisagem*** *(de que Criado Boado e Vázquez Varela são referências constantes) que pretende compreender o megalitismo de acordo com uma dialéctica visual dos vários níveis de abordagem do megalitismo (partindo de uma escala mais genérica para uma aproximação ao interior da câmara). Privilegiando a procura dos factores de implantação tumular como forma de abordagem ao megalitismo, parte de uma caracterização física da área em análise através de dados fisiográficos, etnográficos e históricos. Aos factores, já enunciados anteriormente, da inter-relação com os caminhos naturais, com elementos da natureza (relevo, afloramentos), com os padrões de povoamento e com o processo histórico de necropolização, adiante um outro factor: a hipotética associação do megalitismo a gravuras com "motivos de cazoletas" explicada pela sua coincidência com funções delimitadora do espaço funerário. A observação da efectiva inter-visibilidade entre duas realidades sem clara convergência temporal, pode assim ser um factor de compreensão do significado dos "****petroglifos****" e da organização espacial dos monumentos megalíticos e a rejeição de outras associações com gravuras naturalistas.*

Mafra, Outono de 1995

DO ESPAÇO DOMÉSTICO AO ESPAÇO FUNERÁRIO: IDEOLOGIA E CULTURA MATERIAL NA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE DO CENTRO DE PORTUGAL

João Carlos de SENNA-MARTINEZ[1]

Abstract

In recent papers (SENNA-MARTINEZ, 1994a. e 1995b.) we developed a model for the socio-economic structure of the populations who built and used the megalithic monuments in the Mondego platform (Beira Alta).

On the basis of the evidence regionally available we try here a first approach to the possible relationships between necropolis and habitat sites during the IV and III millennia BC. We think that both types of archaeological sites are nodes in the territorial network that organised the populations' territories geographically as well as symbolically (as a mental representation of a "World order").

Em textos recentes (SENNA-MARTINEZ, 1994a. e 1995b.), aduzimos evidência no sentido de podermos interpretar os sítios de habitat, correlacionáveis com alguns dos principais monumentos megalíticos localizados na plataforma do Mondego, como tendo tido uma utilização predominantemente sazonal e centrada nos meses de Outono e Inverno.

O modelo económico-alimentar que então propusemos para as comunidades que, durante o quarto e o terceiro milénios a.C., construíram e utilizaram as necrópoles megalíticas desta área, considera a evidência disponível no sentido da prática de uma pastorícia transumante, completada por caça, recolecção intensiva, processamento e armazenagem de frutos de inverno (nomeadamente a bolota) e uma eventual pequena horticultura (SENNA-MARTINEZ, 1994a.).

Propomo-nos agora reflectir de que forma a evidência arqueológica disponível possibilita pensar a relação habitat/necrópole enquanto pólos organizadores de um espaço a um tempo geográfico (isto é, físico e material) e simbólico (isto é, como representação mental de uma "ordem do mundo"). Fá-lo-emos conscientes de que a base de dados de que dispomos (veja-se a listagem de sítios dos **Quadros I** e **II** e a Fig.1) é, ainda, de dimensões reduzidas – conquanto pensemos que já representativa, sobretudo para uma área onde tudo, ou quase tudo, se desconhecia ainda há bem poucos anos – e, consequentemente, em diversos aspectos mais não podemos que produzir hipóteses de trabalho a desenvolver futuramente.

[1] Professor do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. *Instituto de Arqueologia* e *Instituto Alexandre Herculano de História Regional e do Municipalismo* da FLUL. 1699 LISBOA CODEX. PORTUGAL.

Quadro I

Os Principais Monumentos Megalíticos da Plataforma do Mondego

Sítio	Código	Referências Bibliogáficas	Construção/Utilização
Dólmen de S. Pedro Dias	DSPD	TAVARES (1980); SENNA-MARTINEZ (1989a. e b.)	Neolítico Final, Calcolítico
Dólmen 1 dos Moinhos de Vento	D1MV	NUNES (1974); SENNA-MARTINEZ (1981, 1983, 1989a. e b.)	Neolítico Final
Orca de Pramelas	ORPRA	SENNA-MARTINEZ & VALERA (1987, 1989, 1994); SENNA-MARTINEZ (1989a. e b.)	Neolítico
Orca de Santo Tisco	ORTIS	SENNA-MARTINEZ & VENTURA (no prelo); VENTURA (1993)	Neolítico/Neolítico Final
Orca de Travanca	ORTRA	VENTURA (1993)	Neolítico Final, Calcolítico, Bronze Pleno
Orca de Valongo	ORVAL	VENTURA (1993); HENRIQUES & BARROSO (1994)	Neolítico Final, Calcolítico
Orca dos Fiais da Telha	ORFI	VASCONCELOS (1896a.); SENNA-MARTINEZ (1989a.); SENNA-MARTINEZ, VENTURA & DELGADO (1987); SENNA-MARTINEZ & VEMTURA (1994.)	Neolítico Final, Calcolítico, Bronze Pleno
Orca 1 do Ameal	ORAM1	SENNA-MARTINEZ (1989a.); VENTURA (1993, 1994)	Neolítico
Orca 2 do Ameal	ORAM2	SENNA-MARTINEZ (1989a.); VENTURA (1993, 1995)	Neolítico
Outeiro do Rato	OROR	CRUZ (1903); SENNA-MARTINEZ (1989a.); SENNA-MARTINEZ & AMARO (1987)	Neolítico Final, Calcolítico, Bronze Pleno
Lapa da Recainha	LARC	inédita	Neolítico Final (?)
Dólmen da Bobadela	DBOB	SENNA-MARTINEZ (1982, 1989a. e b.); SENNA-MARTINEZ, GARCIA & ROSA (1984.)	Neolítico Final, Calcolítico, Bronze Pleno
Dólmen da Sobreda	DSO	ROCHA (1899); SENNA-MARTINEZ (1982, 1989a. e b.); SENNA-MARTINEZ, GARCIA & ROSA (1984.)	Neolítico Final, Calcolítico, Bronze Pleno
Dólmen do Seixo da Beira	DSB	ROCHA (1899); SENNA-MARTINEZ (1982, 1989a. e b.); SENNA-MARTINEZ, GARCIA & ROSA (1984.)	Neolítico Final, Calcolítico, Bronze Pleno
Dólmen 1 do Chaveiral	CHAV1	SENNA-MARTINEZ (1989a.)	Neolítico
Dólmen 2 do Chaveiral	CHAV2	SENNA-MARTINEZ (1989a.)	Neolítico Final (?)
Curral dos Mouros de V. Torto	CMVT	inédito	Neolítico Final (?)
Orca do Carvalhal da Louça	ORCAR	SENNA-MARTINEZ (1989a.); SENNA-MARTINEZ, GARCIA & ROSA (1984.)	Neolítico Final (?), Calcolítico (?), Bronze Pleno
Anta da Mondegã	LTAM	SENNA-MARTINEZ (1989a.)	Neolítico/Neolítico Final
Orca de Rio Torto	ORRT	SENNA-MARTINEZ (1989a.); SENNA-MARTINEZ, GARCIA & ROSA (1984.)	Neolítico Final, Bronze Pleno
Orca da Fonte do Alcaide	ORFA	VASCONCELOS (1895, 1913b); SENNA-MARTINEZ (1989a. e b.)	Neolítico Final, Calcolítico, Bronze Pleno
Orca do Pinhal dos Amiais	ORAMI	VASCONCELOS (1895, 1897); SENNA-MARTINEZ (1989a. e b.)	Neolítico Final, Calcolítico
Orca dos Braçais	ORBRA	VASCONCELOS (1896a); SENNA-MARTINEZ (1989a. e b.); SENNA-MARTINEZ, GARCIA & ROSA (1984.)	Neolítico Final (?), Calcolítico (?), Bronze Pleno
Casa da Orca da Cunha Baixa	CAORCB	VASCONCELOS (1904); SENNA-MARTINEZ (1989a.); SENNA-MARTINEZ, GARCIA & ROSA (1984.); VILAÇA & CRUZ (1990a.)	Neolítico Final, Calcolítico (?), Bronze Pleno
Casa da Orca de Corgas de Matança	ORCOR	VASCONCELOS (1897); SENNA-MARTINEZ (1989a.); CRUZ, CUNHA & GOMES (1990)	Neolítico, Calcolítico
Casa da Orca de Cortiçô	ORCO	VASCONCELOS (1897); SENNA-MARTINEZ (1989a.)	Neolítico Final, Calcolítico, Bronze Pleno (?)
Dólmen 1 do Carapito	CARP1	LEISNER & RIBEIRO (1968); SENNA-MARTINEZ (1989a.); CRUZ & VILAÇA (1990b.)	Neolítico
Dólmen 2 do Carapito	CARP2	LEISNER & RIBEIRO (1968); SENNA-MARTINEZ (1989a.)	Neolítico, Bronze Pleno (?)
Dólmen 3 do Carapito	CARP3	LEISNER & RIBEIRO (1968); SENNA-MARTINEZ (1989a.)	Neolítico, Bronze Pleno

1. Economia e ritual

Conquanto estejamos longe de conhecer bem as formas de habitat correspondentes aos primeiros monumentos megalíticos regionalmente construídos (correspondentes ao que designámos como "Horizonte Carapito/Pramelas"), a evidência resultante da escavação do habitat das Carriceiras (SENNA-MARTINEZ & ESTEVINHA, 1994.) junto com a descoberta recente duma concentração de materiais afins incluídos nas terras de enchimento da mamoa da Orca 2 do Ameal[2] concorrem no sentido de pensarmos que aquelas não deverão distanciar-se muito do tipo de habitat de construção precária e ocupação temporária ou sazonal por nós identificado nas Carriceiras e que, tal como na etapa seguinte, se localizaria nas imediações das necrópoles.

A reutilização de elementos de mós manuais (mós para farinação – cf. ROUX, 1985.) nas estruturas de contrafortagem dos monumentos de Pramelas e do Ameal 1 e 2 constitui um indicador relativamente seguro de processamento de elementos vegetais que, a julgar pela evidência obtida para a etapa subsequente, poderão ser bolotas e outros "frutos de inverno".

Tudo leva a crer, pois, que o modelo económico por nós proposto para a longa etapa de apogeu do megalitismo regional que designámos como "Horizonte Moinhos de Vento/Ameal" (c.3500-2500 a.C. – cf. **Quadro-III**) tenha tido o seu início nesta primeira fase de desenvolvimento. Nele avultam, pela provável importância de que se revestiriam, a pastorícia transumante de ovinos e a recolecção, torrefacção, armazenagem e farinação de bolota.

Ao segundo destes elementos, de que os dados provenientes das cabanas 3 e 1 do Ameal, 1 do Murganho 2 e 1 da Quinta Nova dão testemunho directo, temos associada a deposição de duas enxós no "silo/lareira" da primeira destas cabanas. Uma na base do mesmo, correspondendo à sua utilização como "silo" para torrar e armazenar bolota descascada (correspondem-lhe as datas ICEN-908 e ICEN-909, cf. **Quadro III**), outra no primeiro nível da "caixa térmica" que o transformou em lareira de aquecimento da cabana. Trata-se de dois artefactos em estado novo e sem traços de utilização, o que testemunha o carácter intencional da sua deposição, como que a "consagração" destas estruturas fundamentais do espaço doméstico através duma singela oferenda.

O facto de serem peças de anfibolito – a primeira de fabrico simplificado, isto é, apenas com o gume polido, enquanto a segunda apresenta polimento integral – liga-se, quanto a nós, com outra dimensão importante da economia local: a troca de anfibolito e rochas verdes, produzidos regionalmente, por sílex e azeviche, provenientes da orla sedimentar litoral (cf. SENNA-MARTINEZ, 1994a.).

O depósito votivo de lingotes de anfibolito no anel de contrafortagem exterior da mamoa do Dólmen 1 dos Moinhos de Vento, a deposição de placas de anfibolito no átrio do monumento de S. Pedro Dias, bem como a inclusão de lingotes nos espólios dos monumentos da Sobreda, Seixo da Beira e Carvalhinha (NUNES, 1974.; SENNA-MARTINEZ, 1989a.) mostra que, à função económica do anfibolito – matéria-prima essencial tanto ao fabrico de artefactos indispensáveis à vida nas florestas temperadas de carvalhos que, na época, cobririam a região em estudo (JANSSEN & WOLDRINGH, 1981; JANSSEN, 1985.; VAN DEN BRINK & JANSSEN, 1985; KNAAP & JANSSEN, 1991.; KNAAP & VAN LEUWEN, 1994.), como para a obtenção, por troca, do sílex de que dependia o fabrico de toda uma panóplia de outros artefactos – correspondia uma utilização ritual igualmente importante.

As enxós são os artefactos cortantes dominantes (51% da amostra total analisada, SENNA-MARTINEZ, 1989a.) nos espólios funerários estudados e, pelas dimensões da maioria dos exemplares, devem ter servido essencialmente para o trabalho de madeira. O seu papel a nível funerário e na consagração de uma estrutura doméstica aparece, assim, como o lado simbólico de uma importância concreta e material no dia-a-dia na relação com a floresta, fonte de alimento (a bolota, etc.), materiais de construção (para as cabanas) e combustível, elementos que supomos indispensáveis à sobrevivência destas comunidades no Outono/Inverno.

Nas lareiras das cabanas 1 do Ameal e da Quinta Nova foram recolhidas duas lâminas de "foices de encabamento transversal" em sílex. Uma vez que a cadeia de utilização do sílex, tal como a pudemos documentar nos sítios estudados, implica a reutilização de elementos quebrados (de que o exemplo mais notório são as duas pontas de seta reapontadas da cabana 3 do Ameal), pensamos que, do mesmo modo que no caso das enxós anteriormente referidas, se trata de deposição deliberada a que atribuímos um cariz simbólico e relacionado também, pela natureza das peças, com a recolha de alimentos vegetais.

A totalidade dos elementos de cultura material associados às deposições efectuadas nos monumentos megalíticos em uso durante o "Horizonte Moinhos de Vento/Ameal", tem correspondência nos materiais provenientes das cabanas do Ameal, Murganho 2 e Quinta Nova. Contudo, os conjuntos artefactuais em que a constância do respectivo dispositivo formal é maior, quer se trate de contextos habitacionais, quer funerários, são os compostos pelos recipientes de olaria (**Quadro-IV**).

[2] Informação pessoal de José Manuel Ventura, que agradecemos.

Quadro-II

Sítios de Habitat do IV e III milénios a.C. correlacionáveis com Monumentos Megalíticos da Plataforma do Mondego

Sítio	Código	Referências Bibliogáficas	Construção/Utilização
Carriceiras	CARR	SENNA-MARTINEZ (1994a.); SENNA-MARTI--NEZ & ESTEVINHA (1994)	Neolítico
Quinta Nova	QNOVA	SENNA-MARTINEZ (1994a.)	Neolítico Final/Calcolítico
Barrocas	BARR	SENNA-MARTINEZ (1994a.)	Neolítico Final/Calcolítico (?)
Pedra Aguda	PEAGU	SENNA-MARTINEZ (1994a.)	Neolítico Final/Calcolítico (?)
Ameal-VI	AM6H	SENNA-MARTINEZ (1989a. e b.; 1994a.; 1995a.;. e b.; no prelo a., b., c.)	Neolítico Final/Calcolítico
Mimosal	MIMO	SENNA-MARTINEZ (1994a.)	Neolítico Final/Calcolítico (?)
Murganho 2	MURG2	SENNA-MARTINEZ (1994a.)	Neolítico Final/Calcolítico

Quadro-III

O IV e o III milénios a.C. na Bacia do Médio e Alto Mondego

Datas de Radiocarbono

Sítio	Referência	Data BP	Data cal AC a 2σ
1ª fase do megalitismo (*Horizonte Carapito/Pramelas*):			
CARAPITO 1	OXA – 3733	5125 ± 70 BP	4213-3780
CARAPITO 1	TO – 3336	5120 ± 40 BP	4031-3813
CARAPITO 1	GrN – 5110	4850 ± 40 BP	3865-3380
O. CASTENAIRAS	GrN – 4924	5060 ± 50 BP	4085-3665
O. SEIXAS	GrN – 5734	4900 ± 40 BP	3880-3400
2ª fase do megalitismo (*Horizonte Moinhos de Vento/Ameal*):			
D 1 M. VENTO	ICEN – 196	4720 ± 40 BP	3765-3355
CARAPITO 1	Hv – ?	4590 ± 65 BP	3530-3145
O. CASTENAIRAS	GrN – 4925	4610 ± 50 BP	3635-3155
Sítios de habitat Tipo Ameal:			
AMEAL-VI C.3	ICEN – 908	4590 ± 45 BP	3501-3108
AMEAL-VI C.3	ICEN – 909	4545 ± 45 BP	3373-3048
MURGANHO-2	ICEN – 905	4330 ± 45 BP	3084-2889
AMEAL-VI C.1	ICEN – 345	3980 ± 110 BP	2881-2146
AMEAL-VI C.1	OxA – 5436	4155 ± 55 BP	2890-2500

Já tivemos ocasião de aduzir as razões pelas quais pensamos poder correlacionar o dispositivo cerâmico em uso nas cabanas destes sítios de habitat com a alimentação com base na farinação de bolota que supomos praticada nos meses de Outono/Inverno (SENNA-MARTINEZ, 1994a., 1995b. e no prelo c.), fazendo do conjunto das formas de olaria utilizadas um dos respectivos indicadores tecnómicos. Assim, se a imensa regularidade constatada entre os conjuntos provenientes das quatro cabanas escavadas não nos surpreende muito, uma vez que as diferenças cronológicas entre as diferentes cabanas são compensadas pela sua grande similitude formal e uma provável produção feminina da olaria explicaria a longevidade das tradições, já as regularidades detectadas entre contextos funerários e destes em relação com os habitacionais sugerem outras reflexões.

Tudo parece passar-se como se os espaços funerários constituíssem um prolongamento do espaço doméstico, no qual a complexização dos espólios funerários – em relação à simplicidade do "pacote artefactual" depositado no "Horizonte Carapito/ /Pramelas" – ocorrida no "Horizonte Moinhos de Vento/Ameal" consistiria essencialmente na reprodução, no mundo dos mortos, do equipamento doméstico dos vivos.

De facto, enquanto a simplicidade dos conjuntos artefactuais associados à primeira etapa do megalitismo regional não parece reflectir a totalidade da "panóplia artefactual" em uso na altura (faltando--lhe nomeadamente a olaria já então seguramente utilizada em ambiente doméstico), os conjuntos associados à etapa de apogeu, tal como são representados pelo exemplo paradigmático do espólio recolhido no Monumento 1 dos Moinhos de Vento (NUNES, 1974; SENNA-MARTINEZ, 1981. e 1989a.), parecem reflectir a totalidade da cultura material que podemos atribuir a este episódio de longa duração. Esta situação parece novamente alterar-se no 2º milénio a.C., inícios da Idade do Bronze, altura em que, por exemplo, no que à olaria concerne, apenas uma parte das formas conhecidas nos contextos habitacionais encontra equivalente nas deposições efectuadas nos funerários (SENNA-MARTINEZ, 1993b.).

Quadro-IV
Plataforma do Mondego – Formas de Olaria comparadas

Sítio	Todos os Pratos	Total de Formas Abertas e Rasas Ia ≥ 85 – Ip < 60	Total de Formas Fechadas e Fundas Ia < 85 – Ip ≥ 60
Sítios de Habitat:			
Ameal-VI C.3[3]	11%	66.6%	33.3%
Murganho 2 C.1[4]	6%	68.8%	32.2%
Ameal-VI C.1[5]	8.8%	78.9%	21.1%
Q. Nova C.12[6]	11%	74%	26%
Média da Amostra	**9.2 ± 2.05**	**72 ± 4.7**	**28 ± 4.7**
Monumentos Megalíticos:			
Dólmen 1 dos M. Vento[7]	13%	56%	44%
Dólmen de S. Pedro Dias[8]	4%	84.6%	15.4%
Dólmen da Sobreda[9]	12.2%	66.4%	33.6%
Dólmen Seixo da Beira[10]	8%	71%	29%
Orca dos Fiais Telha[11]	3.6%	53.6%	46.4%
Orca do Outeiro Rato[12]	7.7%	53.9%	46.1%
Média da Amostra	**8.08 ± 3.6**	**64.3 ± 11.2**	**35.8 ± 11.2**

A ideia de que o "espaço funerário" pode constituir a reprodução simbólica do "espaço doméstico" não é nova e, no que ao megalitismo respeita, foi objecto de um interessante artigo de Ian Hodder (1984.). Estamos contudo longe de aceitar, num momento em que parece impor-se a ideia da profunda diversidade regional deste fenómeno que apenas aparentemente parece unitário, a leitura global de Hodder. Nomeadamente, procurar, nas dificuldades (com origem no crescimento demográfico) de acesso a terrenos agrícolas no Finisterra atlântico a explicação para a origem do megalitismo, é ignorar o tardio papel de uma agricultura extensiva que ocorre com desfasamentos temporais importantes de área regional para área regional (mormente na Península Ibérica) e nada parece ter a ver com a vida das sociedades responsáveis pelos primeiros túmulos megalíticos peninsulares.

Parece-nos outrossim de ter em conta o facto de as várias expressões do fenómeno megalítico, enquanto espaço funerário construído, consistirem, em última instância, na reprodução artificial de um espaço de gruta (SENNA-MARTINEZ, 1994a.). A Terra como ventre donde a vida sai e onde reentra na morte constitui um dos elementos simbólicos mais antigos conhecido (cf. por exemplo ELIADE, 1970.). A um tempo elemento fundamental nos cultos de fertilidade/fecundidade das sociedades agro-pastoris e nas práticas funerárias e crenças a elas associadas, a terra, entidade feminina por excelência constitui um dos elementos do par primordial de todos os sistemas religiosos arcaicos em que o outro é o céu, frequentemente representado pelo sol. Dia e noite, vida e morte, encontram-se num todo feito simultaneamente de oposição e complementaridade, um a imagem de espelho do outro.

2. O sol, o calendário, a vida e a morte

A julgar pelas representações solares presentes, por exemplo, nos esteios dos monumentos 1 do Carapito (TWOHIG, 1981.; CRUZ & VILAÇA, 1990b.) e de Santo Tisco (SENNA-MARTINEZ & VENTURA, 1994.), a simbólica do sol cedo constituiu parte integrante da arte rupestre megalítica da Beira Alta, uma das únicas janelas que nos restam abertas para a compreensão das mentalidades dos seus construtores. A oposição/complementaridade entre os símbolos solares e as linhas ondeadas a eles associados, quer interpretemos estas como serpentiformes ou significando água, reflecte a oposição/complementaridade entre o mundo exterior, dos vivos e, porque

[3] 63 recipientes (SENNA-MARTINEZ, no prelo c.)
[4] 16 recipientes (SENNA-MARTINEZ, no prelo c.)
[5] 57 recipientes (SENNA-MARTINEZ, no prelo c.)
[6] 19 recipientes (SENNA-MARTINEZ, no prelo c.)
[7] 76 recipientes (SENNA-MARTINEZ, 1989a.)
[8] 26 recipientes (SENNA-MARTINEZ, 1989a.)
[9] 443 recipientes (SENNA-MARTINEZ, 1989a.)
[10] 100 recipientes (SENNA-MARTINEZ, 1989a.)
[11] 28 recipientes do ambiente interior (SENNA-MARTINEZ, 1989a.)
[12] 13 recipientes do ambiente interior (SENNA-MARTINEZ, 1989a.)

não, andriarcal e o inferior, ctónico e feminino, a oposição/complementaridade entre a luz e as trevas.

A partir do momento em que encontramos câmaras megalíticas abertas – e todas as que conhecemos regionalmente, mesmo que sem corredor, parecem sê-lo – os monumentos tornam-se, em si mesmos parte desta oposição/complementaridade entre luz e trevas, lugar da morte mas também da "outra vida". A orientação da sua abertura poderá, pois, reflectir esta realidade.

Desde há muito que se tornou um lugar comum referir a generalizada abertura a nascente dos sepulcros megalíticos de corredor. Recentemente, iniciámos um projecto interdisciplinar visando estudar a orientação astronómica destes monumentos na nossa área de trabalho[13]. Embora dando os primeiros passos, é desde já aparente a regularidade de orientação dos dólmens da plataforma do Mondego em função do quadrante em que se verifica o nascer do sol nos meses de inverno, no que parecem acompanhar os da área salmantina (LÓPEZ PLAZA, *et alii.*, 1992.).

Generalisadamente implantados nas linhas de festo ou em rechãs e vertentes viradas a sul, os monumentos estudados (cf. **Quadro-I**) têm como horizonte a Serra da Estrela, limite sul-oriental da nossa área de trabalho. Sendo inexistentes quaisquer monumentos acima do sopé da Serra, se aceitarmos a nossa hipótese dos sítios de habitat da plataforma do Mondego terem sido ocupados no Outono/ /Inverno, esta seria a época do ano em que, provavelmente, seriam construidos os dólmens. Daí que seja lógico, aceitando a hipótese solar, que as orientações dos eixos dos monumentos ocupem posições em torno à localização no horizonte do sol nascente no solstício de Inverno, o que as recentes observações parecem corroborar[14].

A Serra apresentar-se-ia então como uma área importante do espaço ocupado por estas comunidades, a um tempo fonte de recursos e local de deslocação sazonal obrigatória (fundamental pelos pastos de Primavera-Verão que oferecia) e horizonte geográfico de referência, dominando do alto as terras da plataforma do Mondego, sobre o qual as diferentes posições ocupadas pelo sol nascente ao longo do ano serviriam eventualmente de referência à organização do calendário sazonal de actividades.

Nos dois casos em que pudemos determinar a possível posição de entrada das cabanas escavadas nos sítios de habitat (nas cabanas 1 e 2 do Ameal – cf. Fig.2 e Fig.3), estas parecem orientar-se, igualmente, a nascente, constituindo assim outra instância em que espaço doméstico e funerário se assemelham.

A perenidade da construção dos espaços funerários contrasta porém com a precariedade das estruturas habitacionais conhecidas. O carácter móvel e sazonal dos espaços habitacionais estudados, dentro de uma estratégia de povoamento de "malha frouxa", em que os "silos-lareiras" são os únicos elementos duradouros e, talvez por isso mesmo, frequentemente reutilizados – e, se aceitarmos a hipótese atrás aduzida, "consagrados" para o efeito – faz dos dólmens o elemento de permanência no espaço, qual "âncora" que legitima, pela presença dos antepassados, o acesso ao território envolvente.

Na área do "planalto" do Ameal, talvez o núcleo de habitat/necrópole que melhor conhecemos, existem dados que nos apontam para um processo de "necropolização" deste espaço[15] Partindo dos pequenos monumentos 1 e 2 do Ameal (ORAM1 e 2, cf. **Quadro-I**), atribuíveis à primeira fase do megalitismo regional, com uma utilização aparentemente de curta duração e situados na linha de festo, a pouco mais de uma centena de metros das cabanas escavadas (VENTURA, 1993., 1994. e 1995.), ter-se-ão construído a grande Orca dos Fiais da Telha (ORFI – SENNA-MARTINEZ, 1989a.; SENNA-MARTINEZ, VENTURA & DELGADO, 1987.; SENNA-MARTINEZ & VENTURA, 1994.), grande monumento de corredor longo, situado escassos 500m para nascente e já na vertente virada ao Mondego, utilizado desde o Neolítico Final pelo menos até ao início da Idade do Bronze e, 750m para poente, as Orcas 1 e 2 de Oliveira do Conde, a primeira um monumento de corredor desenvolvido, mas ambas ainda não escavadas.

Mesmo atendendo à provável longa diacronia de utilização desta necrópole (da 1ª metade do IV milénio a.C. aos inícios do II), o número de monumentos em causa e o carácter disperso do povoamento envolvente parecem indicar não ser necessário, pelo menos nesta área, pensar em espaços de tumulação alternativos como recentemente foi sugerido (JORGE, 1994.).

Legitimando a utilização do espaço envolvente, a necrópole e o simbolismo a ela associado serviri-

[13] Integrando colegas das Universidades de Cambridge (Prof.Doutor Michael A.Hoskin) e Salamanca (Profª Doutora Socorro López Plaza) e do Instituto de Astrofísica das Canárias (Prof.Doutor Juan Antonio Belmonte), a quem, desde já, agradecemos a colaboração.

[14] Não deixa de ser importante notar que, no único alinhamento megalítico conhecido na Beira-Alta, o correspondente à estela--menir da Caparrosa, a sua orientação se parece fazer igualmente segundo o nascer do sol no solstício de Inverno (GOMES, 1993: 14) e apresenta também motivos solares associados a serpentiformes.

[15] No sentido que é dado ao termo por V. Oliveira Jorge (1986).

am também como "reguladores" da restante "ordem social". Num mundo que supomos dividido em duas épocas sazonais fundamentais, a Primavera/Verão passados na "serra" com os rebanhos e o Outono/ /Inverno nas áreas baixas onde a recolecção ofereceria a parte fundamental da alimentação, parece-nos provável que à primeira se associassem actividades fundamentalmente masculinas (pastoreio, caça, trocas de matérias-primas[16] , fabrico de artefactos líticos talhados e polidos de que os restos não abundam nos habitates, etc.) enquanto a segunda regeria actividades predominantemente femininas (recolecção, torrefacção, armazenagem e moagem de frutos de inverno, fabrico de olaria – os barreiros conhecidos ficam todos nas terras baixas – etc.), à "sombra" tutelar da necrópole, ponte entre mundos e estações, imagem ideal da ordem doméstica, nela reproduzida pela deposição ritual de oferendas.

A generalizada curta utilização dos monumentos da primeira fase aliada à simplicidade do "pacote artefactual" neles depositado, contrasta com a complexização das oferendas e longa duração de utilização dos monumentos mais desenvolvidos, dando corpo à ideia de que a crescente complexização social e económica a que esta etapa assiste necessitava da correspondente regulação simbólica, a qual ordenaria a um tempo: a ocupação do espaço, o acesso aos principais recursos e a estrutura e reprodução sociais, incluindo a divisão sexual das principais actividades. Se assim era, os monumentos megalíticos revestiriam um carácter multifuncional e organizador da vida destas comunidades que em muito ultrapassaria o papel de simples área formal de deposição dos mortos. Se as certezas são ainda poucas e o caminho a percorrer se apresenta ainda longo, convenhamos que a evidência já disponível torna atractivo o desafio apresentado por este conjunto de hipóteses de trabalho.

(Dezembro de 1994)

[16] Lembremos as localizações dos monumentos de S. Pedro Dias e dos Moinhos de Vento, controlando pela sua implantação uma das principais vias de acesso ao litoral, como quem diz à "rota do sílex", num caminho que será, até ao princípio deste século uma das vias da transumância entre "as terras de Coimbra" e a Serra da Estrela (MARTINHO, 1981).

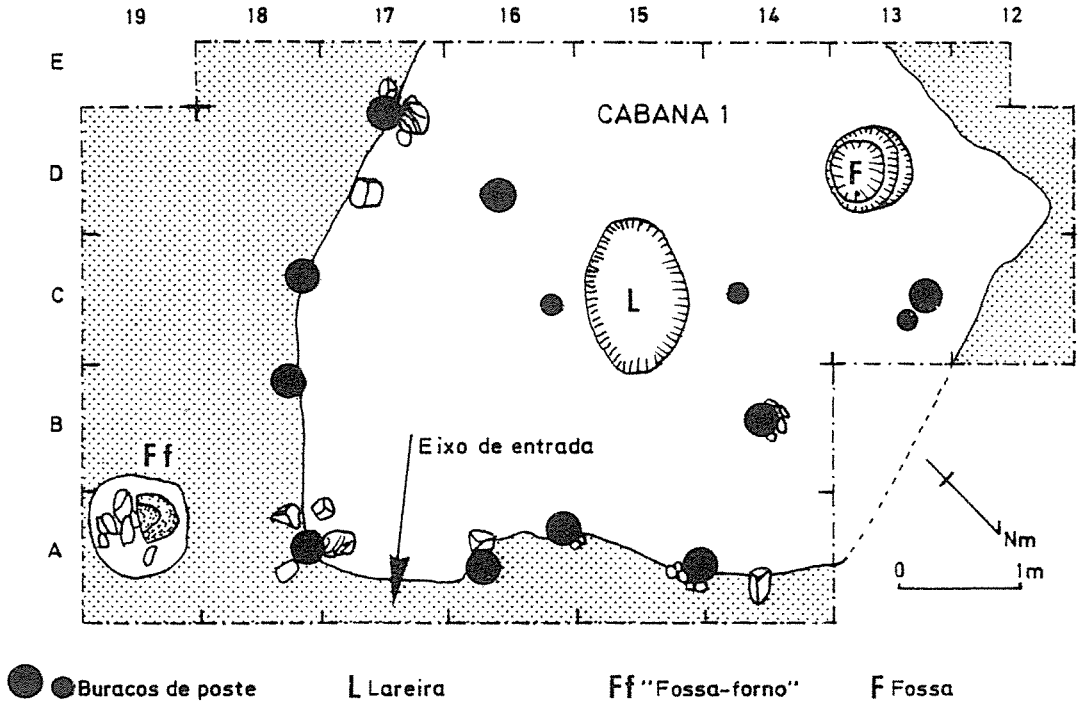


Fig. 2 – Planta da "Cabana 1" do Ameal VI

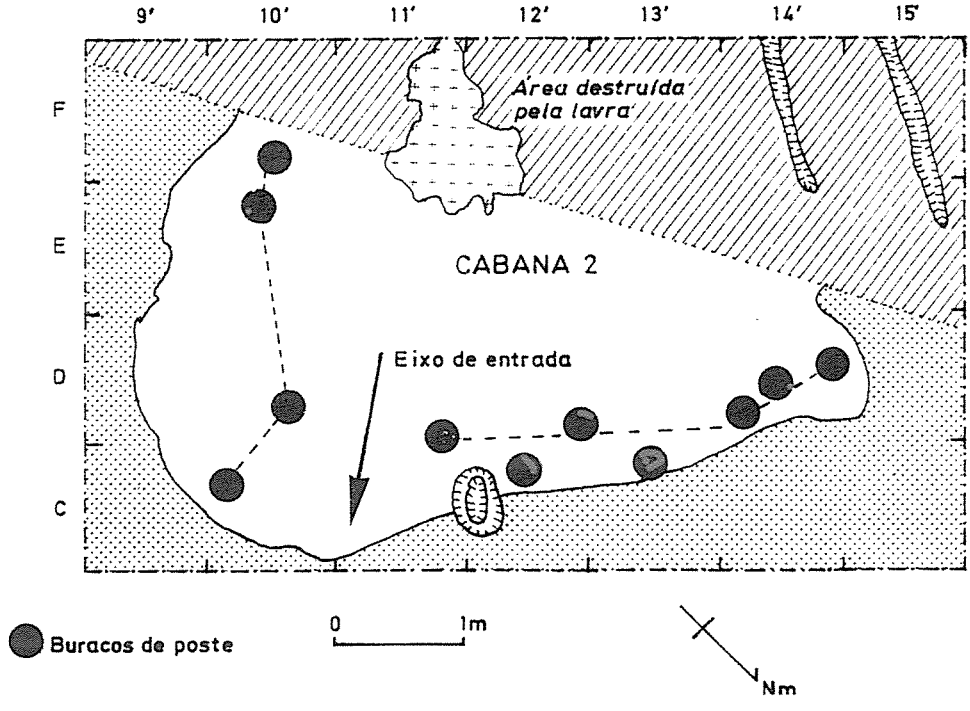


Fig. 3 – Planta da "Cabana 2" do Ameal VI

Bibliografia

COELHO, J. 1912. *A Pré-História e o seu ensino. I-Mamaltar de Vale de Fachas ou Anta do Altar*, Famalicão

COELHO, J. 1924. *Policromia Megalítica*, Viseu

CRUZ, D., CUNHA, A. L. & GOMES, L. F. 1988-89. "A Casa da Orca de Corgas de Matança", in: *Portugalia (NS)*, IX-X, pp. 31-47

CRUZ, D. & VILAÇA, R. 1990a. *A Casa da Orca da Cunha-Baixa (Mangualde)*, Câmara Municipal de Mangualde

CRUZ, D. & VILAÇA, R. 1990b. *Trabalhos de escavação e restauro no Dólmen 1 do Carapito (Aguiar da Beira, Distrito da Guarda). Resultados Preliminares*, Trabalhos do Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Corrêa», Faculdade de Ciências do Porto, nº 45

CRUZ, D. & VILAÇA, R. 1994. "O Dólmen 1 do Carapito (Aguiar da Beira, Guarda): novas datações de Carbono 14", in: *Actas do Seminário "O Megalitismo no Centro de Portugal"*, «Estudos Pré--Históricos», 2, pp. 63-68

CRUZ, P.B. 1903. "Ruínas da Orca do Outeiro do Rato", in: *Portugalia*, I, p. 812

DAVEAU, S., BIROT, P. & RIBEIRO, O. 1985. *Les Bassins de Lousã et d'Arganil. Vol.I – Le Bassin Sédimentaire*, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa

DAVEAU, S., BIROT, P. & RIBEIRO, O. 1986. *Les Bassins de Lousã et d'Arganil. Vol.II – L'Évolution du Relief*, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa

DAVEAU, S. Ed. 1985. *Livro Guia da Pré-Reunião. Glaciação da Serra da Estrêla – Aspectos do Quaternário da Orla Atlântica*, G.T.P.E.Q.-G.E.T.Q.,

DELIBES DE CASTRO, G. & SANTONJA, M. 1986. *El fenómeno megalítico en la província de Salamanca*, Ediciones de la Diputación de Salamanca, Serie Prehistoria y Arqueologia, 1, Salamanca

ELIADE, M. 1970. *Traité d'Histoire des Religions*, Paris, Payot

FERREIRA, A.B. 1978. *Planaltos e Montanhas do Norte da Beira*, Memórias do Centro de Estudos Geográficos, 4, Lisboa

GIRÃO, A. 1921/22. "Monumentos pré-históricos do concelho de Viseu", in: *O Archeol.Port.*, XXV, pp. 183-9

GIRÃO, A. 1923/24. "Monumentos pré-históricos do concelho de Viseu", in: *O Archeol.Port.*, XXVI, pp. 282-8

HENRIQUES, A. P. & BARROSO, M. S. 1994. "Limpeza e levantamento topográfico de mamoas no Concelho de Carregal do Sal", in: *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 2, Lisboa, Colibri, pp. 257-262

HODDER, I. 1984. "Burials, houses, women and men in the European Neolithic", in: D. MILLER & C.TILLEY, *Eds.*, *Ideology, Power and Prehistory*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 51-68

JANSSEN, C.R. 1985. "História da vegetação", in: S. DAVEAU *Ed.*, *Livro-Guia da Pré-Reunião. Glaciação da Serra da Estrêla – Aspectos do Quaternário da Orla Atlântica*, G.T.P.E.Q.--G.E.T.Q., Lisboa, pp. 66-72

JANSSEN, C.R. & WOLDRINGH, R.E. 1981. "A preliminary radiocarbon dated pollen sequence from the Serra da Estrela, Portugal", in: *Finisterra*, XVI, 32, pp. 299-309

JORGE, V. O. 1986. "«Monumentalização» e «Necropolização» no megalitismo europeu", in: *Trabalhos de Antropol. Etnolog.*, XXVI (1-4), pp. 233-237

JORGE, V. O. 1990. "Arqueologia social dos sepulcros megalíticos atlânticos: conhecimentos e perspectivas actuais", in: *Rev. Faculdade de Letras (Porto)*, II Série, VI, pp. 365-443

JORGE, V. O. 1994. "Debate", in: *Actas do Seminário "O Megalitismo no Centro de Portugal"*, «Estudos Pré-Históricos», 2, pp. 72-73

KNAAP, W.O. & JANSSEN, C.R. 1991. *Utrecht on the Rocks – Serra da Estrela (Portugal)*, XV Peat Excursion of the Syst.-Geobo. Institute, University of Bern, Part II, Laboratory of Paleobotany and Palynology, State University of Utrecht/The Netherlands

KNAAP, W. O. V. & VAN LEEUWEN, J. F. N. 1994. "Holocene vegetation, human impact, and climatic change in the Serra da estrela, Portugal", in: A. F. LOTTER & B. AM-MANN, *Eds.*, *Festschrift Gerhard Lang*, «Dissertationes Botanicae», 234, pp. 497-535

LEISNER, V. 1965. *Die Megalithgraber der Iberischen Halbinsel*, Der Westen 1/3, Walter de Gruyter & CO., Berlin, 2 Vols.

LEISNER, V. & RIBEIRO, L. 1966. "A escavação dos Dólmen-Orca das Castenairas, Fráguas – Vila Nova do Paiva", in: *Actas do IV Colóquio Portuense de Arqueologia*, Porto, pp. 5-12

LEISNER, V. & RIBEIRO, L. 1968. "Die Dólmen von Carapito", in: *Madrider Mitteilungen*, 9, pp. 11-62

LILLIOS, K. T. no prelo. "Groundstone Tools, Competition, and Fission: The Cooper to Bronze Age Transition in the portuguese Lowlands", in: M. S. BALMUTH & L. P. TORREIRA, *Eds.*, *New Perspectives in Western Mediterranean Archaeology: Encounters, Transitions and Transformations*, Oxbow Press, Oxford

LÓPEZ PLAZA, M. S. 1991. "Aproximación al poblamiento de la prehistoria reciente en la provincia de Salamanca", in: *Del Paleolítico a la Historia*, Junta de Castilla y León, Salamanca, pp. 49-59

LÓPEZ PLAZA, M. S., *et alii.*, 1992. "Aplicación de la astronomía en el estudio de la orientación de sepulcros megalíticos de corredor en la zona noroccidental de la Península Ibérica", in: *Zephyrus*, XLIV-XLV, pp. 183-192

MARTINHO, A. T. 1981. *O Pastoreio e o Queijo da Serra*, Lisboa, Parque Natural da Serra da Estrela, 2ª Ed.

MOITA, I. 1966. "Características predominantes do grupo dolménico da Beira Alta", in: *Ethnos*, V, pp. 189-297

NUNES, J.C. 1974. *Introdução ao Estudo da Cultura Megalítica no Curso Inferior do Alva*, Sá da Bandeira, Cursos de Letras da Universidade de Luanda. 2ª Ed. revista, Assembleia Distrital de Coimbra, 1981

NUNES, J.C. *et alli.* 1985. "Panaroma arqueológico do curso médio do Alva (Região de Arganil)", in: S. DAVEAU, *Ed.*, *Livro Guia da Pré-Reunião. Glaciação da Serra da Estrêla – Aspectos do Quaternário da Orla Atlântica.*, G.T.P.E.Q.-G.E.T.Q., Lisboa, pp. 48-53

ROCHA, A. S. 1899. "As arcainhas do Seixo e da Sobreda", in: *Portugália*, 1, pp. 13-22

ROCHETTE CORDEIRO, A.M. 1990a. "O Depósito de Varzielas (Serra do Caramulo)", in: *Cadernos de Geografia*, 9, Coimbra, IEG, pp. 49-60

ROCHETTE CORDEIRO, A.M. 1990b. "Paleo-ambientes Holocénicos e Erosão: Interface Clima, Vegetação, Homem", in: *Cadernos de Geografia*, 9, Coimbra, IEG, pp. 61-79

ROCHETTE CORDEIRO, A.M. 1992. "O Homem e o Meio no Holocénico Português. Paleo-ambientes e erosão", in: *Mediterrâneo*, 1, Lisboa, pp. 89-109

ROUX, V. 1985. *Le matériel de broyage*, Paris, Éditions Recherche sur les Civilizations, Mémoire nº 58

SANTONJA, M. 1991. "Comentarios generales sobre la dinámica del poblamiento antiguo en la provincia de Salamanca", in: *Del Paleolítico a la Historia*, Junta de Castilla y León, Salamanca, pp. 13-31

SARMENTO, M. 1933 (1883). "Relatório da Secção de Archeologia da Expedição Scientífica à Serra da Estrella em 1881", in: *Dispersos. Colectânea de artigos publicados, desde 1876 a 1899, sôbre Arqueologia, Etnologia, Mitologia, Epigrafia e Arte Pre-Histórica*, Imprensa da Universidade, Coimbra, pp. 129-152

SENNA-MARTINEZ, J.C. 1981. *Contribuições para uma tipologia da olaria do megalitismo das Beiras: os materiais do Dólmen no.1 dos Moinhos de Vento, Arganil*, Trabalhos do Museu Regional de Arqueologia (Arganil), 1, Câmara Municipal de Arganil

SENNA-MARTINEZ, J.C. 1982. "Materiais campaniformes do Concelho de Oliveira do Hospital (Distrito de Coimbra)",in: *Clio*, 4, pp. 19-34

SENNA-MARTINEZ, J.C. 1983. "Ideologia e práticas funerárias no megalitismo das Beiras", in: *Rev. Hist. Econ. Soc.*, 1, pp. 1-27

SENNA-MARTINEZ, J.C. 1984. "Contribuições arqueométricas para um modelo sociocultural: padrões volumétricos na Idade do Bronze do Centro e NW de Portugal", in: *Clio/Arqueologia*, 1, pp. 169-88

SENNA-MARTINEZ, J.C. 1989a. *Pré-História Recente da Bacia do Médio e Alto Mondego: algumas contribuições para um modelo sociocultural*, Tese de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia, Faculdade de Letras de Lisboa, 3 Vols., policop.

SENNA-MARTINEZ, J.C. 1989b. "O megalitismo da bacia do Médio e Alto Mondego: Uma primeira proposta de faseamento", in: *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, pp. 83-97

SENNA-MARTINEZ, J.C. 1993a. "Apresentação: 'Trabalhos de Arqueologia na Bacia do Médio e Alto Mondego – 1982-1992', in: *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 1, Lisboa, Colibri, pp. 1-7

SENNA-MARTINEZ, J.C. 1993b. "A ocupação do Bronze Pleno da 'Sala 20' do Buraco da Moura de São Romão", in: *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 1, Lisboa, Colibri, pp. 55-76

SENNA-MARTINEZ, J.C. 1993c. "Duas contribuições arqueométricas para o estudo do Bronze Antigo/Médio do Centro e Noroeste de Portugal", in: *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 1, Lisboa, Colibri, pp. 77-91

SENNA-MARTINEZ, J.C. 1994a. "Megalitismo, habitat e sociedades: a Bacia do Médio e Alto Mondego no conjunto da Beira Alta (c.5200-3000 BP)", in: *Actas do Seminário "O Megalitismo no Centro de Portugal"*, «Estudos Pré-Históricos», 2, pp. 15-29

SENNA-MARTINEZ, J.C. 1994b. "Habitat do Ameal VI", in: *Inform.Arqueológica*, 9, pp. 85-86

SENNA-MARTINEZ, J.C. 1995a. "O povoamento calcolítico da bacia do Médio e Alto Mondego: algumas reflexões", in: *Origens, estruturas e relações das culturas calcolíticas da Península Ibérica. Actas das I.Jornadas Arqueológicas de Torres Vedras. 3-5 de Abril de 1987*, Lisboa, IPPAR, «Trabalhos de Arqueologia», 7, pp. 83-100

SENNA-MARTINEZ, J.C. 1995b. "The Late Prehistory of Central Portugal: a first diachronic view", in: K.T. LILLIOS, *Ed.*, *The Origins of Complex Societies in Late Prehistoric Iberia*, Ann Harbor, Michigan, International Monographs in Prehistory, «Archaeological Series», 8, pp. 64-94

SENNA-MARTINEZ, J.C. no prelo a. " O Sítio de Habitat do Ameal-VI, alguns resultados das campanhas 1(987) a 3(989)", in: *Actas do II Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, 26 a 29 de Abril de 1990

SENNA-MARTINEZ, J.C. no prelo b. *O Sítio de Habitat do Ameal-VI (Carregal do Sal)*, Monografias do Museu Municipal de Carregal do Sal, 1

SENNA-MARTINEZ, J.C. no prelo c. "A Estatística na Análise dos Materiais Arqueológicos: alguns exemplos", in: *Actas do Seminário «A Actualidade da Estatística em Portugal»*, Universidade Lusíada, Lisboa, Abril de 1994

SENNA-MARTINEZ, J.C. & AMARO, R. 1987. "Campaniforme tardio e inícios da Idade do Bronze na Orca do Outeiro do Rato, Lapa do Lobo: nota preliminar", in: *Da Pré-História à História*, Lisboa, Delta, pp. 265-71

SENNA-MARTINEZ, J.C. & ESTEVINHA, I.M. 1994. "O Sítio de Habitat das Carriceiras (Carregal do Sal): notícia preliminar", in: *Actas do Seminário "O Megalitismo no Centro de Portugal"*, «Estudos Pré-Históricos», 2, pp. 55-61

SENNA-MARTINEZ, J.C.; GARCIA, M.F. & ROSA, M.J. 1984. "Contribuições para uma tipologia da olaria

do megalitismo das Beiras: olaria da Idade do Bronze (I)", in: *Clio/Arqueologia*, 1, pp. 105-38

SENNA-MARTINEZ, J.C. & LUZ, A.M.D. 1983. "O megalitismo da bacia do Alva: primeira contribuição para um modelo socioeconómico", in: *O Arqueól.Port.*, IV Série, 1, pp. 103-18

SENNA-MARTINEZ, J.C. & VALERA, A.C. 1989. "A Orca de Pramelas, Canas de Senhorim", in: *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, pp. 37-50

SENNA-MARTINEZ, J.C.; VALERA, A.C. & ESTEVINHA, I.M. no prelo. "O Buraco da Moura de São Romão, Seia: a campanha 1(987)", in: *Informação Arqueológica*, 9

SENNA-MARTINEZ, J.C. & VENTURA, J.M.Q. 1994. "A Orca de Santo Tisco: resultados preliminares da campanha 1(992)", in: *Actas do Seminário "O Megalitismo no Centro de Portugal"*, «Estudos Pré-Históricos», 2, pp. 43-54

SILVA, A.R.P. 1988. "A Paleoetnobotânica na Arqueologia Portuguesa, resultados desde 1931 a 1987", in: *Paleoecologia e Arqueologia*, I, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, pp. 5-36

SILVA, A. R. P. & TELES, A.N. 1986. *A Flora e a Vegetação da Serra da Estrela*, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, Lisboa, 2ª Ed.

SOARES, A.M. & CABRAL, J.M.P. 1984. "Datas convencionais de radiocarbono para estações arqueológicas portuguesas e sua calibração: revisão crítica", in: *O Arqueól.Port.*, Série IV, 2, pp. 167-214

TAVARES, A.A. 1980. "O Dólmen de S. Pedro Dias (Poiares)", in: *Clio*, 2, pp. 39-57

TWOHIG, E. S. 1981. *The Megalithic Art of Western Europe*, Clarendon Press, Oxford

VALERA, A.C.; SENNA-MARTINEZ, J.C. & ESTEVINHA, I.M. 1989. "O Buraco da Moura de S.Romão (Seia): alguns resultados preliminares da Campanha 1(987)", in: *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, pp. 149-174

VAN DEN BRINK, L.M. & JANSSEN, C.R. 1985. "The effect of human activities during cultural phases on the development of montane vegetation in the Serra da Estrela, Portugal", in: *Review of Palaeobotany and Palinology*, 44, pp. 193-205

VASCONCELOS, J.L. 1895. "Acquisições do Museu Ethnographico Português", in: *O Archeol.Port.*, I, pp. 218-22

VASCONCELOS, J.L. 1896a. "Acquisições do Museu Ethnographico Português", in: *O Archeol. Port.*, II, pp. 245-7

VASCONCELOS, J.L. 1896b. "Um monumento nacional", in: *O Archeol.Port.*, II, pp. 225

VASCONCELOS, J.L. 1897a. "Acquisições do Museu Ethnographico Português", in: *O Archeol. Port.*, III, pp. 107-111

VASCONCELOS, J.L. 1904. "Archeologia prehistorica da Beira. I – Dólmen da Cunha-Baixa", in: *O Archeol. Port.*, IX, pp. 303-8

VASCONCELOS, J.L. 1905a. "Archeologia prehistorica da Beira. II – Orca dos Padrões", in: *O Archeol. Port.*, X, pp. 28-31

VASCONCELOS, J.L. 1905b. "Antiguidades prehistoricas da Beira. III – Orca da Carvalhinha", in: *O Archeol. Port.*, X, pp. 312-3

VASCONCELOS, J.L. 1905c. "Antiguidades prehistoricas da Beira. IV – Notícia de duas «orcas»", in: *O Archeol. Port.*, X, pp. 313

VASCONCELOS, J.L. 1907. "Peintures dans des Dolmens de Portugal", in: *L'Homme Préhistorique*, 5, pp. 3-7

VASCONCELOS, J.L. 1913a. "Archeologia prehistorica da Beira. V – Orca dos Palheiros", in: *O Archeol.Port.*, XVIII, pp. 77-8

VASCONCELOS, J.L. 1913b. "Archeologia prehistorica da Beira. VI – Orca da Fonte do Alcaide", in: O Archeol. Port., XVIII, pp. 78-80

VASCONCELOS, J.L. 1917. "Coisas Velhas.", in: *O Archeol.Port.*, XXII, pp. 107-169

VASCONCELOS, J.L. 1920. "Coisas Velhas. 110. Excursão arqueologica pela Beira Alta e Baixa", in: O Archeol. Port., XXIV, pp. 215-24

VAZ, J.L.I. 1987. *Roteiro Arqueológico do Concelho de Viseu*, Câmara Municipal de Viseu e Centro Cultural Distrital de Viseu, Viseu

VENTURA, J.M.Q. 1993. "Novos monumentos megalíticos no Concelho de Carregal do Sal, Viseu: notícia preliminar", in: *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 1, Lisboa, Colibri, pp. 9-21

VENTURA, J.M.Q. 1994. "A Orca 1 do Ameal, Carregal do Sal, Viseu", in: *Actas do Seminário "O Megalitismo no Centro de Portugal"*, «Estudos Pré-Históricos», 2, pp. 31-42

VENTURA, J.M.Q. 1995. "Orca 2 do Ameal, Carregal do sal, Viseu: resultados preliminares", in: *Trabalhos de Antropol. Etnolog.*, XXXV (1), pp. 47-62

VENTURA, J.M.Q. no prelo. "A Orca 1 do Ameal: resultados preliminares da campanha 1(989)", in: *Actas II Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu

PASTORES, AGRICULTORES E METALURGISTAS EM REGUENGOS DE MONSARAZ: OS 4º E 3º MILÉNIOS

Victor S. GONÇALVES[1]

Abstract

Opening with a brief introduction, this paper examines several situations related to the megalithic group of Reguengos de Monsaraz (Évora, Alentejo, Portugal), an area under much discussion lately (Leisner, 1951; Gonçalves, 1992, 1994, 1995...).

1. Absolute chronology

There are only 6 radiocarbon dates for the megalithic monuments and sites of Reguengos de Monsaraz. Two of these dates refer to the phases of the fortified settlement of Monte Novo dos Albardeiros (MNAL 1 and MNAL 2), reckoned in calibrated years to have taken place in the first and second halves of the third millennium, respectively. One date comes from TESP3, a non-fortified site near Torre do Esporão. The three remaining dates are contemporaneous with the first two and refer to the first phase of the *tholos* Olival da Pega 2b (OP2b), built as a satellite monument of dolmen 2 of Olival da Pega. Further use is made of 4 other complementary dates, obtained in a settlement further to the south, Sala nº 1 (SL1) to establish references for the phase of the fourth millennium of megalithism in Reguengos.

MONUMENT/SITE	TYPE	LEVEL	LAB	SAMPLE	BP	CAL BC, 2 σ
MNAL 1	habitat	1/1	ICEN	530	4060 ± 80	2886-2460
MNAL 2	habitat	1/1	ICEN	529	3760 ± 100	2470-1910
TESP3 (K8-K9)	habitat	Ab	OXa	5534	4010 ± 60	2850-2340
OP2b	*tholos*	7/7	ICEN	956	4180 ± 80	2920-2505
OP2b	*tholos*	6/7	ICEN	955	4290 ± 100	3303-2615
OP2b	*tholos*	5/7	ICEN	957	4130 ± 60	2900-2501
SL1	habitat	6/6	ICEN	444	4490 ± 100	3502-2910
SL1	habitat	5/6	ICEN	445	4490 ± 80	3491-2920
SL1	habitat	4/6	ICEN	447	4490 ± 110	3510-2910
SL1	habitat	3/6	ICEN	448	4140 ± 110	3018-2460

[1] Presidente do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa. Faculdade de Letras. PT-1600-214 LISBOA PORTUGAL.

2. Settlement strategy

The settlement of megalith builders is distributed and typified in at least four phases. The first phase is connected with the site Gorginos 6 and, maybe, the settlement of Pipas; the second phase, with Areias 15, TESP3 and Marco dos Albardeiros; the third phase with Monte Novo dos Albardeiros 1, Perdigões 1 and Castelo do Azinhalinho 2; the fourth phase with Monte Novo dos Albardeiros 2 and Perdigões 2. All these sites are distributed over the fourth and third millenniums.

Phase 1
(?)-3500? (calendar years BC)
Camps in open areas. Bowls, spherical types. Dolmens.
Phase 2
3500?-2900
Bigger settlements, still in open areas. Carinated bowls (at TESP3, 20 % of ceramic production), large dishes, spherical types. Dolmens of great dimensions.
Phase 3
2900-2500
Fortified settlements with bastions. Large dishes. *Tholoi* build as satellite monuments of older dolmens.
Phase 4
2500-1900
Camps, settlements in open areas. Big dishes still in use. Individual burials, funerary re-use of ancient monuments.

The choices made concerning the location of the settlements in the different phases are examined, bearing in mind geomorphological and geological features and the agricultural properties of the soils.

3. Houses of the dead, symbols of the living

The megalithic monuments and the way they were set up in the landscape are analysed according to factors extrinsic to the monuments (Time and Landscape); intrinsic factors (Architecture, Orientation and the specific place they are set); intrinsic and extrinsic factors (the re-uses of the monument and the very variation of burial rites).

Sherratt, Tilley and Thomas are quoted, in connection with the specific value of monuments *while other than themselves*, and the plurality of meanings a dolmen can acquire when seen diachronically is referred to.

4. Permanence and evolution of symbolics and religious manifestations: the example of the funerary complex of Olival da Pega

The period of time megalith builders stayed on the plain of Reguengos de Monsaraz (1500 years at least) is characterised by several points of collapse, "collapses of simple societies", which coincide with highly important moments, but the meaning of symbolics was understood over a long period. The funerary complex of Olival da Pega, currently under excavation by the author of this paper, is a good example of how a monument was used throughout the times. A big dolmen (OP2) is to be found there, with a sixteen-metre--long corridor with four adjoining burial areas, one of them being a very important *tholos* (OP2b), already fully excavated and radiocarbon dated.

New unpublished information about stratigraphy and burial rites held at this funerary complex are presented in this paper.

5. Discussion

The paper ends with a few generic comments about the evolution of the peasant societies and first metal (copper) workers who built megalithic monuments in Reguengos de Monsaraz: "a long term history of fertile land, of people, of symbols and routes, when one comes to think of it.".

1. Breve introdução,
2. Apresentação das fontes: bibliografia específica e colecções
3. A cronologia absoluta
4. A estratégia do povoamento
5. Casas dos mortos, símbolos dos vivos
6. Permanência e evolução da simbólica e das manifestações do sagrado: o exemplo do complexo funerário do Olival da Pega (OP1 e OP2)
7. Síntese provisória

1. Breve introdução

O que actualmente se sabe sobre pastores, agricultores e metalurgistas em Reguengos de Monsaraz.

A informação de que hoje dispomos sobre pastores, agricultores e metalurgistas em Reguengos de Monsaraz é ilusoriamente abundante.

Com efeito, conhecemos hoje algumas poucas dezenas de povoados, de dimensões aparentemente muito diversas, e cerca de centena e meia de monumentos megalíticos, uma parte dos quais irreversivelmente destruída, outra parte muito danificada, outra ainda, minoritária, em relativo bom estado de conservação.

Sobre os povoados, temos como certa a localização do sítio fortificado do Monte Novo dos Albardeiros e de Perdigões 2 na primeira metade do 3º milénio, como presumível a localização de TESP3 em fins da 2ª metade do 4º e/ou nos primeiros séculos do 3º. Mais incerta é a localização de Gorginos 6. A ocupação de Areias 15 parece ser contemporânea de TESP3, tal como Gateira 3, e a principal ocupação do Castelo do Azinhalinho é muito provavelmente atribuível ao 3º milénio.

As evidências de uma economia agro-pastoril encontram-se em diversos tipos de artefactos

1. tecnómicos: os moventes e dormentes do Monte Novo dos Albardeiros e Areias 15, a utensilagem de pedra polida do Marco dos Albardeiros ou TESP3

2. ideotécnicos: os báculos votivos de xisto, as intermutações machado/enxó/goiva de Poço da Gateira 1

Quanto a vestígios de práticas arqueometalúrgicas, apenas se encontraram, até ao momento, traços de metalurgia do cobre nos Perdigões, um sítio profundamente danificado por um olival e por uma vinha, cuja eventual sequência estratigráfica deverá ser aproximada com excepcional precaução, e nas duas fases do Monte Novo dos Albardeiros, na mais antiga das quais se recolheram artefactos metálicos; na mais recente, há, para além de artefactos, evidências significativas da metalurgia local do cobre.

Entre estes sítios de povoamento e os monumentos megalíticos existe uma correlação certa?

Como veremos, a resposta é, para a maioria dos casos, um rotundo «não».

Aquilo que podemos afirmar, cruzando dados, assenta em similitudes artefactuais restritas, apenas presumidas para o 4º milénio. Só no que se refere à 1ª metade do 3º milénio, e particularmente em relação às sociedades arqueometalúrgicas, poderemos falar com segurança, admitindo que populações como as que viveram na fortificação do Monte Novo dos Albardeiros se enterravam efectivamente em *tholoi* como Farisoa 1b, OP2b, Comenda 2b. Quanto aos reais construtores de antas de corredor curto, como Poço da Gateira 1, desconhecemo-los em absoluto. E se bem que sítios como Gorginos 6 pudessem ser como tal propostos, o nosso quase completo desconhecimento dos seus conteúdos artefactuais inviabiliza uma resposta firme.

Quanto às antas de grandes dimensões, como Passo 1, Cebolinhos 1, OP1 ou OP2, o reestudo dos seus materiais, nos 3 primeiros casos, e a conclusão da escavação do último, poderão confirmar ou infirmar a suposição que poderiam ter sido construídas, ou muito cedo usadas, por grupos como os que foram detectados em TESP3 ou talvez mesmo Areias 15.

Estamos assim no começo de todo um complexo trabalho, cujas conclusões não são de extensão avaliável neste momento.

Mas os dados já reunidos permitem apontar direcções e encontrar caminhos. É o que tentaremos ver de seguida.

2. Apresentação das fontes: bibliografia específica e colecções

Os estudos sobre monumentos, sítios e situações são apresentados por ordem cronológica e grupados por fases que traduzem o desenvolvimento da aquisição do saber neste campo e nesta área específicos. Refere-se a actual localização dos achados.

Fontes escritas

Podemos, talvez com alguma utilidade, grupar em 3 fases a produção bibliográfica que se refere aos monumentos megalíticos de Reguengos de Monsaraz e aos seus construtores.

1ª fase, ou «clássica» (1887-1950)

1887

Nogueira, Pedro Manuel (1887) – Memória histórica do concelho de Reguengos de Monsaraz. O Instituto. 2ª série. 7. p. 355.

1894

Vasconcellos, José Leite de (1894) – Noticias várias. 1. Antas do termo de Monsaraz (Alemtejo). Arch. Port. 1. p. 222-223.

Vasconcellos, José Leite de (1894) – Antas de Monsaraz. Arch. Port. 1. p. 279.

2ª fase, ou «moderna» (1951-1987):

1951

Leisner, Georg e Vera (1951a) – As Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz, Lisboa: IAC (reeditado pelo INIC/UNIARQ, Lisboa, 1985)

1961

Pina, Henrique Leonor (1961) – A Anta da Herdade do Duque, Rev. de Guim, 71, p. 13-26, Guimarães

1962

Pina, Henrique Leonor (1963) – A Anta [2] da Azinheira (Reguengos de Monsaraz), TAE. Porto: SPAE, p. 25-46,

1970

Gonçalves, José Pires (1970) – Menires de Monsaraz, Arqueologia e História, Série IX, 2, Lisboa

1971

Pina, Henrique Leonor (1971) – Novos monumentos megalíticos do Distrito de Évora, Actas do II CNAP, I, 1p. 51-162, Coimbra

1972

Gonçalves, José Pires (1972) – Arte Rupestre de Monsaraz, Arquivos do Centro Cultural Português, V, 489-502, Paris

1975

Gonçalves, José Pires (1975) – Roteiro de alguns megálitos da região de Évora, Évora

1976

Gonçalves, José Pires (1976) – Novos menires gravados no paraíso megalítico de Monsaraz, in V Congreso de Estudios Extremeños, Badajoz.

Pina, Henrique Leonor (1976) – Cromlechs und Menhire bei Évora in Portugal, MM. Heidelberg: F. H. Kerle Verlag. 17. p. 9-20,

1979

Santos, M.Farinha dos; e Gonçalves, J. Pires (1979) – O polidor rupestre nº 1 da Herdade da Capela (Reguengos de Monsaraz – Portugal).CNAE 15. Zaragoza, p. 375-384

3ª fase, ou «das novas perspectivas de pesquisa» (1988-)

1988-89

Gonçalves, Victor S. (1988-89) – A ocupação pré-histórica do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz). Portugália. Porto: IAFLP. Nova Série, 9-10, p. 47-60.

1989

Gonçalves, Victor S. (1989a) – Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental, uma aproximação integrada, 2 vols., Lisboa: INIC/UNIARQ.

Kalb, Philine (1989) – O Megalitismo e a neolitização no Oeste da Península Ibérica. Arqueologia. Porto: GEAP. 20. p. 33-46.

1990-1991

Gonçalves, Victor S. (1990-91) – TESP3: O povoado pré-histórico da Torre do Esporão (Reguengos de Monsaraz). Portugália (Nova Série). Porto: IAFLP. 11-12. p. 53-72.

Gonçalves, Victor S. e Calado, Manuel (1990-91) – A necrópole da Idade do Bronze do Monte dos Cebolinhos (S. Pedro do Corval, Reguengos de Monsaraz). Notícia da sua identificação. Portugália. Nova Série. Porto: IAFLP. 11-12. p. 143-147.

1991

Gonçalves, Victor S. (1991) – Sítios, «Horizontes» e Artefactos: 2. algumas breves considerações sobre as chamadas *taças carenadas* e a primeira metade do 3º milénio em Portugal. Arquivo de Cascais. Cascais: Câmara Municipal. 10.

1992

Gonçalves, Victor S. (1992) – Revendo as antas de Reguengos de Monsaraz. Lisboa: UNIARQ/INIC

Gonçalves, Victor S.; Calado, Manuel e Rocha, Leonor (1992) – Reguengos de Monsaraz: o antigo povoamento da Herdade do Esporão. SA. Setúbal: MAEDS. IX-X. p. 391-412.

Soares, Joaquina, e Silva, Carlos Tavares da, (1992) – Para o conhecimento dos povoados do megalitismo de Reguengos. SA. Setúbal: MAEDS. IX-X. p. 37-88.

1993

Gonçalves, Victor S. (1993) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 3. A Deusa dos olhos de sol. Um primeiro olhar. Revista da Faculdade de Letras de Lisboa. 15. 5ª série. p. 41-47.

1994
Gonçalves, Victor S. (1994a) – A primeira metade do 3º milénio no Centro/Sul de Portugal. Algumas breves reflexões, enquanto outras não são possíveis. TAE. Porto: SPAE. Actas do 1º Congresso Peninsular de Arqueologia. 1993.

Gonçalves, Victor S. (1994b) – Dolmens and landscape. Some preliminary examples from south Portugal. Comunicação apresentada ao Simpósio de megalitismo de Falkoping, Suécia.

1995
Gonçalves, Victor S. (1995) – Sítios, «Horizontes» e Artefactos. Leituras críticas de realidades perdidas. Cascais: Câmara Municipal.

Gonçalves, Victor S. – O grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz: procurando algumas possíveis novas perspectivas, sem esquecer as antigas. *Actas do Seminário sobre o Megalitismo do Centro de Portugal.* Mangualde. 20-22 de Novembro de 1992

Gonçalves, Victor S. (no prelo) – Do Tejo à «contra-costa»: transformação e mudança no 3º milénio. I Simpósio «transformação e mudança». Cascais, 1993.

Gonçalves, Victor S. (inédito) – 3 datas de radiocarbono para a construção e primeiros níveis de utilização do *tholos* OP2b (Reguengos de Monsaraz). I Simpósio «transformação e mudança». Cascais, 1993.

A primeira fase compreende assim curtas notícias de achados ocasionais. Não existe um plano específico para a região, tão só se identificam monumentos, mais especificamente *dolmens* ou *antas*, na perspectiva comum na época. Ainda que esta fase decorra efectivamente entre 1887-1950, devemos recordar a função, em plena Idade Média, da Anta do Viseu, um monumento referido como demarcador de territórios, facto devidamente consignado em documento escrito. Com efeito, em 1951, Georg e Vera Leisner citariam uma passagem de um foral de 1276 e que se lhe refere como «...una arca de tempore antico...» (Chancelaria de Afonso III, Liv 1, fl. 135 v.). Recorda-se que a expressão «arca» ou «orca» viria a desaparecer totalmente do Alentejo, sobrevivendo apenas em terras mais a Norte.

A segunda fase, que, compreensivelmente, designei por «moderna», desenrola-se de 1951 a 1976, começa e é totalmente dominada pela notável síntese produzida pelos Leisner. A este trabalho podemos associar as curtas publicações posteriores que divulgaram novas escavações em monumentos já directa ou indirectamente referidos, mas sempre numa perspectiva monotemática (trabalhos de Leonor Pina), e as diversas notícias sobre menires e *cromlechs* (Pires Gonçalves e Leonor Pina). Todos os trabalhos desta fase acabam por, de algum modo, derivar da síntese dos Leisner, procurando completá-la em termos de inventário e não apresentando qualquer plano global para a região.

A terceira fase, que designei por «das novas abordagens» pré-inicia-se, na realidade, com dois trabalhos, traduzindo o primeiro deles (Whittle e Arnaud, 1975) uma tentativa de datação absoluta de alguns monumentos e cuja inutilidade está hoje, infelizmente, confirmada (Gonçalves, 1989a, 1992, *no prelo, a*). O segundo (Kalb, 1981) é exemplo claro de como uma perspectiva mal compreendida, apressada e mal formulada pode ser pior que perspectiva nenhuma.

A partir de 1985, data da reedição da monografia dos Leisner pela instituição que tutelava o que é hoje o *Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa*, multiplicaram-se trabalhos de campo incidindo sobre povoados de construtores de megálitos (Gonçalves, 1988/89, 1990/91), sobre levantamentos arqueológicos (Gonçalves, Calado e Rocha, 1992; Soares e Silva, 1992), revendo a totalidade da problemática do grupo megalítico (Gonçalves, 1992, 1994a) ou publicando aspectos específicos do povoamento equacionados em função de outras áreas (Gonçalves, 1991, 1993).

Estamos perante o que poderia ser uma considerável viragem dos nossos conhecimentos sobre a região, se superiormente houvesse capacidade de julgamento e isenção que permitissem a concretização material de novos trabalhos de campo e gabinete e a conclusão dos em curso.

Fontes materiais

Presentemente, os materiais arqueológicos recolhidos no concelho de Reguengos de Monsaraz encontram-se dispersos por cinco lugares distintos.

1. instituições estatais:

– no Museu Nacional de Arqueologia encontram-se os artefactos recolhidos pelos Leisner no fim dos anos 40. É uma vasta colecção, com muitas cerâmicas ainda por restaurar, tal como saíram do terreno, algumas em risco. Uma pequena e descontextualizada parte encontrava-se, até Fevereiro de 1994, exposta na Galeria do Museu;

– na Faculdade de Letras de Lisboa (*Centro de Arqueologia*) estão os materiais provenientes de 4 sítios: Monte Novo dos Albardeiros, Marco dos Albardeiros, TESP3 e OP2. É também aqui que se encontram os materiais de superfície recolhidos aquando de prospecções e parcialmente publicados (Gonçalves, Calado e Rocha, 1992). Após estudados, darão ingresso em Museu a designar pelo IPM e/ou IPPAR, de acordo com a legislação em vigor.

2. outras:

– a Igreja de Monsaraz guarda num pequeno expositor, misturados com algumas dezenas de artefactos de diferente natureza, de proveniências desconhecidas ou incompletamente referidas, os materiais provenientes das antas Duque 1 e Azinheira 2, escavadas por Leonor Pina;

– uma colecção particular, de F. Serpa, reúne os materiais dos Perdigões bem como, presume-se, de outros sítios do concelho. Parte dos materiais dos Perdigões parece estar actualmente na propriedade de M. Varela Gomes;

– a *Fundação Convento da Orada* tem em depósito os materiais provenientes da recente escavação no que restava da Anta da Belhoa.

3. A cronologia absoluta

Apresentam-se e comentam-se as datas absolutas hoje disponíveis para monumentos e sítios de Reguengos de Monsaraz e utilizam-se dados da Sala nº 1 (Pedrógão do Alentejo) para completar áreas lacunares. Reserva-se para outro lugar a discussão em torno a OxA-5534, referente ao presumido último momento do povoado TESP3.

Dispomos apenas de 6 datações absolutas para monumentos e sítios do 3º milénio em Reguengos de Monsaraz. Vamos referi-las com uma advertência prévia, a utilizar também para o restante texto: por razões já expressas noutros lugares, ao falarmos de 4º, 3º ou 2º milénio estamos a usar anos de calendário, com intervalos de tempo obtidos através da calibração pela dendrocronologia das datas ^{14}C. Os intervalos usados são sempre os obtidos para dois sigmas (2 σ).

1. ICEN-530

Fase 1 de ocupação do Monte Novo dos Albardeiros (povoado fortificado, com grande torre já integralmente escavada, a datação obtida refere-se à construção e primeira utilização da torre. Um artefacto de cobre (furador) indica conhecimento da metalurgia ou do uso de artefactos metálicos. Ausência de taças carenadas. Presentes pratos de bordo espessado.)

ICEN-530: 4060 ± 80 BP, 2886-2460 cal BC, a 2 σ.

2. ICEN-529

Fase 2 de ocupação do Monte Novo dos Albardeiros (Estrutura 1: estrutura circular, muito provavelmente o soco de arranque de uma falsa cúpula. Utilização habitacional em discussão, certa a utilização funerária. Cadinhos, pingos de fundição e artefactos de cobre. Pratos de bordo espessado. Cerâmica simbólica).

ICEN-529: 3760 ± 100 BP, 2470-1910 cal BC, a 2 σ.

3. ICEN-956

Amostra proveniente da área central do topo do nível VF3=7 do *tholos* OP2b. Na base de este nível, sobre a rocha, foi identificada a deposição do «fundador», um primeiro enterramento com lâmina e placa de xisto sobre o peito do inumado. Devido às características específicas deste sector do monumento, é provável que esta datação se refira ao início das deposições, após o enterramento do «fundador», sendo portanto uma data referente ao início da formação de VF2=6.

ICEN-956: 4180 ± 80 BP, 2920-2505 cal BC, a 2 σ.

4. ICEN-955

Amostra proveniente do nível VF2=6, estratigraficamente o segundo nível de deposição do *tholos* OP2b (um mínimo de 17 primeiros enterramentos, lâminas e outros artefactos votivos, incluindo um colar com centenas de contas discóides).

ICEN-955: 4290 ± 100, 3303-2615 cal BC, a 2 σ.

5. ICEN-957

Amostra proveniente do nível VF1=5, estratigraficamente o terceiro nível de deposição do *tholos* OP2b (cerca de 100 primeiros enterramentos, dezenas de lâminas de *chert* e sílex e outros artefactos votivos, incluindo dezenas de alfinetes de cabeça, de osso polido).

ICEN-957: 4130 ± 60 BP, 2900-2501 cal BC, a 2 σ.

Estas cinco datas, deixando agora de parte a obtida para TESP3, distribuem-se assim em intervalos de tempo entre 2920 e 2505, para o caso das primeiras utilizações do *tholos* OP2b (ver discussão do parâmetro mais antigo em Gonçalves, *no prelo*), 2886 e 2460 para o povoado fortificado do Monte Novo dos Albardeiros, 2470 e 1910 para a fase mais recente de este sítio, já após a destruição e abandono das antigas estruturas defensivas. Recorda-se que esta estrutura tipo *tholos* nada tem a ver com a técnica construtiva usada em OP2b ou nos *tholoi* Comenda 2b e Farisoa 1b.

No sentido de tentar compensar a escassez de informação disponível no campo das datações absolutas para o 4º e o 3º milénio em Reguengos de Monsaraz, poderíamos trazer aqui, a nível estritamente comparativo, e com todos os riscos que a extrapolação implica, as datações obtidas para o sítio da Sala nº 1, um extenso povoado sobre o Guadiana, junto a Pedrógão do Alentejo. As datas para ele disponíveis dividem-se em 2 grupos, as que se referem aos níveis 6, 4 e 5, os mais antigos, estatisticamente idênticas, e a obtida para o nível 3. São elas:

MON./SÍTIO	TIPO	NÍVEL	LAB	AMOSTRA	BP	CAL BC, 2 σ
MNAL 1	habitat	1/1	ICEN	530	4060 ± 80	2886-2460
MNAL 2	habitat	1/1	ICEN	529	3760 ± 100	2470-1910
TESP3 (K8-K9)	habitat	Ab(andono)	OXa	5534	4010 ± 60	2850-2340
OP2b	*tholos*	7/7	ICEN	956	4180 ± 80	2920-2505
OP2b	*tholos*	6/7	ICEN	955	4290 ± 100	3303-2615
OP2b	*tholos*	5/7	ICEN	957	4130 ± 60	2900-2501
SL1	habitat	6/6	ICEN	444	4490 ± 100	3502-2910
SL1	habitat	5/6	ICEN	445	4490 ± 80	3491-2920
SL1	habitat	4/6	ICEN	447	4490 ± 110	3510-2910
SL1	habitat	3/6	ICEN	448	4140 ± 110	3018-2460

1. (Níveis 6-5-4, com taças carenadas e pratos de bordo espessado)
Nível 6:
ICEN-444: 4490 ± 100 BP, 3502-2910 cal BC a 2 σ.

Nível 5:
ICEN-445: 4490 ± 80 BP, 3491-2920 cal BC a 2 σ.

Nível 4:
ICEN-447: 4490 ± 110 BP, 3510-2910 cal BC a 2 σ.

(o que localiza esta primeira fase de ocupação do sítio algures entre 3510 a 2910)

2. (Nível 3, com pratos de bordo espessado, cerâmica simbólica e placas de xisto)
Nível 3:
ICEN-448: 4140 ± 110 BP, 3018-2460 cal BC a 2 σ.

As primeiras três de estas datações poderiam extrapolar-se para a primeira fase do sítio TESP3, em Reguengos de Monsaraz (Gonçalves, 1990/91), onde na fossa K8-K9, e em todo o sítio escavado, se recolheram formas cerâmicas, nomeadamente taças carenadas e pratos de bordo espessado de algum modo similares aos dos níveis 6 a 4 do *locus* 1 da Sala nº 1. TESP3 teria assim uma datação algures *em fins da segunda metade do 4º milénio ou nos inícios do 3º*, o que deverá ser discutido também em função da data OxA-5534, referente à última fase do povoado.

A data obtida para o nível 3 do *locus* 1 da Sala nº 1 é comparável à obtida para o povoado fortificado do Monte Novo dos Albardeiros: 3018-2460 contra 2886-2460 cal BC, a 2 σ. O que reforça a ideia de um movimento de calcolitização do Guadiana alentejano indiscutivelmente centrado na primeira metade do 3º milénio.

No âmbito regional, as datas obtidas para o Monte Novo dos Albardeiros, Fase 1, jogam claramente com o intervalo de tempo conseguido para os primeiros enterramentos em OP2b.

Não parece assim arriscado comentar que é aos metalurgistas construtores de povoados fortificados que se deve a mais impressionante transformação na morfologia e na técnica construtiva de monumentos funerários em Reguengos de Monsaraz, a construção de *tholoi*.

A primeira metade do 3º milénio é pois assinalada pela implantação de uma nova estratégia de povoamento, traduzindo a emergência de novas forças produtivas, portadoras, como sabemos, de uma ideologia específica comum. Estas inovações sucedem-se aos principais utilizadores dos grandes monumentos da 2ª metade do 4º milénio e da transição do 4º para o 3º, portadores de taças carenadas e pratos de bordo espessado (para completa integração da problemática das datações absolutas na questão referente aos monumentos megalíticos de Reguengos, ver Gonçalves, *no prelo, a*).

4. A estratégia do povoamento

Gorginos 6, Areias 15, TESP3, Marco dos Albardeiros, Gateira 3, Perdigões 2, Monte Novo dos Albardeiros, Castelo do Azinhalinho são os povoados escolhidos para exemplificar distintas estratégias de povoamento.

O que separa e o que aproxima, a nível da estratégia do povoamento, se essa é situação que se possa aceitar para todos eles, os povoados do 4º e 3º milénios de Reguengos de Monsaraz?

Tomemos alguns sítios como exemplo e, de acordo com as informações derivadas das recolhas de superfície ou das escavações neles efectuadas, distribuamo-los por 4 presumíveis «fases» ou agrupamentos temporais em sequência (às quais se acrescenta, por curiosidade, uma última coluna sobre os monumentos e sítios da Idade do Bronze):

milénios, em anos de calendário →	1ª ½ 4º m	2ª ½ 4º m e transição 3º	1ª ½ 3º m	2ª ½ 3º m	2º m
SÍTIOS ↓ FASES →	1	2	3	4	I. do Bronze
Areias 15	negativo	confirmado	provável	negativo	negativo
Areias 16	negativo	confirmado	provável	negativo	negativo
Castelo do Azinhalinho	negativo	provável	confirmado	provável	negativo
Cebolinhos 7	negativo	negativo	negativo	negativo	confirmado
Gateira 3	negativo	confirmado	provável	negativo	negativo
Gateira 4	negativo	negativo	negativo	negativo	confirmado
Gorginos 6	confirmado	negativo	negativo	negativo	negativo
Marco dos Albardeiros	negativo	confirmado	negativo	negativo	negativo
Monte Novo	negativo	provável	confirmado	negativo	negativo
Monte Novo dos Albardeiros	negativo	negativo	CONFIRMADO	CONFIRMADO	confirmado
Perdigões 1 e 2	negativo	confirmado	confirmado	provável	negativo
Pipas	confirmado	negativo	negativo	negativo	negativo
Reguengos de Monsaraz	negativo	negativo	negativo	negativo	confirmado
Torre do Esporão 2 (TESP2)	negativo	confirmado	provável	negativo	confirmado
Torre do Esporão 3 (TESP3)	negativo	provável	CONFIRMADO	negativo	negativo

NOTA: informação sobre Pipas em Silva e Soares, 1992. Sobre os restantes sítios, ver Gonçalves, 1988-89, Gonçalves, 1990-91, Gonçalves, 1992, Gonçalves 1992-1994 e Gonçalves, Calado e Rocha, 1992; Gonçalves e Sousa, *no prelo*.

Tanto a 1ª como a 2ª «fase» têm em comum uma implantação específica dos sítios em planície ou área aberta, com uma localização que quase sempre inviabiliza qualquer pretensão defensiva que se não baseie em paliçadas ou muralhas altas, ambas desconhecidas nesta região e para esta fase. Ainda assim, a própria microtopografia mostra que no caso dos Gorginos 6 ou de Areias 15 tais soluções seriam inviáveis, por inúteis, estando os sítios localizados em áreas totalmente expostas. Tal como acontece, de algum modo, com Gateira 3. O caso de TESP3 poderia ser diferente, uma vez que o ligeiro sobreelevamento do solo poderia permitir uma área de atalaia justamente no lugar em que viria a ser construída a torre medieval. Mas estamos no campo das puras probabilidades, a área escavada de TESP3 está principalmente num campo amplo e muito ligeiramente declivoso, não estando maioritariamente concentrada na área de maior altimetria (no entanto, a recolha de materiais pré-históricos junto ao alicerce da Torre poderia significar a existência de uma área de ocupação pré-histórica parcialmente «rapada» pelos medievais).

De todo este agrupamento de sítios das «fases» 1 e 2 apenas um deles foge visivelmente às características de total indiferença em relação à visibilidade e defensabilidade. Trata-se justamente do Marco dos Albardeiros. Referido por diversas vezes com base em materiais de superfície (Gonçalves, 1989; Gonçalves, 1992; Silva e Soares, 1992), pude recentemente efectuar uma brevíssima escavação que revelou características muito interessantes, particularmente a associação numa única pequena fossa escavada no granito de tipos cerâmicos diferenciados.

Mas confirma-se a presença do conjunto artefactual que aproxima o Marco dos Albardeiros de TESP3 e Areias 15. O que realmente separa este sítio dos seus presumidos contemporâneos é a implantação numa crista alongada, cuja altimetria permite uma extraordinária visibilidade. Mas, consideradas as dimensões extensas da área em que assenta, e as dimensões quase duplas da superfície da crista que revelou artefactos indiciadores de povoamento, o povoado não oferece garantias de defensabilidade, ao contrário do vizinho e mais recente Monte Novo dos Albardeiros, que foi instalado num lugar de altimetria absoluta inferior, mas de defensabilidade garantida, particularmente após a montagem do dispositivo defensivo.

Mas se esta localização não coincide com nenhuma outra, talvez ela não tenha um significado particular, representando uma opção eficaz, considerada a natureza dos solos. É que toda a área a Oeste e Norte inclui manchas de solos A e B, extremamente argilosos, e que reagem às primeiras chuvas tornando intransitáveis todos os caminhos.

Assim, ao escolherem o sítio do Marco dos Albardeiros, os seus futuros habitantes assegurariam a construção das estruturas habitacionais em terra sólida, mais propriamente: em rocha sólida, com boas possibilidades de drenagem das águas pluviais. Os factores *visibilidade* e *defensabilidade* poderiam ser aqui de escasso ou nenhum significado.

Mas quando escolhemos analisar os sítios da 3ª fase, precisamente os que localizamos na 1ª metade do 3º milénio, Monte Novo dos Albardeiros 1, Perdigões 2 e o Castelo do Azinhalinho, a situação é radicalmente diferente. Estamos perante povoados

que se localizaram de uma forma similar entre si, de acordo com uma lógica comum. Todos têm água perto, todos ocupam pontos destacados na paisagem, um deles reforça a ruptura com os planos de ocupação com espessas muralhas e, na área escavada, uma grande torre oca, espessada por diversas vezes com estruturas exteriores maciças. E não é impossível que um dispositivo defensivo tivesse completado a área de topo do Castelo do Azinhalinho.

Se os povoados das «fases» 1 e 2 se «dissolvem» na paisagem, sem estabelecer descontinuidades visíveis, a implantação de estes novos lugares de povoamento é agressiva e estabelece rupturas.

As próprias muralhas, para além da sua funcionalidade específica, representam um corte simbólico importante entre o mundo ininterrompido do *exterior* e o *interior*, protegido e definido pelas suas paredes. Coincidem com a arqueometalurgia, evidentemente. Mas não podemos, só por isso, aceitar sem crítica os suportes indigenistas. Havendo cobre em Reguengos, não o há na Península de Lisboa, por exemplo.

E se o metal é estranho em contextos tão importantes, justamente aqueles onde se implantam as maiores fortificações, não se vê como as técnicas metalúrgicas possam aí ter emergido, a não ser por contribuição exterior.

Reguengos está assim na rota da expansão das comunidades arqueometalúrgicas. Que adversários encontram elas, que determinam a escolha de cerros elevados e fortificações? Originam, assistem ou seguem-se ao colapso dos grupos que anteriormente controlavam aquele território?

A 4ª Fase está datada pelo radiocarbono na Estrutura 1 do Monte Novo dos Albardeiros, correspondente à segunda fase de ocupação específica do sítio. Muito pouco sabemos, por enquanto, de outros possíveis paralelos locais.

Quanto à Idade do Bronze, 2 povoados (TESP2 e Gateira 4) e 2 necrópoles (Reguengos e Cebolinhos 7) não chegam para analisar a complexa situação desta «Idade» em Reguengos, sabendo-se como incertas são ainda as actuais perspectivas para a sua interpretação nesta área...

Houve quem escrevesse que, se conseguirmos formular as questões, tal quer dizer que as respostas já existem. É possível que assim seja, mas, neste caso, elas não estão ainda certamente ao nosso alcance.

5. Casas dos mortos, símbolos dos vivos

Após um «Comentário prévio», são sumariamente abordados três pontos principais: a arquitectura funerária e a sua problemática, a orientação dos monumentos e a sua relação com a paisagem, as reutilizações.

Comentário prévio

Parece hoje claro que um monumento megalítico, independentemente das suas indesmentíveis funções básicas específicas (um contentor de mortos), traduz na sua construção, a criação de um espaço global significante.

Teoricamente, o seu entendimento integral apenas seria possível para os seus construtores e primeiros utilizadores. Mas, como Thomas recentemente sublinhou, este argumento não é suficiente para justificar uma leitura limitada e restritiva de estes monumentos: «We cannot put ourselfs back into the heads of past people, but we must put the people back into the spaces of the past.» (1993a: 74). Ao começar significativamente o seu ensaio com uma citação de Richard Long («Sculptures are stopping places along the journey. They are where the walk meets the place.»), Thomas parte exactamente para uma tentativa de construção do que chama uma «fenomenologia histórica». Nesse sentido se compreende que recorde Heidegger (*Being itself is time*) e feche o círculo citando Gregory (*The subject does not merely inhabit space, spatiality enters into being itself*).

A condição *estar em* terá assim que ver com o universo dos vivos, que inclui forçosamente o dos mortos.

Entre os conceitos que completam a proposta de Gregory conta-se o de *dominant locale*, um lugar a que os indivíduos repetidamente regressam e que por isso mesmo se torna gerador de princípios estruturais. Esses lugares abrem uma «descontinuidade no espaço», como Conkey, Hodder e Yates sublinharam. Podem, fisicamente falando, ser menires, muralhas ou monumentos megalíticos. Neste sentido, são efectivamente lugares «onde a marcha encontra o sítio», mas na realidade são muito mais que isso, fazem parte de uma real reconstrução do espaço, definindo uma indelével marca humana.

Assim, ainda que vivendo seis ou cinco mil anos depois dos construtores dos espaços de estes mortos, e reconhecendo a limitação efectiva que a perda quase total de um subsistema essencial na vida das sociedades representa, partimos para os cenários possíveis, tendo em conta, em relação aos monumentos megalíticos, factores específicos:

1. extrínsecos aos monumentos (o Tempo e o Espaço);
2. intrínsecos (a arquitectura, a orientação e o lugar específico de implantação);
3. intrínsecos e extrínsecos (a «história» do monumento, o processo de reutilizações e a própria variação dos ritos fúnebres).

Todos estes factores subentendem naturalmente que o monumento em si é apenas uma«casca», parte vital, mas não exclusiva de uma complexa série de referências para os vivos. De uma forma algo banal,

poderia dizer-se que só existe Morte porque existe Vida e que é nesta que devemos procurar significados.

Nesta perspectiva, os monumentos (ou as diversas fases da sua utilização) têm que ser compreendidos como realidades múltiplas, de significado possivelmente variável em função dos seus efectivos utilizadores. E com isto quero dizer tanto os utilizadores *mortos* como os utilizadores *vivos*, que reinterpretam o espaço e o monumento, individualmente e nas relações que entretanto se constroem entre um e outro.

Por tudo isto será vantajoso dizermos, como Tim Ingold, que «First, human life is a process that involves the passage of time. Second, this life processs is also the process of formation of the landscapes in which people have lived.» (1993: 152). Porque «the apprehension of the landscape in the dwelling perspective must begin from a recognition of its temporality. Only through such recognition, by temporalizing the landscape, can we move beyond the division that has afflicted most inquiries up to now, between the 'scientific' study of an atemporalized nature, and the 'humanistic' study of a dematerialized history.» (1993: 172).

A arquitectura funerária

A polémica sobre a estrutura dos monumentos megalíticos tem-se resumido muitas vezes, em Portugal, ao significado da existência ou ausência do Corredor, o componente arquitectónico que constitui o espaço construído que garante (ou, noutra perspectiva, condiciona) o acesso à Câmara.

Lentamente, consolidou-se uma ideia «indígena» (deve-se, em parte, a Manuel Heleno), a de que a pequenos monumentos desprovidos de corredor se teriam sucedido outros, de corredor curto, «incipiente», como por vezes se escreveu. Os monumentos de corredor extenso representariam a última fase de este processo evolutivo e, para alguns, seriam mesmo já quase calcolíticos.

Em 1951, Georg e Vera Leisner, que, pelas suas origens, compreensivelmente, partilhavam uma outra perspectiva, encontram em Reguengos argumentos que os levam a mudar de posição. Eliminam outra questão, até aí subjacente em diversas análises do megalitismo, particularmente as de carácter filogermânico, a da pretensa anterioridade dos *tholoi* em relação às antas simples ou de corredor, que deles teriam sido imitação indígena.

Em 1969, o mesmo foi demonstrado em relação às grutas artificiais, pelo menos na Praia das Maçãs anteriores aos *tholoi* (Leisner, Zbyszewski e Ferreira, 1969).

Mas, como uma vez Claude Lévi-Strauss recordava a propósito dos machados de pedra polida, os artefactos (ou, neste caso, os edifícios) não se reproduzem biologicamente, logo falar de evolução pode parecer inadequado. Nem as alterações da cultura humana podem comparar-se, *sensu stricto*, com a evolução biológica: vivemos connosco, mas sobretudo com uma desmesurada herança, presente mesmo quando a contestamos ou procuramos deliberadamente ignorar.

Assim, o facto de existirem em Reguengos pequenos monumentos, que presumimos os mais antigos até ao momento identificados, de corredores muito curtos, e de atribuirmos a uma fase mais evoluída das práticas funerárias das sociedades camponesas os monumentos de grandes dimensões, providos de corredores longos ou muito longos, não exclui a possibilidade de ainda se verificar nesta última fase a construção de monumentos do tipo anterior.

Se a construção de *tholoi*, e conhecemos pelo menos três casos que em Reguengos o confirmam, é posterior à das grandes antas de corredor, tal não implica que, em outras áreas, a construção de antas (e, por vezes, até bem pequenas) não continue. E conhecem-se casos datados pelo radiocarbono para o Alto Alentejo que o confirmam.

Em Reguengos, a principal divisão dos monumentos funerários (se colocarmos de parte as cistas ditas «megalíticas» e sobre as quais tão pouco sabemos) faz-se efectivamente de acordo com as dimensões da Câmara e do Corredor, para as antas, e de acordo com a construção da Câmara para os *tholoi*.

Não creio úteis os critérios estabelecidos pelos Leisner sobre as diferentes morfologias de Câmara que detectaram. São uma divisão com utilidade descritiva e classificatória evidente, mas não se tira das suas divergências o que foi possível em Bougon, onde Câmaras quadradas evoluem claramente para Câmaras circulares e correspondem a momentos construtivos bem diferenciados.

Em Reguengos, nada nos permite afirmar que existe um nexo de sequência entre Câmaras trapezoidais e Câmaras circulares e que estas são anteriores (ou posteriores) às sub-circulares.

Claramente circulares (ainda que às vezes, devido à microtopografia do lugar de implantação, tendendo para a oval) são as Câmaras dos *tholoi*. Mas um factor, desprezível nas antas, onde a relação chapéu/esteios da Câmara é muito mais livre, tem aqui de ser tomado em conta, o da própria geometria da falsa cúpula, que naturalmente exige um suporte circular.

Assim, a perspectiva em que nos colocamos à partida é claramente polimorfista, no sentido mais estrito de esta expressão: independentemente da variedade morfológica *poder ter* um significado em termos de sequência, admite-se a coexistência, tanto de construção como funcional, de tipos de monumentos com diversas geometrias de Câmara e com

volumetrias que podem eventualmente significar mais adequadamente as dimensões do grupo que os constrói (e utiliza) que traduzir uma prescrição mágico religiosa específica.

A orientação dos monumentos e a sua relação com a paisagem

A questão da orientação dos monumentos megalíticos do Ocidente Peninsular, em geral, e de Reguengos em particular, resume-se naturalmente a uma questão básica, a partir da qual derivam as restantes: é ou não intencional a maneira como os construtores definem o eixo câmara/corredor.

A resposta negativa elimina necessariamente a continuação do debate, mas a positiva abre toda uma série de questões do tipo

1. em função da Lua;
2. em função do Sol, nascente ou poente;
3. em função dos equinócios;
4. em função de estrelas outras que o Sol.

Estas questões têm que ver, naturalmente, com o complexo mágico-religioso que determinou a construção dos monumentos megalíticos, mas têm também que ver com pausas nas actividades de subsistência primária do grupo, nomeadamente as sementeiras, as colheitas e o próprio ritmo biológico das comunidades camponesas.

Alguns de estes factores têm pouco significado quando se trata de construir um pequeno monumento, como os de Poço da Gateira, ou algumas das pequenas antas dos Gorginos, Vidigueiras ou Cebolinhos. Mas terão outro significado quando nos referimos aos grandes monumentos como Paço 1, ou as duas antas do Olival da Pega.

Tive oportunidade de analisar, tão exaustivamente quanto possível, a orientação registada para os monumentos de Reguengos (Gonçalves, 1992: 37--51. Para os monumentos de Évora, *ibid*., 150-159), verificando-se que 50 deles, isto é 80% daqueles de que se conhece a orientação, se encontram orientados num segmento entre 100 e 125 graus. Esta distribuição é ainda mais significativa quando num extremo entre 95 e 80 graus encontramos apenas 5 monumentos (7%) e no outro (128 a 160) encontramos 14, com um pico de 10 monumentos orientados a 135 graus, a Sudeste portanto.

Emiti reservas em relação à «ciência astronómica» dos construtores de megálitos alentejanos, considerando que esta orientação poderia ter sobretudo a ver com o «lugar de onde vem a luz», ao qual os mortos, e os vivos que os transportavam, virariam costas aquando da deposição dos despojos fúnebres no escuro interior do monumento megalítico. No entanto, se existiu uma prescrição mágico-religiosa especificamente relacionada com a orientação dos monumentos megalíticos, a irregularidade da orientação de grutas artificiais e *tholoi* mostra que tal prescrição lhes seria anterior e muito possivelmente estranha.

O factor tempo é aqui indispensável para compreendermos que ao longo da faixa da diacronia em que se construíram monumentos megalíticos em Reguengos, certamente algo mais de um milénio, o complexo mágico-religioso pode ter sofrido, em Reguengos, alterações substanciais.

Deve no entanto sublinhar-se que os monumentos nunca se orientam a Norte, nem a Oeste nem a Sul. Se analisarmos um gráfico de distribuição, veremos que, com excepção de Poço da Gateira 1, todos eles se concentram entre Este e Sudeste. Esta distribuição não pode ser ocasional e a simples observação da orientação das antas registadas por Leisner para a região de Évora mostra que, nos mesmos parâmetros, 100 a 125 graus, se encontram 67 das 87 antas então identificadas. As «fugas» a esta orientação, dominante nos dois grupos, têm números diferentes, mas esses números poderão ter a ver com distintos momentos da diacronia ou com factores específicos como a localização do monumento em função da paisagem e do lugar de implantação. Neste último caso, não deixa de ser interessante o facto de duas antas contíguas, ambas de grande antiguidade e muito provavelmente sem grande afastamento no momento de construção, Poço da Gateira 1 e 2, terem exactamente 30 graus de diferença na orientação, 80 graus em Poço da Gateira 1 e 110 em Poço da Gateira 2.

Não parece obrigatório, uma vez que se trata efectivamente de duas questões distintas, associar a orientação dos monumentos ao seu lugar específico na paisagem. Mas alguma funcionalidade existe em tal opção, quando, muitas vezes, a morfologia do terreno condiciona a orientação dos monumentos. Como já disse, orientar um monumento em planície não oferece qualquer dificuldade, mas, em áreas mais acidentadas, problemas podem surgir, quando entre o sítio do horizonte onde, como dizia Homero, nasce a rododáctila Aurora, e o lugar do monumento existe relevo suficiente para dificultar a visibilidade. É, por exemplo, o caso dos monumentos do Olival da Pega.

De qualquer forma, e podendo invocar um conhecimento razoável da maior parte dos monumentos megalíticos do Sul de Portugal, devo sublinhar que se verificam situações muito diversificadas a nível dessa deliberada escrita na paisagem.

Em relação a Reguengos, raros monumentos se instalam de uma forma marcada e dominante sobre a paisagem. Alguns deveriam mesmo estar localizados de forma imperceptível a estranhos, caso das pequenas antas dos Cebolinhos, das antas das Vidigueiras e da maior parte dos Gorginos. Mesmo grandes monumentos, como as duas antas do Olival

da Pega, poderiam estar envolvidas por vegetação arbustiva suficientemente densa para impedir identificações imediatas.

Claro que a memória vivida e transmitida tornaria qualquer uma das grandes necrópoles conhecida de todos os membros do grupo: são necrópoles *colectivas*, não o esqueçamos, não lugares de luxo para príncipes e reis. Nelas se colocavam se não *todos*, pelo menos *muitos* dos membros do grupo que morriam. O conhecimento e a posse colectiva de um monumento dispensa a vigilância constante que os monumentos de um só implicam.

Conhecem-se, é certo, no Sul de Portugal, monumentos que foram deliberadamente implantados em lugares de elevada visibilidade. Escavei alguns: a anta das Pedras Altas, a anta da Masmorra, a Anta do Curral da Castelhana, todos no limite norte do concelho de Tavira, destacam-se de forma inequívoca na paisagem. Mais: constituem-se em marcos de referência obrigatória, sendo, destes três casos, o mais impressionante constituído pelas Pedras Altas. Este monumento implicou o transporte de grandes blocos de grauvaque por encostas abruptas e de difícil acesso. Foi presumivelmente ocupado por um número restrito de indivíduos e talvez possa atribuir-se a um dos primeiros momentos de colonização da Serra algarvia, no Neolítico avançado. Outro monumento, perto do Monte das Velhas, em Alcoutim, foi destruído pelos Serviços Geográficos e Cadastrais, que, significativamente, acharam o local ideal para a implantação de um marco geodésico.

Há, portanto, e tal parece indiscutível, monumentos megalíticos que, por vezes com custos de construção consideravelmente acrescidos, foram erguidos em lugares que dominavam extensos panoramas. Mas em Reguengos essa não parece ser preocupação fundamental.

Talvez a explicação se ache, neste caso, na própria configuração do terreno onde se instalaram os pastores, agricultores e metalurgistas que construiram monumentos megalíticos para neles enterrarem os seus mortos.

A estabilidade do povoamento pode ser depreendida através do carácter grupado de alguns monumentos (Cebolinhos, Areias, Gorginos, Olival da Pega...). Em Reguengos, lugares de vivos e lugares de mortos coexistiriam numa rede interpenetrável e simbolicamente efectiva. Não seria necessário destacar as antas numa paisagem integralmente ocupada e onde elas seriam, tal como eventualmente os menires, os sítios «onde a marcha encontra o sítio».

As reutilizações do espaço funerário

Monumentos existem onde a ocupação se resume a dois momentos principais, sendo o último deles completamente alheio ao primeiro e dele não derivando. Recordo sítios como a Pedra Branca, S. Pedro do Estoril 2 ou Pai Mogo, mas também Vidigueiras 1, Poço da Gateira 2 e Gorginos 1 e 3.

Como explicar esta situação?

Não parece errado defender que os monumentos se encontrariam certamente abandonados no início da sua segunda ocupação, mas *ainda perfeitamente reconhecíveis na paisagem*. Assim, foram reutilizados, sem que tal forçosamente representasse qualquer continuidade do seu sentido simbólico inicial, ou, mais propriamente, a sobrevivência do subsistema mágico-religioso que determinou a sua construção de acordo com regras específicas.

Estes monumentos ganham assim novos significados e, sendo fisicamente os mesmos, assumem-se como *outros*.

Se a utilização continuada dos mesmos monumentos se faz naturalmente sem rupturas de significado, ou com perdas mínimas no seu sentido de origem, estas são novas situações, evidenciando o carácter complexo e mutante dos símbolos.

6. Permanência e evolução da simbólica e das manifestações do sagrado: o exemplo do complexo funerário do Olival da Pega (OP1 e OP2)[2]

A necrópole do Olival da Pega. O complexo funerário de OP2. Os ritos que permanecem (o ocre vermelho). As figurações da Deusa Mãe e o Jovem Deus. A evolução e persistência dos componentes da simbólica da Deusa dos Olhos de Sol. A reutilização dos espaços sagrados e das placas de xisto enquanto suporte das figurações da divindade.

Neste texto, usam-se algumas abreviaturas, derivadas dos códigos de campo dos monumentos. São elas.

OP1: Anta Grande ou Anta 1 do Olival da Pega

OP2: o conjunto funerário da Anta 2 do Olival da Pega. OP2a: a Anta (Câmara e Corredor). OP2b: o tholos. *OP2c: enterramento individual no exterior dos esteios-estelas. OP2d: monumento com a forma de galeria, não escavado. OP2e: pequeno* tholos

[2] Este ponto 6 foi dedicado ao Catálogo de uma exposição sobre megalitismo preparada pelo IPPAR para a delegação regional de Évora. Ao integrar-se neste texto geral de síntese, sofreu ligeiras alterações.

Para OP2b (níveis): D (=1) – Terras de arrasto, algumas possivelmente provenientes das intervenções pré-históricas na anta, inclui os últimos derrubes da cúpula. P1 (=2) – Nível ainda com lajes da cúpula. Enterramentos apenas identificáveis pelos artefactos votivos. Ossos quase irreconhecíveis e transformados em pó. P2 (=3) – Enterramentos com alguns ossos em muito mau estado. O nível P2 começa a formar-se sobre um lajeado de fecho que isola as primeiras fases de utilização do monumento, lajeado que é de atribuir aos portadores dos primeiros enterramentos contidos em P2. VF1 (=4) – O último nível de utilização da primeira fase de uso do tholos. *VF2 (=5) – O primeiro grande nível de utilização colectiva do* tholos. *VF3 (=6) – Enterramento do «primeiro fundador». Primeira utilização do monumento, como estrutura funerária individual. S (=7) – Solo consolidado, aplanado, sem qualquer vestígio arqueológico.*

Fase 1 (de utilização do monumento): níveis (em sequência cronológica) VF3, VF2 e VF1.

Fase 2 (de utilização do monumento): níveis P2 e P1

Fase 3 (destruição, abandono, fenómenos pós--deposicionais): nível D

A necrópole

Num dos extremos a Nordeste da planície de Reguengos, junto à Ribeira da Pega, e muito provavelmente durante o 4º milénio, foram construídas duas antas de corredor, de grandes dimensões. Escavada a primeira delas pelos Leisner, e em escavação a segunda sob minha responsabilidade, a similitude artefactual, e mesmo arquitectónica, dos conjuntos identificados permite defender a probabilidade de terem sido edificadas em época muito próxima, sendo mesmo aceitável que, durante um determinado período de tempo, tenham funcionado em simultâneo.

De qualquer forma, seja qual for a resposta que venha a ser obtida para estas questões em aberto, o certo é que a proximidade entre os monumentos, escassas centenas de metros, reforçada pelas similitudes referidas, permite que os consideremos funcionalmente como um mesmo conjunto, uma necrópole construída por um único grupo, ou por vários, que teriam assim consagrado um espaço funerário comum. Recorde-se que, a acreditarmos que as placas de xisto com gravação geométrica já existiam localmente ao momento da construção de OP1 e o seu uso se manteve ao longo de toda a sua utilização, pelo menos 134 inumações teriam aí tido lugar. Se lhe acrescentarmos o «ídolo chato» (1 exemplar) e os báculos (7), presumindo que a cada um corresponderia outra inumação, teríamos um mínimo de 142 indivíduos, o que é, presumivelmente, o número mais elevado conhecido em monumentos de Reguengos. Mas não sendo impossível que os báculos fossem cumulativos com as placas de xisto, teríamos mesmo assim um mínimo de 135 enterramentos, o que continua a ser bastante.

Não temos ainda informações sobre a primeira fase de inumações em OP2, mas as grandes dimensões da sua Câmara permitem levantar interessantes questões e hipóteses preditivas.

São assim dois monumentos, constituindo uma necrópole, correspondendo a áreas de habitação ainda não completamente identificadas.

OP1

É um grande monumento, que ao tempo os Leisner consideraram como «um dos maiores do País» (Leisner, 1951: 236). Construído segundo uma fórmula «clássica» no megalitismo alentejano (7 esteios, seis dos quais organizados a partir de um central, a *cabeceira*), possuía uma Câmara de grandes dimensões, 4 X 5.6 m, com um esteio a atingir os 4.4 m de altura e restos de um chapéu com 1 m de espessura. O comprimento reconhecido para o Corredor atingia 8.6 m.

Se arquitectonicamente o monumento apenas se distingue pelas suas dimensões, as maiores na região, o espólio votivo apresenta algumas características da maior importância. Esqueceremos agora as simplesmente morfológicas, para sublinharmos as que envolvem significado a nível dos contactos interregionais e das quais sublinharei:

1. presença de placas de xisto com motivos e combinatórias exactamente similares aos de outros grupos megalíticos;
2. presença do «ídolo chato» ou«almeriense»;
3. presença de cerâmica com os símbolos da Deusa dos Olhos de Sol;
4. presença das pequeninas estatuetas de lagomorfos (os «coelhos votivos» de osso, xisto ou pedra verde);
5. presença dos alfinetes de cabelo de cabeça postiça canelada;
6. presença de discos cranianos de trepanação;
7. falange animal afeiçoada.

A maior parte de estes elementos refere-se ao que provavelmente pode ser considerado o segundo de dois momentos específicos, muito próximos no tempo, da evolução das comunidades do Neolítico final, já em transformação interna pelos efeitos da Revolução dos Produtos Secundários.

Outros artefactos provenientes de OP1 têm, porém, que ver com situações regionais específicas:

– a cerâmica decorada com incisões verticais de OP1 é idêntica à de Passo 1 e...TESP3.

– a cerâmica com carenas baixas é associável à de TESP3, mas recorda sobretudo os *tholoi* de Huelva (Márquez e Leisner, 1952);

– os pequenos copos cerâmicos de fundo espesso têm correlações conhecidas com Huelva e com a Península de Lisboa, onde não são desconhecidos em grutas artificiais e *tholoi*.

OP2

A anta 2 do Olival da Pega começou a ser escavada em 1990. Trabalhos que vieram confirmar os argumentos invocados para uma intervenção imediata.

Os Leisner tinham considerado OP2 como «restos de um grande dolmen», um «dos mais belos monumentos do concelho» (1951: 252), provido de uma Câmara de 3.4 X 4 m, ainda coberta por «enorme chapéu» (*ibid.*), de 4 X 5 m.

Sobre o Corredor escreveram: «não é visível, talvez ainda existam restos por baixo do *tumulus*...».

Hoje, após cerca de 180 dias de trabalho no monumento, num total de 240 previstos, é possível avançar já algumas conclusões

1. OP2 não é apenas uma anta, mas um verdadeiro complexo funerário, que inclui um dolmen de corredor muito longo, actualmente 16 m, (OP2a) e 4 áreas funerárias posteriores, anexas, partindo ou do Corredor primitivo, transformado, ou a ele anexas, 1 individual, 2 colectivas e outra cuja natureza não está ainda determinada;

2. muito provavelmente a 2ª área a ser construída, conectada ao lado esquerdo do Corredor, foi OP2b, um *tholos* com Câmara de tipo alentejano-andaluz, com duas grandes fases de utilização e sete camadas de deposições;

3. a construção de OP2b implicou alterações na área mesial do Corredor primitivo e a sua «condenação» a montante por uma estrutura de lajes alongadas e blocos de xisto grauváquico;

4. a última deposição funerária neste complexo usou o exterior de uma das 2 grandes estelas ortostáticas, que estariam originalmente colocadas na vertical à entrada do Corredor e se apresentavam cobertas de «covinhas». Foram posteriormente colocadas como ortóstatos, prolongando para 16 m o comprimento do Corredor. A nova área funerária consistiu na colocação de um indivíduo, acompanhado por espólio que incluía uma ponta de projéctil, de metal. O conjunto foi coberto por um amontoado maciço de pedras recuperadas do *tumulus* e servido por um acesso pavimentado com lajes de xisto.

OP2b

O *tholos* OP2b revelou-se uma fonte fundamental para o conhecimento das práticas funerárias da primeira metade do 3º milénio na região de Reguengos e a proveniência extraregional, ou, no mínimo, da sua inspiração, levanta interessantíssimas questões.

Recordo algumas:

1. a nível artefactual

O elevado número de ofertas votivas, ou de elementos de adorno pessoal, ficando claro o carácter provisório da contagem, uma vez que a lavagem das muitas dezenas de sacos de ossos recolhidos continua a revelar alguns elementos de interesse, nomeadamente alfinetes de cabelo e pequenas contas de colar. Os números são os seguintes:

dormentes: 2 (1 duplo)
lâminas: 123
lamelas de quartzo hialino: 2
pontas de seta: 29
pontas de dardo: 1
«alabardas»: 2
lasca de sílex: 1
seixos de talhe languedocense: 2
artefactos de pedra polida: 2
«alfinetes de cabelo»: 63 (a que se deverá adicionar nº por determinar, em recolha de ossos recolhidos em bloco e em actual lavagem)
cabeça canelada de alfinete: 1
contas de colar: 12 + 1 colar com 584 contas
cerâmica: 158 registos, mais de 60 vasos completos
punhal de cobre: 1
pequena estatueta de raposa: 1, de osso, intacta
falanges afeiçoadas (1 com vestígios de pintura): 3
placas de xisto: 39, muitas completas
possíveis cabos de báculo: 2

2. a distribuição de estes registos pelas camadas é a seguinte, sendo conveniente recordar, para o caso da cerâmica, que um vaso pode ter um único registo ou vários, neste último caso se resultar da colagem de vários fragmentos com registo individual.

3. algumas associações espaciais artefactos/restos humanos são evidentes, denunciando enterramentos e as respectivas ofertas votivas. Assim:

da 1ª grande fase de utilização do monumento

– Enterramento VF3/G10a (chamado «do fundador»)

1. traços bem definidos de ossos compacizados;
2. placa de xisto G10-164 (que, tal como a lâmina G10-163, se encontrava sobre o peito do indivíduo);
3. lâmina G10-163;
4. ponta de seta G10-176.

– Enterramento VF2/G9-G10a

1. calote craniana e ossos G9-35;
2. fauna G9-35;
3. colar com 584 contas (84 de xisto) G9-37;

CAMADAS → REGISTOS	VF3 □	VF2 □	VF1 □	total--Fase 1	P2	P1	total--Fase 2	D	total--Fase 3	totais
calotes cranianas (fragm^{tos})	0	17	101	118	1	0	1	0	0	119
lasca de sílex	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
seixos talhe languedocense	0	0	0	0	0	2	2	0	0	2
lâminas	4	31	72	107	11	4	15	2	2	123
lamelas de quartzo hialino	0	2	0	2	0	0	0	0	0	2
pontas de seta	6	5	15	26	1	0	1	1	1	>28
ponta de dardo	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1
«alabardas»	0	0	2	2	0	0	0	0	0	2
artefactos de pedra polida	0	0	1	1	0	1	1	0	0	2
dormentes	0	0	0	0	0	0	0	2	2	2
alfinetes de cabelo	0	11	52	63	0	0	0	0	0	>63
idem, de cabeça canelada	0□	0□	1□	1□	0□	0□	0□	0□	0□	1
artefactos ni de osso polido	0	n	n	n	0	0	0	0	0	n
contas de colar	1	584	0	585	1	0	1	0	0	>586
figurinha zoomórfica (raposinha)	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1
dormentes	0	0	0	0	0	0	0	2	2	2
cerâmica	0	5	10	15	61	75	136	7	7	158
ídolo-falange	0	0	3	3	0	0	0	0	0	>3
placas de xisto	1	1	1	3	10	22	32	4	4	39
possíveis cabos de báculo	0	0	2	2	0	0	0	0	0	2
punhal de cobre	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1

Notas:
ni = não identificados
n = nº em determinação (lavagens de ossos recolhidos em bloco têm vindo a aumentar os baixos números iniciais).
figurinha zoomórfica = figurinha de osso representando muito provavelmente uma raposa
possíveis cabos de báculo = peças de xisto com o aspecto de cabos de báculo, mas não decoradas.

4. estatueta de raposinha G10-121[3];
5. lâminas G9-38 e G9-39;
6. alfinete (?) G9-36;

da 2ª grande fase de utilização do monumento
– Enterramento P2/G11a
1. mancha indeterminável com rigor de ossos destruídos;
2. punhal de cobre G11-43;
3. conta de pedra verde G11-45;
4. placa de xisto «atarracada» G10-47;
5. ponta de seta G10-46;
6. vaso G11-40.

4. a nível de práticas pré-funerárias
– placas circulares resultantes de trepanações cranianas.

5. a nível dos ritos fúnebres
– presença eventual de ocre vermelho;
– fogos rituais e de higienização;
– estrutura de condenação total, em superfície, do monumento, ao iniciar-se a segunda grande série de deposições funerárias;
– utilização de «almofadas» de pedra para apoio dos crânios;
– reutilização de placas de xisto provenientes de outros enterramentos (da Câmara?);
– prática sistemática de primeiras inumações, detectáveis por ossos ainda em conexão anatómica (vértebras) e pela disposição dos artefactos de adorno pessoal (alfinetes de cabelo).

A todos estes factos haveria que acrescentar muitos outros que, por estarem ainda em estudo, não se considera conveniente avançar desde já.

Algumas considerações finais

Talvez não seja o menos interessante, para além de artefactos e estruturas, a permanência e o progressivo desaparecimento de ritos e comportamentos perante a morte, as mudanças específicas registadas ao longo da diacronia, a morte dos símbolos.

Dois comportamentos rituais persistem em Reguengos, o primeiro dos quais desde os enterra-

[3] Esta pequena figurinha, recolhida intacta, representa um animal, ou um cão de cauda comprida ou uma raposa, sendo esta última a minha interpretação pessoal. Como o enterramento era acompanhado por um crânio de animal, talvez a sua classificação permita a escolha de uma interpretação eventualmente coincidente com o animal sepultado.

mentos de Poço da Gateira 1, que aceitamos situarem-se na primeira metade do 4º milénio, até OP2. Trata-se do simbolismo do ocre vermelho. E dos fogos rituais ou de higienização.

O simbolismo do ocre está, com efeito, presente em diversos monumentos de Reguengos, mas é legítimo interrogarmo-nos sobre mudanças intrínsecas: o hábito registado em Poço da Gateira 1 de usar grandes quantidades de corante (a tal ponto grande que os artefactos votivos foram literalmente ensopados pela mistura e ainda hoje se apresentam cobertos por um quase engobe vermelho), parece desaparecer em monumentos posteriores, sendo muito menor a quantidade do ocre registada em OP2, por exemplo.

Os fogos rituais podem ou não estar relacionados com uma prática registada na Andaluzia e, posteriormente, na Anta da Bola da Cera, em Marvão[4], onde se encontraram restos humanos, tal como na Andaluzia, objecto de cremação parcial destinada a carbonizar a área das vísceras. Fogo ritual ou fogo de higienização, a escolha não é aqui possível. Mas em diversos monumentos de Reguengos, de distintas épocas, verificaram-se fogos específicos de higienização, que atingiram toda a área então descoberta do interior dos monumentos. O caso mais evidente é sem dúvida o de OP2b, onde, antes da colocação da estrutura de «condenação» da Câmara, foi aceso um fogo geral que conduziu o interior do monumento a elevadíssimas temperaturas, fazendo inclusivamente «arder» o sílex e o *chert*.

Outra prática que evolui de forma interessante é a da deposição de placas de xisto sobre os despojos reinumados do morto, ou mesmo sobre o cadáver. Nas 2 antas do Poço da Gateira, em quatro das cinco dos Gorginos e nas 2 das Vidigueiras, por exemplo, não se registaram quaisquer placas, enquanto nos grandes monumentos elas estão presentes em quantidade variável, por vezes muito elevada, recordemos as 134 de OP1 e as 39 de OP2b.

Confirmando uma minha proposta anterior (Gonçalves, 1989b) o uso das placas é verificado em Reguengos nos monumentos da 2ª metade do 4º milénio e nos da 1ª metade do 3º, sendo nestes, por vezes, usados reaproveitamentos de placas anteriores, talvez provenientes de monumentos saqueados.

Significativamente, a pequena placa com olhos solares do Corredor de OP2 apresenta já uma gravação tão caótica que bem pode ser colocada na fase final deste uso mágico-religioso. Não está aliás sem companhia: placas de outros *tholoi* evidenciam a mesma situação e não esqueçamos que o tramo inicial do corredor de OP2 é exactamente a área de acesso e passagem usada pelos construtores de OP2b para acederem ao seu próprio monumento.

A própria chegada da Deusa com Olhos de Sol recoloca várias questões, tal como o «ídolo chato» o fizera, na minha interpretação, colocando a Deusa Mãe dos conjuntos neolíticos perante um Jovem Deus emergente, o mesmo que as mitologias mediterrânicas por diversas vezes consagram.

Finalmente, referir-me-ia à própria maneira como o morto é colocado nos monumentos.

Uma primeira verificação diria que, presumivelmente na primeira metade do 4º milénio (Poço da Gateira 1), se praticam inumações directas, na segunda metade do 3º milénio, segundas inumações, e que em todo o 3º milénio são de novo constatáveis primeiras deposições.

Há aqui, provavelmente, 2 momentos de ruptura. As inumações directas poderiam ser uma prática local, eventualmente generalizada na 1ª metade do 4º milénio, que se interrompe com a construção dos grandes monumentos, justamente os que registam claramente contactos interregionais diversificados e assinalam um considerável crescimento demográfico, enquanto o colapso destas «sociedades simples» (Gonçalves, 1994b) poderia ter originado a desaparição de este costume funerário, substituído pelas primeiras inumações, típicas dos grupos de arqueometalurgistas, construtores de grutas artificiais e de *tholoi*.

7. Síntese provisória

Um breve ponto da situação, prospectivo*, isto é: particularmente perspectivado em função das grandes linhas de pesquisa em desenvolvimento.*

Poderíamos começar o traçado genérico de uma imagem prévia, com um comentário que recentemente subscrevi:

Anichados num eco-sistema privilegiado, com boas terras, água, combustível, matéria-prima abundante para a construção dos seus monumentos funerários, os grupos que se sucederam em Reguengos de Monsaraz no 4º e no 3º milénio tinham o suporte local necessário a um desenvolvimento interno específico. Mas a estratégia de implantação dos povoados do 3º milénio, e sobretudo as fortificações do Monte Novo dos Albardeiros, mostram novas preocupações com a defesa. E a localização nas bordas do espaço de melhor aproveitamento dos recursos poderia indicar a chegada de grupos hostis, portadores da metalurgia e de um novo sistema social.

Da emergência e evolução das sociedades camponesas em Reguengos de Monsaraz temos, é certo, uma imagem extremamente nebulosa, no que se refere ao momento das origens. A imagem apenas

[4] Informação oral de Jorge Oliveira, que se agradece.

começa a estabilizar quando nos aproximamos do que, em anos de calendário, cabe num milénio decisivo, o que abrange a 2ª metade do 4º e a primeira metade do 3º milénio.

A nível da estratégia do povoamento, assistimos a uma primeira fase, que ocupa quase todo o 4º milénio, em que os sítios de povoamento se localizam sobre as terras de boa capacidade agrícola, sem qualquer preocupação defensiva aparente. O colapso de estas sociedades, caracterizadas pela relativamente pequena área que os povoados ocupam, o que traduz a reduzida dimensão dos grupos, parece coincidir com a chegada das sociedades agro-metalúrgicas, cuja estratégia de povoamento corresponde a lugares centrais fortificados ou bem destacados na paisagem, apoiados por redes de povoamento que envolvem grupos mais pequenos, dispersos pelos territórios controlados.

Sobre estes último grupos, sabemos que não estão já activos em meados do 3º milénio, sem que se vislumbrem as causas do seu colapso.

A nível da simbólica, o papel e a importância do pastoreio e da agricultura, traduzido pela desflorestação, encontra-se representado nos ritos fúnebres de Poço da Gateira 1, onde o machado, a enxó e a goiva, instrumentos relacionados com o abate de árvores, o seu descasque e transformação em tábuas e artefactos, são componentes intermutáveis empunhados pelos mortos na sua última viagem.

À parte os corniformes de TESP3, pouco sabemos sobre a simbólica da segunda metade do 4º milénio. Talvez alguns menires, cuja construção pode remontar a períodos anteriores, expressem controlos de territórios, *axis mundi* e ritos de fertilidade. Como Xarez ou Perdigões seriam santuários (sobre cujo funcionamento nada sabemos). Afinal, o Sol do menir da Belhoa pode nada ter que ver com a simbólica da Deusa, tal como acontece com tantos outros sóis, em outros contextos europeus.

A nível de uma aspecto específico da simbólica, a leitura da paisagem, e como escreveu Ingold (1993: 152), «...a paisagem conta – ou melhor: é – uma história. Envolve vidas e tempos de predecessores que, através de gerações, nela se movimentaram, contribuindo para a sua formação.». A paisagem de Reguengos só pode ser entendida globalmente, considerada a coerência geomofológica que a área apresenta. Fortemente delimitada a Norte pela Serra das Pedras, a Este por Monsaraz, a Sul pelo relevo que se estende até ao Degebe, a planície de Reguengos foi realmente um amplo contentor de gentes. Mas um contentor aberto, a Sudeste, aos caminhos que levam à Andaluzia e a Oeste aos que, pelas actuais áreas de Évora e Montemor, conduzem às Penínsulas de Lisboa e Setúbal.

Uma longa história de gentes, boas terras, símbolos e caminhos, afinal.

Lisboa, Verão de 1994
(Correcções finais no Verão de 1995)

Bibliografia geral. Textos de referência ou sobre os quais se baseiam observações, se fundamentam comentários ou se estabelecem comparações

Abreviaturas

Arch. Port.: O Archeologo Português, 1ª Série
BSPF: Bulletin de la Société Préhistorique Française
CNAP: Congresso Nacional de Arqueologia – Portugal
CPH: Cuadernos de Prehistoria e Arqueologia
CPUG: Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada
CUP: Cambridge University Press
CWA: Cambridge World Archaeology (CUP)
EAE: Excavaciones Arqueologicas en España
GEAP: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto
HA: Huelva Arqueologica
IAC: Instituto para a Alta Cultura
IAFLP: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto.
INIC: Instituto Nacional de Investigação Científica
MAEDS: Museu de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto

MM: Madrider Mitteilungen
NDA: New Directions in Archaeology (CUP)
NSA: New Studies in Archaeology (CUP)
Rev. de Guim.: Revista de Guimarães
SA: Setúbal Arqueológica
SGP: Serviços Geológicos de Portugal
SPAE: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia
TAE: Trabalhos de Antropologia e Etnologia
UNIARQ: Unidade de Arqueologia (*Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa*)

Bibliografia

Barret, John; Bradley, Richard, e Green, Martin (1991) – Landscape, Monuments and Society. The prehistory of Cranborne Chase. Cambridge: CUP.

Blasco Rodríguez, Blasco, e Ortíz Alesón, Manuel (1991) – Avance al estudio del sepulcro de corredor de «Huerta Montero» (Almendralejo, Badajoz). STVDIA ZAMORENSIA. Salamanca: Ediciones Universitarias de Salamanca. Colegio Universitario de Zamora. XII. p. 101-110.

Cameron, Catherine M. (1993) – Abandonment and archaeological interpretation. In Cameron e Tomka, 1993: 3-7.

Cameron, Catherine M., e Tomka, Steve A. (1993) – Abandonment of settlements and regions. Ethnoarchaeological approaches. Cambridge: CUP.

Carrilero, Manuel; Martínez Gabriel e Martínez, Julian (1982) – El yacimiento de Morales (Castro del Rio, Cordoba). La cultura de los Silos en Andalucía Occidental. CPUG. Granada: Universidad 7, p. 171-207.

Cerdán Márquez, Carlos, Leisner, Georg e Vera (1952) – Los sepulcros megalíticos de Huelva, Madrid.

Chapman, Robert; Kinnes, Ian e Randsborg, Klavs, eds. (1981) – The archaeology of death. NDA. Cambridge: CUP.

Cribb, Roger (1991) – Nomads in archaeology. Cambridge: CUP. NSA.

Gonçalves, José Pires (1970) – Menires de Monsaraz, Arqueologia e História, Série IX, 2, Lisboa

Gonçalves, José Pires (1972) – Arte Rupestre de Monsaraz, Arquivos do Centro Cultural Português, V, 489-502, Paris

Gonçalves, José Pires (1975) – Roteiro de alguns megálitos da região de Évora, Évora

Gonçalves, José Pires (1976) – Novos menires gravados no paraíso megalítico de Monsaraz, in V Congreso de Estudios Extremeños, Badajoz.

Gonçalves, Victor S. (1987) – O povoado pré-histórico da Sala nº 1 (Pedrógão, Vidigueira): notas sobre a

Campanha 1(88). Portugália. Porto: IAFLP. Nova Série. 8. p. 7-16.

Gonçalves, Victor S. (1988/89) – A ocupação pré--histórica do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz). Portugália. Porto: IAFLP. Nova Série, 9--10, p. 47-60.

Gonçalves, Victor S. (1989a) – Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental, uma perspectiva integrada. Lisboa: INIC/UNIARQ, 2 vols.

Gonçalves, Victor S. (1989b) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 1. Deusa(s)--Mãe, placas de xisto e cronologias: uma nota preambular. Almansor. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal. 7. p. 289-302.

Gonçalves, Victor S. (1990) – Sítios, «Horizontes» e Artefactos: o caso da Parede (Cascais, Lisboa). Arquivo de Cascais. Cascais: Câmara Municipal. 9. p. 13-44.

Gonçalves, Victor S. (1990-91) – TESP3: O povoado pré-histórico da Torre do Esporão (Reguengos de Monsaraz). Portugália (Nova Série). Porto: IAFLP. 11-12. p. 53-72.

Gonçalves, Victor S. (1991) – Sítios, «Horizontes» e Artefactos: 2. algumas breves considerações sobre as chamadas *taças carenadas* e a primeira metade do 3º milénio em Portugal. Arquivo de Cascais. Cascais: Câmara Municipal. 10. p. 81-120.

Gonçalves, Victor S. (1992) – Revendo as antas de Reguengos de Monsaraz. Lisboa: UNIARQ/INIC

Gonçalves, Victor S. (1993) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 3. A Deusa dos olhos de sol. Um primeiro olhar. Revista da Faculdade de Letras de Lisboa. 5ª Série. 15. p. 41-47.

Gonçalves, Victor S. (1994a) – A primeira metade do 3º milénio no Centro/Sul de Portugal. Algumas breves reflexões, enquanto outras não são possíveis. TAE. Porto: SPAE. Actas do 1º Congresso Peninsular de Arqueologia. 1993.

Gonçalves, Victor S. (1994b) – O grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz: procurando algumas possíveis novas perspectivas, sem esquecer as antigas. *Actas do Seminário sobre Megalitismo no Centro de Portugal*. Mangualde. 20-22 de Novembro de 1992

Gonçalves, Victor S. (*no prelo, a*) – 3 datas de radiocarbono para a construção e primeiros níveis de utilização do *tholos* OP2b (Reguengos de Monsaraz). I Simpósio «transformação e mudança». Cascais, 1993.

Gonçalves, Victor S.; Calado, Manuel e Rocha, Leonor (1992) – Reguengos de Monsaraz: o antigo povoamento da Herdade do Esporão. SA. Setúbal: MAEDS. IX-X. p. 391-412.

Gregg, Susan Alling (1988) – Foragers and farmers. Population Interaction and Agricultural Expansion in Prehistoric Europe. Chicago: The University of Chicago Press.

Guilaine, Jean, (1991) – Vers une Préhistoire agraire. In Guilaine, Jean, ed., 1991: 31-80

Guilaine, Jean, ed. (1991) – Pour une Archéologie agraire. Paris: Armand Colin.

Hassan, Fekri A. (1981) – Demographic Archaeology. New York: Academic Press.

Ingold, Tim (1993) – The temporality of the landscape. World Archaeology. Londres: Routledge. 25. 2. p. 152--174.

Jorge, Vítor Oliveira (1986) – Polymorphisme des tumulus préhistoriques du Nord du Portugal: le cas d'Aboboreira. BSPF, 83, 6, p. 177-82.

Jorge, Vítor Oliveira (1989) – Arqueologia social dos sepulcros megalíticos: conhecimentos e perspectivas actuais, Revista da Faculdade de Letras do Porto, II Série, 6: p. 365-443

Jorge, Vítor Oliveira (1990a) – Contextos religiosos do megalitismo. Arqueologia em construção. Ensaios. Lisboa: Presença. p. 211-240.

Jorge, Vítor Oliveira (1990b) – Monumentalização» e «necropolização» no megalitismo europeu». Arqueologia em construção. Ensaios. Lisboa: Presença. p. 243-249.

Joyce, Arthur A., e Johannessen, Sissel (1993) – Abandonment and the production of archaeological variability at domestic sites. In Cameron e Tomka, 1993: 138-153.

Kalb, Philine (1981) – Zur relativen chronologie portugiesischer megalithgraber. MM. Mainz, Verlag Philipp von Zabern. 22. p. 55-77

Kalb, Philine (1989) – O Megalitismo e a neolitização no Oeste da Península Ibérica. Arqueologia. Porto: GEAP. 20. p. 33-46.

Kent, Susan (1993) – Models of abandonment and material culture frequencies. In Cameron e Tomka, 1993: 54-73

Kirk, Trevor (1993) – Space, Subjectivity, Power and Hegemony: Megaliths and Long Mounds in Earlier Neolithic Brittany. In Tilley, 1993: 181-223.

Leisner, Georg e Vera (1951a) – As Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz, Lisboa: IAC (reeditado por INIC/UNIARQ, Lisboa, 1985)

Leisner, Vera; Zbyszewski, Georges, e Ferreira, O. da Veiga (1969) – Les monuments préhistoriques de Praia das Maçãs e Casaínhos. Lisboa: SGP.

Martín de la Cruz, Jose Clemente (1985) – Papa Uvas I, Aljaraque, Huelva, Campañas de 1976 a 1979, EAE, 136, Madrid: Ministerio de Cultura.

Martín de la Cruz, Jose Clemente (1986a) – Papa Uvas II, Aljaraque, Huelva, Campañas de 1981 a 1983, EAE, 149, Madrid: Ministerio de Cultura.

Martín de la Cruz, Jose Clemente (1986b) – Aproximación a la sequencia del habitat en Papa Uvas (Aljaraque, Huelva). Homenaje a Luis Siret. Junta de Andalucía. p. 227-242.

Martín de la Cruz, Jose Clemente (1989) – L' insediamento neolitico e calcolitico di Papa Uvas, in Interpretazione funzionale dei "fondi di capanna" di etá preistorica, pp. 82-90, Milano: Instituto italiano per l'archeologia sperimentale.

Martín de la Cruz, Jose Clemente; Gomez Pascual, M. J., M. T. Alvarez, y Chaves, P. (1985) – Nueva interpretación sobre los poblados en el estuario del Tinto-Odiel. Huelva, HA, 7, pp. 161-206.

Molina Lemos, L. (1980) – El poblado del Bronce I de El Lobo. Noticiario Arqueologico Hispano, 9, Madrid: Ministerio de Cultura.

Nogueira, Pedro Manuel (1887) – Memória histórica do concelho de Reguengos de Monsaraz. O Instituto. 2ª série. 7. p. 355.

Pina, Henrique Leonor (1961) – A Anta da Herdade do Duque, Rev. de Guim, 71, p. 13-26, Guimarães

Pina, Henrique Leonor (1963) – A Anta [2] da Azinheira (Reguengos de Monsaraz), TAE. Porto: SPAE, p. 25-46,

Pina, Henrique Leonor (1971) – Novos monumentos megalíticos do Distrito de Évora, Actas do II CNAP, I, 1p. 51-162, Coimbra

Pina, Henrique Leonor (1976) – Cromlechs und Menhire bei Évora in Portugal, MM. Heidelberg: F. H. Kerle Verlag. 17. p. 9-20,

Piñón Varela, Fernando, e Bueno Ramírez, P. (1985) – Estudio de las colecciones de materiales procedentes de La Dehesa (Lucerna del Puerto) y El Judio (Almonte). Testimonios sobre la ocupación neolitica del litoral onubense. HA. 7. p. 107-160.

Richards, Colin (1993) – Monumental choreography: architecture and spatial representation in Late Neolithic Orkney. In Tilley, 1993: 143-178.

Ruiz Mata, D. e Martín de la Cruz J. Clemente (1977) – Noticias preliminares sobre los materiales del yacimiento de Papa Uvas (Aljaraque, Huelva). CPA. Madrid: Universidad Autonoma 4, p.

Soares, Joaquina, e Silva, Carlos Tavares da, (1992) – Para o conhecimento dos povoados do megalitismo de Reguengos. SA. Setúbal: MAEDS. IX-X. p. 37-88.

Tainter, Joseph (1988) – The Collapse of Complex Societies. Cambridge: CUP. NSA.

Thomas, Julian (1993a) – The hermeneutics of Megalithic Space. In Tilley, ed, 1993: 73-97.

Thomas, Julian (1993b) – Discourse, Totalization and 'The Neolithic'. In Tilley, ed, 1993: 357-394.

Thomas, Julian, e Tilley, Christopher (1993) – The Axe and the Torso: Symbolic Structures in the Neolithic of Brittany. In Tilley, ed, 1993: 225-324.

Tilley, Christopher (1993) – Interpretation and a Poetics of the Past. In Tilley, ed, 1993: 1-27.

Tilley, Christopher, ed. (1993) – Interpretative Archaeology. Berg: Providence/Oxford.

Tomka, A. Steve (1993) – Site abandonment behavior among transhumant agro-pastoralists: the effects of delayed curation on assemblage composition. In Cameron e Tomka, 1993: 11-24.

Tomka, Steve A., e Stevenson, Marc G. (1993) – Understanding abandonment processes: summary and remainig concerns. In Cameron e Tomka, 1993: 191-195

Vasconcellos, José Leite de (1894a) – Noticias vá rias. 1. Antas do termo de Monsaraz (Alemtejo). Arch. Port. 1. p. 222-223.

Vasconcellos, José Leite de (1894b) – Antas de Monsaraz. Arch. Port. 1. p. 279.

Whittle, A. (1985) – Neolithic Europe. A Survey. Cambridge: CUP. CWA.

Whittle, A. (1988) – Problems in Neolithic archaeology. Cambridge: CUP. NSA.

Whittle, E. H., e Arnaud, J. M. (1975) – Thermoluminescent dating of Neolithic and Calcholithic pottery from sites in central Portugal, Archaeometry, 17, 5-24, Oxford.

Yoffee, Norman (1993) – Too many chiefs? (or, Safe texts for the '90s). In Yoffee e Sherratt, 1993: 60-78

Yoffee, Norman, e Sherratt, Andrew (1993) – (Introduction) – The sources of archaeological theory. Yoffee, Norman, e Sherratt, Andrew, eds. 1993: p. 1-9

Yoffee, Norman, e Sherratt, Andrew, eds. (1993) – Archaeological theory: who sets the agenda? Cambridge: CUP

ENDOVÉLICO E ROCHA DA MINA
O CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Manuel CALADO[1]

1. Introdução

O santuário de Endovélico (S. Miguel da Mota, Alandroal) destaca-se, no panorama ainda mal compreendido das religiões pré-romanas, pela qualidade e quantidade da informação epigráfica e iconográfica daí recolhida, única no contexto peninsular. O tema suscitou o interesse, por vezes deslumbrado, dos mais eminentes investigadores, desde que, no sec XVI, o duque de Bragança, D. Teodósio I, deu a conhecer as primeiras lápides recuperadas da arruinada capela de S.Miguel da Mota.

De entre os muitos arqueólogos e eruditos que, em várias épocas, se debruçaram sobre o Endovélico, salienta-se o calipolense Padre Joaquim da Rocha Espanca, a quem devemos a recolha de várias lápides votivas das ruínas de S. Miguel e, sobretudo, a publicação de um trabalho muito curioso intitulado "O Deus Endovellico dos Celtas (sic) do Alentejo", obra que, nos finais do século passado, abriu caminho aos trabalhos de Gabriel Pereira e, sobretudo, José Leite de Vasconcellos.

Não é nossa intenção, neste artigo, fazer o balanço dos dados epigráficos e iconográficos conhecidos, nem tão pouco das diversas interpretações propostas; por se tratar de um tema muito vasto e extremamente complexo, remetemos para a bibliografia apresentada, de que sobressaem, entre os contributos mais recentes, os trabalhos dos Professores Scarlat Lambrino, José d'Encarnação, Armando Coelho da Silva ou Luis Berrocal.

Procuraremos, pelo contrário, fazer aqui uma abordagem baseada, em primeiro lugar, na análise contextualizada dos resultados das prospecções de superfície levadas a cabo, com alguma intensidade, no cabeõ de S. Miguel da Mota e na região envolvente (CALADO, 1993).

Tentaremos rever algumas ideias feitas, para as quais não se procurou nunca uma base arqueológica e, considerando os dados novos actualmente disponíveis, relacionar o santuário de Endovélico com o quadro geográfico e arqueológico em que se insere, em termos locais e regionais.

Interessa-nos, paralelamente, integrar o culto de Endovélico no universo ritual dos povos celtas peninsulares, sem excluir as possíveis, e mesmo necessárias, relações com o mundo ibérico e turdetano, de mais acentuado conteúdo mediterrânico, nem as eventuais continuidades a partir de um fundo local de grande presença física na paisagem, como foi o megalitismo alentejano.

[1] Investigador do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ) e membro do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa.

2. O santuário romano de Endovélico

Convém sublinhar desde já o facto, fundamental embora frequentemente esquecido, de que nada sabemos ao certo sobre o culto de Endovélico ou sobre o próprio santuário de S.Miguel da Mota, antes da implantação definitiva do domínio romano em Portugal.

É indiscutível, à partida, que a natureza linguística do teónimo remete para uma origem pré-romana do respectivo culto. A partir desta realidade, a tese tradicional, recentemente reiterada (BERROCAL, 1993: 60), admite implicitamente uma continuidade de ocupação do sítio a partir, pelo menos, da Idade do Ferro, se bem que, como se sabe, toda a informação epigráfica, obtida até à data no local, se reporta exclusivamente a momentos posteriores ao sec. I d.C..

É verdade que o próprio carácter tópico do culto de Endovélico (VASCONCELLOS, 1897-1913: II, 114,125,131), sobretudo se entendido em sentido restrito, implica uma necessária imutabilidade da localização do respectivo santuário; no entanto, a descoberta, nos anos setenta, de um conjunto de lápides dedicadas a Vaelico, na província espanhola de Ávila, abalou um tanto a ideia de que o deus Endovélico se identificava exclusivamente com o monte onde lhe era prestado culto.

Com base nos dados das prospecções de superfície, portanto ainda sujeitos a confirmação, parece-nos que só a hipótese da transferência do santuário, que até agora nunca foi sequer considerada, permite explicar a ausência absoluta de materiais sidéricos, ou mesmo republicanos, de entre o espólio recolhido no cabeço de S.Miguel da Mota; se o sítio tivesse tido ocupação pré-romana, ela devia ser atestada pelos materiais de superfície, tanto mais que as características topográficas do local facilitam a escorrência dos materiais ao longo das vertentes.

A observação da microtopografia local permite-nos discordar igualmente da observação de Leite de Vasconcellos (VASCONCELLOS, 1905: 125) segundo a qual o cabeço "apresenta vestígios de antiga fortificação: um aterro artificial ao nascente, numa extensão de mais de cem passos, análoga à dos castros.". Efectivamente, trata-se de quatro taludes, escalonados paralelamente ao longo da encosta oriental, os quais não parecem corresponder a restos de muralhas, tanto mais que do lado oposto não têm nada que lhes corresponda. Entre os taludes definem-se plataformas mais ou menos amplas, onde se recolheu abundante material romano, com destaque para as ânforas e os "dolia" e, naturalmente, a cerâmica de construção. Em função dos vestígios materiais e da própria morfologia dos taludes e da restante área envolvente, parece-nos mais plausível tratar-se dos restos das estruturas habitacionais contemporâneas do santuário romano.

Tudo leva a crer que o templo romano propriamente dito se erguia na plataforma quadrangular que coroa o outeiro de S. Miguel. Na vertente oriental, o complexo disporia, possivelmente, de amplos anexos para acomodação e restauro de sacerdotes e peregrinos.

O santuário estava instalado no ponto mais alto de uma crista, de orientação N-S, cortada a Sudeste pelo rio Lucefece e dominando visualmente a peneplanície envolvente (entre a serra d' Ossa e o Guadiana).

3. O povoamento romano: a *uilla* dos Barros

O local do santuário romano de Endovélico dista pouco mais de um quilómetro de cada um dos dois povoados com ocupação pré-romana indiscutível (Castelo Velho e Castelinho), tradicionalmente relacionados com ele (VASCONCELLOS, 1895: 212, 213); essa relação, sem dúvida válida em termos diacrónicos, não se confirma, porém, no que respeita à contemporaneidade. Os povoados (apenas no Castelo Velho foram efectuadas escavações) não parecem ter sobrevivido para além do sec. I a.C., enquanto, como já referimos, no local do santuário não se registaram materiais da Idade do Ferro ou mesmo romanos de época republicana (CALADO, 1993: 61, 63 e 157).

Considerando os dados arqueológicos disponíveis sobre o território envolvente, parece mais defensável a contemporaneidade funcional entre o santuário romano e a possível "*uilla*" romana cujos vestígios se localizam a cerca de 3 Km a ESE de S. Miguel da Mota (CALADO, 1993: 64). De facto, a estação da Malhada dos Barros testemunha uma estratégia de povoamento que rompeu claramente com o modelo indígena, patente nos povoados do Castelo Velho ou do Castelinho.

Os vestígios romanos dispersam-se ao longo da margem da ribeira, tal como acontece com os povoados atrás referidos; porém, em vez dos penhascos extremamente agrestes enquadrados pelos lanços mais encaixados dos cursos de água, "cliché" que caracteriza a inserção paisagística dos habitats da Idade do Ferro (e também anterior) da região, os romanos preferiram o topo suave de uma ligeira elevação, dominando uma área plana, irrigável, com bons solos agrícolas e fácil transitabilidade, padrão que, como sabemos, é canónico em época romana imperial.

A implantação da Malhada dos Barros parece, em todo o caso, representar um certo compromisso entre os dois modelos de inserção no território: ocupa, na mancha de terras cultiváveis definida pelos depósitos terciários que bordejam a falha da

Messejana, junto a Terena, a extremidade mais próxima dos terrenos dobrados em que encontramos o povoamento pré-romano.

O santuário de S.Miguel da Mota representa, nesta perspectiva, uma posição igualmente intermédia entre as margens íngremes do Lucefece, cercadas pelos solos magros, típicos dos terrenos de xisto e o recorte suave da planície sedimentar que, a partir da Malhada dos Barros, se estende para Sudeste.

Como curiosidade, refira-se que a cabrinha de bronze achada na área dos Barros (ESPANCA, 1975: 45) pode corresponder ao culto, em época romana, da deusa céltica Ataecina ou Ataegina (VASCONCELLOS, 1897-1913: II, 146-163) a segunda divindade indígena mais representada epigraficamente em toda a Península, a seguir a Endovélico e integrável no mesmo panteão de cariz indo-europeu (BLASQUEZ, 1991: 112; LAMBRINO, 1951: 128).

O culto de Ataegina, centrou-se sobretudo na bacia do Guadiana, em pleno território céltico, com vestígios epigráficos nomeadamente em Mérida ou Mértola, embora possa ter tido também alguma expansão noutras áreas do Ocidente Peninsular (FONTES, 1979-80: 14). Ataegina é considerada uma divindade infernal, tal como Endovélico, e foi assimilada, pelos romanos, a Proserpina. Este culto foi também identificado epigraficamente em Vila Viçosa (ESPANCA, 1983: 70-74; FONTES, 1979-80: 14; VASCONCELLOS, 1897-1913, II, 146-163), área que manteve seguramente contactos privilegiados com o santuário de Endovélico, em época romana. Basta recordar que os mármores utilizados na construção do templo ou como suporte das inscrições votivas e da estatuária, eram oriundos das proximidades de Vila Viçosa (ESPANCA, 1983: 59); por outro lado, o dedicante de uma das lápides dedicadas a Endovélico era "marmorarius", sendo natural que a sua actividade se relacionasse igualmente com a área de Vila Viçosa-Bencatel, onde são bem conhecidos vestígios de extracção deste material, em época romana.

Na região envolvente, os únicos povoados da Idade do Ferro que apresentam vestígios de romanização são os Castelos Velhos de Veiros (Estremoz) e do Degebe (Reguengos de Monsaraz), cada um a cerca de 30 Km, em linha recta. Todos os povoados pré-romanos mais próximos parecem ter sido abandonados até ao séc. I a.C.

Em contrapartida, com a implantação do domínio romano, surge uma série de "villae" e "vici", de que se destacam os núcleos das Nogueiras, da Galharda, dos Vilares, da Fonte da Moura, do Rosário ou da Vila Sara, economicamente relacionadas com a exploração de bons solos agrícolas e, nalguns casos, também dos mármores ou dos recursos mineiros.

A fundação do santuário romano do S. Miguel da Mota, assim como a prosperidade de que, obviamente, disfrutou enquadram-se, naturalmente, no carácter da ocupação romana da região, cuja dimensão e intensidade se podem inferir, por exemplo, dos resultados das persistentes prospecções levadas a cabo, há mais de cem anos, pelo Padre Espanca (ESPANCA, 1983).

4. O santuário de Vaelicus

O culto de Endovélico, cuja relevância em época romana se infere, como referimos, da copiosa epigrafia e estatuária conservada, parece ter tido pelo menos outro santuário contemporâneo, mais modesto no número e na qualidade das lápides e no estamento social dos respectivos devotos. Localizava-se na margem direita do Tejo, em Postoloboso (Candeleda, Ávila), num sítio onde se erguem ainda hoje as ruínas da capela de S.Bernardo e onde foram recolhidas inscrições votivas dedicadas ao deus Vaelicus (FERNANDEZ GOMEZ, 1973: 229; FERNANDEZ GOMEZ, 1987: 879).

O teónimo aparece aqui desprovido do elemento inicial "Endo", considerado pela generalidade dos eruditos como uma "partícula intensiva" (VASCONCELLOS, 1897-1913, II, 125), comparável aos epítetos "Optimus Maximus", de tradição indoeuropeia, do Júpiter romano.

As escavações efectuadas em Postoloboso, parecem afastar a hipótese de se tratar de um santuário indígena romanizado; na verdade, sob as ruínas da capela de S.Bernardo nem sequer foi possível identificar, com segurança, elementos construtivos atribuíveis ao santuário romano. No entanto, a presença de materiais arqueológicos dessa época, sugere a destruição do mesmo pelas construções medievais e modernas. A ausência absoluta de materiais pré-romanos, pelo contrário, indica que se deve tratar de um sítio de fundação plenamente romana, o que, à partida, parece também ser o caso do nosso santuário de S.Miguel da Mota.

Fernandez-Gomes, propõe a identificação do povoado pré-romano de El Raso, localizado a curta distância do santuário de Vaelicus, com uma das várias Eboras referidas nas fontes clássicas. Esta hipótese assenta na descoberta de uma lápide votiva com o antropónimo "Ebureinius" e é reforçada pela relativa proximidade geográfica entre Évora e o santuário de Endovélico.

Outra semelhança interessante, diz respeito à continuidade, claramente atestada, de ambos os santuários romanos em época visigótica, recuperando dos tumultos da cristianização. Esta perenidade pode relacionar-se, também em ambos os casos, com a excelência das respectivas implantações. Nas

palavras do seu escavador, o lugar onde se erguia o santuário de Vaelicus "é verdadeiramente privilegiado. Uma zona plana, fértil, ao pé de uma colina, lugar de confluência de três abundantes correntes de água, ricas em pesca, e à vista do impressionante maciço de Gredos". O santuário de S Miguel da Mota, como já referimos, ocupava também um ponto paisagisticamente muito interessante, num enquadramento arqueológico igualmente notável (CALADO, 1993).

A hipótese, que atrás referimos, de que Endovélico seria uma divindade tópica, um "numen loci", não foi necessariamente desmentida pela descoberta das lápides de Vaelicus. O elemento "Endo" dá ao primeiro um carácter superior ou, pelo menos, distinto; a partir dos dados actualmente disponíveis, não se pode garantir que se tratasse exactamente da mesma entidade venerada nos dois santuários, muito embora tivessem certamente algo em comum. Vaelicus poderia significar, no contexto religioso lusitano-vetónico, algo como "baal" no universo fenício, termo ao qual, curiosamente, foi também já assimilado o segundo elemento do teónimo Endovelico (ESPANCA, 1983: 48).

A dispersão dos testemunhos epigráficos de Endovélico, para além dos que foram recolhidas no concelho do Alandroal, parece resumir-se à presença, na província de Cáceres, de duas lápides (BERROCAL, 1992: 60), cujo contexto, infelizmente, não é esclarecedor.

Por outro lado, a existência de um santuário de Endovélico nas montanhas onubenses, deduzida da semelhança do teónimo com o nome do cerro Andévalo, necessita ser comprovada com dados mais positivos. No topo do cerro Andévalo, localiza-se o santuário de Nuestra Señora de la Peña, implantado sobre um imponente afloramento rochoso[2]; este aspecto reforça a possibilidade de, no mesmo local, se ter situado um santuário rupestre pré-romano, se bem que, por enquanto, tudo não passe de conjecturas.

Contraditória parece, por outro lado, a eventual relação com o antropónimo Indibilis, documentado no âmbito linguístico e cultural ibérico, embora seja perfeitamente credível uma relativa deriva cultural entre a área ibérica e o mundo celta contemporâneo e vice-versa.

5. O Santuário pré-romano: A Rocha da Mina

A recente descoberta (CALADO, 1993: 59, 65) de um santuário rupestre, no mesmo contexto geográfico e arqueológico do conhecido santuário de Endovélico, permite colocar a hipótese de se tratar do primitivo local de culto, transferido em época romana, presumivelmente por razões de carácter logístico e/ou ideológico. Em todo o caso, trata-se de um santuário pré-romano que, de um ou de outro modo, há que relacionar com o culto indígena de Endovélico.

Este sítio, conhecido localmente como a Rocha da Mina, apresenta características cujos melhores e mais abundantes paralelos se encontram no Noroeste Peninsular. Trata-se de locais de culto, por regra implantados em formações rochosas muito agrestes ou pelo menos bem demarcadas da paisagen circundante, com diversas estruturas abertas na rocha, habitualmente designados por santuários "tipo Panóias". Todos os que se conhecem no Noroeste, com as maiores concentrações em Trás-os-Montes e no Sul da Galiza, constam de pias sacrificiais escavadas na rocha, de diversas dimensões, quase sempre associadas a canalículos e a que se acede por degraus igualmente abertos nos afloramentos. Há casos mais raros em que parece ter-se prescindido dos degraus, sendo as estruturas actualmente visíveis constituidas apenas pelas cavidades e sulcos.

Uma parte significativa destes monumentos, entre os quais se destaca o de Panóias, foi utilizada ou mesmo reformulada em época romana. Este aspecto levou alguns autores a considerar que se tratava de manifestações cultuais surgidas no contexto da romanização, ou até já em plena época imperial, dado o evidente sincretismo religioso denunciado pelas inscrições a divindades oriundas dos panteões indígena, romano e oriental (SILVA, 1986:300; COLMENERO, 1993: 61; FABIÃO, 1993: 253).

Porém, alguns não chegaram, aparentemente, a ser romanizados, pelo que a origem do fenómeno se deve procurar antes de mais no ambiente religioso próprio das populações celtas da Península (ALMAGRO-GORBEA e ALVAREZ-SANCHIS, 1993; BERROCAL, 1992: 192; MANTAS, 1984: 364; MARCO, 1986: 745; SILVA, 1986: 295; SOPEÑA, 1987: 56; TRANOY, 1981: 338).

Na Rocha da Mina, curiosamente, não se verifica a ocorrência das pias rituais que são o elemento mais constante dos santuários do Noroeste e da Meseta; em contrapartida, o rochedo escarpado em que se implanta, apresenta um poço pouco profundo aberto numa de duas valas que o cortam transversalmente. Não se pode, por enquanto, afastar a hipótese de estarmos em presença de vestígios da actividade mineira sugerida pelo topónimo. Essa actividade, reforçada por escassos vestígios de actividade metalúrgica (escórias), pode ser anterior à sacralização do local ou ter uma explicação no âmbito das práticas rituais que aí decorreram.

[2] Informação do Dr. Cláudio Torres, que agradecemos.

Entre as referidas valas, preenchidas parcialmente com terra para facilitar o acesso, evidencia-se um lance de escadas com quatro degraus finamente executados que arrancam de pavimentos também talhados na rocha e dão acesso a uma espécie de mesa de altar sumariamente regularizada, no topo do afloramento de xisto.

A simplicidade morfológica deste monumento destaca-o claramente da maioria dos seus congéneres setentrionais, nomeadamente Panóias (Chaves), Castelo do Mau Vizinho (Valpaços), Pias dos Mouros (Carrazedo de Montenegro) ou Mogueira (Resende). Neste último, muito complexo em termos estruturais e com uma inscrição datada do sec I, anotou-se a presença de um "poço pouco profundo, quadrangular, escavado na rocha", nas proximidades de "uma espécie de mesa de altar, ladeada a certa distância por escadas talhadas na rocha" (MANTAS, 1984: 364).

Estes poços são elementos relativamente raros nos santuários rupestres, embora o seu significado ritual possa ser de algum modo equivalente ao das habituais pias. Para além da Rocha da Mina e de Mogueira conhece-se outro poço no famoso oppidum de Termantia (Tiermes); segundo José Maria Blazquez "trata-se de uma série de escadas lavradas toscamente na rocha, existindo sob elas uma gruta em cuja entrada há uma escada pela qual se desce a uma pedra de sacrifícios que se comunica com três pedras com canais, e a 32,5 m há outra pedra com um canal que desce para terminar, a 2 m, num poço" (BLAZQUEZ, 1983: 228).

Refira-se também a existência de poços, criptas ou fossas em santuários franceses da Idade do Ferro, nomeadamente Ucuetis e Bergusia, "continuando uma tradição antiquíssima" (MANTAS, 1984: 364), ou a acrópole de Zavist, na Boémia (BRUNAUX, 1991: 200). Trata-se de estruturas subterrâneas cujo significado ctónico, infernal, é geralmente reconhecido.

Na Rocha da Mina, observam-se entalhes em ambas as paredes da vala em que foi aberto o poço; este pormenor parece implicar a existência de estruturas de materiais perecíveis que poderiam ter criado um espaço fechado, reforçando porventura o carácter ctónico do conjunto.

Recorde-se que algumas inscrições dedicadas a Endovélico parecem implicar a prática da "incubatio", comunicação com o "numen" através de visões ou sonhos, o que levou Leite de Vasconcellos a conjecturar que "haveria perto do templo alguma cavidade ou antro donde se recebessem as inspirações dele". O poço da Rocha da Mina parece conjugar-se perfeitamente com aquela hipotética função.

Também a Casa da Moura, pequena cavidade artificial que se desenvolve horizontalmente na margem rochosa do Lucefece, junto ao Castelo Velho (VASCONCELLOS, 1885: 212), pode, à partida, ser integrada na mesma categoria simbólica; esta estrutura tem paralelos notáveis no povoado de Províncios (CALADO, 1993: 96) ou ainda no conhecido habitat das Mesas do Castelinho (Almodôvar), cuja escavação decorre a cargo de Carlos Fabião e Amílcar Guerra.

A relação indiscutível entre a Rocha da Mina e o Castelo Velho foi reforçada pela descoberta, em cada um destes sítios, de um rochedo destacado, vagamente afeiçoado de forma antropomórfica que, no caso do Castelo Velho, pelo menos, se tornou tema inspirador de tradições populares, sendo conhecido localmente como a "Pedra do Charro".

A Rocha da Mina é o único santuário rupestre deste tipo de que temos conhecimento a Sul do Tejo, se exceptuarmos um outro cuja estrutura, de acordo com a descrição publicada, parece demasiado sumária; consta apenas, ao que parece, de uma escadaria com quatro degraus, toscamente talhados num afloramento de granito, no interior de um importante castro da II Idade do Ferro, o Cantamento de Pepina (Fregenal de la Sierra, Badajoz) (BERROCAL, 1992: 192). Este monumento foi relacionado com um conjunto menhírico, aparentemente tardio, com o qual mantém conexão visual (BERROCAL, 1989).

O rochedo do Cantamento de Pepina recorda, mais do que os santuários pré-romanos, o curioso monumento da Pedra das Gamelas (Santana do Campo, Arraiolos), referido por Vergílio Correia (CORREIA, 1921: 101-105). Consiste num afloramento granítico em forma de cogumelo (tal como o de Cantamento de Pepina) com duas pias truncadas, abertas no topo (as gamelas), e alguns degraus incipientes talhados lateralmente de modo a facilitar o acesso ao topo do rochedo; por toda a superfície da Pedra das Gamelas encontramos numerosas covinhas e motivos cruciformes, temática aliás documentada noutros afloramentos da mesma área, nomeadamente a Pedra das Taliscas (CORREIA, 1921: 101-105) e outro que identificámos recentemente nas proximidades.

No Noroeste, conhecem-se alguns possíveis santuários igualmente rudimentares, nomeadamente o monumento da Portela, que, segundo Blazquez, consta de um rochedo aquilado, de dois metros de altura, com degraus rudimentares escavados na rocha e com roços e rebaixos no topo (BLAZQUEZ, 1983: 230).

Com base nestes exemplos, não devemos afastar a hipótese de os santuários rupestres pré-históricos, cujo funcionamento ritual, nalguns casos (CALADO, 1993b), atinge claramente o Bronze Final, constituirem os modelos físicos (e quem sabe se simbólicos) dos santuários talhados pelos celtas peninsulares.

A proximidade da necrópole megalítica do Lucas (CALADO, 1993b) e do santuário com covinhas do Poio Grande (CALADO, 1993: 60), ambos com

características únicas, em termos regionais, assim como a ocupação calcolítica e do Bronze Final no Castelo Velho, são elementos que facilitam uma explicação evolucionista, considerando a aparente permanência de um forte substrato populacional e/ou ideológico, eventualmente radicado na carga mítico-religiosa deste troço do Lucefece.

De resto, muitos autores admitem "uma continuidade das tradições pré-históricas no mundo céltico" (ALMAGRO-GORBEA e GRAN-AYMERICH, 1992: 192), atestada, por exemplo, pela utilização da "jarda megalítica" (0. 837 m) em monumentos da Idade do Ferro, nomeadamente os Broch da Escócia. Sendo os altares rupestres, nos seus traços mais definidores, uma manifestação exclusiva do mundo céltico peninsular, é natural que o paralelo escocês nos incite a rastrear nos antecedentes locais, as suas possíveis matrizes formais e funcionais.

Na Idade do Ferro, estes santuários devem ter funcionado sobretudo como altares de sacrifícios, embora naturalmemente possam ter tido outras utilizações relacionadas ritualmente com tais práticas.

As vítimas imoladas seriam sobretudo animais, com destaque para o porco, a ovelha ou a cabra e o touro (à maneira do "suovetaurilium", bem documentado entre os romanos), ou mesmo, nalguns casos, vítimas humanas.

As pias serviriam tanto para abluções e purificações rituais como para a recolha do sangue das vítimas ou para a queima das respectivas vísceras, segundo parece deduzir-se de uma inscrição de Panóias (COLMENERO, 1993: 63).

Para além das referências literárias aos sacrifícios sangrentos entre os povos célticos da Península pré-romana, também algumas epígrafes rupestres e representações iconográficas do Norte de Portugal concorrem para confirmar tais práticas (BLAZQUEZ, 1991: 137; SILVA, 1986: 294).

Armando Silva conjectura que "a natureza destes sacrifícios terá desempenhado um papel preciso, em correspondência com aspectos ecológicos, económicos e sociais da cultura castreja, em formas típicas de um teísmo pastoril, na imolação dos animais que criavam (...) sendo sublinhada a expressão suprema desta forma de sacrifício, por referência a uma sociedade guerreira, na efusão de sangue humano referida por Estrabão" (SILVA, 1986: 295). Ainda na mesma perspectiva, estes cultos relacionam-se com os ritos antigos do 'grande sacrifício' indoeuropeu e, em particular, com cultos do mundo celta.

Um dos raros elementos arquitectónicos ainda hoje visíveis no local do santuário de S.Miguel da Mota é precisamente uma pia aberta num grande bloco de mármore, peça que pode ter desempenhado, nos rituais romanos, uma função semelhante à das cavidades dos altares rupestres.

Desconhecemos, como se disse, a existência de santuários análogos, fora do âmbito peninsular, embora se possam destacar algumas características gerais, recorrentes em vários modelos de locais sagrados pré-romanos. O aspecto mais comum é, sem dúvida a escolha, para local de implantação dos santuários, de grandes massas rochosas, com frequência no cimo de montes e/ou à beira de cursos de água. Trata-se, até certo ponto, de manifestações litolátricas e fisiolátricas, mais uma vez possíveis reminiscências do antigo fundo megalítico europeu.

F. Marco defende que este "complexo religioso caracteriza toda a céltica: o santuário de ar livre a que César se refere como 'locus consecratus'", propondo que as populações celtas jamais teriam construido templos antes da chegada dos romanos (MARCO, 1986: 745).

A sugestão de Armando Silva (SILVA, 1986: 300) de que "estruturas de construção e os recipientes rituais representem uma evolução" de "lugares de culto naturais ocorrida (em época romana) em contextos de sincretismo religioso", ignora o facto, já referido, de que alguns dos santuários são claramente anteriores à romanização, nomeadamente o de Ulaca e o de Termancia (BLAZQUEZ, 1983: 228), ou o da Rocha da Mina.

A ideia parece-nos válida se transposta para épocas anteriores, ou seja, os recipientes e os degraus podem ter sido lavrados na Idade do Ferro, recuperando lugares de culto naturais de veneração mais antiga (TRANOY, 1981: 338). Mais tarde, os mesmos santuários ou apenas os respectivos cultos, teriam realmente sido adoptados e adaptados pelos romanos, cuja influência se torna manifesta pela adição das epígrafes votivas.

Num trabalho recente sobre as saunas tipo "Pedra Formosa" (ALMAGRO-GORBEA e ÁLVAREZ-SANCHÍS, 1993), são avançadas interpretações sobre o significado cultural e ideológico destes monumentos e da arquitectura religiosa dos celtas peninsulares, em geral.

As "saunas castrejas", cuja área de dispersão coincide "grosso modo" com a dos altares de sacrifícios, " por estarem intencionalmente semiescavadas na terra ou talhadas em grandes penedos", "oferecem um certo carácter ctónico" e estariam igualmente "vinculadas a concepções onfálicas de tipo cosmológico, de evidente origem indoeuropeia." (ALMAGRO-GORBEA e ÁLVAREZ-SANCHÍS, 1993: 206-209). Admite-se que em ambos os tipo de monumentos tenham sido praticados rituais de iniciação e que teriam como função última "a protecção da comunidade, a fim de garantir a sua continuidade e prosperidade" ((ALMAGRO-GORBEA e ÁLVAREZ-SANCHÍS, 1993: 209).

No povoado de Ulaca, o altar de sacrifícios a que já fizemos referência, encontra-se alinhado N-S com

os restos de um edifício termal, também parcialmente escavado na rocha e localizado a menos de 200 m do primeiro.

Notícias antigas que, tanto quanto sabemos, não foram ainda confirmadas, indiciam a presença, nas imediações do santuário de Vaelicus, de uma possível estrutura termal (ALMAGRO-GORBEA e ÁLVAREZ-SANCHÍS, 1993: 188) que parece representar a expansão mais meridional, ainda em território vetónico, desse modelo de edifício sagrado.

A Sul do Tejo, não foi, até hoje, referenciada nenhuma destas saunas pré-romanas. No entanto, no castro de Fontalva (Elvas) foi recuperada, há uns bons anos, uma estela funerária "tipo casa", com um formato análogo ao das "Pedras Formosas", embora de reduzidas dimensões, e cujos paralelos, mais uma vez, se encontram sobretudo na Meseta e no Noroeste (ALMAGRO-GORBEA e ÁLVAREZ-SANCHÍS, 1993: 208; FERREIRA, 1966; MARTINEZ SANTA-OLALLA, J., 1935).

A implantação paisagística da Rocha da Mina remete para a dos povoados pré-romanos localizados poucos quilómetros a juzante, em ambas as margens do Lucefece.

A semelhança é por demais evidente, sendo as diferenças sobretudo de escala. Mesmo neste aspecto, convém referir que o povoado do Castelinho, com restos de muralhas relativamente bem conservados, apresenta uma área habitável muito restrita, enquanto na Rocha da Mina só os futuros trabalhos de limpeza e escavação permitirão definir, com exactidão, a área afectada. No caso do Castelo Velho, a opção remonta, como dissemos, ao Bronze Final e mesmo ao Calcolítico.

As muralhas referenciadas nalguns destes santuários, como o Castelo do Mau Vizinho (Valpaços) ou Mogueira (Resende), designados por Irisalva Moita como 'redutos-santuários' (MOITA, 1971: 279), ou a presença de outros no interior de grandes povoados, como Ulaca e talvez também Las Cogotas, implicam um panorama diversificado, no que respeita à relação povoado/santuário rupestre, no âmbito celta peninsular.

Em todo o caso, este modelo polimórfico difere aparentemente do que, segundo Blazquez, caracteriza o complexo dos santuários ibéricos contemporâneos, conhecidos no Sul e no Leste da Península, em que "a situação dos lugares sagrados não se fixa segundo as regras da eleição das cidades, mas em função de condições naturais particularmente favoráveis à manifestação do sagrado."

Estes santuários ibéricos são sobretudo identificados pela presença dos ex-votos (de cerâmica, de pedra ou de bronze) que se acumularam nas suas imediações. Destacam-se, na Andaluzia, sítios como Collado de los Jardines (Jaén), em que se recolheram cerca de 2500 ex-votos de bronze ou Castillar de Santisteban (Jaén), com mais de 2000. A maior parte relaciona-se com a ocorrência de grutas naturais, frequentemente com nascentes de água, perto das quais foi, nalguns casos, construido um edifício de planta quadrangular.

A maioria destes lugares sagrados não tiveram continuidade em época romana, ao contrário dos santuários célticos do tipo Panóias. Contudo, na província de Badajoz foram recentemente descobertos vestígios de um santuário rupestre, a Cueva del Valle, sem qualquer tipo de estrutura referenciada e localizado junto de um grande afloramento calcário, onde foram recolhidos ex-votos de cerâmica, de acentuado sabor indígena, mas associados a materiais inequivocamente romanos[3].

Os famosos santuários de Garvão (Ourique) (BEIRÃO, 1987) ou o de Capote (BERROCAL, 1992: 184), apesar de ainda integráveis no território dos célticos, não são santuários rupestres e a abundância dos "ex-votos" supõe antes relações com modelos de inspiração mediterrânica, com que os celtas do Sudoeste teriam naturalmente contactos privilegiados. O nosso santuário da Rocha da Mina aparece, neste contexto, como um elemento desgarrado sem grandes afinidades com os poucos santuários conhecidos na região do Sado-Guadiana.

6. O culto de Endovélico

O Deus Endovélico foi conotado, desde o séc. XVI, com o deus Cupido (de que teria existido uma estátua de prata sem olhos, com pés alados e um coração na boca); nesse mesmo contexto, em que se partiu geralmente de textos apócrifos e da interpretação apressada das fontes clássicas, a tradição plasmou uma relação necessária com um suposto santuário de Vénus, localizado no alto de S. Gens, monte que constitui o ponto mais elevado da região da serra d'Ossa.

Segundo a mesma tradição, o santuário de Endovélico teria sido mandado erigir, como pagamento de uma promessa, por um general cartaginês, Maharbal, no sec. IV a.C. (ESPANCA, 1983: 43-44).

Se é certo que o Padre Espanca opôs algumas reservas à veracidade desta tradição, Leite de Vasconcellos, por seu turno, não lhe atribuiu qualquer valor (ver "O Archeologo Português", II, p. 138, nota 2), e, fundamentando-se na interpretação do

[3] Agradecemos esta informação do Dr. Guillermo Kürtz, director do Museu de Badajoz, onde se encontram expostos os materiais da Cueva del Valle.

material epigráfico e iconográfico disponível, valorizou principalmente o papel de Endovélico enquanto deus da medicina, considerando-o uma espécie de Esculápio indígena (VASCONCELLOS, 1905).

A própria substituição do culto de Endovélico pela invocação de S.Miguel foi entendida como uma espécie de "interpretatio cristiana", uma vez que, segundo o mesmo autor, "os Cristãos dos primitivos tempos olhavam aquele santo como um dos génios tutelares da medicina" (VASCONCELLOS, 1905: 146; VASCONCELLOS: 1886: 43-46); Lambrino, por outro lado, aceitando uma perspectiva semelhante, considerou Endovélico uma entidade psicopompa, condutora das almas no Averno à semelhança do que, na sua versão, seria uma das funções do Arcanjo S. Miguel, o "praepositus paradisi" (LAMBRINO, 1951: 58).

Blazquez, que considera Endovélico "o mais importante de todos os deuses hispanos" (BLAZQUEZ, 1983: 285), integra-o, como vimos, juntamente com Ataegina, Vacodonnaego e Devaco Caburio, entre as divindades pré-romanas de carácter infernal; esse carácter seria sublinhado pela iconografia representada nas aras votivas, sobretudo o javali, a palma e a coroa, elementos que podem ser entendidos, segundo o mesmo autor, como símbolos de imortalidade. Esta opinião, alicerçada no esclarecido contributo de Scarlat Lambrino (LAMBRINO, 1952), é hoje partilhada pela maioria dos investigadores e permite enquadrar o culto de Endovélico no mesmo ambiente ritual que produziu as saunas e altares rupestres, cujo simbolismo ctónico já foi igualmente referido.

A natureza subterrânea do deus pode também depreender-se dos textos de algumas das inscrições votivas, nomeadamente aquela que utiliza a fórmula "ex imperatio Averno".

A interpretação filológica do teónimo como "muito negro" (da palavra basca "beltz", *negro*), reforça naturalmente esse sentido, apesar de, curiosamente, noutra interpretação igualmente plausível, o nome da divindade ser interpretado como *muito bom*, considerado o segundo elemento como derivado do radical indoeuropeu "uel", *bom*.

Outros (FERNANDEZ GOMEZ, 1973: 231; SALINAS, 1989: 475) atribuem a Vaelicus a raiz celta "vailos", *lobo*, interpretação que é sublinhada com o microtopónimo actual, Postoloboso. Curiosamente (e os jogos toponímicos raramente são mais do que curiosos), também numa das cristas da vizinha serra d' Ossa se conserva um topónimo largamente sugestivo, a Pia do Lobo.

Recentemente, Armando Silva (SILVA, 1986: 295-296) relacionou o teónimo Endovélico com os termos "velugo" e "volenti", atestados em epígrafes do Castelo da Feira, em que o radical "vel-vol" seria usado na formação de "qualificativos divinos", cujo significado não se esclarece.

7. O culto de Lug

De entre os santuários rupestres integráveis no mundo celta peninsular, tem merecido um certo destaque o santuário de Peñalba de Villastar (Teruel)

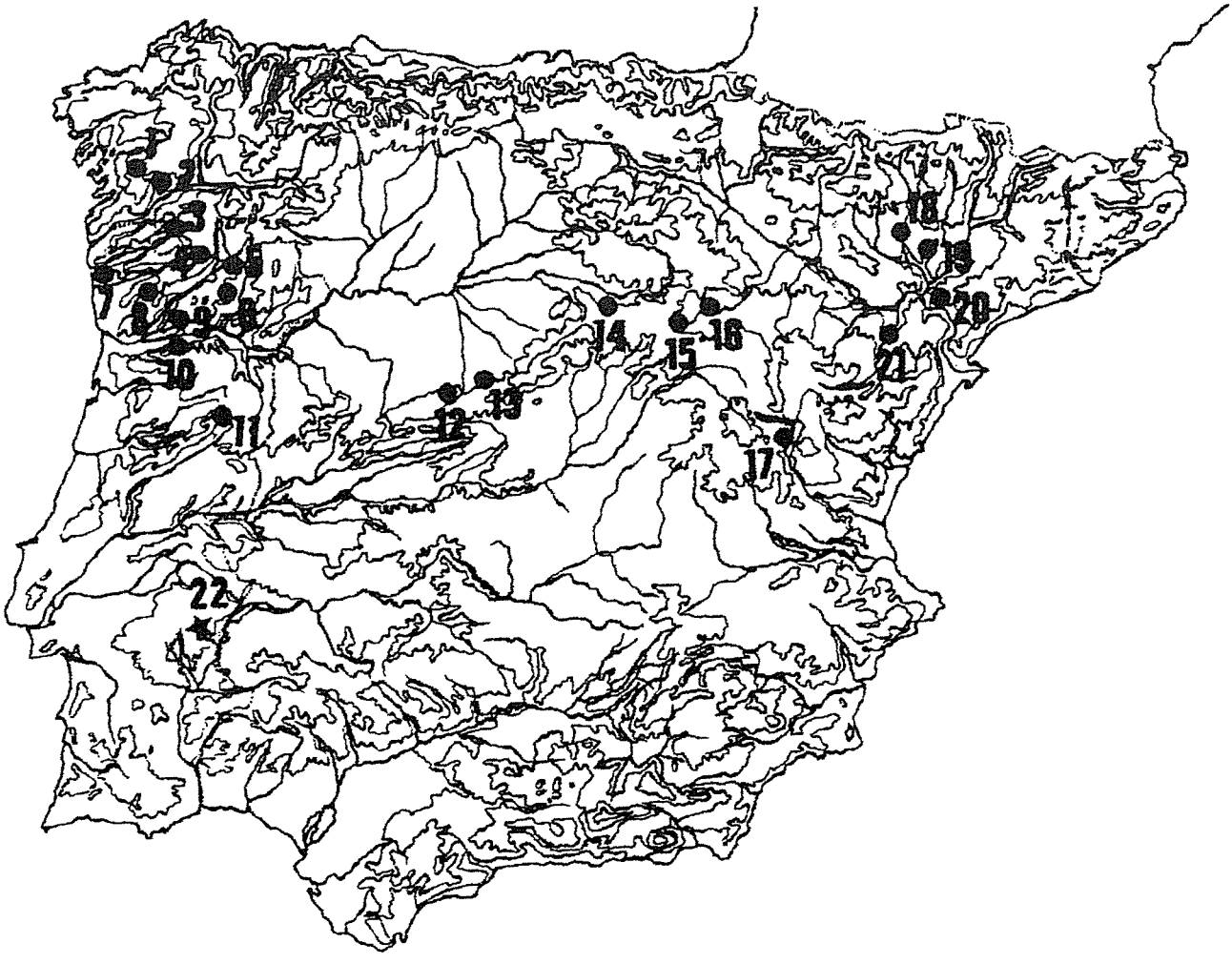
(MARCO, 1986; SOPEÑA, 1987: 56; SALINAS, 1989: 474; TOVAR, 1973).

Trata-se de um penhasco de calcário branco que coroa o topo de uma elevação, onde não se registaram degraus, mas em que foram escavadas pias e canalículos e gravada uma incrição rupestre (entre outras) que atesta o culto do deus Lug (MARCO, 1986). Este, apenas pontualmente representado na epigrafia, é conhecido sobretudo da mitologia irlandesa e de alguns topónimos de interpretação frequentemente problemática, como é o caso de Lugdunum (Lyon, França) ou de Lugo, na Galiza. Blazquez comenta a conhecida frase de César (BG VI, 17), repetida por Tácito (Germ. 9) que afirma que os celtas "veneram sobretudo o deus Mercúrio", considerando a assimilição, por sincretismo religioso, entre Lug e Mercúrio (BLAZQUEZ, 1975: 20).

Não deixa de ser sugestiva a hipótese de o mesmo teónimo corresponder ao primeiro elemento do hidrónimo Lucefece e do topónimo Lucas, ambos em estrita relação espacial com os santuários de Endovélico. Lug é considerado por Tovar (TOVAR, 1973) como uma divindade, cuja importância é "primordial na mitologia céltica conservada na Irlanda" (MARCO, 1986: 735), e cujo culto se terá generalizado no mundo celta, nomeadamente na Península Ibérica. O teónimo, curiosamente tem sido interpretado, tal como Endovélico, em dois sentidos contraditórios: considerado o radical indoeuropeu "leuk", brilhar, Lug seria uma divindade luminosa; pelo contrário, se partirmos da palavra gaulesa "lougos", o corvo ou o negro, que parece ter uma correspondência na lenda da fundação de Lugdunum, interpretado como "a colina dos corvos", Lug passaria a ter uma conotação obscura.

O significado de Lucefece, porém, talvez possa buscar-se noutra direcção. José Pedro Machado (MACHADO, 1967: 901) admite, entre outras hipóteses, uma possível raíz árabe para o hidrónimo, na senda de Leite de Vasconcellos (VASCONCELLOS, 1927: 189), embora também não adiante qualquer significado.

Auguste Cherbonneau (CHERBONNEAU, 1883: 147) refere o elemento "oucif" como um termo árabe significando "negro", o que levou Joaquim da Silveira, em nota manuscrita, a estabelecer a relação



Distribuição dos santuários rupestres, na Península Ibérica.

1. Panóias (Vila Real)
2. Mogueira (Resende). MANTAS, 1984.
3. Castelo do Mau Vizinho (Chaves). SANTOS JÚNIOR et al., 1983; EIRA, 1973;
4. Pias dos Mouros (Carrazedo de Montenegro). FREITAS, 1978; RODRIGUEZ COLMENERO, 1977: 320-327; TRANOY, 1981:340.
5. Castro de Roques (Vila Real) (?). SILVA, 1986: 301.
6. Vilar de Perdizes (Montalegre). ver SILVA, 1986, nota 307; FONTES, 1980: 9, 10; COLMENERO, 1993: 74-77.
7. Garfe (Póvoa do Lanhoso). SARMENTO, 1899, 1933: 274-277; 1970: 24-26.
8. Ulaca (Ávila). BLÁZQUEZ, 1991: 36; SALINAS, 1989: 475; LOPEZ CUEVILLAS e LORENZO FERNANDEZ, 1952: 38.
9. Las Cogotas (Ávila). SALINAS, 1989: 475; BLAZQUEZ, 1983: 231.
10. Arcóbriga ( ). BERROCAL, 1992: 62.
11. Monreal de Ariza (). SALINAS, 1989: 475; MARCO, 1986: 746; LOPEZ CUEVILLAS e LORENZO FERNANDEZ, 1952: 39 ("Monreal de Ariza, próximo da antiga Arcóbriga").
12. Peñalba de Villastar (Teruel). MARCO, 1986; TOVAR, 1973; SOPEÑA, 1987: 56; SALINAS, 1989: 474.
13. Termância (). SALINAS, 1989: 475; BLAZQUEZ, 1983:
14. Tamarite (Lérida). LARA, 1976: 16;
15. Almatret (Lérida). LARA, 1976: 16; MARCO, 1986: 746
16. Castejón del Puente (Huesca). MARCO, 1986: 746.
17. Palao (Alcañiz). MARCO, 1986: 746.
18. Cantamento de Pepina (Badajoz). BERROCAL, 1992: 192.
19. Pia dos Mouros e Fonte do Lagarto (Boborás). LOPEZ CUEVILLAS e LORENZO FERNANDEZ, 1952: 9.
20. Pia do Castro (Bande). LOPEZ CUEVILLAS e LORENZO FERNANDEZ, 1952: 11.
21. Mougás (Oya). LOPEZ CUEVILLAS e LORENZO FERNANDEZ, 1952: 11.

com "al-ucifece"[4] é curioso que este mesmo sentido tenha sido proposto, com base em origens linguísticas tão diversas, para Lug ou para Endovélico. E se admitíssemos uma raíz latina, sugerida pela forma Lucefecit, teríamos outra vez o significado de "luminoso", sugerido pela palavra "lux", luz, embora a semelhança com o termo latino Lucifer (BERROCAL, 1992: 61), remeta de novo para o domínio do infernal. Esta última leitura era, ao que tudo indica, aquela que fez Afonso X, nas Cantigas de Santa Maria, quando se refere ao Lucefece como o rio "de que seu nome nom digo" (MACHADO, 1967: 901).

8. Considerações finais

A romanização desta área, mantendo e assimilando as tradições religiosas pré-existentes, parece, no entanto, ter alterado profundamente a estratégia de ocupação do território, tanto ao nível do espaço profano como do espaço sagrado.

Os povoados da Idade do Ferro da região manifestam uma opção muito evidente pelos pontos mais escarpados dos afluentes do Guadiana e do próprio rio, solução que, nalguns casos, se comprovou ser já anterior. Exemplificam esta estratégia de implantação, os povoados do Castelão de Rio de Moinhos (Borba), Castelinho, Castelo Velho, Pena de Alfange, Províncios (Alandroal) e Brioa (Vila Viçosa). O santuário da Rocha da Mina, por seu turno, corresponde claramente ao mesmo padrão de estabelecimento.

Dentro deste quadro geográfico, é particularmente significativo o curso médio do Lucefece, em que se insere o território do(s) santuário(s) de Endovélico. Atendendo à escassa aptidão agrícola dos solos e à deficiente transitabilidade da área, por exemplo, parece ser a defensabilidade um dos factores mais significativos. Contudo, torna-se inviável justificar, por este critério, a densidade da necrópole megalítica do Lucas, com mais de dezena e meia de pequenas mamoas num círculo com pouco mais de 1 Km de diâmetro (CALADO, 1993b) ou o santuário com covinhas do Poio Grande.

A persistência de uma eventual tradição relativa à sacralidade desta área, a partir de época megalítica, consubstanciada no santuário do Poio Grande (Calcolítico/Bronze ?), na Rocha da Mina (Ferro) e no S. Miguel da Mota (Romano e Visigótico), parece ter continuidade, na Baixa Idade Média, no santuário da Boa Nova, a juzante e na Fonte Santa (sec. XVIII), a montante, junto ao Lucefece.

A identificação da Rocha da Mina com um suposto santuário primitivo de Endovélico é, naturalmente, provisória, pois só a escavação deste sítio e do S. Miguel da Mota poderá proporcionar uma base mais sólida para avaliar uma tal hipótese. No entanto, a compreensão do fenómeno Endovélico, e por extensão, da realidade mágico-religiosa do território dos célticos, passa necessariamente pela integração deste dado fundamental.

Em todo o caso, a interpretação de Endovélico e Ataegina como divindades infernais, feita a partir dos estudos linguísticos, iconográficos e epigráficos, coincide com o significado ctónico que geralmente se tem atribuido a alguns elementos estruturais dos santuários rupestres, de que a Rocha da Mina representa o único exemplar até agora identificado nesta área cultural.

A introdução, ainda insuficientemente escorada, do tema Lug na problemática endoveliciana, pode ser, por outro lado, uma das chaves para a compreensão do sentido e da extensão do culto de ambas as divindades.

Finalmente, em termos metodológicos, repare-se na importância fundamental da prospecção arqueológica na interpretação dos territórios e estratégias de povoamento e na própria compreensão dos sítios singulares, como é o caso do Endovélico. Apesar dos milhares de páginas escritas sobre o tema, continuavam por identificar sítios arqueológicos determinantes para a sua contextualização e compreensão, como a Rocha da Mina, a menos de 4 Km do S. Miguel da Mota, ou o Poio Grande e as antas do Lucas a menos de 3 Km. Também a escavação do Castelo Velho, apenas iniciada, confirmou a ocupação do sítio desde o Calcolítico, com uma forte expressão no Bronze Final, permitindo situar, com alguma solidez, o santuário de Endovélico num eventual contexto de continuidade ritual, geograficamente delimitado entre a serra d' Ossa e o Guadiana.

Referências Bibliográficas

ALMAGRO-GORBEA, M.; GRAN-AYMERICH, J. (1992) – El estanque monumental de Bibracte (Mont Beuvray, Borgoña). Madrid: Ed. Complutense.

ARGENTE, J.L. (1985) – Tiermes. Guía del yacimiento arqueológico. Madrid.

ARMAGRO-GORBEA, M.; ÁLVAREZ-SANCHÍS, J. (1993) "La 'sauna' de Ulaca: saunas y baños iniciáticos en el mundo céltico". Cuadernos de Arqueologia de la Universidad de Navarra. Navarra.

[4] Informação gentilmente prestada pelo Dr. Cardim Ribeiro que possui o texto de Cherbonneau anotado por Joaquim da Silveira.

AUBET, M. E. (1987) – Tiro y las colonias fenícias de occidente. Barcelona: Ed. Bellaterra.

BEIRÃO, C. M. (1987) – "Um depósito votivo da II Idade do Ferro, no Sul de Portugal e as suas relações com as culturas da Meseta". Studia Palaeohispanica. Madrid, 2-3, p. 207-221.

BERMEJO, J. C. (1986) – Mitologia y mitos de la Hispania prerromana. Torrejón del Ardoz.

BERROCAL, L. (1992) – Los pueblos celticos del suroeste de la Peninsula Ibérica. Madrid: Ed. Complutense.

BLÁSQUEZ, J. M. (1975) – Diccionário delas Religiones Primitivas de Hispania. Madrid.

BLÁSQUEZ, J. M. (1987) – Recientes aportaciones a las religiones primitivas de Hispania. (Addenda y corrigenda). Homenagem a Francisco Adrados. Madrid: Ed. Gredos, II.

BLÁSQUEZ, J. M. (1991) – Religiones en la España Antigua. Madrid: Cátedra.

BLÁSQUEZ, J. M. (1983) – Religiones Prerromanas. In Primitivas Religiones Ibéricas. Madrid: Ed. Cristiandad, II.

BRUNAUX, J-L. (coord.) (1991) – Les sanctuaires celtiques et leurs rapports avec le monde mediterranéen. Paris: Ed. Errance.

CALADO, M. (1993) – Carta Arqueológica do Alandroal. Alandroal: C.M. Alandroal.

CALADO, M. (no prelo) – A necrópole dolménica do Monte do Lucas (Alandroal). Com. apresentada às V Jornadas Arqueológicas da A.A.P.(1993). Lisboa.

CALADO, M.; BAIRINHAS, A. (no prelo) – O santuário pré-histórico da Horta da Ribeira (Redondo). Com. apresentada às V Jornadas Arqueológicas da A.A.P. (1993). Lisboa.

CHERBONNEAU, A. (1883) – "Légende Territoriale d'Algérie". Revue de Geographie. Paris.

COLMENERO, A. (1993) – Corpus-catálogo de inscripciones rupestres de época romana del cuadrante noroccidental de la Península Ibérica. A Coruña: Ed. do Castro.

COLMENERO, A.; LOURENÇO, A. (1980) – "El culto de los montes entre los galaico-romanos". Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular. Guimarães, p. 21 ss.

CORREIA, V. (1921) – El Neolítico de Pavia (Alentejo, Portugal). Madrid: Museo Nacional de Ciências Naturales.

EIRA, P.e A. (1973) – "O Castelo do Mau Vizinho". Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Porto, XXII, 3, P. 345-351.

ESPANCA, P.e J. (1882) – "O Deus Endovélico dos Celtas (sic) do Alentejo". Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa, III série, 4, p. 253-256, 5, p. 274-296.

ESPANCA, P.e J. (1983) – Memórias de Vila Viçosa. Vila Viçosa: C.M. Vila Viçosa.

ESPANCA, T. (1975) – Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora. Lisboa: I.A.C., VII.

FABIÃO, C. (1993) – A romanização do actual território português. In História de Portugal, dir. J. Mattoso. Lisboa: Ed. Estampa, p. 203-299.

FERNANDEZ GOMEZ, F. (1973) – "El santuário de Postoloboso (Candeleda, Ávila). Noticiário Arqueológico Hispanico – Arqueologia. Madrid, 2.

FERNANDEZ GOMEZ, F. (1987) – Excavaciones arqueológicas en el Raso de Candeleda. Madrid.

FERREIRA, O. V. (1966) – "Uma estela de tipo 'Pedra Formosa' encontrada no Castro de Fontalva (Elvas)". Revista de Guimarães. Guimarães, 76 (3-4), p. 359-362.

FONTES, A.L. (1979-1980) – "Culto ao Deus Larouco – Júpiter e Ategina". Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular. Guimarães/Barcelos: Ed. do Minho, III.

LAMBRINO, S. (1951) – "Le Dieu Lusitanien Endovellicus". Bulletin des Études Portugaises. Coimbra: Coimbra Editora, 15, p. 93-146.

LARA, F. (1976) – La religión y el culto romanos en las tierras de Lérida. Lérida.

LOPEZ CUEVILLAS, F.; LORENZO FERNANDEZ, J. (1952) – "Cuatro peñas con pilas en el Sur de Galicia". Cuadernos de Estudios Gallegos, VII, 21.

MACHADO, J. P. (1967) – Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa. Lisboa: Ed. Confluência, II.

MACIEL, M. e T. (1985) – "Fragmento de ara a Endovélico, de Juromenha (Conventus Pacensis)". Ficheiro Epigráfico. Coimbra, 15.

MANTAS, V.G. (1984) – "A inscrição rupestre da estação luso-romana de Mogueira (Resende). Revista de Guimarães. Guimarães, XCIV.

MARCO, F. (1983-84) – "Consideraciones sobre la religiosidad ibérica en el âmbito turolense". Kalathos. Teruel, 3-4, p. 71-94.

MARCO, F. (1986) – El dios céltico Lug y el santuário de Peñalba de Villastar. Estudios en homenage al Dr. A. Beltrán. Zaragoza.

MARTINEZ SANTA-OLALLA, J. (1935) – Monuments funéraires céltiques: les "Pedras Formosas" et les Stèles en forme de maisons. Cahiers d'histoire et d'archéologie. Nîmes, 3 (30), p. 103-118.

MOITA, I. (1971) – Povoados, redutos e santuários castrenses (Ensaio de classificação). Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia. Coimbra: Junta Nacional de Educação, 1, p.271-281.

PEREIRA, G. (1889) – "O Santuário de Endovéllico". Revista Archeológica. Lisboa, 3, p. 145-149.

PRESEDO, F. (1980) – Cultura y religión ibéricas. in História de España Antigua. Madrid: Ed. Cátedra, I.

SALINAS, M. (1982) – "El culto del dios Lug y la prática de los sacrifícios humanos en la Celtibéria". Studia Zamorensia. Zamora, 4, p.303-311.

SALINAS, M. (1989) – Los pueblos de la Cuenca del Duero. In História de España. Madrid: Ed Gredos, II, p. 429-477.

SANTOS JÚNIOR, J.R.; FREITAS, A.M.; EIRA E COSTA, A.; SANTOS JÚNIOR, N. (1991) – O Santuário do Castelo do Mau Vizinho. Revista de Guimarães. Guimarães, p. 368-410.

SILVA, A.C.F. (1986) – A cultura castreja no Noroeste de Portugal. Paços de Ferreira.

SILVA, A.C.F. (1986) – "Endovélico". Dicionário Ilustrado da História de Portugal. Lisboa: Alfa, I, p. 208.

SOPEÑA, G. (1987) – Dioses, ética y ritos. Aproximaciones para una comprensión de la religiosidad de los pueblos celtibéricos. Zaragoza.

TRANOY, A. (1981) – La Galice romaine. Recherches sur le nord-ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité. Paris: Diffusion du Boccard.

VASCONCELLOS, J.L. (1897-1905-1913) – As Religiões da Lusitânia. Lisboa: Imprensa Nacional.

VASCONCELLOS, J.L. (1927) – De terra em terra. Lisboa: Imprensa Nacional, II.

VASCONCELLOS, J.L. (1900) – O Deus Lusitano Endovélico. Notícia sucinta. Sep. do jornal "O Dia". Lisboa.

VASCONCELLOS, J.L. (1905) – "Santa Maria de Terena no sec. XIII". O Archeólogo Português. Lisboa, X.

A CERÂMICA CAMPANIENSE DO ACAMPAMENTO ROMANO DA LOMBA DO CANHO (ARGANIL)[1]

Carlos FABIÃO*
Amílcar GUERRA*

Abstract

This paper deals with the campanian ware collected from the excavations made in the roman camp Lomba do Canho (Arganil) since 1956 to 1983. It is the tipical homogeneous sample of the B circle produtions of the middle I century BC (F 2230/2280; F 2300 and F 7500). The other roman artifacts from the site, such as coins, lamps, amphorae, ensure a setting and an occupation dating from the second and third quarter of the I century BC.

Given the lack of studies on campanian ware of the Portuguese territory, a reexamining of the published data was made taking into account the typology of Jean Paul Morel. Though the available information is not yet representative, it may insight the distribution trends of the campanian ware. First: It might be possible that such a kind of ware could have arrived to the Portuguese territory only during the roman conquest, since the most ancient examples date back to the middle of the II century BC. Second: the distribution pattern suggests a strong linkage between the roman presence and the imports of this kind of wares, given the absence of evidence in the nordern territory until the middle of the I century BC. Third: two different, though contemporaries, channels of distribution can be found in the south : one along the shore, and the other confining to the continental areas from the low Guadiana valley.

Some footnotes bring up-to-date the information, as this paper was delivered for publication in 1984.

* Centro de Arqueologia (UNIARQ). Faculdade de Letras. PF 1699 Lisboa Codex Portugal.

[1] O presente texto foi entregue para publicação na revista "Clio-Arqueologia" em Dezembro de 1984. Constituiria, então, o primeiro de um conjunto consagrado ao estudo dos materiais recolhidos na Lomba do Canho, Arganil. Pretendia, para além da apresentação das campanienses propriamente ditas, ensaiar um balanço da história da investigação sobre este tipo de cerâmicas, tanto no mundo romano como em Portugal – recorde-se que tinha sido recentemente publicada a obra de síntese de J.-P. Morel (1981).

Problemas de vária ordem protelaram excessivamente a sua publicação; por outro lado, outros textos sobre o sítio arqueológico foram entretanto editados, remetendo com frequência para este estudo (v. final da bibliografia); simultaneamente verificaram-se novos progressos na investigação sobre as campanienses, embora o panorama nacional não se tenha alterado substancialmente – na própria Lomba do Canho não se registaram novas escavações desde 1983.

A dez anos de distância colocava-se-nos, naturalmente, a dúvida sobre o que fazer: reformular de raiz o presente estudo, ou apresentá-lo sem alterações de maior. Optámos pela segunda hipótese, não por presumirmos que ele constitua algo de incontornável, mas sobretudo porque nos pareceu sem sentido uma reformulação mais profunda, que, para além do mais, desvirtuaria o sentido de um texto que citámos já frequentes vezes. Por outro lado, como não se publicou em Portugal qualquer recensão ao citado livro de Morel julgámos que se justificaria também a manutenção do capítulo introdutório. Nos poucos casos em que tal se justifica, procurámos assinalar bibliografia mais recente.

Introdução

O acampamento militar romano da Lomba do Canho, em Arganil, foi identificado em 1956 pelo Senhor Prof. Doutor João de Castro Nunes, que efectuou no local, nos finais da década de 50, uma série de sondagens de que publicou alguns resultados preliminares (NUNES, 1958a, 1958b, 1959). Em 1960-61 realizou escavações em dois sectores do sítio arqueológico (Sectores A e P), que se revelaram de extrema importância para a compreensão da natureza do local, bem como para o conhecimento da sua organização.

Após prolongada interrupção, os trabalhos prosseguiram em 1976, tendo os signatários assumido a partir de 1980, sempre sob a direcção do referido Professor, responsabilidades na orientação dos trabalhos de campo, sobre os quais publicaram uma notícia preliminar (GUERRA / FABIÃO, 1987). Nesta segunda fase, os trabalhos incidiram sobre os sectores Q, D, B e E.

De entre os diversos conjuntos de materiais recolhidos, apresentamos agora o das cerâmicas de tipo campaniense, que nunca foi objecto de publicação, embora pela sua importância no contexto da arqueologia do actual território português, fosse já do conhecimento da comunidade científica (DELGADO, 1971: 403 e ALARCÃO / ETIENNE, 1976: 172).

1. Panorâmica dos Estudos sobre Cerâmica Campaniense

1.1. A estrutura da *Classificazione Preliminare*

A investigação sobre a cerâmica campaniense conta desde há alguns anos com um instrumento fundamental – uma nova tipologia (MOREL, 1981) que resolve algumas dificuldades com que outras categorias da cerâmica romana (particularmente as lucernas, as ânforas e em muitos aspectos também a *sigillata*) se debatem[2].

A necessidade de revisão da tipologia de Lamboglia tinha já sido por diversas vezes acentuada, especialmente por Morel, dado que, tal como o seu autor fez sempre questão de frisar, se tratava de uma "classificação preliminar". Apesar desta circunstância, a sua vigência como tipologia única foi longa e nessa qualidade deu largo contributo para o avanço da investigação.

Nas suas linhas gerais, a comunicação apresentada ao *1.º Congresso Internazionale di Studi Liguri*, em 1950, propõe um quadro tipológico que assenta sobre três critérios:

– um critério morfológico, ponto de partida para qualquer tipologia cerâmica, serviu de base ao estabelecimento das cerca de sessenta formas, ordenadas de acordo com os outros dois parâmetros.

– um critério tecnológico, pelo qual distinguiu três tipos, tendo em conta principalmente as características de pasta e verniz: o tipo A, de pasta vermelha; o tipo B, de pasta clara; o tipo C, de pasta cinzenta. Deste modo se agruparam as formas em três conjuntos: Formas 1 a 16 (comuns aos tipos A, B e C e "típicas" de B); Formas 17 a 20 (tipo C); Formas 21 a 63 (de tipo A).

– Finalmente um critério cronológico que preside à organização das formas de A "típicas": "de transição" (Formas 21 a 29), "recentes" (Formas 30 a 36), "precoces" (Formas 40 a 63).

Pela conjugação dos dois primeiros critérios Lamboglia estabeleceu subdivisões dentro das formas de base comuns a mais do que um tipo e, por sua vez, dentro de cada uma destas, considerou nalguns casos, a existência de variantes, determinadas por particularidades morfológicas tidas como relevantes. Assim, por exemplo, temos na forma 1 B duas variantes (a e b).

1.2. Da *Classificazione Preliminare* à tipologia de Morel

A atenção que a partir daí se prestou a esta categoria cerâmica levou a que se multiplicassem as publicações que deram a conhecer novas formas e, em consequência, se complexificasse a tipologia de base. Durante o período que se seguiu alguns acrescentos significativos foram introduzidos, normalmente por um dos três processos seguintes:

– pela criação de variantes de formas já existentes, seguindo um critério já largamente usado pelo seu autor;

– pelo recurso às formas "mistas" (ou "intermédias") que correspondiam a exemplares que possuíam características de duas formas preexistentes, sem ser possível assimilá-los apenas a uma delas. Este recurso, já usado na *Classificazione Preliminare*, embora em escala reduzida, acabou por se generalizar, apesar de se levantarem algumas dúvidas quanto à sua legitimidade. Foi o próprio Lamboglia o primeiro a reconhecê-lo e, após ele, várias vezes se chamou a atenção para as dificuldades e os problemas que tal prática coloca;

– pela criação de formas novas, o que fez com que o número inicial triplicasse. A objecção principal levantada às novas formas é a de acabarmos por obter uma tipologia onde se perdem os critérios que

[2] Recorde-se que o presente texto data de 1984.

presidiam ao seu estabelecimento, passando a sobrepor-se o da ordem de publicação.

Foram as dificuldades levantadas por estes dois últimos processos que acabaram por ser determinantes para o surgimento de uma nova tipologia que desse uma nova ordem ao material entretanto acumulado e ultrapassasse o carácter "fechado" da *Classificazione Preliminare*.

Apesar destas limitações, importantes contributos se deram para o avanço da investigação neste campo restrito da cerâmica romana. Por um lado reduziu-se a importância atribuída a determinadas características tecnológicas. Por exemplo, a coloração das pastas, a aderência ou o brilho do verniz tenderam a perder o peso que inicialmente lhes fora dado como elementos caracterizadores das produções e, à medida que novos tipos se foram definindo, sentiu-se a dificuldade em distingui-los apenas ou sobretudo por estes critérios.

Este facto é particularmente sentido nas produções aparentadas ou que imitam a Campaniense B, como acentua Morel no Colóquio *A propos des céramiques de Conimbriga* (1975: 89). Para tal contribuíram seguramente as análises laboratoriais com vista a obter dados que permitissem identificar os elementos que entram na composição dos diferentes tipos. A primeira tentativa feita neste domínio procurou isolar as características distintivas dos tipos A e B e os seus resultados foram essencialmente os seguintes (PICON *et al*,1971):

– A diferente coloração das pastas de A e de B resulta da elevada quantidade de cálcio desta última que provoca um clareamento após a cozedura a altas temperaturas.

– As oscilações a que está sujeita a cor das pastas resulta, para além da percentagem de cálcio que possui, das condições de cozedura, as quais podem conduzir a alterações significativas.

– Daqui resulta que o critério de coloração deve ser relativizado ou, em termos práticos, uma pasta idêntica pode obter-se em oficinas e situações diferentes e peças de um período relativamente restrito podem apresentar aspectos muito diferentes. Este problema é particularmente sentido nas produções do tipo B, mais sujeitas a estas alterações.

Mas, se este critério tecnológico foi perdendo força, outros houve em que se deu o inverso. Foi o que aconteceu com as particularidades formais para cuja importância o primeiro a chamar a atenção foi, também, Lamboglia: quando, por exemplo, em determinadas formas da sua *Classificazione* estabelece a distinção entre os tipos B e C através de pormenores da forma do pé (LAMBOGLIA,1952: 156). É exactamente sobre a secção do pé que mais se veio a insistir posteriormente, atribuindo-se-lhe uma importância fundamental na classificação e cronologia das peças. Nesta linha se insere a primeira tentativa de sistematização deste pormenor, levada a cabo por Morel (1965: 224-231) sobre a Campaniense do Fórum Romano e do Palatino. Mais recentemente, num trabalho sobre a Campaniense de *Emporion* e *Rhode*, Sanmartí (1978a: 595-602) define 43 tipos diferentes de pé, acentuando o significado desta particularidade formal.

No tocante aos elementos decorativos, é Lamboglia que desde os primeiros trabalhos acentua a sua importância (1952: 201; 1954: 133-136) e Morel (1963: 19-20; 1969: 67-81) e Sanmartí (1978b: 27-28) sublinham e dão seguimento a esta ideia.

Merecem ainda referência, dentro desta linha, afirmações mais recentes de Morel (1978: 150) tendentes a valorizar as observações sobre estes e outros particulares: número e localização dos sulcos e estrias, aspecto do fundo externo, etc..

Paralelamente assiste-se à preocupação com o esclarecimento da terminologia e do seu alcance. A designação de "imitação", por exemplo, teve de ser restringida à medida que se constatou a capacidade criativa dos ateliers não tradicionais. Este problema foi claramente colocado por Morel nestes termos:

1. A designação de "imitação" não se aplica a todos os casos em que se nota semelhança, mas implica "à la fois la posterité et la volonté de copier".

2. Em certos casos devemos mesmo considerar que a "imitação" se deu no sentido contrário do que se costuma pensar, isto é, os modelos imitados foram fornecidos pelas pretensas cópias ou estas representam uma inovação e uma peculiaridade de gosto, de cariz regional, que as torna autónomas (1978: 152).

No entanto, os progressos mais significativos no período posterior à *Classificazione Preliminare* registaram-se no âmbito da identificação das diferentes produções e na sua localização espacio-temporal. E, à medida que o quadro de tipos se complexifica, vão-se esclarecendo as relações entre eles.

Os reflexos a nível da terminologia são uma consequência deste fenómeno. Designações como "campaniense A","B" ou "C", mais do que conjuntos identificáveis pelas suas características tecnológicas e formais, caminham no sentido de verem a sua área de produção limitada a um território circunscrito: a "A" à região de Nápoles-Ischia; a "B" à Etrúria e a "C" a Siracusa e arredores.

Ao lado destes tipos (ditos "universais" pela ampla difusão que tiveram em todo o mundo romano), crescem os tipos de circulação restrita, abrangidos sob a designação genérica de "produções regionais e locais", noção esta que, aliás, não é exclusiva

da cerâmica campaniense. No entanto, a sua aplicação generalizada a esta categoria cerâmica só recentemente se deu, devido ao peso que lhe atribui Morel, particularmente nas suas mais recentes obras (1978, 1981). A expressão designa produções "não-universais" cujo centro produtor não foi identificado com precisão, mas que não deve ser muito afastado do local do achado.

Entre os tipos de difusão "universal" e os de difusão "regional" e "local" são colocadas as produções que conheceram uma expansão intermédia, como é o caso da cerâmica "aretina de verniz negro" e das produções do "atelier das pequenas estampilhas".

A investigação tem procurado determinar as características e a origem das produções "regionais" e "locais", campo em que muito se tem feito. A tarefa tem sido levada a cabo com base fundamentalmente nos aspectos formal e tecnológico e desse facto é reflexo o nome por que se conhecem algumas dessas produções: pela forma produzida ("atelier 24 B – 25 B", "grupo 96"); por determinado pormenor formal ("produção das asas em orelha"); pelas características da decoração ("atelier 1+5", "atelier das pequenas estampilhas", "das três palmetas radiais"); por uma marca alfabética ("Nikia-Ion").

O grau de conhecimento e precisão a que os estudos chegaram varia, no entanto, de caso para caso, obedecendo a vários factores de que destacamos a distância dos centros tradicionais de produção e a intensidade da investigação. É por este motivo que as áreas periféricas ocidentais são aquelas que menos podem contribuir (por um e outro motivo) para a definição do quadro das produções. Não é por acaso que o Norte de África e o ocidente ibérico são as regiões onde reina maior incerteza quanto a este aspecto da investigação arqueológica. E, pelo contrário, a Península Itálica é a região que apresenta um grau de conhecimento mais detalhado, pelo menos no que diz respeito a determinadas produções.

Verifica-se que a maioria dos tipos identificados se situa nesta zona, embora o grau de precisão seja variável. Poderíamos distinguir três níveis de conhecimento:

1. – Tipos seguramente produzidos numa localidade identificada ou nas suas proximidades ("romano", "aretino", "de Tano", "de Volterra", "de Cápua", etc.);

2. – Tipos seguramente produzidos numa zona relativamente restrita, recebendo por vezes o nome de um importante centro produtor nele situado ("de Cosa", "de Gnathia") ou dessa região ("cinzenta de Ibiza");

3. – Produções de uma região mais vasta onde persiste ainda uma relativa incerteza quanto aos centros de produção ("atelier 27 GL" do Golfo de Lyon; "grupo 96" do Lácio ou Etrúria meridional; "24 B – 25 B" de uma área que vai do Languedoc ocidental à Catalunha; etc.).

1.3. A Tipologia de Morel e a Cerâmica Campaniense de Portugal

Se percorrermos as obras da especialidade não nos será difícil constatar que muito há a fazer no que toca à identificação das produções representadas no território português, nas suas implicações cronológicas e históricas. A dificuldade é devida, entre outros motivos, às circunstâncias em que ocorrem os achados – a maioria provêm de sítios cuja estratigrafia não foi reconhecida nem descrita, ou não era suficientemente precisa de modo a permitir a sua datação rigorosa. Com frequência acontece que é a própria campaniense a servir de base ao estabelecimento da cronologia e não o inverso. Por outro lado, a grande diversidade dos fabricos representados, aliada ao escasso número de peças, faz com que se torne difícil o aparecimento de hipóteses de localização dos seus centros de produção. Esta situação é determinada pelos condicionalismos a que estiveram sujeitos os trabalhos arqueológicos e as respectivas publicações de resultados.

Por isso este estudo não pretende mais do que inserir os materiais da Lomba do Canho no contexto dos achados idênticos do território português, acompanhando essa tarefa de alguns comentários julgados oportunos.

Deparámos com a necessidade de proceder liminarmente a uma escolha: se continuar a usar a tipologia tradicional de Lamboglia, que serviu de base a todas as publicações antecedentes, se optar por uma conversão para a recente proposta de Morel (1981).

De facto, esta última apresenta uma estrutura bem diferente da sua predecessora:

a) Morel propõe-se superar o carácter preliminar da *Classificazione*, constituindo para tal uma tipologia "aberta" que elimina um dos principais óbices apontados à obra de Lamboglia.

b) É uma tabela descritiva cuja organização assenta exclusivamente em critérios formais. Tal não significa que não se atribua valor aos aspectos tecnológicos, cronológicos e funcionais; mas estes não são relevantes na estrutura da tipologia.

c) É uma classificação taxonómica, que reproduz as sistematizações das ciências da natureza – categorias que se dividem em géneros; géneros que se subdividem em espécies e estas em séries que, por sua vez, se repartem em tipos.

d) Agrupa os indivíduos de acordo com os seus atributos, recorrendo com frequência a oposições binárias para distinguir grupos. Nota-se uma particular preocupação com o rigor, sobretudo quando a

classificação envolve uma apreciação subjectiva. Nestes casos, com frequência, o dado qualitativo é esclarecido pelo quantitativo. Veja-se, a título de exemplo, a caracterização da espécie 4240 onde se recorre a um índice para distinguir vasos pouco profundos, profundos e bastante profundos (MOREL, 1981: 269).

e) Há nesta obra uma preocupação metalinguística que se reconhece no esforço desenvolvido no sentido de esclarecer o alcance das expressões usadas, sobretudo aquelas que mais se prestariam a ambiguidades.

f) Por fim, este trabalho faz a síntese das principais linhas de força que se foram definindo após o estabelecimento da tipologia de Lamboglia. Especial relevo é dado à sistematização dos pormenores formais, com especial destaque para as secções dos pés, tarefa para a qual, como vimos, tinha já contribuído (v. *supra*). As asas, os bordos e os fundos são igualmente objecto de uma tipologia que, todavia, não atinge as proporções, nem possui o alcance da tipologia elaborada para as secções dos pés.

Por tudo isto, parece-nos que não há já motivo para ficarmos limitados à *Classificazione Preliminare*, devendo, tanto quanto possível, inserir os achados na nova tipologia. Esta opção, no entanto, impõe ao mesmo tempo que não se esqueçam as designações tradicionais, dado que para elas remetem todas as publicações até ao momento feitas no nosso território. Por outro lado, e no que diz particularmente respeito às peças muito fragmentárias (número significativo dos achados portugueses), continua a ser extremamente cómodo recorrer à tipologia de Lamboglia. Ora a obra de Morel adapta-se fundamentalmente ao enquadramento da peças inteiras ou integralmente reconstituíveis, podendo criar a tendência para se esquecerem os fragmentos que, apesar de tudo, transmitem importantes informações.

2. O Conjunto das Cerâmicas Campanienses

2.1. Considerações Gerais

O conjunto de campanienses do acampamento da Lomba do Canho revela particularidades, quer formais, quer tecnológicas, que permitem afirmar estarmos perante materiais coevos, eventualmente saídos de um mesmo "atelier" – excepção feita a um exemplar (LC 552). Todos os fragmentos, excepto o citado, apresentam pastas muito bem depuradas, onde os elementos não plásticos são raros e difíceis de identificar por exame macroscópico (são inferiores a 0.5 mm). A coloração é igualmente homogénea, variando nas tonalidades de amarelo avermelhado (5 YR 6/8 a 7.5 YR 8/6), exceptuando-se apenas o já citado LC 552, que apresenta uma coloração castanha acinzentada (10 YR 5/2), não sendo possível determinar se se trata de uma variação de centro de produção, de acidente de cozedura, ou de alteração sofrida durante ou após a sua utilização – é o único exemplar recolhido à superfície, depois de prolongada exposição aos agentes naturais de erosão. De uma maneira geral, todas as peças se encontram em mau estado de conservação, com o verniz muito estalado, caindo com a simples lavagem, e a pasta carcomida e com tendência para se esboroar, devido à acidez do terreno.

Quanto à distribuição dos achados, constatamos a sua dispersão pelas diferentes áreas escavadas, mas especialmente concentrados em duas zonas. Um conjunto de sete fragmentos, na sua maioria pertencentes à F. 2230-2280 (=Lamb. 5 ou 7), provem da sondagem nº 3 (v. Fig.1); um outro, em boa parte constituído por exemplares da F. 2300 (= Lamb. 1) do Sector Q. Nas restantes áreas, este tipo de materiais é bastante raro, havendo somente a assinalar o aparecimento de um exemplar em cada um dos sectores B, C, E e P e um outro na Sondagem nº 2 (v. Fig. 1).

As concentrações assinaladas no Sector Q e na zona do Sector C e Sondagem nº 3 não podem ser cotejadas com os dados de outras áreas, visto que algumas foram apenas parcialmente escavadas, enquanto que outras se encontravam quase totalmente destruídas. Acresce que as intervenções se realizaram sobretudo na zona central do acampamento e haveria que proceder, pelo menos, a algumas sondagens noutros pontos do mesmo, a fim de se poder interpretar devidamente este tipo de distribuição.

2.2. Tipos Representados

a) F. 2230-2280 (=Lamb. 5/7)

No que concerne a estas formas, deve assinalar-se a existência de uma canelura larga na parede exterior, abaixo do bordo, particularidade extremamente rara na cerâmica campaniense que conhecemos. Figura apenas num exemplar da tipologia de Morel (F. 2272a 1), num outro do segundo naufrágio de Grand-Congloué (LAMBOGLIA, 1961: Fig. 6, n.5) e numa peça da "villa" de Settefinestre (CARANDINI / SETIS, 1979: 89), qualquer delas identificada como produção da Etrúria, provavelmente não "verdadeira B", datável da primeira metade do Séc. I a.C.. Curiosamente, é entre o material publicado do actual território português que encontramos mais paralelos para os nossos

exemplares: um na necrópole de Alcácer do Sal (DELGADO, 1971: n. 18) e outro em Vaiamonte (*Id.*: n.22).

Da observação das bases e dos pés, pareceu-nos existirem características formais que aproximam o LC 548 dos pés rectilíneos da Campaniense A, embora se trate de um fragmento inquestionavelmente pertencente às produções de B ou com elas aparentadas; o LC 550 aproxima-se dos P 152/172 datáveis, na sua maioria dos meados do Séc. II e tidos como produções de B ou aparentadas; finalmente, o LC 809 integra-se no P 142, típico da Campaniense B e datável de meados do Séc. II. Assinale-se, no entanto, que um pé semelhante a este foi encontrado em Ampúrias, sendo considerado típico da B da primeira metade do Séc. I a.C. (SANMARTÍ, 1978: 600, Lam. 102), o que coincide com a cronologia que propomos para a Lomba do Canho.

b) F. 2300 (= Lamb. 1)

O único fragmento de bordo que possuímos (LC 551) não permite, pelas suas dimensões, uma grande precisão cronológica.

No que toca à forma dos pés, é de sublinhar a semelhança entre os três exemplares de Arganil (LC 545, 552 e 555) e o P 251 – produção de Campaniense B e aparentadas, datáveis do Séc. I a.C.. Esta semelhança formal é significativa, atendendo ao facto de se registar no LC 552 uma coloração de pasta e características de verniz diferentes dos restantes, como, aliás, já foi referido.

c) F. 7500 (= Lamb. 3)

A única peça que permite uma identificação segura é o LC 547, que corresponde à F.7551, enquadrável nas produções de B, ou similares, da primeira metade do Séc. I a.C..

2.3. Cronologia

Pelo que atrás ficou exposto, parece-nos indubitável que estamos perante um conjunto de produções de Campaniense B, ou aparentadas, enquadrável *grosso modo* na primeira metade do século I a.C.. Como conjunto, apresenta a associação das formas mais típicas da época: F 2230/2280, as mais numerosas, F 2300 e F 7500, respectivamente. As três peças de forma indeterminável não alterariam este quadro, visto que, presumivelmente, se enquadram em cada uma das classes atrás mencionadas.

Esta cronologia é, além do mais, confirmada por outros materiais deste sítio arqueológico, nomeadamente as lucernas, ou as moedas (v. Bibliografia e FARIA, 1981).

2.4. Descrição

2.4.1. F 2230-2280 (= Lamb. 5 e 7)

Nº1. LC 541 – Recolhido na Sondagem nº 3. Fragmento de bordo de uma F.2272 (=Lamb.7); diâmetro do bordo (=DB) 330 mm, altura exterior do bordo (=AB) 20 mm. Verniz espesso negro mate. Pasta depurada e homogénea, amarela avermelhada (Mun. 5 YR 6/8). Na face externa são visíveis estrias de alisamento e uma canelura larga e pouco profunda, abaixo do bordo. A parede apresenta inflexão angulosa.

Nº2. LC 542 – Recolhido no Sector P. Fragmento de parede de uma F. 2230-2280 (=Lamb. 5 ou 7). Verniz espesso negro mate. A pasta apresenta características idênticas ao exemplar anterior. Na parede externa são visíveis estrias de alisamento.

Nº3. LC 546 – Recolhido na Sondagem nº 3. Fragmento de bordo e parede de uma pátera, provavelmente uma F. 2272 (=Lamb. 7), pelas semelhanças que tem com os exemplares LC 541, 553 e 556. DB = indeterminável, AB 14 mm. Verniz espesso negro mate. Pasta homogénea e muito depurada, de coloração uniforme amarela avermelhada (Mun. 7.5 YR 8/6). Apresenta como principais diferenças em relação às outras peças similares, uma inflexão menos angulosa da parede externa e uma canelura mais estreita.

Nº4. LC 548 – Recolhido na Sondagem nº 2. Fragmento de pé e parede de uma F. 2230-2280 (=Lamb. 5 ou 7). Diâmetro externo do pé (=DEP) de 58 mm. Verniz espesso negro mate. Pasta depurada e homogénea de coloração uniforme amarela avermelhada (Mun. 7.5 YR 7/6). Apresenta na face externa vestígios de estrias de alisamento da pasta. O pé de faces rectilíneas quase paralelas, com uma base de sustentação plana e robusta, separa-se da parede por uma canelura. O fundo externo é elevado, em relação à base da parede exterior e possui uma protuberância central.

Nº5. LC 549 – Recolhido na Sondagem nº 3. Fragmento de bordo e parede de uma F. 2286 (=Lamb. 5 ou 7). DB = 240 mm. Verniz espesso cinzento escuro mate. Pasta depurada e homogénea de coloração uniforme amarela avermelhada (Mun. 7.5 YR 7/6).

Nº6. LC 550 – Recolhido no Sector Q. Fragmento de pé e parede de uma pátera F. 2230-2280 (= Lamb. 5 ou 7). DEP= 60mm. Verniz espesso negro mate. Pasta bem depurada, homogénea e de colora-

ção uniforme amarela avermelhada (Mun. 7.5 YR 7/6). O pé apresenta um ressalto estreito e arredondado na face externa, enquanto que a face interna se apresenta praticamente rectilínea.

Nº7. LC 553 – Recolhido na Sondagem nº 3. Fragmento de bordo e parede de uma F. 2272 (=Lamb. 7). DB = 320 mm, AB = 20 mm. Verniz espesso negro mate. A pasta é muito depurada, apresenta manchas acinzentadas, sendo a cor dominante o amarelo avermelhado (Mun. 5 YR 6/8). Pode considerar-se idêntica à LC 541.

Nº8. LC 554 – Recolhido na Sondagem nº 3. Fragmento de bordo de F. 2230-2280 (= Lamb. 5 ou 7). O diâmetro é indeterminável. Verniz espesso cinzento escuro mate. Pasta depurada e homogénea de coloração uniforme amarela avermelhada (Mun. 5 YR 6/8). Apresenta vestígios de estrias de alisamento.

Nº9. LC 556 – Recolhido no Sector C. Fragmento de bordo e parede de uma F. 2272 (= Lamb. 7). DB 360 mm, AB 16 mm. Verniz negro mate. Pasta depurada e homogénea de cor uniforme amarela avermelhada (7.5 YR 6/6). Peça semelhante a LC 541 e LC 553, tendo, no entanto, a canelura da face externa do bordo mais marcada e uma parede de menor espessura.

Nº10. LC 805 – Recolhido no Sector Q. Fragmento de parede de F 2230-2280 (= Lamb. 5-7). Verniz negro mate. Pasta depurada e homogénea de cor dominante amarela avermelhada (7.5 YR 7/6) com manchas castanhas claras (10 YR 6/3). Na face exterior são visíveis estrias de alisamento.

Nº11. LC 806 – Recolhido no Sector E. Fragmento de parede de uma F. 2230-2280 (= Lamb. 5--7). Verniz negro mate. Pasta depurada e homogénea de cor uniforme amarela avermelhada (7.5 YR 6/6). Vestígios na face externa de estrias de alisamento.

Nº12. LC 809 – Achado de superfície proveniente de um monturo de pedreira. F. 2270-2280 (= Lamb. 7). DEP 82 mm. Verniz negro mate. Pasta depurada e homogénea, muito manchada devido à prolongada exposição aos agentes erosivos. Cor dominante amarela avermelhada (7.5 YR 7/6). O pé é maciço, com ressalto anguloso na parede externa e larga base de apoio. Parede interna rectilínea e muito oblíqua. O fundo interno, muito menos espesso que a base da parede, apresenta uma estria.

2.4.2. F 2300

Nº13. LC 545 – Recolhido no Sector Q. Fragmento de pé e parede de uma F. 2300, provavelmente 2320 (= Lamb. 1). DEP 120 mm. verniz negro mate. Pasta depurada e homogénea de cor uniforme amarela avermelhada (7.5 YR 7/6). Pé separado da parede por uma canelura, de faces rectilíneas convergentes para a base, superfície de apoio estreita e face externa bastante oblíqua com uma estria. No fundo externo um sulco pouco profundo marca o arranque das faces internas.

Nº14. LC 551 – Recolhido na Sondagem nº 3. Fragmento de bordo e parede de uma F 2320 (= Lamb. 1). DB 120 mm. Verniz negro mate. Pasta depurada e homogénea de cor uniforme amarela avermelhada (7.5 YR 7/6). Apresenta duas caneluras bem marcadas na parede externa, junto ao bordo e paralelas a este.

Nº15. LC 552 – Recolhido no Sector Q. Fragmento de pé e parede de uma F. 2300 (= Lamb. 1), provavelmente uma F. 2320. DEP 120 mm. Verniz cinzento escuro com reflexos acastanhados. Pasta depurada, variando entre o amarelo (10 YR 7/4) e o castanho acinzentado (10 YR 5/2). Pé idêntico ao LC 545, mas sem estrias na face externa. O fundo interno apresenta duas estrias e o externo uma ligeira reentrância que o separa do pé. Duas estrias delimitam a zona do fundo externo e uma outra define uma protuberância central.

Nº16. LC 555 – Recolhido no Sector Q. Fragmento de pé e parede de uma F. 2300 (= Lamb. 1), provavelmente uma F. 2320. DEP 104 mm. Verniz negro mate. Pasta depurada e homogénea de cor uniforme amarela avermelhada (7.5 YR 6/6). Pé idêntico ao LC 545 e 552, sem estrias na face externa.

2.4.3. F. 7500

Nº17. LC 544 – Recolhido no Sector Q. Fragmento de bordo de uma F. 7500. DB 50 mm. Verniz negro mate. Pasta depurada e homogénea de cor uniforme amarela avermelhada (7.5 YR 7/6).

Nº18. LC 547 – Recolhido na Sondagem nº 3. Fragmento de pé e parede de uma F 7551 (=Lamb. 3). DEP 74 mm. Verniz negro mate. Pasta depurada e homogénea de cor uniforme amarela avermelhada (7.5 YR 7/6). Parede externa com duas estrias paralelas ao bordo. O pé demarca-se, por um ressalto, do fundo exterior. Este apresenta duas estrias concêntricas.

2.4.4. Formas indetermináveis

Nº19. LC 543 – Recolhido no Sector Q. Fragmento pertencente provavelmente a uma F. 2300 (= Lamb. 1). Verniz negro mate. Pasta depurada e homogénea de cor uniforme amarela avermelhada (7.5 YR 7/6).

Nº20. LC 807 – Recolhido no Sector Q. Fragmento de parede, possivelmente de uma F 2230--2280 (= Lamb. 5-7). Verniz negro mate. Pasta depurada e homogénea de cor uniforme amarela avermelhada (7.5 YR 7/6).

Nº21. LC 808 – Recolhido no Sector B. Fragmento de parede, possivelmente de uma F 7500 (= Lamb. 3). Verniz negro mate. Pasta depurada e homogénea de cor uniforme amarela avermelhada (7.5 YR 7/6).

3. A Cerâmica Campaniense em Portugal

3.1. Das primeiras identificações à síntese de Manuela Delgado (1971)

A primeira descrição de cerâmica de tipo campaniense encontrada em Portugal deve-se a A. J. Marques da Costa que, ao publicar os materiais provenientes de Chibanes (Palmela) refere um grupo de cerâmicas "(...) de pasta muito mais fina, e de superfície muito regular e revestida de uma fina camada de tinta negra e brilhante como verniz" (COSTA, 1910: 61).

A referência pertence ainda a uma época em que este tipo de cerâmica não tinha a importância que hoje se lhe reconhece nos domínios cultural e comercial, situação que começou a desenhar-se principalmente desde as investigações de Nino Lamboglia em Vintimiglia (LAMBOGLIA, 1950 e 1952).

Na década de 50 – por influência dos trabalhos do investigador italiano – multiplicaram-se as referências a este tipo de cerâmica encontrada em diversos locais do actual território português (CORTEZ, 1951; GIRÃO / OLEIRO, 1953; RIBEIRO et al, 1956; VIANA et al, 1956; VIANA (1958), 1970), mas só com os trabalhos de Manuela Delgado (1971 e 1975) beneficiaria de um primeiro inventário. Constituía um ensaio de tratamento sistemático e globalizante da maioria dos materiais guardados em Museus e recolhidos nas escavações de Conimbriga.

A autora reconheceu a presença das produções de grande difusão: A, B e – em número muito reduzido – C, bem como um conjunto de outras produções a que chamaremos "locais e regionais" – sem querermos dizer que os centros de produção se situavam no actual território português – que designou por tipos D, E, F, G, H, I, e ainda imitações em cerâmica comum (DELGADO, 1971: 413-418). Posteriormente, por sugestão de J.-P. Morel, assimilou ao tipo B as produções D e E (MOREL, 1975: 92 e DELGADO, 1976: 21).

O quadro então traçado e que no essencial se mantém foi o seguinte:

1) Insignificante presença da cerâmica campaniense no norte do país.

2) Importante presença de material de produção itálica e, consequentemente, fraca representação das produções "locais e regionais" – apesar da diversidade – bem como das produções de C.

3) A constatação de que o panorama deste tipo de cerâmica, sendo "(...) variado, não é muito vasto nem muito rico" (DELGADO, 1971: 403).

Se por um lado a investigação recente em Portugal não permite trazer grandes modificações ao esquema traçado por Delgado – praticamente apenas se acrescentaram mais alguns locais onde apareceu – por outro, a investigação além-fronteiras, nomeadamente os dados do Colóquio de Montpellier ("Archéologie en Languedoc", 1, Sete, 1978) e principalmente a obra de síntese de J. – P. Morel, tendo por base observações efectuadas em diversos locais da bacia do Mediterrâneo (MOREL, 1981), permite já, em nosso entender, uma leitura diferente dos dados do actual território português.

Obviamente, esta nova leitura que apresentamos deve ser encarada com todas as reservas que merece o estado das investigações em Portugal, bem como as condições em que a informação antiga foi recolhida, pelo que deve ser vista mais como um conjunto de hipóteses de trabalho do que como base firme para uma nova perspectiva. Entre os diversos problemas que se levantam, assinalamos, a título de exemplo, o facto de as produções "locais e regionais" só se atestarem nas colecções estudadas por Delgado, o que sugere disparidades nos critérios de classificação adoptados pelos diferentes investigadores; registe-se, também, que a informação disponível para a zona a norte do Mondego, geralmente considerada insignificante (DELGADO, 1971: 403; ALMEIDA, 1983: 190) não se encontra publicada[3]. Existe ainda todo um conjunto de materiais de diversas regiões, que agrupamos em A e B, também inéditos. Para além destes aspectos, a desigual cobertura regional da investigação arqueológica no nosso país compromete, ainda mais, qualquer tentativa de síntese.

[3] Alguns contributos recentes – entenda-se, publicados depois de 1984 – podem ver-se em: SILVA, A.C.F., *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, 1986; NAVEIRO LOPEZ, J.L., *El Comercio Antiguo en el NW Peninsular*, A Coruña, 1991, para citar apenas os títulos mais relevantes.

3.2. Os materiais dispersos.

O material até hoje publicado – se excluirmos as cinco peças conservadas no M. N. A. cuja proveniência exacta se desconhece (DELGADO, 1971) – é agrupável, atendendo às condições em que foi publicado, em três grandes núcleos:

A – Estações em que se assinala a presença de campaniense, sem mais precisões:

Castro de Romariz, Feira (CENTENO/ SILVA, 1982: 63; CENTENO, 1983: 194); Porto do Sabugueiro, Muge (ALARCÃO, 1973: 144); Castro de Segóvia, Elvas (GAMITO, 1981 e 1982); S. Marcos, Cacém (MAIA, 1980: 159); Moinho do Castelo, Amadora (CRAVO, 1982: 25); Castro de Ratinhos, Moura (FERREIRA, 1971: 321; ALARCÃO, 1973: 144); Castro da Azougada, Moura (VIANA, 1959:23; FERREIRA, 1971: 321; ALARCÃO, 1973: 144); Noudar, Barrancos (TORRES, 1984); *Villa* do Monte da Chaminé, Ferreira do Alentejo (AMARO, 1982a); Represas, Lobeira Grande, Beja (RIBEIRO et al, 1956: 459; VIANA, 1959: 23; ALARCÃO, 1973: 144); Beja (VIANA, (1958) 1970: 109 e Est. I; 1959: 23; FERREIRA, 1971: 322 e ALARCÃO, 1973: 144); Mangancha, Aljustrel (VIANA, 1959: 23; DOMERGUE/ ANDRADE, 1971: 106; FERREIRA, 1971: 322 e MAIA, 1978: 281); "Castellum" romano das Juntas, Castro Verde (MAIA, 1978: 282); "Castellum" romano da Fonte Santa, Almodôvar (MAIA, 1978: 282); Castro de Nossa Senhora da Cola, Ourique (VIANA, 1959: 23 e 33; 1960: 18 e ALARCÃO, 1973: 144).

B – Estações onde se sabe existir determinada produção, mas se desconhece quais as formas representadas:

Braga, camp. C (ALARCÃO, 1966: 45; 1983: 154; "Castellum" de Pousa, Fonte do Milho, Régua, Camp. B (CORTEZ, 1951: 38); Acampamento romano(?) de Chões de Alpompé, Santarém, Camp. A (GIRÃO / OLEIRO, 1955: 79; ZBYSZEWSKI et al, 1968: 53; FERREIRA, 1971: 317 e ALARCÃO, 1973: 144); *Villa* do Alto da Cidreira, Cascais, Camp. C (?) – na notícia da descoberta da estação é mencionado um fragmento de campaniense C (CARDOSO/ ENCARNAÇÃO, 1983: 40), mas no relatório das escavações (ENCARNAÇÃO et al, 1982) não se lhe faz qualquer referência[4] –; *Castellum* romano do Monte do Manuel Galo, Mértola, Camp. B (MAIA, 1972: 158); Castro Marim, Camp. C (SOARES, 1978: 141)[5].

C – Conjuntos pouco numerosos, mas cujas produções e formas representadas são conhecidas:

Lisboa, Casa dos Bicos, um exemplar da F. 3120, produções da Etrúria meridional e suas imitações, datadas sobretudo do séc. II (AMARO, 1982b e 1983: 258); Santarém, 16 fragmentos de camp. B, 3 formas permitem reconstituição: F 1220 (= Lamb. 2), F 2250 (= Lamb. 5) e F 2230-2280 (= Lamb. 5 ou 7); camp. C, 1 fragmento de forma indeterminada (DIOGO, 1984: 114-16, Est. I); Castro da Pedra Furada, Sintra, 1 fragmento não identificado (FERREIRA, 1971: 319, Fig. 3, n. 3), mas que pelo desenho parece corresponder a uma F 2230-2280 (=Lamb. 5 ou 7) de produção B-oide, de Cales, ostenta o típico motivo cruciforme no fundo interno; estrato B da Castelo Velho de Veiros, Estremoz, um povoado fortificado, 1 fragmento de camp. A, F 2230-2280 (= Lamb. 5 ou 7); camp. B, uma F 7544 (= Lamb. 3), datável do séc. II-I, não sendo fácil uma identificação mais precisa (MOREL, 1981: 413--14), dois exemplares de F 2230-2280 (= Lamb. 5 ou 7) e uma provável F 2800-2900 (= Lamb. 8), para além de outros fragmentos de difícil classificação (ARNAUD, 1968 e 1970: 315-16 e Fig. II); "Região de Setúbal" – sob esta designação foi publicado algum material depositado no M. N. A. sem indicação mais precisa de proveniência; trata-se presumivelmente do material do povoado de Chibanes, depositado naquele museu de forma muito confusa, depois da morte de Marques da Costa (FERREIRA, 1971: 62-4 e especialmente nota 66); assinale-se, porém que outros autores têm referido a campaniense de Chibanes, tratando-se provavelmente do mesmo material estudado por Delgado. Pelas gravuras do trabalho de Marques da Costa (1910: Est. III, n. 463-4 e 465-6) parece tratar-se de uma F 2780 ou 2825 (= Lamb. 27 ou 27c) e uma F 2230-2280 (= Lamb. 5 ou 7), mas o autor refere mais materiais não representados; camp. A, uma F 2272 (= Lamb. 7) que, no entanto, é considerada uma produção afim de B e uma F 1300-1500 ou 1700 (= Lamb. 36); camp. B, um exemplar da série F 7500 (= Lamb. 3), não desenhado (DELGADO, 1971: Est. I, n.os 12 e 13); Castelo da Lousa, Mourão, *castellum* romano, materiais primeiramente classificados como camp. A e B (ALARCÃO/ ALARCÃO, 1965), posteriormente identificados como produções "locais e regionais" – tipos F, G, H e "imitações" em cerâmica comum – por Delgado, estão representados cinco exemplares da F 2250 (=

[4] Na recente publicação dos materiais desta *uilla* romana, de novo nada se diz sobre cerâmicas de tipo campaniense, pelo que é de supor que terá havido um equívoco na primeira publicação, v. NOLEN, J.U.S., *A Villa Romana do Alto do Cidreira (Cascais) – Os Materiais*, "Conimbriga", 27, 1988, p. 61-140.

[5] Um conjunto muito numeroso e diversificado de cerâmicas deste tipo foi recolhido nas escavações que Ana Margarida Arruda dirigiu no local particularmente em estratos dos meados do séc, I a.C. v. ARRUDA, A.M., *Nota acerca da ocupação romano--republicana do Castelo de Castro Marim*, 5.º Congresso do Algarve (1988), vol. 1, 1988, p. 13-17.

Lamb. 5), uma F 1220 (= Lamb. 2) e um fundo que ostenta o conhecido motivo cruciforme de Cales (DELGADO, 1971: Est. II, n. 27); Pedra da Atalaia, Santiago do Cacém, um pequeno povoado indígena, camp. A, uma F 2780 (= Lamb. 27), camp. B, uma F 2250 (= Lamb. 5) (SILVA, 1978: 125 e Est. VI); estrato II de Serpa, camp. A, um exemplar de F 2780 ou 2825 (= Lamb. 27), os autores da escavação identificam-na contudo com a forma 30 de Lamboglia (BRAGA/ SOARES, 1981: 120 e Fig. 4) o que nos parece bastante improvável[6].

Para além destes, há outros conjuntos que por si merecem uma atenção especial, principalmente por serem numerosos, diversificados e por permitirem algumas conclusões de ordem cronológica.

3.3. Conjuntos significativos

Os conjuntos razoavelmente numerosos provenientes de estações arqueológicas e que merecem, pelas suas características, uma atenção especial são os de: *Conimbriga* (DELGADO, 1976); Vaiamonte, Monforte (DELGADO, 1971); estrato II do Pedrão, Setúbal (SOARES/ SILVA, 1973); necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal (DELGADO, 1971); camada 6 do Castelo de Alcácer do Sal (SOARES, 1978 e SILVA et al, 1980-81) e *Mirobriga*, Santiago do Cacém (DELGADO, 1971).

3.3.1. *Conimbriga*

Trata-se de um conjunto pouco significativo em termos arqueológicos, visto ser constituído por fragmentos de peças recolhidas nos aterros de construções de épocas posteriores à do seu fabrico e utilização (DELGADO, 1976: 21). Da chamada "camada pré-romana da cidade", já identificada por V. Correia (1916), apenas foram escavadas algumas construções que "sobreviveram" ao urbanismo augústeo, não tendo fornecido qualquer fragmento de campaniense (ALARCÃO/ ETIENNE, 1973)[7].

A amostra é composta por 41 fragmentos – referem-se na publicação 86, mas só se apresentam 41, razão pela qual os tomámos como base para efeitos estatísticos – estando desenhados 38, aos quais se acrescenta um exemplar de camp. A, de forma indeterminada, e duas F 1220 (= Lamb. 2), não desenhadas.

No que concerne às produções representadas, a camp. A regista um único exemplar, 2.4% do total; a camp. B é maioritária, 58.5%; a camp. C regista dois fragmentos, 4.8%; as produções "locais e regionais", tipos F, G, H e um exemplar sem verniz perfazem 34.1% (DELGADO, 1976).

Para a camp. B aparecem esmagadoramente as F 2300 (= Lamb. 1), 50% e F 2230-2280 (= Lamb. 5 ou 7), 45.8%. As F 1220 também abundantes, 19.5%, enquadram-se, à excepção de um exemplar de C, nas produções "locais e regionais" (tipos G e H de Delgado).

No que concerne às formas, apenas um exemplar (DELGADO, 1976: Pl. IV, n. 24) se conserva intacto permitindo um enquadramento na tipologia de Morel, trata-se de uma F 2286 (= Lamb. 7), produção de B ou B-oide datável dos fins do séc. II inícios do I (MOREL, 1981: 162).

Pelo conjunto de formas representado e por pormenores de tipologia, nomeadamente os pés e fundos externos das F 2300 (= Lamb. 1) (MOREL, 1981: 465), a amostra de *Conimbriga* aponta claramente para uma inserção cronológica no séc. I, datação confirmada pela decoração de um exemplar de produção "local ou regional" (DELGADO, 1976: 23, Pl. IV, n. 38).

3.3.2. Vaiamonte

Conhece-se um conjunto numeroso e interessante, infelizmente obtido por uma escavação sem qualquer relatório ou indicações estratigráficas.

A amostra publicada é constituída por 40 peças e fragmentos, dos quais apenas se desenharam e descreveram 6 (DELGADO, 1971: Est. II, n.os 15, 16, 17, 22, 29 e 33)[8].

A camp. A está presente com 5 exemplares, 12.5%, dos quais 4 pertencem à F 2230-2280 (= Lamb. 5 ou 7) e um à F 2825 (= Lamb. 27c); a camp. B é maioritária com 27 exemplares, 67.5%, com significativas presenças das F 2300 (= Lamb. 1), 8 exemplares, 29.6%; F 2250 (= Lamb. 5), 9 exemplares, 33.3%; considerável é também o número das F 7500 (= Lamb. 3), 5 exemplares, 18.5%; estão igualmente presentes as F 1220 e F 1410 (= Lamb. 2 e 4) com 1 exemplar cada; nas produções "locais e regionais" (tipos H, I e "cerâmica comum com verniz negro" de Delgado) estão presentes as F 2300, 1220 e 2250 (= Lamb. 1, 2 e 5), com uma única ocorrência cada.

---

[6] Novas escavações efectuadas no local foram publicadas, embora sem uma apresentação exaustiva dos materiais por SOARES, A.M.M. e BRAGA, J.R., *Balanço Provisório da Intervenção Arqueológica já Realizada no Castelo de Serpa*, "Arquivo de Beja", II série, 3, 1986, pp. 167-198. Interessa particularmente reter o achado de cerâmica ática e de novos fragmentos de campaniense A.

[7] Uma reavaliação destes vestígios pode ver-se em: ARRUDA, A.M., *Conímbriga: Escavações de 1988-89. 1. Algumas Precisões sobre a Cronologia do "Bairro Indígena"*, "Portvgalia", n.s., 9-10, 1988-89, pp. 93-100.

[8] A revisão destes materiais, depositados no MNALV, revelou uma realidade diferente.

As formas Lamb. 3 publicadas com os n.os 16 e 17 são identificáveis com as F 7511 e F 7553 da tipologia de Morel, a primeira é formalmente idêntica a uma produção "punicizante" atribuída ao séc. III (MOREL, 1981: 411) e a segunda pertence à camp. B ou B-oide datável dos fins do séc. II princípios do I (MOREL, 1981: 415); a Lamb. 4, n.º 22, parece corresponder a F 1416 (b ou c), de idêntica cronologia e considerada como uma produção da periferia do mundo mediterrânico, provavelmente levante espanhol ou Marrocos (MOREL, 1981: 112); a Lamb. 5, n.º 29, pelas características morfológicas, nomeadamente a canelura bem marcada na parede externa, é enquadrável na F 2272 a 1, datada de 75-65, no naufrágio de Titan, ilha do Levante (MOREL, 1981: 158); não deixa de ser curioso notar que a Lamb. 2, n.º 33, encontra correspondência na F 1225 b, proveniente do mesmo naufrágio (Idem: 94), a primeira seria uma produção da Etrúria setentrional, mas não uma "verdadeira B", enquanto que a segunda corresponderia a uma verdadeira produção de B.

3.3.3. Pedrão, Setúbal – Camada II

Este conjunto, proveniente da escavação de um pequeno povoado fortificado, é o mais antigo publicado – dos conjuntos aqui referidos, visto que a publicação de Veiros é anterior – que apresenta material encontrado *in situ* e integrado num contexto – ânforas e moedas romanas republicanas, moedas hispânicas e fíbulas *La Téne III*; a *terra sigillata* está totalmente ausente (SOARES / SILVA, 1973) – que permite avançar uma datação relativamente segura, do segundo e terceiro quartel do século I a.C. (é difícil ser mais preciso, na medida em que apenas um pequeno sector do povoado foi escavado (*Idem*: 278).

O conjunto inclui apenas produções de camp. B, ou afins, a amostra é composta por 13 exemplares e apresenta a associação típica dos meados do séc. I a.C.: F 2250 (= Lamb. 5) e F 2300 (= Lamb. 1), maioritárias, respectivamente 6 exemplares, 46.1%, e 3 exemplares, 23%, estão também presentes, com um exemplar cada, as F 1220, 7500 e 1410 (= Lamb. 2, 3 e 4). Registe-se ainda um fragmento de forma indeterminada.

As peças, todas muito fragmentadas, não permitem um enquadramento mais preciso na tipologia de Morel.

3.3.4. Alcácer do Sal

Esta estação é, neste particular, um dos casos mais interessantes e polémicos da arqueologia portuguesa.

De Alcácer conheciam-se os exemplares de campaniense, num total de 21 peças, publicados por Delgado (1971), provenientes das escavações da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires: camp. A, com cinco exemplares, 23.8%; camp. B, dez exemplares, 47.6%; produções "locais e regionais" (tipos F, G, H e I de Delgado), 6 exemplares, 28.5%. A diversidade de produções representadas fez com que se visse no local "(...) o principal porto de importação dos séculos II e I a.C." (ALARCÃO, 1983: 155).

O repertório de formas é o seguinte: camp A. F 2825 (= Lamb. 27c), um exemplar; F 2640 (= Lamb. 28), dois; f 1300-1700 (= Lamb. 36), um; e ainda um outro de forma indeterminada; camp. B F 2300 e 2250 (= Lamb. 1 e 5) com quatro exemplares cada; F 1220 e 7500 (= Lamb. 2 e 3) com um cada; produções "locais e regionais" F 2250 (= Lamb. 5), com quatro exemplares; F 2300 e 1220 (= Lamb. 1 e 2) com um cada.

Da amostra estudada, Delgado só publicou oito desenhos (DELGADO, 1971: Est. I, n.º 11; Est. II, n.os 14, 18, 23, 24, 25 e 26). O primeiro, uma forma Lamb. 28, corresponde a um dos tipos da série F 2648 (não certamente ao tipo a), não sendo possível maior precisão visto que o pé não se conservou – trata-se de uma "verdadeira" A, dos finais do séc. II, inícios do I a.C. (MOREL, 1981: 200-201);

o n.º 18, uma Lamb. 5, é muito semelhante ao exemplar n.º 29 de Vaiamonte e corresponde à F 2272 a1, datável de 75-65 a.C. (MOREL, 1981: 158); o n.º 21, uma forma Lamb. 2, é a F 1232 c1 da tipologia de Morel, considerada por este autor como uma provável produção "local ou regional", dos finais do séc. II, princípios do I a.C. (MOREL, 1981: 95), rectificando assim a classificação de camp. B proposta por Delgado; o n.º 24, uma Lamb. 5, é a F 2257 c1 da tipologia de Morel, considerada uma produção "local ou regional" (Delgado classificava-a como tipo F), datada de 120 +/- 30 a.C. (MOREL, 1981: 155); as restantes peças desenhadas, pelo seu estado fragmentário, não permitem uma identificação precisa.

As escavações sistemáticas na área do castelo de Alcácer do Sal, em zona de habitat, vieram proporcionar novas perspectivas sobre a presença de cerâmica campaniense no local (SOARES, 1978 e SILVA et al, 1980-1). Foram publicados até ao momento dois conjuntos: um resultante de achados sem contexto, recolhidos por ocasião de obras públicas no sítio (SOARES, 1978) e outro, menor, resultante da primeira campanha de escavações (SILVA et al, 1980-1). Os autores afirmam que existe: " (...) relativa escassez deste tipo de cerâmica no castelo de Alcácer do Sal (...)" (*Idem*: 185); apenas recolheram *in situ*, na camada 6, dos sécs. II a I a.C., 7 fragmentos de campaniense. Esta observação conjugada

com o facto de escassearem também as ânforas romanas republicanas, leva-os a afirmar que: "(...) a ocupação da Idade do Ferro do Castelo de Alcácer poderia ter estado, até, pelo menos, aos meados do séc. I a. C. fora da influência itálica" (*Idem*: 195). Tais afirmações parecem-nos um pouco prematuras, visto que, segundo o relatório da escavação, a camada 6, correspondendo à Fase V de ocupação, dos séculos II – I a.C., só foi identificada e escavada numa área de 6 x 2 metros, com uma potência de 0.25 – 0.40 m, que inclui ainda dois muros (*Idem*: 151-163).

A amostra até ao momento publicada consta de 31 exemplares – como se pode ver nada insignificante para o panorama conhecido no actual território português – inclui 11 de camp. A, 35.4%; 18 de camp. B e afins, 58%, e 2 de C, 6.4%.

No grupo da A aparecem representadas as F 2230-2280 e 1300-1500 (= Lamb. 5 ou 7 e 36), com quatro exemplares cada, sendo os restantes de difícil identificação; na camp. B e afins as formas representadas são F 2300 (= Lamb. 1), com oito, a F 2230-2280 (= Lamb. 5 ou 7), com seis e as F 1220, 7500 e 1410 (= Lamb. 2, 3 e 4), com um exemplar cada; no grupo da C registam-se as F 2230-2280 e 1410 (= Lamb. 5 ou 7 e 6), com um cada.

Todas estão demasiado fragmentadas para permitirem um enquadramento preciso na tipologia de Morel.

Assinale-se que as formas registadas para a campaniense A no Castelo de Alcácer do Sal e na necrópole do Olival do Senhor dos Mártires são bastante diferentes, ao contrário do que acontece com a campaniense B. Outras assimetrias assinaladas, nomeadamente a da presença de produções "locais e regionais" somente no segundo sítio, pode atribuir-se a diferenças de critério de classificação por parte dos investigadores.

3.3.5. *Mirobriga*

Este conjunto reveste-se de pouca utilidade do ponto de vista arqueológico, por se desconhecerem quase em absoluto, os dados contextuais da sua recolha. Os relatórios publicados mencionam vagamente um estrato pré-romano com cerâmica de tipo ibérico, moedas hispânicas e outros objectos, associados à cerâmica campaniense (ALMEIDA, 1964: 28, 32-3, 61 e ARTHUR, 1983: 56-7, 72, 91, 94-6)[9]. No entanto, o conjunto é interessante a diversos níveis, sendo de sublinhar o facto de ser a única estação arqueológica conhecida no actual território português onde os tipos A e B se encontraram em paridade.

A amostra é composta por 18 exemplares, sendo 8 de camp. A, 44.4%, e outros tantos de camp. B, para além de 2 exemplares de produções "locais ou regionais" (tipo I de Delgado) (DELGADO, 1971).

As formas da A são muito variadas: F 2825 (= Lamb. 27c) com três exemplares, F 2230-2280, 2500-2900, 1300-1500 e 3130 (= Lamb. 5 ou 7, 31, 36 e 68b) com um cada e ainda uma forma indeterminada. A camp. B apresenta maioritariamente a F 2300 e 2500 (=Lamb. 1 e 5), com três exemplares cada, estando também representadas as F 7500 e 3450 (= Lamb. 3 e 10). Das produções "locais ou regionais" (tipo I de Delgado) regista-se apenas uma F 2300 (= Lamb. 1) e uma outra F 1400 (= Lamb. 4).

De entre as formas desenhadas e publicadas por Delgado, são enquadráveis na tipologia de Morel as seguintes: camp. A, Lamb. 31 (DELGADO, 1971: Est. I, n.º 5) que corresponde à série f 2615 (provavelmente ao tipo a ou b), considerada como produção "local ou regional" e não "verdadeira" A, datável dos meados do séc. II a.C. (MOREL, 1981: 191); e Lamb. 68b (DELGADO, 1971: Est. I, n.º 6), correspondente à série F 3100, não sendo possível maior precisão, visto que estes tipos se distinguem pelas particularidades das asas que, no caso presente, não se conservaram (MOREL, 1981: 245-56), tudo leva a crer, no entanto, que se trata do exemplar mais antigo, de entre os publicados do actual território português, apesar de tudo, porém é datado somente dos meados do séc. II a.C. (*Idem*: 91); a produção de I, uma Lamb. 1 (DELGADO, 1971: Est. II, n.º 30), é a F 2322b da tipologia de Morel, tida como uma produção "local ou regional" da primeira metade do séc. I a. C. (MOREL, 1981: 164).

Pelo seu estado de conservação, nenhum dos outros exemplares publicados é passível de uma identificação mais precisa (DELGADO, 1971: Est. I, n.os 7, 8, 9 e 10 e Est. II, n.os 19 e 31).

3.4. A Cronologia da Cerâmica Campaniense em Portugal

Na sequência das teses de Morel (1978), J. Soares considerou que a presença da cerâmica campaniense A e B no actual território português corresponderia mais a diferenças cronológicas do que a mecanismos de mercado (SOARES, 1978), como anteriormente fora sugerido (ALARCÃO, 1973: 144 e 1983: 154-5) – tenham-se em atenção os resultados publicados sobre o baixo vale do Ródano (DEDET / PY, 1979). Parece-nos que ambas as teses são defensáveis. Por um lado, parece inegável que o fabrico e difusão da campaniense A não cessou em meados do séc. I a.C.; por outro lado, porém, parece evi

[9] As mais recentes escavações efectuadas no local não forneceram até à data novos elementos sobre a questão.

dente que a exportação para a Península Ibérica cessou, de facto, nessa altura, como parecem demons trar os materiais da fase III de Azaila (BELTRAN, 1979) ou do estrato IV da "muralha Robert" de Ampúrias (SANMARTÍ, 1978a: I, 299-312), sendo, portanto, possível o estabelecimento de cronologias baseadas nas características dos diferentes conjuntos de cerâmicas deste tipo, pelo menos no estado actual das investigações.

Assim, para o território actualmente português, *Mirobriga* e Alcácer do Sal (nomeadamente a necrópole) parecem ser os centros onde se regista a campaniense de feição mais arcaica: formas da série F 2820 (= Lamb. 27c) e F 2648 b1 ou c1 (=Lamb. 28c), da necrópole de Alcácer, datável da segunda metade do séc. II a.C.; um exemplar da F 2615 a1 ou b1 (= Lamb. 31) de *Mirobriga*, de idêntica cronologia; as peças das séries F 1300-1700 (=Lamb. 36) presentes nas duas estações, mas, pelo seu estado de conservação, de tipologia e cronologia indeterminéveis; e o exemplar da série F 3100 (= Lamb. 68b), de *Mirobriga* dos meados do séc. II a.C.. A este conjunto pode acrescentar-se a F 3120 recolhida nas escavações da Casa dos Bicos, em Lisboa, de idêntica datação, que pode inserir-se no mesmo fluxo de importações.

Como se pode ver, a cerâmica campaniense A do actual território português é toda enquadrável da segunda metade do séc. II a.C., como, aliás, já foi assinalado (ALARCÃO, 1983: 154).

É de registar, igualmente, a chegada precoce desta cerâmica aos povoados do interior alentejano, com exemplares da série F 2820 (=Lamb. 27 e 27c) em Vaiamonte e uma peça que julgamos passível de enquadramento análogo de Serpa. Não parece verificar-se uma significativa disparidade de importações entre as regiões interiores e o litoral visto que exemplares da mesma série foram recolhidos na "região de Setúbal" e na Pedra da Atalaia, em Santiago do Cacém.

Finalmente, deve sublinhar-se que as produções de A (v. Quadro I) das séries F 2300-2800 (= Lamb. 5 ou 7) são nitidamente peças tardias, que se afastam das características das mais antigas páteras campanienses da série F 2252 (MOREL, 1981: 153-4).

Do restante material de cronologia mais antiga, merece alguma atenção o exemplar de Vaiamonte formalmente idêntico à F 7511, uma produção considerada "punicizante" e, por isso mesmo, datada do séc. III a.C. (*Idem*: 411). Não se pode dizer que seja surpreendente a presença de um exemplar desta produção no local – de facto, pelo que se conhece da cultura material daquela região, parece admissível a existência de uma influência púnica no local, nos sécs. IV – III a.C. (GAMITO, 1982: 72-3) –, contudo, por se tratar do único testemunho conhecido eventualmente enquadrável nas produções púnicas ou "punicizantes" de verniz negro no actual território português, alguma prudência se impõe na sua classificação. Reveste-se de particular importância para o estudo das relações comerciais da zona sul do nosso território verificar até que ponto são frequentes ali as produções de âmbito púnico, ou similares. Por fim, deve sublinhar-se que a afinidade formal não implica necessariamente um enquadramento do exemplar de Vaiamonte entre as referidas produções.

O grande interesse que poderá ter o reconhecimento de uma difusão para ocidente das produções de verniz negro de âmbito púnico consiste na possibilidade de colmatar o aparente hiato que existiu entre a importação e distribuição das cerâmicas áticas e das itálicas no ocidente peninsular – adiante trataremos com mais pormenor esta questão.

No que concerne à campaniense B (v. Quadro II), a situação que verificamos para a totalidade do nosso território é a típica dos horizontes de importação do séc. I a. C.; o que não impede que algumas peças remontem à segunda metade do séc. II a.C., nomeadamente a F 2286 (=Lamb. 7) de Conimbriga; as peças F 7553 (=Lamb. 3) e F 1416 (=Lamb. 4) de Vaiamonte; os tipos F 1232 c1 (= Lamb. 2) e F 2257 c1 (= Lamb. 5) e a F 7544 (= Lamb. 3) de Veiros. O facto de todas estas produções serem inseríveis na segunda metade do séc. II, inícios do séc. I a.C. torna-as pouco úteis para a fixação de cronologias seguras. O restante material conhecido enquadra-se já no séc. I a.C., sendo interessante frisar, uma vez mais, as analogias detectadas com os materiais do naufrágio de Titan – exemplares da Lomba do Canho, Vaiamonte, "região de Setúbal" e necrópole de Alcácer do Sal – datável de 75-65 a.C.[10] No conjunto predominam os exemplares das séries F 2300-2800 (= Lamb. 5 ou 7) e F 2300 (= Lamb. 1), seguindo-se-lhes a F 7500 (=Lamb. 3). Como se vê, a situação observada na Lomba do Canho corresponde ao que já era conhecido em outras estações arqueológicas do país.

A campaniense C (v. Quadro III), cuja exportação para a Península Ibérica se inicia no séc. I a. C. (MOREL, 1978: 163), tem uma representação inexpressiva, à qual não será estranha a concorrência das produções "locais e regionais" de pasta cinzenta, amplamente documentadas na área ocidental do Mediterrâneo (Idem, *Ibidem*).

---

[10] Recentemente A. Tchernia defendeu uma data mais tardia para este naufrágio, propondo que o mesmo não seria anterior a 50 a.C., v. TCHERNIA, A., *Contre les Épaves*, DUVAL, A. / MOREL, J.-P. e ROMAN, Y., *La Gaule Interne et la Gaule Méditérranéenne aux II et I Siècles avant J. C., Confrontations Chronologiques*, Paris, CNRS, 1990, pp. 291-301, particularmente a p. 300.

Constatamos que a proporção de formas e produções se aproxima da que encontramos nos contextos arqueológicos do séc. I a. C., nomeadamente no naufrágio de La Madrague des Giens, Var, datável de 60-50 (TCHERNIA et al, 1978)([8]), onde as formas mais amplamente atestadas são, por ordem decrescente, Lamb. 5/7, 1, 3 e 2, para além de outras de muito escassa ocorrência – assinale-se também aqui a campaniense C está representada por pouquíssimos exemplares.

Em Azaila, Teruel, no estrato III (70 a 50 a.C.), as formas mais abundantes são Lamb. 5, 5/7 e 1, sendo inexpressiva a presença de outras; a campaniense C tem igualmente uma ocorrência insignificante (BELTRAN, 1979). Em Ampurias, no estrato IV da muralha Robert, datável de 80/70 a 50/40, existe também uma predominância esmagadora da forma Lamb. 5, estando igualmente a camp. C pouco documentada (SANMARTÍ, 1978, I: 252-274).

Registe-se que, à semelhança do que acontece em outros locais da Península, nomeadamente no acampamento romano de Cáceres (BELTRÁN, 1976), as produções "locais e regionais" (v. Quadro IV) parecem preferir especialmente as formas Lamb. 2, 5/7 e, em menor quantidade, a 1.

3.5. As rotas comerciais e a distribuição da cerâmica campaniense em Portugal

A distribuição da cerâmica campaniense no actual território português seria, por si só, um elemento significativo para a definição de rotas comerciais. Pensamos, no entanto, que o estudo de outros materiais de grande difusão que cronologicamente a precedem pode revestir-se de algum interesse.

Achamos que não existe, no actual território português, uma continuidade entre as importações de cerâmica ática de figuras vermelhas ou de verniz negro ("pré-campaniense") e as de cerâmica campaniense, razão pela qual, ao contrário de outros autores (DELGADO, 1971 e FERREIRA, 1971), optámos por não tratar as primeiras juntamente com as segundas. A presença e dispersão geográfica dos produtos áticos tem, no entanto, inegável utilidade para a compreensão de algumas vias de comunicação que, sendo anteriores à conquista romana, parecem condicionar o padrão geográfico de dispersão dos produtos itálicos.

A cerâmica ática de figuras vermelhas encontra-se atestada, em Portugal, na necrópole de Alcácer do Sal (TRIAS, 1967: 503-507 e ROUILLARD, 1975a), Conimbriga (ALARCÃO, 1976), Santo Estevão da Facha, Ponte de Lima (ALMEIDA et al, 1981), Castro de Faria, Barcelos (ROUILLARD, 1975b) e, certamente, nos grandes povoados do interior alentejano[12]. Datável dos sécs. V e IV a. C., corresponde a uma fase em que a exploração e comércio de minérios constituía o principal estímulo para os contactos entre os povos provenientes da área mediterrânica, nomeadamente púnicos, e os do actual território português. Esta realidade encontra-se amplamente demonstrada para o interior alentejano (GAMITO, 1982); é provável que Santa Olaia, Montemor-o-Velho e Conimbriga correspondam a dois locais do corredor natural que a bacia hidrográfica do Mondego constitui, permitindo o escoamento dos minérios do interior (ouro e estanho), explorados desde a pré-história (SENNA-MARTINEZ/ LUZ, 1983). Com idêntica finalidade, a procura do ouro e estanho, ter-se-iam dirigido ao noroeste peninsular os comerciantes que levaram a cerâmica ática a Santo Estevão da Facha, Ponte de Lima, e ao Castro de Faria, Barcelos, (ALMEIDA et al, 1981: 90).

Com idêntica datação e enquadrável no mesmo movimento de intercâmbio encontra-se a chamada cerâmica pré-campaniense, cerâmica de verniz negro de produção ática, registada no actual território português: no Algarve, em local incerto (DELGADO, 1971: Est. I, n.º 2) um exemplar pertencente ao género F 2700 de Morel (1981: 206-26); em Mesas do Castelinho, Almodôvar (DELGADO, 1971: Est. I, n.º 4), um exemplar da série F 2786, produção ática ou "imitação" datável dos meados do séc. IV a. C. (MOREL, 1981: 224-5) ([9]); no Castro da Azougada, Moura (FERREIRA, 1971: Figs. 15 e 16), um exemplar que, pelas figuras publicadas, parece integrável na série F 4271, produção ática datável dos meados do séc. V a. C. (MOREL, 1981: 301); na necrópole de Alcácer do Sal (DELGADO, 1971: Est. I, n.os 1 e 3), um exemplar da F 2222 f1, da tipologia de Morel, produção ática da segunda metade do séc. IV a. C. (MOREL, 1981: 148), um fragmento atribuível ao género F 2700 (*Idem*: 206-226) e outro de tipo indeterminável, datado do séc. V a. C., encontrado na camada 8 do castelo da mesma localidade (SILVA et al, 1980-81: Fig. 17 e nota 13); uma peça proveniente do Alentejo, de local desconhecido, considerada como uma produ-

[11] Datação que Tchernia continua a defender, v. *op.cit.* na nota anterior.

[12] Sobre esta questão v. P. ROUILLARD, *Les Grecs et la Péninsule Ibérique, des VIIIe au IVe siècles avant Jésus Christ*, Paris: Diff. du Boccard, 1991; P. ROUILLARD *et alii*, *Les vases grecs d'Alcácer do Sal (Portugal)*, "O Arqueólogo Português", série IV, 6/7, 1988-1989, pp. 43-108 e, sobretudo, A. M. ARRUDA, *Cerâmicas Ôticas do Castelo de Castro Marim no quadro das exportações gregas para a Península Ibérica*, (trabalho de síntese apresentado ao INIC), Lisboa, s/d (policopiado).

ção do tipo I (DELGADO, 1971: Est. II, n.º 32), das séries F 5421, 5422 ou 5451, do séc. IV ou princípios do III a. C. (MOREL, 1981: 362-5); finalmente assinalam-se formas indeterminadas em Vaiamonte (DELGADO, 1971, Quadro III), em Segóvia (GAMITO, 1982: Quadro I) e no povoado de Fernão Vaz, Ourique (BEIRÃO, 1972: 203 e Fig. 9).

Esta amostragem, com todas as limitações com que deve ser encarada, parece chamar a atenção, uma vez mais, para a importância que a exploração e comercialização dos recursos mineiros teve no ctual território português na antiguidade. Assinale-se, igualmente, que estamos aparentemente perante duas vias distintas de difusão comercial dos produtos mediterrânicos: uma interior, que punha a região alentejana em contacto com o litoral algarvio pelo vale do Guadiana; e outra litoral, que levava aqueles produtos para Alcácer do Sal, península de Lisboa e bacias do Mondego e Lima. Sublinhe-se a coincidência das localizações de achados a norte da península de Lisboa com pontos de acesso a zonas ricas em ouro e estanho.

A uma fase de contactos mais ou menos intensos com o mundo mediterrânico segue-se um hiato provocado pelas guerras púnicas e pelas dificuldades sentidas pelos romanos na penetração até ao extremo ocidente peninsular. Por estas razões, a cerâmica campaniense, quando aqui chegou, provinha da península itálica (MOREL, 1975: 90) e acompanhava os exércitos romanos. Penetrou no sul, nos povoados indígenas, na sequência da campanha de Júnio Bruto e penetrou, provavelmente por essa altura, para norte do Tejo, pelo litoral, acompanhando o avanço do procônsul pelo actual território português (FHA, IV: 135-140 e ALARCÃO, 1983: 36), ou seja, pelo percurso que adoptou posteriormente a via *Olisipo-Bracara* e que se manteve até aos nossos dias como o principal eixo de comunicação entre o norte e o sul.

A campanha de Bruto teve como principal consequência a consolidação da ocupação romana ao sul do Tejo (ALARCÃO/ ETIENNE, 1976: 172). Não é de admirar, por isso, que os materiais mais antigos e variados aí apareçam no sul, sendo natural também a sua presença precoce nos povoados do interior alentejano difundido a partir de portos de importação situados na Andaluzia ou algures no sul do actual território português, provavelmente percorrendo as antigas vias que tinham levado aos mêsmos locais a cerâmica ática.

Os achados a norte da península de Lisboa podem relacionar-se também com duas vias distinta de difusão. Se por um lado, parece inegável a relação com as campanhas de ocupação, a atestá-lo temos o facto de tanto a Fonte do Milho como a Lomba do Canho serem locais de estabelecimento militar, relacionados com as campanhas promovidas a partir de 60 a. C. e que constituíram as primeiras acções consequentes de romanização da zona de entre Douro e Tejo (ALARCÃO/ ETIENNE, 1976: 172 e ALMEIDA, 1983: 189-91); por outro, a presença de campaniense em diversos locais do litoral da Galiza até à Corunha e, sublinhe-se, apenas em estabelecimentos do litoral (CAAMAÑO GESTO, 1983: 227-8), parece apontar a existência de contactos comerciais por via marítima que eventualmente precederam a ocupação territorial – note-se que idêntica distribuição litoral se regista com a cerâmica ática no norte de Portugal e Galiza (ALMEIDA et al, 1981: 66)[14].

Conclusões

Em face do que ficou exposto e sem perder de vista as limitações da informação, julgamos poder alinhar algumas ideias à laia de concluso.

Existiu aparentemente um hiato entre o fim das importações áticas e o início das importações itálicas de cerâmicas de verniz negro. Esse hiato pode ter sido preenchido pela difusão de produtos "punicizantes" ainda insuficientemente documentados – lembremos que entre o material publicado apenas detectámos uma possível peça. Será talvez vantajoso cotejar estas produções com algumas das "imitações" referidas por Delgado (1971: 418), principalmente com os materiais apenas mencionados e não desenhados nem descritos.

Existiram duas vias distintas de difusão da cerâmica campaniense no actual território português, à semelhança do que já sucedera com outras importações mediterrânicas – cerâmicas áticas e ânforas ibero-púnicas, por exemplo – uma exclusivamente litoral, que abarcava a fachada atlântica – lembremos que para esta via a informação é escassa e parte dela encontra-se inédita -; outra, combinando o transporte marítimo a partir de centros exportadores, com um circuito terrestre que abrange toda a zona do Portugal mediterrânico, pelo menos a sul do Tejo – de novo as importações áticas e ibero-púnicas são esclarecedoras. Lembremos que o célebre "Caminho da Prata" não fica longe e, é bem possível, que uma via com estas características desenvolvesse redes periféricas de ligação a centros de extracção de outros minérios.

---

[13] Nas escavações que temos efectuado no local desde 1989 recolhemos já novos fragmentos de cerâmica ática, bem como uma abundante colecção de campaniense, v. FABIÃO, C. e GUERRA, A., *As Ocupações Antigas do Sítio de Mesas do Castelinho (Almodôvar). Resultados das Campanhas de 1990-1992, Actas das V Jornadas Arqueológicas da AAP (Lisboa, 1993)*, no prelo.

[14] V. Bibliografia citada na nota 3.

No que concerne à zona a norte do Tejo, é bastante provável que estejamos também perante duas vias distintas de difusão: uma levou a campaniense para o interior, com os exércitos romanos, nela se incluem, obviamente, os materiais da Lomba do Canho; outra, eventualmente independente, difundiu-a ao longo do litoral atlântico até à Corunha.

Dezembro de 1984

Quadro I – Campaniense A

Proveniência	Forma 5/7	Form. 27/27c	Forma 28	Forma 30	Forma 31	Forma 36	Forma 68b	Indetermin.
Veiros (Estremoz	–?	–	–	–	–	–	–	1
Vaiamonte	4	1	–	–	–	–	–	–
Região Setúbal (Chibanes)	1	–	–	–	–	1	–	–
Alcácer do Sal (Castelo)	4	–	–	–	–	4	–	3
Alcácer do Sal (Necrópole)	–	1	2	–	–	1	–	1
Mirobriga (Sant. Cacém)	1	3	–	–	1b)	1	1	1
P. da Atalaia (Sant. Cacém)	–	1	–	–	–	–	–	–
Serpa	–	–	–	1a)	–	–	–	–
Algarve (lugar indetermin.)	–	–	–	–	–	–	–	1
Conimbriga (Condeixa)	–	–	–	–	–	–	–	1

a) Como se explica no texto, é de colocar algumas reservas a esta atribuição.

b) Cf. MOREL 1981: 191.

A este quadro pode acrescentar-se uma "imitação" em cerâmica comum de uma forma Lamb. 27c, de proveniência desconhecida (DELGADO 1971: 418; Est. I, nº 34). Constata-se, assim, que as formas maioritariamente representadas são as Lamb. 5/7 (28,5%), 36 (20%) e 27/27c (17,1%). É de notar também que o conjunto das formas registado para a camp. A no Castelo de Alcácer do Sal e na Necrópole do Olival do Senhor dos Mártires é bastante diferente, ao contrário do que sucede com a camp. B.

Quadro II – Cerâmica Campaniense B

Proveniência	Forma 1	Form. 2	Forma 3	Forma 4	Forma 5/7	Forma 10	Indetermin.
Conimbriga	11	–	–	–	11	–	–
Lomba do Canho (Arganil)	4	–	1	–	12	–	4
Santarém a)	–	1	–	–	2	–	–
Vaiamonte	8	1	5	1	9	–	3
Veiros	–	–	1b)	–	2c)	–	1
Pedrão (Setúbal)	3	1	1	1	6	–	1
Setúbal (Chibanes?)	–	–	1	–	–	–	–
Alcácer do Sal (Necrópole)	4	1d)	1	–	4	–	–
Alcácer do Sal (Castelo)	8	1	1	1	6	–	1
Mirobriga	3	–	1	–	3	1	–
P. da Atalaia	–	–	–	–	1	–	–
Algarve	–	–	–	–	2	–	–

a) Referem-se 16 fragmentos de Camp. B neste local, porém apenas se desenham 3 peças, não sendo referido se todos os fragmentos correspondem ou não a exemplares diferentes (DIOGO 1984: 114-116, Est. I, nº 1, 2 e 3).

b) Trata-se de uma F 7544, datável dos séc. II-I a.C., sendo difícil uma identificação mais precisa (MOREL, 1981: 413-14).

c) O autor das escavações integra um destes fragmentos na forma Lamb. 8 (ARNAUD 1970: 315; Fig. II, 2); mas, embora o fragmento não permita uma identificação absolutamente segura, parece-nos preferível considerá-la uma Lamb. 5/7, ao menos por aquilo que o desenho mostra.

d) Cfr. as objecções de MOREL (1981: 95).

Para esta produção, o leque de formas é ainda reduzido: esmagadora presença das formas Lamb. 5/7 (44,9%), 1 (31,7%). As Lamb. 2 e 3 estão também presentes, mas em número muito menor (9,3% e 3,8% respectivamente).

Quadro III – Cerâmica Campaniense C

Proveniência	Lamb. 1	Lamb. 2	Lamb. 6	Lamb. 5/7	Indetermin.
Braga	–	–	–	–	*
Conimbriga	1	1	–	–	–
Alcácer (Castelo)	–	–	1	1	–
Santarém	–	–	–	–	1
A. Cidreira (Cascais)	–	–	–	–	1**
Castro Marim	–	–	–	–	*

* Locais onde sabemos existir a camp. C, desconhecendo-se, no entanto, quais as quantidades e formas representadas.

** V. nota 4, na pág. 109.

É de referir a escassez desta produção no território português, não só em termos de distribuição, como em quantidade relativa.

Quadro IV – Produções "Locais e Regionais"

Proveniência	Lamb. 1	Lamb. 2	Lamb. 4	Lamb. 5	Indetermin.
Conimbriga	–	6	–	–	8
Vaiamonte	3	4	–	1	–
Alcácer (Necrópole)	1	1	–	4	–
Castelo da Lousa (Mourão)	–	1	–	5	1
Moribriga	1	–	1	–	–

Excluímos do quadro a já referida "imitação" da forma Lamb. 27c, bem como a "imitação" da forma Lamb. 59, de proveniência desconhecida – sabe-se apenas que é do Alentejo (DELGADO 1971: 417-18, Est. II, nº 32) – e que se reporta a uma realidade distinta da que abordamos.

Figura 1

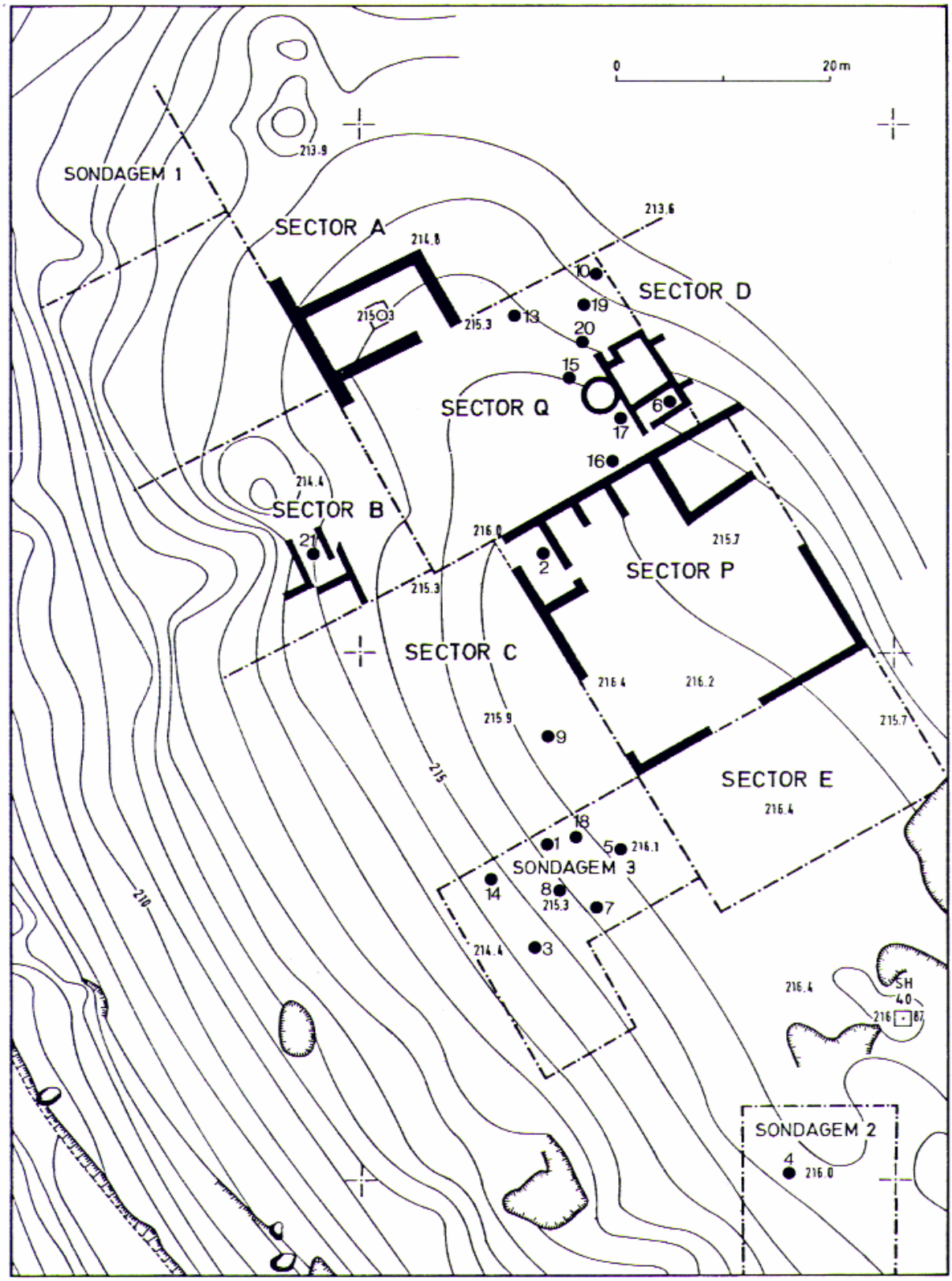
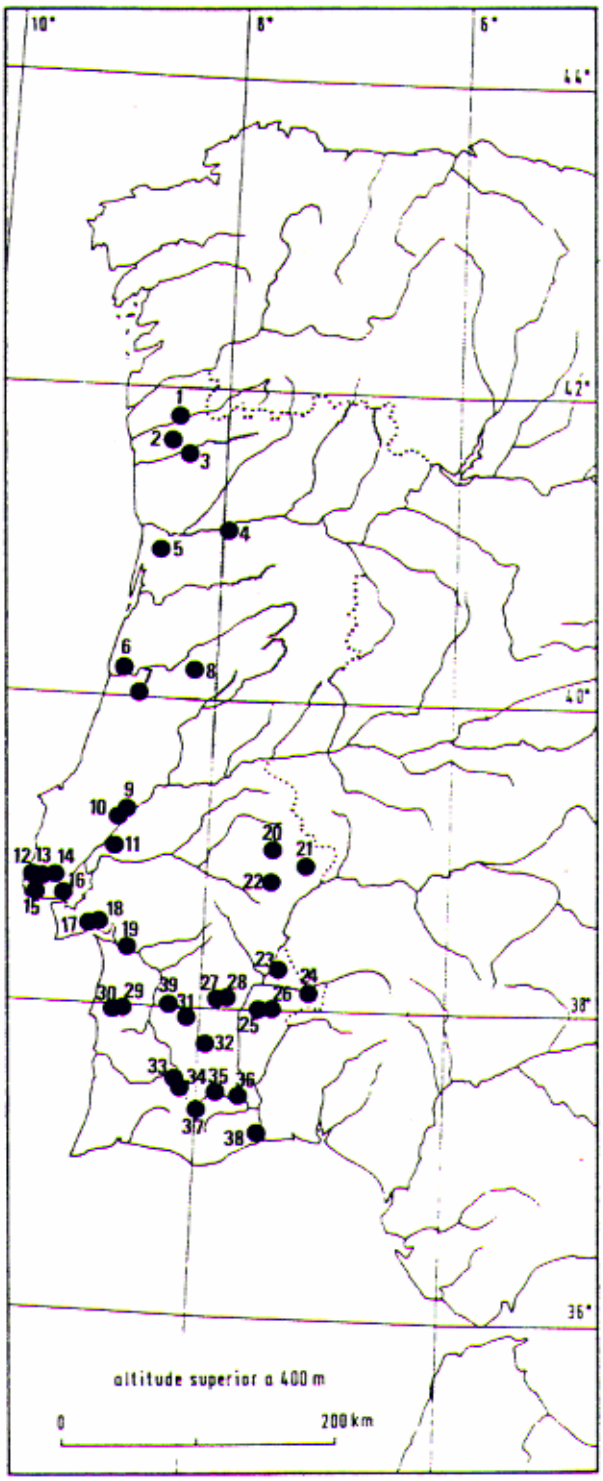
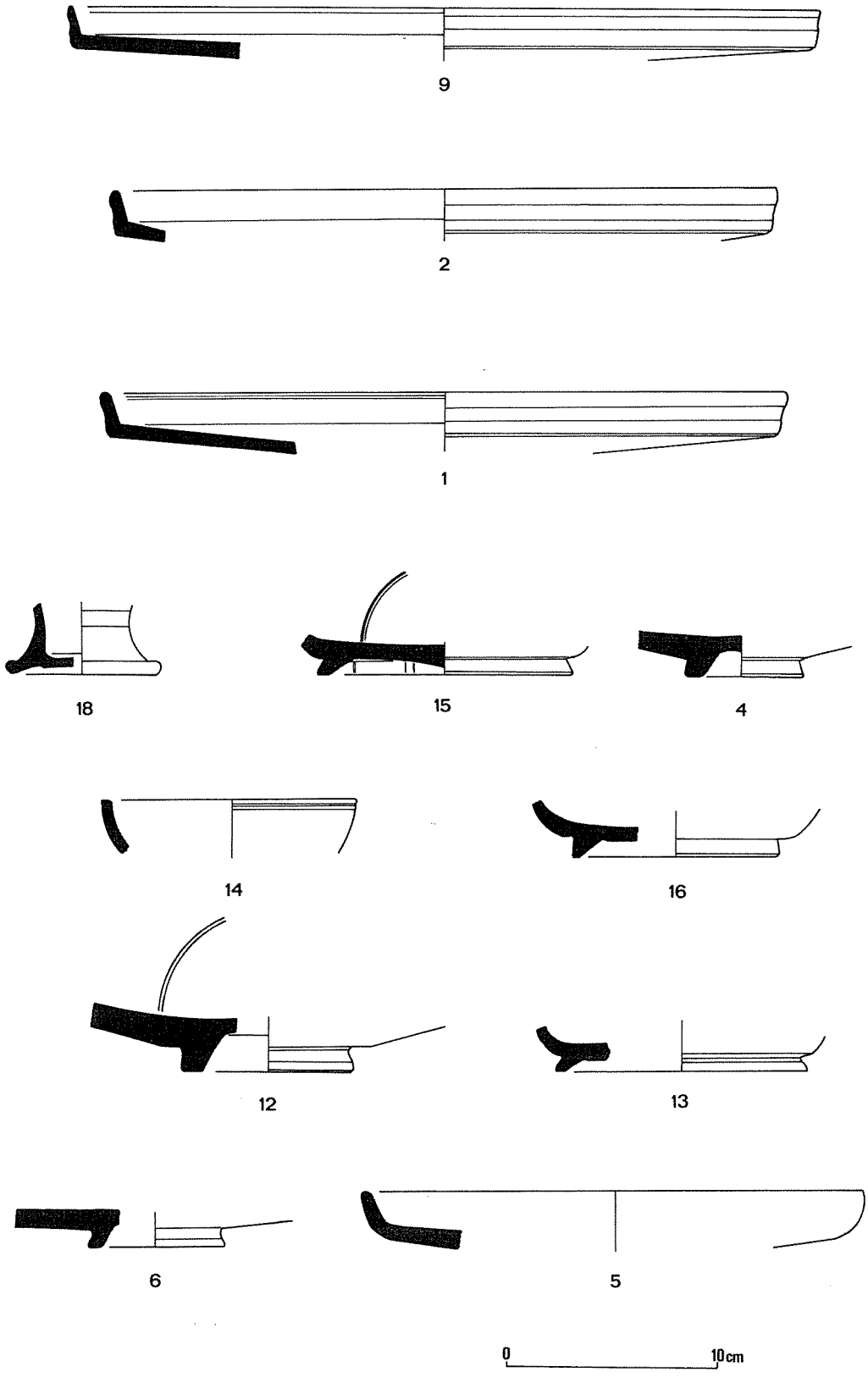

0
20 m
SONDAGEM 1
SECTOR A
SECTOR B
SECTOR C
SECTOR D
SECTOR E
SECTOR P
SECTOR Q
SONDAGEM 3
SONDAGEM 2
SH
213.9
213.6
214.8
215.3
214.4
216.0
215.7
216.4
216.2
215.9
216.1
215
210

Figura 2 – Mapa dos sítios arqueológicos citados no texto



1 – Castro da Facha; 2 – Braga; 3 – Castelo de Faria; 4 – Fonte do Milho; 5 – Romariz; 6 – Santa Olaia; 7 – *Conimbriga;* 8 – Lomba do Canho; 9 – Chões de Alpompé; 10 – Santarém; 11 – Porto do Sabugueiro; 12 – Pedra Furada; 13 – S. Marcos; 14 – Moinho do Castelo; 15 – Freiria; 16 – Casa dos Bicos; 17 – Chibanes; 18 – Pedrão; 19 – Alcácer do Sal; 20 – Vaiamonte; 21 – Segóvia; 22 – Veiros; 23 – Castelo da Lousa; 24 – Noudar; 25 – Azougada; 26 – Ratinhos; 27 – Represas; 28 – Beja; 29 – Pedra da Atalaia; 30 – *Mirobriga;* 31 – Mangancha; 32 – Juntas; 33 – Fernão Vaz; 34 – Nossa Senhora da Cola; 35 – Fonte Santa; 36 – Manuel Galo; 37 – Mesas do Castelinho; 38 – Castro Marim; 39 – Monte da Chaminé

Figura 3



Bibliografia

ALARCÃO, A. M. 1966 – *Bref aperçu sur la céramique romaine trouvée a Bracara Augusta (Portugal)*, in: "Rei Cretariae Romanae Favtorvm", Acta VIII, pp. 45-50.

——— 1976 – *Céramiques prérromaines*, in: *Fouilles de Conimbriga*, VI, Paris, Diffusion de Boccard, pp. 3-17.

ALARCÃO, A. M. / ALARCÃO, J. 1965 – *Castelo da Lousa (Mourão) – alguns materiais da campanha de 1963*, in: "Boletim da Junta Distrital de Évora", 6, pp. 200-203.

ALARCÃO, J. 1973 – *Portugal Romano*, Lisboa, Verbo.

——— 1983 – *Portugal Romano*, 3ª edição, revista, Lisboa, Verbo.

ALARCÃO, J. / ETIENNE, R. 1973 – *Note sur un habitat de l'Age du Fer a Conimbriga*, in: *Cinquintenaire de la création en Bretagne de l'enseignement du portugais (Rennes, 1971)*, vol. I, Paris, pp. 29-44.

——— 1976 – *Le Portugal a l'époque augustéene*, in: *Symposion de Ciudades Augusteas*, Zaragoza, pp. 171-188.

ALMEIDA, C. A. F. 1983 – *O castrejo sob o domínio romano: a sua transformação*, in: PEREIRA MENAUT, G. (dir.) *Estudos de Cultura Castrexa e de Historia Antigua de Galicia*, Compostela, pp. 187-198.

ALMEIDA, C. A. F. et al 1981 – *Escavações arqueológicas em Santo Estevão da Facha*, in: "Arquivo de Ponte de Lima", 3, pp. 3-91.

ALMEIDA, F. 1964 – *Ruínas de Miróbriga dos Célticos (Santiago do Cacém)*, Junta Distrital de Setúbal.

AMARO, C. 1982a – *Villa romana do Monte da Chaminé – seu enquadramento arqueológico*, in: "Al-Madan", 0, pp. 33-34.

——— 1982b – *Casa dos Bicos. Notícia histórico-arqueológica*, in: "Arqueologia", 6, pp. 96-111.

——— 1983 – *XX Séculos de Arqueologia e História*, in: *XVII Exposição Europeia de Arte Ciência e Cultura, Os descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento "O Homem e a Hora São um Só" – A Dinastia de Aviz (Catálogo Casa dos Bicos)*, Lisboa, pp. 251-2 e 253-264.

ARNAUD, J. M. 1968 – *"Castelo Velho" de Veiros (Estremoz). Notícia da sua identificação*, in: "Revista de Guimarães", 78 (1-2), pp. 61-76.

——— 1970 – *O "Castelo Velho" de Veeiros (Estreemos): campanha preliminar de escavações de 1969*, in: *Actas das I Jornadas Arqueológicas da AAP*, vol.II, pp. 311-328.

ARTHUR, M. L. C. 1983 – *Meróbriga, Santiago do Cacém (Portugal)*, in: "Caesaraugusta", 57-8, pp. 51-109.

BEIRÃO, C. M. 1972 – *Cinco aspectos da Idade do Bronze e da sua transformação para a Idade do Ferro no sul do país*, in: *Actas das II Jornadas Arqueológicas da A.A.P.*, vol. I, pp. 193-221.

BELTRAN LLORIS, M. 1976 – *La ceramica del campamento de Caceres el Viejo (Caceres)*, in: *V Congreso de Estudios Extremenos (Ponencias VII-VIII)*, Badajoz, pp. 3-22.

——— 1979 – *La ceramica campaniense de Azaila. Problemas de cronologia del valle medio del Ebro*, in: "Caesaraugusta", 47-8, pp. 141-232.

BRAGA, J. M. R. / SOARES, A. M. M. 1981 – *Indícios de uma ocupação da Segunda Idade do Ferro no castelo de Serpa*, in: "Arqueologia", 4, pp. 116-123.

CAAMANO GESTO, J. M. 1983 – *Ceramicas finas de importacion en la epoca romana en Galicia*, in:

PEREIRA MENAUT, G. (dir.) *Estudos de Cultura Castrexa e de Historia Antigua de Galicia*, Compostela, pp. 225-246.

CARANDINI, A. / SETTIS, S. 1979 – *Schiavi e Padroni nell'Etruria Romana*, Bari, De Donato.

CARDOSO, G. / ENCARNAÇÃO, J. 1983 – *Cascais – Alto da Cidreira*, in: "Informação Arqueológica", 3, pp. 39-40.

CENTENO, R. 1983 – *A Dominação Romana*, in: SARAIVA, J.H. (dir.) *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Alfa, pp. 149-211.

CENTENO, R. / SILVA, A. C. F. 1982 – *1ª Campanha de Escavações arqueológicas no Castro de Romariz (Vila da Feira, Aveiro) – 1980*, in: "Humanidades", 1, pp. 63-69.

CORREIA, V. 1916 – *Conimbriga: a camada pré-romana da cidade (notas de uma exploração de 10 dias em Condeixa-a-Velha*, in: "O Archeólogo Português", 21, pp. 252-264.

CORTEZ, F. R. 1951 – *As escavações arqueológicas do "castellum" da Fonte do Milho. Contributo para a demogenia duriense*, in: "Anais do Instituto do Vinho do Porto", 12(1), pp. 19-88.

COSTA, A. J. M. 1910 – *Estações prehistoricas dos arredores de Setubal: apêndice – homem protohistorico, Idades do Bronze e do Ferro no Castro de Chibanes*, in: "O Archeólogo Português", 15, pp. 55-83.

CRAVO, João 1982 – *Amadora – Moinho do Castelinho*, in: "Informação Arqueológica", 2, pp. 24-25.

DEDET, B. / PY, M. 1979 – *A propos du facies de la campanienne A du Ier siecle avant J.C. dans la basse vallée du Rhône*, in: "Archéologie en Languedoc", 2, pp. 115-126.

DELGADO, M. 1971 – *Cerâmica campaniense em Portugal*, in: *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, vol II, Coimbra, pp. 403-420.

——— 1975 – *Céramiques campaniennes et de type campanien*, in: *Colloque a propos des céramiques de Conimbriga*, "Conimbriga", 14, pp. 88-92.

——— 1976 – *Céramiques campaniennes et de type campanien*, in: *Fouilles de Conimbriga*, VI, Paris, Diffusion de Boccard, pp. 21-26.

DIOGO, A. M. D. 1984 – *O material romano da primeira campanha de escavações na Alcáçova de Santarém*, in: "Conimbriga", 23, pp. 111-141.

DOMERGUE, C. / ANDRADE, R. F. 1971 – *Sondages 1967 et 1969 a Aljustrel (Portugal). Note préliminaire*, in: "Conimbriga", 10, pp. 99-117.

ENCARNAÇÃO, J. et al 198? – *A villa romana do Alto do Cidreira em Cascais"*, in: "Arquivo de Cascais", 4, pp. 9-28.

FARIA, A. M. 1981 – *Espólio monetário do acampamento romano de Arganil*, "Trabalhos do Museu Regional de Arqueologia de Arganil", 2, Arganil.

FERREIRA, F. B. 1959 – *O problema da localização de Cetóbriga: seu estado actual*, in: "Conimbriga", 1, pp. 41-70.

FERREIRA, O. V. 1971 – *Cerâmica negra de tipo grego encontrada em Portugal*, in: "Arqueologia e História", 9ª série, 3, pp. 313-326.

F. H. A. IV (1937) – SCHULTEN, A. (ed.) *Fontes Hispaniae Antiquae – Las Guerras de 154-72 a. C.*, Universidade de Barcelona.

GAMITO, T. J. 1981 – *A propósito do Castro de Segóvia (Elvas) – resistência a Roma no sudoeste peninsular*, in: "História", 29, pp. 32-43.

——— 1982 – *A Idade do Ferro no sul de Portugal: problemas e perspectivas*, in: "Arqueologia", 6, pp. 65-78.

GIRÃO, A. / OLEIRO, J. M. B. 1953 – *Geografia e campos fortificados romanos*, in: "Boletim do Centro de Estudos Geográficos", 6-7, pp. 73-80.

GUERRA, A. / FABIÃO, C. 1987 – *escavações no acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil): resultados preliminares, Actas do 1er Congreso Peninsular de Historia Antigua*, vol. I, Santiago de Compostela, 1987, pp. 307-328.

LAMBOGLIA, N. 1950 – *Gli scavi di Albintimilium e la cronologia della ceramica romana – Prima campagna di scavi 1938-40*, Bordighera.

——— 1952 – *Per una classificazione preliminare della ceramica campana*, in: *Atti del I Congresso Internazionale di Studi Liguri (1950)*, Bordighera, pp. 139-206.

——— 1954 – *La ceramica precampana della Bastida*, in: "Archivo Español de Arqueologia", 5, pp. 131-236.

——— 1961 – *Problemi tecnici e cronologici dello scavo sottomarino al Grand-Congloué*, in: *Rivista di Studi Liguri*, ano 27, pp. 138-154.

MAIA, M. 1974a – *1ª Campanha de escavações realizada no Cerro do Castelo do Manuel Galo (Mértola). Uma possível fortaleza romana*, in: *Actas das II Jornadas Arqueológicas da A.A.P.*, vol.II, pp. 139-147.

——— 1974b – *Fortaleza romana do Monte do Manuel Galo (Mértola)*, in: *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. I, Porto, pp. 325-332.

——— 1978 – *Fortalezas romanas do sul de Portugal*, in: "Zephyrus", 28-9, pp. 279-285.

——— 1980 – *escavações na estação romana de S. Marcos, Cacém (Sintra)*, in: "Clio", 2, pp. 158-9.

MAIA, M. G. P. 1974 – *Notas sobre a "terra sigillata" do Manuel Galo (Mértola): enquadramento cronológico*, in: *Actas das II Jornadas Arqueológicas da A.A.P.*, vol II, Lisboa, pp. 157-174.

MOREL, J.-P. 1963 – *Notes sur la céramique Etrusco--Campanienne. Vases à vernis noir de Sardaigne et Arezzo*, in: "Mélanges d'Archéologia et d'Histoire de l'École Française de Rome", 75, pp. 7-58.

——— 1965 – *Céramiques à vernis noir du Forum Romain et du Palatin*, Paris.

——— 1969 – *Études de céramique campanienne I: l'atelier des petites estampilles*, in: "Mélanges d'Archéologie et d'Histoire de l'École Française de Rome", 81, pp. 59-117.

——— 1975 – intervenções no *Colloque a propos des céramiques de Conimbriga*, "Conimbriga", 14, pp. 89-92.

——— 1978 – *A propos des céramiques campaniennes de France et d'Espagne*, in: "Archéologie en Languedoc", 1, pp. 149-168.

——— 1981 – *Céramique Campanienne: les Formes*, 2 vols., Roma, B.E.F.A.R.

NUNES, J. C. 1958a – *Broches fíbulas de castros portugueses*, in: "Zephyrus", 9(2), pp. 231-233.

——— 1958b – *Novos elementos para o estudo da arte castreja em Portugal*, in: "Revista de Guimarães", 68, pp. 5-17.

——— 1959 – *Fíbulas de tipo Nauheim no Castro da Lomba do Canho*, in: "Revista de Guimarães", 69, pp. 5-23.

PICON, M. et al 1971 – *Note sur la composition des céramiques campaniennes de Type A et B*, in: "Rei Cretariae Romanae Favtorvm", Acta XIII, pp. 82-88.

RIBEIRO, F. N. et al 1956 – *Breve nota sobre a estação romana da Lobeira Grande (Beja)*, in: *Actas del XXIII Congresso Luso-Espanhol da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências*, T--VIII, Coimbra, pp. 453-459.

ROCHA, A. S. (1905-8) 1971 – *Memórias e explorações Arqueológicas- Vol. II. estações Pré-Romanas da Idade do Ferro nas Vizinhanças da Figueira* (reimp.) Coimbra, Imprensa da Universidade.

ROUILLARD, P. 1975a – *Une cratére inédit du Peintre du Thyrse Noir a Alcácer do Sal*, in: "Conimbriga", 14, pp. 177-183.

——— 1975b – *Les coups atiques à figures rouges du IV s. en Andalousie*, in: "Mélanges de la Casa de Vélazquez", 9, pp. 21-49.

SANMARTÍ GRECO, E. 1978 – *La Cerámica Campaniense de Emporion y Rhode*, 2 vols., Barcelona.

SENNA-MARTINEZ, J. C. / LUZ, A. M. D. 1983 – *O megalitismo da bacia do Alva: primeira contri-*

buição para um modelo socio-económico, in: "O Arqueólogo Português", série IV, 1, pp. 103-117.

SOARES, J. 1978 – *Nótula sobre a cerâmica campaniense do Castelo de Alcácer do Sal*, in: "Setúbal Arqueológica", 4, pp. 133-143.

SOARES, J. / SILVA, C. T. 1973 – *Ocupação do período proto-romano do povoado do Pedrão (Setúbal)*, in: *Actas das II Jornadas Arqueológicas da A. A. P.*, vol. I, Lisboa, pp. 245-305.

SILVA, C. T. 1978 – *Ocupação da II Idade do Ferro da Pedra da Atalaia (Santiago do Cacém)*, in: "Setúbal Arqueológica", 4, pp. 117-132.

SILVA, C. T. et al 1980-1 – *Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979)*, in: "Setúbal Arqueológica", 6-7, pp. 149-218.

TCHERNIA, A. et al 1978 – *L'Épave Romaine de la Madrague des Giens (Var)*, supp. 34 de "Gallia".

TORRES, C. 1984 – *Barrancos – um projecto de recuperação arqueológica integrada*, conferência proferida no M.N.A.E., Lisboa em 22/IX.

TRIAS ARRIBAS, G. 1967 – *Ceramicas Griegas de la Peninsula Iberica*, 2 vols., Valencia.

VIANA, A. (1958) 1970 – *Lápide bejense consagrada a Juno*, in: *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1958)*, vol. II, Lisboa, pp. 107-112.

——— 1959 – *Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo*, in: "Arquivo de Beja", 15, pp. 3-56.

——— 1960 – *Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo*, in: "Arquivo de Beja", 16, pp. 3-48.

VIANA, A. et al 1956 –

Apontamentos arqueológicos dos concelhos de Aljustrel e Almodôvar, in: *Actas do XXIII Congresso Luso-Espanhol da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências*, T. VIII, Coimbra, pp. 461-470.

ZBYSZEWSKI, G. et al 1968 – *Acerca do campo fortificado de Chões de Alpompé (Santarém)*, in: "O Arqueólogo Português", 3ª série, 2, pp. 49-57.

Publicações relativas a Lomba do Canho posteriores a 1984

FABIÃO, C. 1989 – *Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*, Lisboa, UNIARQ/INIC.

FABIÃO, C. / GUERRA, A. 1987 – *Considerações preliminares sobre a cerâmica comum do acampamento militar romano da Lomba do Canho, Arganil*, in: *Da Pré-História a História. Estudos em Homenagem a O. Veiga Ferreira*, Lisboa, Delta, pp. 287-308.

FARIA, A. M. 1984-85 – *As Moedas do Acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*, in: "Nvmmvs", série II, 7-8, pp. 37-42

GUERRA, A. 1987 – *Acerca dos projécteis para funda da Lomba do Canho (Arganil)*, in: "O Arqueólogo Português", IV série, 5, pp. 161-177.

GUERRA, A. / FABIÃO, C. 1988 – *Escavações no acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil): Resultados preliminares*, in: *Actas del I Congreso Peninsular de Historia Antigua*, I, Santiago de Compostela, pp. 307-328.

NUNES, J.C. 1985 – *Acampamento romano da Lomba do Canho, 1982-83*, in "Informação Arqueológica", 5, p. 71

NUNES, J. C. 1986 – *Sob o Signo do "Ramo de ouro" virgiliano*, in: *Virgílio e a Cultura Portuguesa (Actas do Colóquio do Bimilenário da Morte de Virgílio,* Lisboa 1981), pp. 281-298.

NUNES, J. C. / FABIÃO, C. / GUERRA, A. 1988 – *O Acampamento militar romano da Lomba do Canho (Arganil)*, Arganil, Museu Regional de Arqueologia.

NUNES, J. C. / FABIÃO, C. / GUERRA, A. 1989 – *Acampamento militar romano da Lomba do Canho, Arganil: O Ponto da Situação*, in: *Actas do I Colóquio Regional de Arqueologia de Viseu* (Viseu, 1988), Viseu, pp. 403-424.

NUNES, J. C. / GUERRA, A. / FABIÃO, C. 1990 – *As lucernas do acampamento militar romeno da Lomba do Canho (Arganil),* "Conimbriga", XXIX, p. 69-90.

OPHIUSSA zero (1996), p. 133-159, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa

A OCUPAÇÃO ROMANA DO CABEÇO DO CRASTO, S. ROMÃO, SEIA**

Amílcar GUERRA*
Carlos FABIÃO*

Abstract

The surface collected data from Cabeço do Crasto, S. Romão, Seia, strongly suggests a very prolonged setting, from late Bronze Age to late Roman period. Neverless the excavations from 1984 to 1987 were not sufficient to make a good characterization of other periods than late Bronze Age, despite some found evidence wich this paper gives full information.

A late roman stone fortification was found in sector B, wich was built up with reused materials (a roman ara amoung them). Despite the lack of other sort of dating evidence, an epigraphic monument was found in a similar stone fortification of sector MAS, wich dates from 217 AD, giving a clue to a chronology.

Near the fortification of sector M, some structures were dug up. Again,scarce dating evidence was found besides a few sherds of late olive-green glasses and the mentioned latin inscription. The structures seemed to be built up in the period between IVth and Vth centuries AD.

Some sections of the fortification, some structures and the stratigraphic units 8 and 42 point to an Iron Age occupation.

1. Introdução

Quando iniciámos os trabalhos no sítio do Cabeço do Crasto de S. Romão (Seia), tínhamos previsto um conjunto de seis campanhas, das quais, de facto, apenas quatro se realizaram. Esperávamos, em determinado momento, retomar os trabalhos interrompidos em circunstâncias a que já nos referimos (FABIÃO/ GUERRA, 1988-9: 73; FABIÃO/ SENNA-MARTINEZ/ GUERRA, 1989: 4-5), especialmente para esclarecer alguns aspectos respeitantes à ocupação do período romano, nomeadamente através da obtenção de elementos que pudessem datar, com maior rigor, as estruturas postas a descoberto. Mas, dada a persistência dos condicionalismos limitadores da continuidade da nossa actuação no local, achámos importante dar a conhecer as principais conclusões da pesquisa já realizada.

O Cabeço do Crasto de S. Romão é já sobejamente conhecido, pela publicação de alguns artigos que fornecem a informação sintética dos principais resultados e constituem um acompanhamento essencial do presente estudo (SENNA-MARTINEZ/ GUERRA/ FABIÃO, 1986; FABIÃO/ SENNA-MARTINEZ/ GUERRA, 1989; GUERRA/ FABIÃO/ SENNA-MARTINEZ, 1989; GUERRA, 1989; GIL et al., 1989; FABIÃO/GUERRA, 1988-9). Pretendemos, desta forma, completar os trabalhos anteriormente apresentados, proporcionando à comunidade científica alguns elementos que consideramos pertinentes.

Tratamos agora, para encerrar este ciclo de publicações, dos níveis correspondentes às ocupações posteriores ao Bronze Final. Retomaremos as

* Centro de Arqueologia (UNIARQ), Faculdade de Letras, P-1600-214 Lisboa Portugal.

** O presente texto foi apresentado nas *I Jornadas de Arqueologia da Beira Interior* (Castelo Branco e Guarda, Maio de 1991).

questões de estratigrafia, apresentando mais alguns dados que permitem compreender a sequência ocupacional do sítio e daremos a conhecer o espólio mais significativo exumado ao longo de quatro anos. Dadas as dificuldades e insuficiências da investigação nesta área do país, particularmente no período em questão, teceremos algumas considerações sobre problemas mais gerais, pretendendo contribuir para uma discussão, de natureza arqueológica, em torno dos problemas genericamente abrangidos pelo vasto tema da "romanização" e seus prolongamentos no tempo, para lá da desagregação da metade ocidental do Império.

No relatório apresentado à Sociedade de Geografia, na sequência da *Expedição Científica à Serra da Estrela*, F. Martins Sarmento inclui o Cabeço do Crasto de S. Romão entre as "estações prè-históricas do tipo da Citânia e de Sabroso" (SARMENTO, 1883: 7). Um desenho esquemático então publicado (*Ibidem*, Est. 1) serve para pôr em evidência alguns troços amuralhados bem visíveis, mas cuja relação não era compreensível, pela falta de ligação entre as diversas componentes do complexo defensivo. No que toca a achados, o erudito vimaranense refere principalmente "fragmentos de cerâmica negra, e fragmentos de telha, vasos e um tijolo romano" (*Ibidem*: 10).

Embora uma classificação global de "pré-histórica" se considere hoje estranha quando globalmente aplicada a este tipo de sítios, compreende-se bem que Martins Sarmento se referia a povoados da "cultura castreja", particularmente pelos termos de comparação utilizados. Os elementos de confronto, assentavam, para além do topónimo, na topografia, nas estruturas defensivas e no espólio que, nos seus traços essenciais, não deveria ser muito diferente do que já tivera oportunidade de encontrar naqueles sítios do norte de Portugal.

As nossas primeiras visitas ao local confirmaram em parte as observações daquele investigador, mas levaram-nos a constatar uma situação mais complexa, onde, à partida, se podiam isolar pelo menos duas realidades: Uma, mais antiga, aparentemente circunscrita à elevação oeste; outra, de período romano imperial, definida por um dos indicadores mais vulgares de uma ocupação deste período, as *tegulae*. Para além do espólio baseávamos ainda as nossas conclusões nos vestígios de estruturas e no aparelho dos blocos graníticos que, em alguns casos, era tipicamente romano. Perante estes dados pareceu-nos que o perfil do sítio corresponderia *grosso modo* ao de um povoado com ocupação (contínua ou descontínua) desde pelo menos o Bronze Final, prolongando-se pelo período romano até a um momento que só escavações poderiam definir com maior precisão. Como adiante se verá, nem mesmo estas foram particularmente conclusivas.

As duas frentes de trabalho de início constituídas procuraram elementos que permitissem caracterizar pelo menos essas duas fases distintas e, eventualmente, outras intermédias, tornando possível estabelecer os limites temporais do povoado e compreender as vicissitudes da sua existência entre essas duas balizas.

Após quatro campanhas de escavações, resulta evidente uma disparidade significativa entre os conhecimentos que possuímos para cada uma destas fases. A mais antiga, do Bronze Final, está hoje bastante bem definida (SENNA-MARTINEZ/ GUERRA/ FABIÃO, 1986; GUERRA/ FABIÃO/ SENNA-MARTINEZ, 1989; FABIÃO /GUERRA, 1988-9), não apenas pela extensão dos trabalhos ("Sectores A, B e C"), como ainda pela quantidade e qualidade dos dados e pelas possibilidades de análise que ofereciam.

A ocupação do período romano, já referida no relato de Martins Sarmento, foi confirmada desde as nossas primeiras observações no terreno. No entanto, as recolhas feitas à superfície não permitiram mais do que verificá-la. Dentro de um vasta área definida pelas muralhas, aparentemente pertencentes a uma fase avançada, seleccionámos dois sectores (B e M) situados nos extremos do povoado onde eram particularmente evidentes os vestígios da cintura amuralhada.

Os resultados obtidos ao longo das quatro campanhas podem considerar-se relativamente pobres, não permitindo uma boa definição cronológica. Apesar dos conhecimentos que se possuem actualmente no domínio dos materiais romanos, em particular no que toca às cerâmicas, o espólio deste tipo não forneceu indicações muito precisas, obrigando ao recurso a outros elementos, habitualmente menos rigorosos.

Paradoxalmente contamos com um indicador de extraordinária precisão que poderia, neste caso, assumir particular relevância – uma epígrafe datada de 217 d. C. – mas que, por se encontrar num contexto de reutilização, impede que este marco cronológico se associe à construção da estrutura a que pertencia. No entanto, o texto epigráfico permite considerar que, na época em que foi produzido, o núcleo habitacional possuiria uma certa importância, a ponto de justificar esta consagração promovida por um edil (GUERRA, 1989). Contudo, nas áreas em que trabalhámos, não encontrámos quaisquer níveis de ocupação ou estruturas que pudessem remontar a esta data. Ficam, assim, ainda sem resposta muitas das questões essenciais sobre a diacronia da ocupação do sítio, quer nos períodos posteriores ao Bronze Final, quer na sua fase terminal.

2. O Sector B

Na segunda campanha de escavações definiu-se, no extremo oeste do Cabeço do Crasto, uma área percorrida por uma elevação artificial e delimitada por afloramentos graníticos (v. Fig. 1). A intervenção justificava-se pela necessidade de explicar a existência de um grande número de blocos aparelhados, aparentemente associados a uma importante construção do período romano. Por outro lado, sabíamos que no local tinham sido descobertas algumas inscrições, integradas em tempos na construção do muro de suporte do caminho de acesso à Câmara da Carga da Central Hidroeléctrica de Ponte de Jugais (GUERRA/ FABIÃO/ SENNA-MARTINEZ, 1989: 203), subjacente ao povoado, e entretanto desaparecidas. Os trabalhos vieram a revelar que a imponente construção ali existente era, na realidade, uma muralha que percorre toda a elevação no sentido norte-sul.

O Sector foi escavado em duas campanhas distintas: primeiro, na campanha 2(86), a área exterior à muralha; e, mais tarde, na campanha 4(88), o lado interior – encontram-se já publicados os resultados destes trabalhos (GUERRA/ FABIÃO/ SENNA-MARTINEZ, 1989; FABIÃO /GUERRA, 1988-9) que aqui apenas sintetizaremos.

Esta última área oferecia à partida grandes potencialidades, uma vez que, constituindo uma "bolsa" no espaço interior do perímetro amuralhado, poderia com maior probabilidade ter acumulado vestígios de diversas fases de ocupação. Contudo, este pressuposto não se verificou e os resultados da escavação limitaram-se a confirmar a sobreposição do desmoronamento da muralha romana aos estrato correspondentes à ocupação do Bronze Final, aspecto já verificado anteriormente no mesmo sector. Deveria, pois, ser excluída, pelo menos neste sector, uma ocupação entre as duas fases identificadas, separadas entre si por mais de mil anos.

O troço de muralha [UE 6] identificado no Sector B possui uma estrutura que o diferencia consideravelmente do descoberto no Sector M. Com cerca de 2 metros de espessura, apresenta do lado exterior um alinhamento de grandes blocos, muitos deles aparelhados, que proporcionam uma óptima definição da face externa e ao mesmo tempo põe em relevo os cuidados postos na sua realização. Resulta, contudo, evidente que boa parte da silharia não foi expressamente lavrada para esta obra defensiva, mas antes reaproveitada de anteriores construções. Do lado interno essa preocupação de regularidade não é tão evidente, uma vez que neste caso são essencialmente utilizados grandes blocos de superfícies arredondadas, que definem uma face irregular e ligeiramente inclinada. O preenchimento do interior da estrutura é feito por uma amálgama de blocos menores de grauvaque e granito envolvidos por uma areão de coloração esbranquiçada. À superfície identificaram-se abundantes fragmentos de materiais de cobertura atribuíveis ao período romano (*tegulae* e *imbrices*), dissociados, porém, de quaisquer vestígios de outras construções ou níveis de habitat conservados.

Do lado exterior observaram-se alguns indícios de ocupações desse período, não tanto pelo espólio recolhido, mas principalmente pelas conclusões que retirámos da evidência arqueológica. Em primeiro lugar foi possível compreender as razões da grande quantidade de blocos dispersos por esta zona situada num extremo do povoado, relacionável com o intenso labor desenvolvido no decurso das obras do complexo de produção de energia eléctrica das vertentes do Cabeço do Crasto. Particularmente afectada foi a face externa da muralha, uma vez que nela se deveria concentrar a silharia de melhor qualidade. Muitos dos elementos retirados do seu sítio original foram abandonados nas imediações, sem se perceber quais as verdadeiras razões deste facto.

O estrato correspondente ao desmoronamento [UE 4] (v. Fig. 2), nalguns pontos intensamente pesquisado, apresenta grandes fossas. Noutros, porém, foi possível ainda observar a diversidade dos elementos que constituíam a primitiva muralha. Sobressaem alguns que pertenciam a outras estruturas de natureza muito diferente e que, em determinado momento, foram reaproveitados nesta construção, entre eles uma ara anepígrafa (v. Fig. 3) (FABIÃO / SENNA-MARTINEZ / GUERRA, 1989: 7) – para uma explicação para o facto v. *infra*.

O nível de desmoronamento de grande blocos cobria um outro [UE 7] de pedras de menores dimensões e caracterizado por uma coloração esbranquiçada. O estrato correspondia ao depósito, na base do desmoronamento, das terras que constituíam parte da estrutura interna do amuralhado (v. Fig. 2).

Adossada à muralha teria havido uma construção cujos vestígios são pouco significativos. Resumem-se a um estrato [UE 9] em que estão densamente representadas as cerâmicas de cobertura (*imbrices*) e a duas fossas [UEs 11 e 12], pontos de implantação de postes que deveriam ter sustentado o telhado a que estava associado este material (v. Fig. 2). Para além da cerâmica de cobertura, foram recolhidos alguns (poucos) fragmentos de cerâmica comum de pastas graníticas e montados ao torno que, embora sejam inequivocamente romanos, não permitem reconstituir qualquer forma ou propor cronologias.

É evidente a pobreza dos materiais dos estratos deste período, mas esse facto não deve necessariamente tomar-se como indicador de uma escassa importância da correspondente ocupação. Outros vestígios acima referidos, nomeadamente a ara e as

epígrafes – pelo menos duas – que daqui foram levadas, fazem precisamente pensar o contrário. A própria muralha, tanto pela qualidade de construção, como pelas suas dimensões, acaba por reforçar esta ideia. Haveria pois estruturas relevantes, que ainda não foram identificadas, em parte devido às reduzidas dimensões das áreas escavadas, por outro lado em consequência das diversas acções de destruição que sobre elas incidiram.

Que o povoado foi dotado de uma muralha de grandes proporções, onde se integrou uma significativa quantidade de blocos da mais diversa proveniência, resulta claro dos trabalhos realizados nos dois extremos do sítio arqueológico, distantes cerca de 300 metros (v. Fig. 1). O perímetro do amuralhado faz supor que o habitat no Cabeço do Crasto possuía grandes dimensões, embora seja evidente que nem todo o espaço *intra muros* era ocupado com construções. Temos, contudo de ter em consideração que o aspecto do sítio foi profundamente alterado pela intervenção humana, tanto pela pesquisa e extracção de pedra, como e também pelas actividades agrícolas, obviamente com menores consequências. Por último há a considerar a acção erosiva, muito intensa em todo o cabeço, que agravou ainda mais este problema. Todos estes factores acumulados podem explicar o facto de, numa das intervenções por nós realizadas – o sector N (v. Fig. 1) – apenas uma fossa ter fornecido espólio correspondente a ocupações antigas, dando a ideia que os restantes depósitos arqueológicos tinham sido integralmente "varridos" – uma vez mais, os materiais do período romano, sobretudo *imbrices*, circunscreviam-se ao nível de superfície, claramente revolvido e assentando directamente sobre o substrato rochoso.

A ausência de dados mais seguros impede-nos de propor uma datação para as realidades postas a descoberto, limitando-nos a apontar para uma fase relativamente avançada dentro do período romano, eventualmente relacionável com a ocupação tardo-romana (ou mesmo mais recente) do Sector M.

A zona que corresponderia ao interior do espaço amuralhado, escavada na campanha de 1989 (FABIÃO/GUERRA, 1988-9), foi ainda mais pobre em informação sobre as ocupações posteriores ao Bronze Final. Para além dos materiais de construção romanos (*tegulae* e *imbrices*), claramente fora dos seus contextos originais de deposição, identificámos um único fragmento de bordo de um pequeno pote ou panela, na UE 24, também ele já fora de contexto (*Idem*: 77 e Fig. 5.1).

3. O Sector M

Este sector de escavação foi um dos primeiros seleccionados no âmbito das nossas intervenções no local (SENNA-MARTINEZ/GUERRA/ FABIÃO, 1986: 20, 27-9 e GUERRA/ FABIÃO/ SENNA-MARTINEZ, 1989: 197-9). Consistia num extenso rectângulo de 10x17 m, implantado junto à estrada florestal de acesso ao interior do Cabeço do Crasto (v. GUERRA/ FABIÃO/ SENNA-MARTINEZ, 1989: 203), cujo eixo maior era, naturalmente, perpendicular à muralha que definia a área de maior extensão do povoado; compreendia, também, em boa parte do corte sul, uma rampa empedrada que permitia transpor a fortificação (v. Fig. 1). Optámos por uma configuração deste tipo, em detrimento do tradicional corte, normalmente mais estreito, porque nos interessava recuperar um volume de informação superior à da esperada sequência de construção-ocupação-abandono. Deste modo, pensávamos poder caracterizar minimamente eventuais ocupações encostadas à face interna da muralha. Para além do mais, as modernas estratégias de escavação em área, que temos tentado praticar, demonstraram já amplamente as limitações informativas e os inconvenientes dos tradicionais cortes através das estruturas de fortificação (BARKER, 1982: 37 e ss.).

Depois da primeira campanha, pelo manifesto interesse revelado pelas construções identificadas no interior do povoado, optámos por alargar em mais 4 metros para oeste o Sector, tendo-se aberto, também uma nova área de 5x5m no canto sudoeste. Estas extensões tinham por objectivo caracterizar algumas realidades apenas sumariamente identificadas ou indirectamente perceptíveis. No entanto, a absoluta necessidade de assegurar a integridade e boa conservação da estrada florestal limitou seriamente o nosso intento.

3.1. Sequências Estratigráficas

A planta geral da área escavada e um dos cortes norte-sul foram já publicados e comentados (GUERRA/ FABIÃO/ SENNA-MARTINEZ, 1989: 197-9 e 232-233), pelo que nos abstemos de mais considerações gerais. Interessa aqui reter somente os aspectos relativos às grandes fases de utilização deste local, identificadas nas diferentes sequências estratigráficas, sua interpretação e caracterização.

Concluída a limpeza de superfície, a área a escavar apresentava as seguintes realidades: uma couraça pétrea, praticamente desprovida de componentes sedimentares, que abrangia toda a metade este do Sector e que visivelmente correspondia ao topo desagregado da muralha [UEs 3 e 5] e aos seus derrubes [UEs 2 e 4], mais extensos e notórios para nascente [UE 4], acompanhando o acentuado declive do terreno; no limite sudeste, ficava, mais visível então, a rampa empedrada [UE 28] que subia ao encontro da muralha e que a ultrapassava.

Esta relação entre rampa e muralha, reforçada pelo facto de a primeira se encontrar num plano topograficamente mais elevado do que o nível de desmoronamento da segunda, sugeriu-nos de imediato que se trataria de uma construção recente. A rampa era prolongada para o interior do espaço fortificado por um contraforte, igualmente de pedra [UE 37], esclarecedor da função da estrutura. Trata-se da primitiva via que conduzia ao topo do Cabeço do Crasto, construída numa fase muito posterior ao último abandono do povoado e, provavelmente, numa época em que já não seria(m) visível(cis) a(s) primitiva(s) entrada(s). Este teria sido o caminho utilizado até à abertura da actual estrada florestal – também ela o único acesso ao local –, nos primeiros decénios do nosso século e, significativamente, no mesmo sítio.

Um ancião que nos visitou durante as escavações recordava ainda os trabalhos de aterro que a estrada tinha implicado – nos quais o seu pai teria estado envolvido – justamente para vencer o desnível provocado pela antiga muralha.

A última fase de construção/utilização desta área era, pois, constituída pela rampa e todos os trabalhos efectuados para a sua implantação. Estas construções recentes sobrepunham-se às estruturas da antiga fortificação e provocaram algumas perturbações, mais notórias na parte sul do Sector.

A muralha apresentava alguma complexidade. No exterior existia um extenso derrube que descia a encosta e, nas suas áreas terminais, assentava directamente sobre o areão granítico de base [UE 27] – por esse motivo excluímos esses prolongamentos das representações dos Cortes da Fig. 4. Era constituída basicamente por blocos de granito grosseiramente afeiçoados, onde não era visível qualquer trabalho de cantaria. Estas características fizeram-nos pensar, num primeiro momento, que a muralha poderia ser pré-romana. A extraordinária irregularidade da sua feitura tornava também bastante difícil a identificação da respectiva face externa.

A continuidade dos trabalhos veio a revelar, contudo, alguns elementos perturbadores. De facto, num ponto onde se verificava uma clara inflexão do pendor do terreno e onde o areão granítico da base quase aflorava, foi identificada uma camada [UE 17] com abundantes vestígios de cerâmica romana, principalmente fragmentos de *tegulae* e *imbrices*. Por baixo desta, um estrato de reduzida potência [UE 13] proporcionou alguns fragmentos de uma grelha, certamente pertencentes a um forno que existiria nas proximidades e que estava destruído no momento em que se levantou a muralha. Neste nível identificou-se algum material de construção, nomeadamente fragmentos de *tegulae*. Por sua vez, a UE 13 assentava directamente sobre um afloramento de grauvaque [UE 26], desbastado de modo a produzir uma plataforma aplanada, e em associação com um pavimento constituído por grandes blocos que denotam erosão fluvial. A suposta face exterior da muralha sobrepunha-se a esses entulhos (v. Figs. 4 e 6).

Com o desejo de esclarecer melhor a situação levantámos parte da rampa de construção recente, no limite sul da escavação. Ali identificámos um troço de uma parede constituída por silhares de granito de grão fino [UE 29], com bom trabalho de cantaria, claramente reutilizados na edificação das estruturas defensivas. Um dos blocos exibe uma face com um cuidado almofadado e outro era a já referida inscrição reaproveitada datada de 217 d.C. (GUERRA, 1989) (v. Figs. 4 e 6). Assim, dispomos de um *terminus post quem* para este troço da construção defensiva, que, naturalmente, não permite a exclusão liminar da hipótese de poder corresponder a uma importante remodelação e reforço de uma muralha pré-existente. O facto de se ter identificado o roço de implantação desta fiada de pedras no areão granítico de base autoriza apenas a afirmação de que o mesmo não se sobrepunha a outras estruturas ou níveis de ocupação (v. Fig. 4).

Todavia, para além das perturbações produzidas pela construção da rampa, que nos impediu de estabelecer de forma clara a ligação entre este troço e a restante muralha, a sua investigação revelou-nos pormenores técnicos aparentemente peculiares deste troço, designadamente a utilização de um enchimento de terra e pedras, bem diferente da compacta aglomeração de blocos visível em outras área.

A face interna da muralha apresentava boa legibilidade. Era constituída por blocos irregulares, sem vestígios de utilização de pico de ferro e empilhados sem recurso a qualquer argamassa elaborada. Tinha adossada um passadiço pavimentado [UE 6], de cerca de 1.5m de largura, delimitado a oeste por um alinhamento de blocos de grandes dimensões [UE 7], fincados no areão da base, que não constituíam propriamente uma estrutura regular (v. Figs. 4 e 6).

Como noutro lugar já referimos (GUERRA/ FABIÃO/ SENNA¬MARTINEZ, 1989: 197-8), só futuros trabalhos sobre as fortificações do Cabeço do Crasto permitirão esclarecer de modo categórico o processo da sua construção, bem como a cronologia das suas diferentes fases. O sistema defensivo parece ter assentado num local onde o substrato granítico declivava fortemente, sendo mesmo de admitir que tenha sido intencionalmente desbastado. A muralha propriamente dita poderá ter conhecido diferentes momentos de construção no decurso da longa existência do Cabeço do Crasto como espaço habitado. Deste modo, a dificuldade de identificação categórica da sua face exterior poderá resultar do facto de não existir uma única face, mas antes várias estruturas que se sobrepõem e apoiam, à

semelhança do que se verifica no povoado da Cárcoda, S. Pedro do Sul (SILVA/ CORREIA, 1977: 297-300; SILVA, 1980: 177-9). Aquilo que hoje vemos no Sector M seria o conjunto de obras defensivas edificado num momento tardio da ocupação romana do local, que eventualmente teria incorporado e utilizado estruturas preexistentes. Contudo, só futuras investigações, expressamente orientadas para o esclarecimento destas questões, poderão proporcionar dados mais precisos.

A área interior investigada compunha-se de dois espaços distintos, que designámos por Ambientes I e II. Estão separados por uma parede [UE 14], sem qualquer abertura identificada, o que nos autoriza a afirmar que não tinham comunicação directa entre si (v. Figs. 4 e 6).

3.2. Ambiente I (Figs. 4, 5 e 6)

Trata-se de um compartimento de apreciáveis dimensões, quase quadrangular, cerca de 5x6m, coberto por um telhado de *imbrices*, uma lareira de *tegulae* [UE 43], delimitada por pedras e um fino pavimento de argila amassada [UE 40] directamente assente no areão granítico da base – para mais pormenores v. Figs. 4, 5, 6 e GUERRA/ FABIÃO/ SENNA-MARTINEZ, 1989: 198. O espólio recolhido foi, infelizmente, pouco esclarecedor, por se encontrar excessivamente fragmentado. De significativo, em termos cronológicos há apenas a assinalar fragmentos de vidros, de coloração verde azeitona, riscados e com algumas grandes bolhas de ar ovaladas. Embora não seja possível identificar a(s) forma(s) do(s) recipiente(s), é possível que se trate da(s) típica(s) taça(s) datável(eis) desde o séc. IV até ao VII d.C. (ALARCÃO/ ALARCÃO, 1963: 199-206 e Est. V; ALARCÃO/ ALARCÃO, 1965: 119-127). Pela qualidade do vidro, é provável que pertençam ainda ao período mais recuado destas produções, no entanto, a sua reduzida dimensão não autoriza afirmações categóricas.

Resulta, porém, evidente o abandono gradual e "pacífico" deste espaço, onde não se encontraram quaisquer vestígios de violência, nem, tão-pouco, provas evidentes de uma retirada precipitada dos seus ocupantes. O pouco espólio recolhido não estava quebrado em associação, pelo que são raras as formas reconstituíveis.

3.2.1. Os Materiais

Consideramos aqui globalmente as unidades estratigráficas 10, 40 e 19, por corresponderem aos períodos de ocupação e abandono deste espaço. Como habitualmente fazemos nos nossos trabalhos, seguimos os critérios propostos por H. Balfet, M.-F. Fauvet-Berthelot e S. Monzon (1983) para a descrição das cerâmicas e utilizamos a terminologia proposta por J. Alarcão (1975) para a denominação das diferentes formas.

A totalidade das cerâmicas recolhidas foi produzida com argilas de matriz granítica, tendo como e.n.p. os componentes daquela rocha, quartzos rolados ou angulosos, feldspatos e abundantes partículas de mica, pelo que nos abstemos de repetir esta descrição, tanto neste capítulo como nos seguintes. As variações são, todavia, observáveis, particularmente no tratamento e depuração das argilas. Os casos diferenciáveis serão devidamente assinalados. Todos os recipientes foram montados ao torno, salvo indicação contrária.

[UE 10] Fig. 5, nº 1 – Cântaro com asa em fita, arrancando directamente do bordo e fazendo corpo com ele; a pasta é de granulometria fina, bastante depurada, embora apresente alguns quartzos de grandes dimensões; foi aparentemente moldado a torno lento e, por isso, denota grandes irregularidades; recebeu um cuidado alisamento das superfícies; apresenta-se muito manchado e com a superfície exterior escamada, pela exposição ao fogo, embora não seja possível definir se tal aconteceu no decurso da sua utilização ou já em fase posterior. Foi recolhido junto ao muro [UE 14], no topo da [UE 10], o que sugere que poderia ter estado num nicho daquela parede.

Os materiais recolhidos nas três unidades estratigráficas aqui consideradas patenteiam inegáveis afinidades. Registamos a panela de colo estrangulado, com pastas relativamente grosseiras, que receberam cozeduras inequivocamente oxidantes, o que lhes confere tonalidades castanhas muito claras (Mun. 10 YR 7/4), com evidentes vestígios de utilização sobre o fogo (Fig.5, nº 6, [UE 10], e Fig. 6 nº 13, [UE 19]); outra panela de colo mais curto e com vestígios de idêntica utilização (Fig. 5, nº 5, [UE 10]); ou recipientes de bocal mais amplo, cuja forma não lográmos reconstituir e com pastas que sofreram um tratamento análogo, mas que foram submetidos a uma cozedura redutora (Fig. 5, nº 7, [UE 10], e Fig. 6, nº 12, [UE 40).

Não foi possível relacionar nenhum fragmento de bordo com os fundos recolhidos, de pastas depuradas e granulometria fina, também castanhas claras (Mun. 10 YR 6/3), que podem apresentar engobe amarelo avermelhado (Mun. 5 YR 6/6), como o exemplar da Fig. 5, nº 4, [UE 10], ou cozedura redutora, sem engobe, como o exemplar da Fig. 5, nº 9, da mesma unidade estratigráfica. Um fragmento de fundo análogo a este último apresenta sinais de fogo na parede exterior.

Assinalaram-se também pequenos potes, ou copos (Fig. 5 nºs 2 e 3, [UE 10]), de pastas depuradas e acinzentadas, lembrando formas mais antigas

recolhidas neste mesmo sítio arqueológico (v. infra, [UE 8]).

Dois exemplares de recipientes de armazenagem – talhas – foram recolhidos no Ambiente I: um deles, proveniente da [UE 19] foi já publicado (GUERRA/ FABIÃO/ SENNA-MARTINEZ, 1989: 234); o outro, da [UE 40], é muito semelhante, embora não apresente a decoração incisa (Fig. 6, nº 11). A pasta, amarela acastanhada (Mun. 7.5 YR 6/6), denota granulometria fina e cuidada depuração, tendo em conta as dimensões do recipiente, recebeu um cuidado alisamento quer na parede interna, quer na externa. A superfície exterior encontra-se bastante erodida, mas permite identificar restos de pintura a tinta vermelha que, pela sua irregularidade, pode ter correspondido a uma decoração, ou a um *titulus*, actualmente irreconhecível.

Refira-se, finalmente, um fragmento de uma forma aberta recolhido na [UE 19], Fig. 6, nº 14, uma grande tigela com pasta de granulometria fina e coloração homogénea cinzenta escura (Mun. 5 Y 4/1) que parece ter recebido uma cozedura redutora. Ostenta na superfície exterior uma decoração constituída por uma linha ondulada profundamente incisa.

O espólio recolhido neste compartimento revelou-se algo peculiar. De facto, registámos uma extraordinária abundância de recipientes inseríveis nas categorias das panelas, ou potes, e cântaros – para além do exemplar apresentado recolheram-se fragmentos de asas em fita que poderão, inclusivamente, pertencer a algumas das peças descritas –, bem como uma notória ausência de formas abertas – quer as de grandes dimensões (alguidares, bacias, almofarizes), quer as menores (taças, tigelas, frigideiras, pratos e copos) –, vasilhas de armazenagem e cerâmicas finas. Devido à exiguidade da área escavada não é possível ter ideias concretas sobre o significado destas particularidades. Todavia, parece-nos aceitável propor que este compartimento dotado de lareira e com abundante espólio cerâmico denotando utilização para fins culinários possa corresponder a uma cozinha de um núcleo residencial que teria outras áreas funcionais distintas.

Os elementos de cronologia mais segura de que dispomos para este conjunto, aparentemente homogéneo, são os já referidos fragmentos de vidro, que nos remetem para um período compreendido entre os meados do século IV e o V d. C., ou mesmo épocas mais recentes...

A cerâmica aqui representada não permite grandes conclusões, visto corresponder a uma gama de formas relativamente simples dentro do enorme e tantas vezes indiferenciado grupo das "cerâmicas comuns". A ausência de estudos sobre estes materiais para a nossa região constitui, naturalmente, outro obstáculo de monta. Contudo, as talhas parecem encontrar correspondência formal no exemplar nº 326 de Conimbriga, justamente uma peça recolhida num contexto do séc. V (ALARCÃO, 1975: 71 e Pl. XVI); a tigela assemelha-se também a algumas formas das cerâmicas cinzentas do Baixo Império daquela cidade romana (DELGADO, 1976: 65-9 e 134); os dados fornecidos pelos materiais de construção são também, como adiante se verá, concordantes com estas datas, pelo que julgamos não resultar forçada a proposta de uma cronologia em torno dos fins do séc. IV ou do V d. C. para o nosso conjunto.

Um outro aspecto a considerar relaciona-se com a eventual duração do período de ocupação deste compartimento. É certo que as paredes são relativamente cuidadas, bem como a lareira. Contudo, a pouca espessura do pavimento, directamente assente no substrato granítico, e a ausência de renovações visíveis do mesmo, sugere uma utilização efémera deste compartimento.

3.3. Ambiente II

Se parece evidente uma função específica dentro de uma área residencial para o Ambiente I, já o mesmo não se poderá dizer do espaço que designámos como Ambiente II. Este, não chegou a ser definido na íntegra, pelas limitações que a existência da estrada florestal impunha à nossa intervenção.

Trata-se de um compartimento amplo, escavado numa extensão de cerca de 9x8m, delimitado a norte pelo muro [UE 14], que o separa do Ambiente I, e a sul por um outro, que não identificámos, embora a sua presença se tenha revelado por um assinalável derrube de pedras [UE 10], que se prolonga para debaixo da estrada. A diferença de cota altimétrica a que se encontra este espaço, em relação ao anteriormente descrito e a própria configuração do terreno no local, demonstra que o arranjo urbanístico desta área se desenvolvia em socalcos (GUERRA/ FABIÃO/ SENNA-MARTINEZ, 1989: 198 e 233), uma vez mais, à semelhança do que foi observado no povoado da Cárcoda, S. Pedro do Sul (SILVA, 1980: 177-9).

O Ambiente II era um espaço igualmente coberto por um telhado de *imbrices*, que assentava sobre postes de madeira implantados no areão granítico da base. Embora não se tenha identificado qualquer piso preparado, foi possível definir o que seria a sua superfície, fundamentalmente pelo enchimento [UE 25], destinado a nivelar o terreno depois da construção do muro [UE 14], que implicou a abertura no substrato granítico de uma larga e profunda vala de alicerce; mas, também, pelo plano em que assentava o derrube do telhado [UE 24]. Por isto, parece de excluir uma função residencial.

3.3.1. As Cerâmicas Comuns

Também aqui o espólio se apresentava muito fragmentado e era composto por cerâmicas comuns, sem qualquer elemento que permitisse uma datação precisa. O aparecimento de fragmentos de cerâmica atribuíveis ao Bronze Final demonstra que este espaço foi também "permeável" a intrusões (Figs. 8 e 9, nºs 25 e 31, [UE 9]). A falta de homogeneidade do conjunto levanta problemas a uma correcta definição dos materiais efectivamente correspondentes à utilização deste Ambiente.

No espólio cerâmico continuam a predominar as formas fechadas, nomeadamente panelas, de pastas relativamente grosseiras, denotando, contudo, uma apreciável variedade – o critério a que recorremos para as distinguir dos potes foi o da presença de vestígios de fogo nas paredes exteriores.

Assinalam-se formas idênticas às do Ambiente I, mas de dimensões variáveis (Figs. 8 e 9, nºs 22 e 28, [UE 9]); passando pelas formas bojudas, de colo curto e estrangulado (Fig. 9 nºs 26 e 27, [UE 9]) – semelhantes a um exemplar já anteriormente publicado, também ele proveniente deste Ambiente (SENNA-MARTINEZ/ GUERRA/ FABIÃO, 1986: 40 e Fig. 11) –; até a formas de colo alto, significativamente mais estreitas, e que, inclusivamente, serão susceptíveis de um enquadramento em outra categoria funcional (Fig. 8, nºs 20 e 21, [UE 9]).

Destacam-se nitidamente deste conjunto duas peças: a primeira corresponde a uma forma aberta de pasta bastante depurada com coloração castanha (Mun. 10 YR 5/3), apresenta manchas na superfície exterior da parede causadas pela acção do fogo (Fig. 9, nº 29, [UE 9]); a outra, (Fig. 9, nº 30, [UE 9]), um jarro de pasta muito depurada e fabrico cuidado, rosada (Mun. 5 YR 8/4), com a superfície interior mais escura, cinzenta rosada (Mun. 7.5 YR 7/2) e a exterior castanha muito clara (Mun. 10 YR 8/4), possui vestígios de um engobe alaranjado. Na parte superior do bojo, junto à inflexão que marca o início do colo, é visível o ponto onde se colava a base da asa. Embora utilize, tal como as outras peças, uma argila granítica, este fabrico é claramente individualizável e denota grandes afinidades com o exemplar nº 50 (Fig. 12) recolhido na zona de contacto da [UE 42] – v. *infra*. Neste Ambiente recolheram-se outros fragmentos de recipientes deste fabrico, cujas formas são, porém, indetermináveis.

Dentro da apreciável variedade das cerâmicas deste espaço há a registar a presença de fragmentos de diversos recipientes de armazenagem, talhas. Tal como acontece com o exemplar do Ambiente I, todas apresentam pastas relativamente depuradas, atendendo às dimensões das peças. Foi possível recuperar dois bordos: o primeiro de tonalidade amarela avermelhada (Mun. 7.5 YR 7/6) e com um engobe castanho (Mun. 7.5 YR 5/2), na superfície exterior; o segundo de pasta mais grosseira, castanha, (Mun. 10 YR 5/3) e um engobe exterior amarelo avermelhado (Mun. 7.5 YR 6/6) (Fig. 10, n.ºs 32 e 33).

No Ambiente II recolheram-se dois fundos de recipientes de grandes dimensões. Não sabemos, todavia, se corresponderão aos bordos aqui apresentados. Trata-se de fundos reforçados: o primeiro (Fig. 10, nº 34, [UE 9]) de pasta grosseira, castanha (Mun. 7.5 YR 5/4), e cuidado alisamento no exterior – no interior, porém, são visíveis numerosos "remendos" efectuados com a pasta ainda fresca. O segundo (Fig. 10, nº 35, [UE 9]), de pasta mais depurada, amarela avermelhada (Mun. 5 YR 6/6) apresenta um fabrico mais cuidado. Ambos quebraram, no exterior, junto à zona em que o reforço do fundo foi acrescentado.

Refira-se que no Sector M foram recolhidos outros fragmentos de bordos de recipientes de grandes dimensões, designadamente os nºs 15 e 17 (Fig. 7), aparentemente formas abertas e, por isso mesmo, susceptíveis de serem considerados bacias ou alguidares. No entanto, todos eles foram encontrados à superfície [UE 0], como é o caso do nº 17, ou nos níveis de derrube exterior do amuralhado (nº 15), pelo que pouco significado têm.

Dentro da categoria das cerâmicas finas, temos a registar o aparecimento de alguns fragmentos de cerâmica cinzenta fina polida: um fundo (Fig. 10, nº 37, [UE 9]) e outros indiferenciados; e um fragmento de uma tigela ou copo (Fig. 10, nº 36, [UE 9]) de pasta muito depurada e compacta, amarela avermelhada (Mun. 5 YR 6/6), superfícies cuidadosamente alisadas, possui, para além dos habituais e.n.p. de quartzo e mica, grãos de calcário.

Este conjunto revela-se muito mais difícil de caracterizar e datar. O carácter "aberto" deste espaço permitiu intrusões que nos fazem duvidar da contemporaneidade da maior parte dos exemplares representados. Naturalmente, parte deles não pertence ao período tardo-romano, designadamente: as cerâmicas do Bronze Final, ou, eventualmente, as cinzentas finas polidas (que trataremos mais detalhadamente em outro capítulo); mesmo a tigela, ou copo, nº 36, presumivelmente uma peça importada, parece retirar a sua inspiração de algumas formas de cerâmica de paredes finas, Mayet 36-41 (MAYET, 1975), o que, a ser correcto, aconselharia igualmente uma data mais antiga. Pensamos, todavia, que as restantes peças deverão corresponder à fase terminal de utilização deste espaço.

As semelhanças detectadas, quer com materiais do Ambiente I, quer com outros recolhidos na [UE 8] (v. *infra*), parecem-nos significativas na medida em que, independentemente da fraca homogeneidade do conjunto, sugerem a existência de uma marcada tradição local nas formas cerâmicas, aliás

reforçada pela identificação de uma componente de um forno cerâmico na [UE 13]. Contudo, esta tradição só poderá ser melhor esclarecida quando dispusermos de novas amostras, de preferência mais numerosas e susceptíveis de datação. Assim, e apesar de todas as limitações referidas, optámos por esta representação ampla com o intuito de contribuir para uma futura tipologia das cerâmicas comuns romanas desta região.

3.3.2. As cerâmicas de cobertura

Um elemento potencialmente interessante para confirmar o âmbito cronológico em que teria decorrido a ocupação do Sector M é fornecido pelas características das coberturas dos dois Ambientes atrás descritos. De facto, em ambos casos, consistiam em telhados de *imbrices*, instalados, ao que parece, sobre armações de madeira, montadas sem o auxílio de pregos de ferro, totalmente ausentes nas áreas escavadas.

Um primeiro aspecto a assinalar prende-se justamente com a inexistência de *tegulae*. Tal facto parece-nos significativo visto que, as mesmas, se identificaram tanto nos níveis superficiais como nas UEs 13 e 17, sobre as quais de construiu a muralha tardia. Refira-se, ainda, que estas *tegulae* recolhidas fora de um contexto preciso apresentam todas rebordos curvos. Esta ausência não parece implicar, contudo, inexistência de fabrico, visto que as encontramos utilizadas na lareira do Ambiente I e recolhemos, inclusivamente, um exemplar inteiro sobre o próprio piso de ocupação deste compartimento. Assim, poder-se-á supor que uma eventual continuidade do seu fabrico não implicava uma perduração do seu uso com os mesmos fins, se é que não se trata de simples reaproveitamentos.

Por outro lado, os *imbrices* afastam-se claramente dos tipos tradicionalmente atribuídos ao período medieval. Mantêm uma espessura apreciável, cerca de 2/2.5cm em média, e pertencem a, pelo menos, três fabricos distintos, não sendo possível, todavia, precisar se os mesmos correspondem, ou não, a diferentes centros produtores.

O primeiro utilizou uma argila fina, com abundantes e.n.p. de diversas proveniências, particularmente quartzos sub-rolados e angulosos, grauvaque e argila cozida triturada; uma das características mais notórias para a sua identificação resulta do facto de as pastas se apresentarem tenras e friáveis e com muito raros elementos de mica. É o fabrico mais amplamente documentado e nele identificámos, para além de diversas marcas por incisão, com a unha ou com outros instrumentos pontiagudos, simples, ou em "pente" – produzindo as típicas linhas onduladas paralelas, que encontramos na decoração dos recipientes de grandes dimensões (GUERRA/ FABIÃO/ SENNA-MARTINEZ, 1989: 234) –, um conjunto de marcas impressas com matrizes (Fig. 11, nºs 43, 44, 45 e 46), que poderão corresponder a diferentes grupos de oleiros. Foi possível recuperar alguns destes *imbrices* inteiros, o que permitiu verificar uma apreciável variação nas dimensões e curvaturas (Fig. 11, nºs 38-41).

Um segundo fabrico, muito semelhante ao anterior, é constituído por exemplares de características idênticas, mas de pastas gressosas. Para além de tipos diferentes de marcas por digitação ou incisão – algumas das quais se repetem – foram recolhidos diversos fragmentos com marca impressa (Fig. 11, nº 49), muito semelhante a uma das identificadas no fabrico anterior. A *tegula* encontrada sobre o pavimento do *Ambiente I* (Fig. 11, nº 42) enquadra-se nesta categoria.

Um outro, claramente distinto dos anteriores, utiliza pastas de granulometria fina, com abundantes e.n.p. ferruginosos e caliços, por vezes de grandes dimensões, para além dos quartzos e de raras partículas de mica. Aqui, são menos frequentes as marcas por digitação, embora se tenham identificado várias incisas, e se registem duas marcas impressas (Fig. 11, nºs 47 e 48), uma das quais semelhante a outra associada ao primeiro grupo referido.

Finalmente, bastante mais raros são os exemplares de pastas muito claras e com grande abundância de mica. Dentro deste grupo identificámos somente algumas decorações por incisão.

Não foi possível reconstituir na íntegra nenhum exemplar destes outros fabricos, mas parecem ter também inúmeras variações nas dimensões e curvaturas, tal como se verificava com o primeiro.

É particularmente interessante registar esta diversidade nas cerâmicas de cobertura, por tal facto poder constituir um indicador das características peculiares que os seus processos de produção teriam. Por outro lado, como não identificámos entre a restante olaria pastas semelhantes – salvo algumas excepções devidamente assinaladas – é de supor que estes materiais de construção seriam fabricados em centros especializados. Infelizmente, o enorme potencial de informação que encerram, não tem sido tomado em linha de conta, pelo que estes apontamentos não serão mais do que uma chamada de atenção para realidades a explorar futuramente.

Estas cerâmicas constituem outros interessantes indicadores cronológicos. De facto, embora se conheçam telhados constituídos somente por *imbrices* em períodos mais antigos – designadamente os das estruturas de produção de preparados de peixe –, em contextos habitacionais as coberturas deste tipo são claramente tardias. A título de exemplo, refira-se o caso do Castro de Fiães, Santa Maria da Feira, onde se registam no séc. V (ALMEIDA 1975: 38); ou no habitat do Monte Velho, Marvão, para o qual já foi

proposto, sem grande consistência, diga-se, uma datação da Alta Idade Média (PAÇO, 1949), para citar apenas dois casos geograficamente diferenciados.

Quanto às *tegulae* de rebordo rectangular, assinale-se a sua presença nas sepulturas de Frende, Baião (ALMEIDA, 1975: 38) – curiosamente também ali utilizadas com outra finalidade que não a de cobertura de habitações –, bem como a sua produção no forno do Paço, Facha, Ponte de Lima, algures pelo séc. IV (ALMEIDA, 1990: 62-8).

Estes materiais tantas vezes desprezados podem também constituir interessantes elementos aferidores de cronologia para os contextos arqueológicos em que se encontram, desde que se estabeleçam criteriosamente as suas tipologias e associações contextuais.

3.4. Outras realidades

O facto de os pavimentos das construções tardo-romanas do Sector M assentarem directamente sobre o areão granítico de base poderia induzir-nos a supor que teriam sido implantados numa área nunca antes utilizada. Todavia, a ampliação da escavação no Ambiente II veio a revelar-nos alguns dados interessantes. Na área sudoeste, num ponto onde o substrato granítico quase aflorava – denunciando a existência de um novo socalco, parcialmente utilizado pela actual estrada florestal (GUERRA/ FABIÃO/ SENNA-MARTINEZ, 1989: 233) – e onde o derrube do telhado se esbatia por completo, identificámos uma camada [UE 8], aparentemente enquadrada pelo que parece ser o vestígio, muito destruído, de dois muros [UEs 52 e 53] de feição arredondada e a interface [UE 56] do que poderia ser um antigo alicerce, rasgado no areão da base. Finalmente, entre o muro [UE 52] e a zona onde o substrato se eleva significativamente, identificámos uma bolsa de terras escuras [UE 42] (Idem: 232-3). Duas destas unidades estratigráficas forneceram alguns materiais arqueológicos que nos parecem particularmente interessantes.

3.4.1. A UE 8

nº 55 (Fig. 12) – Fragmento de bordo e parte do corpo de um recipiente, susceptível de ser enquadrado na categoria dos copos; a pasta é fina e bem depurada, apresenta, contudo, algumas irregularidades provocadas pela presença de e.n.p. de maiores dimensões, que se tornam particularmente notados num recipiente de paredes tão finas; foi montado ao torno e, embora a cozedura seja boa, encontra-se manchado; a coloração dominante é o castanho muito claro (Mun. 10 YR 7/3); recebeu um alisamento cuidado nas superfícies.

nº 56 (Fig. 12)- Fragmento de bordo de recipiente de forma indeterminada (panela?), de pasta grosseira com abundantes e.n.p. de dimensões muito variadas, com coloração castanha (Mun. 7.5 YR 5/2); parece ter conhecido uma cozedura irregular oxidante/redutora, que escureceu e manchou as superfícies; recebeu um acabamento claramente diferenciado, com cuidado alisamento no interior e simples afeiçoamento da exterior, que se apresenta, por isso, muito irregular.

nº 57 (Fig. 12) – Fragmento de bordo de recipiente de forma indeterminada; apresenta uma pasta depurada e uma boa cozedura, que lhe confere uma coloração homogénea amarela avermelhada (Mun. 5 YR 6/6); foi montado ao torno e recebeu um alisamento regular em ambas superfícies.

nº 58 (Fig. 12) – Fragmento de colo e arranque de asa de bilha; a pasta é branda e friável e apresenta, para além dos habituais e.n.p. de natureza granítica, grânulos de grauvaque semi-rolados e elementos de argila cozida triturados; a cozedura foi boa e oxidante o que lhe confere uma tonalidade homogénea amarela avermelhada (Mun. 7.5 YR 8/6); o rolamento que sofreu impede uma observação conclusiva dos acabamentos das superfícies.

nº 59 (Fig. 12) – Fragmento de fundo de recipiente de cerâmica cinzenta fina polida; a pasta muito fina e depurada apresenta uma coloração homogénea cinzenta clara (Mun. 2.5 Y 7/2); o engobe, bem polido, é cinzento escuro; apresenta no fundo interno um grão anguloso de quartzo de 4mm de comprimento que fez estalar o engobe; o fundo externo ostenta um sulco pouco profundo.

O primeiro comentário que este conjunto suscita prende-se com a sua diversidade, aparentemente a sua característica mais saliente. Trata-se de um conjunto de época romana, no entanto, quer do ponto de vista estratigráfico, quer do ponto de vista das formas, claramente diferenciado do restante espólio do Ambiente II.

Regista-se ainda a coexistência de exemplares de fabrico manual e pastas escuras com formas tipicamente romanas de fabricos mais cuidados. O exemplar nº 55 é idêntico a um outro (nº 3) recolhido na [UE 10], estrato correspondente ao derrube das construções do período tardo-romano. Assim, temos de reconhecer que uma de duas hipóteses se verifica: ou se trata de uma intrusão de época anterior – idêntica explicação se pode propor para o inverso –, ou se trata de uma forma de grande longevidade.

A bilha nº 58 corresponde também a uma forma muito frequente ao longo de todo o período que abarca o domínio romano na Península Ibérica e encontra-se bem representada tanto nos contextos arqueológicos do Noroeste, como nos do Alentejo. Registe-se, contudo, que não está presente nos conjuntos dos Ambientes I e II, o que pode sugerir que

já não se fabricaria na época da sua ocupação. Esta peça é a única que apresenta pasta e características de produção análogas às registadas para o Fabrico 1 dos *imbrices* deste Sector.

Contrariamente ao que aconteceria com os materiais do Ambiente II, o fundo de cerâmica cinzenta fina polida recolhida nesta unidade estratigráfica pode estar em contexto "primário", isto é, ter sido recolhida num estrato correspondente ao seu período de fabrico e utilização. Tal como o nº 37, trata-se de um exemplar com pé destacado, plano-côncavo, com um sulco leve no fundo exterior. Pelo estado de conservação em que se encontra não é possível propor a que forma teria pertencido.

Esta cerâmica, primeiramente individualizada na publicação das escavações de Conimbriga (ALARCÃO, 1975: 56-70; 80-83), constituiu uma importante produção dentro da categoria das cerâmicas finas. É bem possível que, em muitos casos, particularmente nos povoados mais distantes das principais correntes comerciais, tivesse desempenhado as funções normalmente exercidas por outras produções mais difundidas. Embora não se conheçam os seus centros de fabrico, parece ter conhecido apreciável divulgação no Norte e Centro do actual território português ao longo de um período relativamente extenso.

Um fabrico inserível nesta categoria foi por nós estudado no estabelecimento militar da Lomba do Canho, Arganil, onde aliás se identificaram formas semelhantes às de Conimbriga (FABIÃO/ GUERRA, 1987: 297-9; 306-7). As peças da Lomba do Canho, datadas dos meados do séc. I a. C., apresentam características técnicas e formais peculiares. A exiguidade dos fragmentos do Cabeço do Crasto impede uma comparação de formas, no entanto, há um particular que nos parece de realçar: os fundos dos exemplares de Arganil são simples e planos ou rematados por espessos pés anelares, ao passo que os de S. Romão se apresentam com pé destacado por uma fina moldura. Fundos semelhantes, em cerâmicas do mesmo tipo, foram recolhidos no Monte Mòzinho, em níveis da época de Cláudio (SOEIRO, 1981-2: 102), constituindo assim os únicos elementos de comparação de que dispomos.

3.4.2. A UE 42

Nº 50 (Fig. 12)- Fragmento de bordo de pote, de pasta fina e depurada, montado ao torno; denota uma boa cozedura oxidante que lhe conferiu uma coloração homogénea, castanha muito clara (Mun. 10 YR 8/4); a superfície exterior apresenta um fino engobe amarelo avermelhado (Mun. 5 YR 6/6); ambas paredes foram cuidadosamente alisadas.

Trata-se de uma peça claramente diferenciada do conjunto recolhido nesta unidade estratigráfica, devendo corresponder à fase de ocupação tardo-romana. Foi recolhido na parte superior da camada.

nº 51 (Fig. 12) – Fragmento de bordo de recipiente de forma indeterminada; a pasta é grosseira, com abundantes e.n.p. de dimensões muito variadas; de fabrico manual, apresenta-se muito manchado, presumivelmente por ter conhecido uma cozedura irregular, a cor dominante é o castanho acinzentado (Mun. 10 YR 5/2); recebeu um alisamento regular em ambas superfícies. Ostenta na parede externa um sulco paralelo ao bordo e na interna uma fiada de impressões ("dedadas"), junto ao mesmo.

nº 53 (Fig. 12) – Diversos fragmentos de um recipiente, que permitiram a reconstituição integral da sua forma. Pode considerar-se um copo, não sendo possível, contudo, determinar se teria tido uma asa; a pasta é medianamente grosseira com e.n.p. de dimensões variadas, de fabrico manual e boa cozedura oxidante, com uma coloração que oscila entre o castanho (Mun. 7.5 YR 5/4) e o amarelo avermelhado (Mun. 5 YR 6/6); apresenta a superfície externa e o interior do bordo e colo polidos. Este polimento parece ter um carácter mais decorativo do que funcional, visto que exclui as partes menos visíveis da peça, justamente aquelas onde este tratamento de natureza funcional mais se justificaria.

nº 52 (Fig. 12) – Fragmento de bordo de recipiente de forma indeterminada (panela?); a pasta é medianamente grosseira e o fabrico manual – a moldura que delimita o bocal e constitui o bordo, resulta de um engrossamento e dobragem da parte superior do colo –; apresenta uma boa cozedura redutora que lhe confere tonalidades que oscilam entre o cinzento escuro e o negro; o acabamento das superfícies é diferenciado, com um alisamento descuidado da externa e um cuidado polimento da interna. A sua função parece esclarecida pelos restos de fuligem que conserva agarrados à superfície exterior.

nº 54 (Fig. 12) – Fragmento de bordo e arranque de asa de recipiente de forma indeterminada; a pasta é medianamente grosseira, de fabrico manual e boa cozedura oxidante que lhe conferiu uma coloração vermelha clara (Mun. 2.5 YR 6/6), embora a superfície interna seja completamente negra; o acabamento das superfícies é aparentemente bem diferenciado, com um cuidado polimento do interior e um simples alisamento da superfície externa – é provável, contudo, que a aparência externa se deva ao desgaste que a peça conheceu. A asa, de secção circular, arranca directamente do bordo, fazendo corpo com ele, parece ter sido cuidadosamente polida.

O conjunto desta unidade estratigráfica, excepção feita ao nº 50, é totalmente constituído por cerâmicas manuais, mas cujas formas se afastam das conhecidas nas ocupações do Bronze Final. Para além desta diferença, há ainda a assinalar uma parti-

cularidade nos fabricos: a existência de polimento apenas no interior dos recipientes, nos casos dos nºs 52 e 54. Em contrapartida, o exemplar nº 53 ostenta idêntico tratamento, somente na parede exterior. Esta diversidade sugere-nos uma distinção na finalidade dos acabamentos: eminentemente funcional, nos primeiros casos, fundamentalmente decorativa, no outro.

Estes aspectos fazem-nos supor que estamos perante um conjunto de cerâmicas pré-romanas, mas posteriores ao horizonte mais antigo definido no Cabeço do Crasto. Infelizmente, a escassez dos dados impede-nos um maior rigor na atribuição cronológica. Do ponto de vista meramente formal, o pequeno pote ou copo nº 53 encontra paralelos em alguns exemplares bem conhecidos da cerâmica do Noroeste (SILVA, 1986 e MARTINS, 1987).

A atestar a sobrevivência de uma tradição ornamental que remonta a períodos anteriores temos a fiada de dedadas sobre o bordo que o exemplar nº 51 apresenta.

Infelizmente, o deficiente conhecimento que temos das cerâmicas desta região na Idade do Ferro e mesmo no período romano inibem-nos de qualquer afirmação categórica. No entanto, estas duas realidades [UEs 8 e 42] parecem corresponder a dois momentos de utilização do Cabeço do Crasto distintos dos até à data caracterizados: um [UE 42], presumivelmente enquadrável na Idade do Ferro; o outro [UE 8] atestando um momento distinto da ocupação do período romano.

Assim, estes dados sugerem uma conclusão da maior importância para o estudo deste sítio arqueológico: a de que o local foi efectivamente habitado no período compreendido entre as duas ocupações extremas que identificámos.

Discussão

Como em outro lugar se explicou, as razões que nos conduziram à escavação do Cabeço do Crasto de S. Romão prendiam-se com o estudo das estratégias de povoamento da bacia do Alva – enquadrada num âmbito geográfico mais amplo, que funcionava como referencial maior. A escolha do sítio foi determinada pelo significativo espólio arqueológico recolhido nas prospecções de superfície, que sugeria uma ampla diacronia de ocupação (SENNA-MARTINEZ/ GUERRA/ FABIÃO, 1985: 1-14).

Após quatro campanhas de escavação o balanço final de um programa de investigação que se pretendia mais amplo, mas que, infelizmente, circunstâncias várias mutilaram irremediavelmente, tem como se compreenderá muitas limitações. Contudo, se deixou em aberto algumas questões fundamentais, permitiu reequacionar outras, que estariam à partida mal formuladas, ou, no mínimo, distorcidas por alguns preconceitos, tradicionais na arqueologia portuguesa.

4.1. Continuidade ou Descontinuidade na Utilização dos Povoados de Altura

A questão relativa à continuidade ou descontinuidade dos povoados de altura era, naturalmente, uma das interrogações básicas dos nossos trabalhos. De facto, só depois de suficientemente esclarecida poderá dar lugar a uma outra, não menos importante, relacionada com as funções desempenhadas por este tipo de habitat ao longo dos diferentes períodos da sua existência.

O primeiro grande problema que o nosso estudo enfrentou foi, sem dúvida, a da completa ausência de elementos de comparação. De facto, em toda a região interior que se estende desde a bacia do Mondego até à margem esquerda do Douro, só foram minimamente investigados e publicados três povoados: o de Santa Luzia, Viseu, o da Senhora da Guia, Baiões, e o da Cárcoda, ambos em S. Pedro do Sul.

Os estudos recentes sobre as realidades do noroeste, na área da chamada "Cultura Castreja", parecem indicar a existência de nexos de continuidade no povoamento de altitude desde o Bronze Final (inícios do I Milénio a.C.) até pelo menos a um momento adiantado da presença romana – veja-se, para lembrar somente os casos mais bem caracterizados, o Coto da Pena, Caminha, com datas de C-14 para a ocupação mais antiga (SILVA,1986: 33-37), ou a Citânia de S. Julião, Vila Verde, igualmente com datas de C-14 (MARTINS,1988: 106-130), aos quais se poderiam acrescentar outros exemplos...

No entanto, nos povoados que pela sua proximidade geográfica e semelhança nos vestígios materiais mais afinidades possuem com os níveis antigos do Cabeço do Crasto, respectivamente, Senhora da Guia, Baiões, S. Pedro do Sul e Santa Luzia, Viseu – ambos com datas de C-14 que remetem, provavelmente, para os pontos extremos da existência desta realidade cultural (SILVA, 1978 e 1979; KALB, 1978; PONTE/ VAZ, 1989 e VAZ, 1989) – a continuidade do povoamento não está claramente demonstrada. Pensamos, contudo, que alguns indícios apontarão, eventualmente, nesse sentido, designadamente: as cerâmicas com decorações impressas com matrizes (SILVA, 1978), apesar de não ter sido identificada qualquer sequência estratigráfica de enquadramento (*Idem:* 189-190 e KALB, 1978); e mesmo até ao período romano, como alguns materiais do segundo sugerem (SILVA/ CORREIA/VAZ, 1984 e PONTE/ VAZ, 1989).

Esta consciência de uma continuidade da ocupação no povoamento de altitude, desde o Bronze Final até aos inícios da Romanização – independentemente do desenvolvimento de outras formas paralelas de habitat – constitui, sem dúvida alguma, uma das mais importantes aquisições recentes da investigação. Todavia, a situação já resulta menos clara no que respeita às permanências durante o período romano. Aqui, as hesitações do meio arqueológico têm sido maiores.

De facto, depois de um predomínio da ideia, insinuada pelas fontes escritas, de que o processo de Romanização implicou o abandono do habitat de altitude – v. entre muitos outros ALARCÃO/ ETIENNE,1976, *passim* – vivemos actualmente uma época de intenso debate, onde ao lado de teses tradicionais que discutem se tal abandono se processou sob os Júlios-Cláudios, ou já sob os Flávios, associando-se o labor administrativo verificado nestes períodos ao objectivo de deslocar as populações indígenas e instalá-las num novo enquadramento espacial e social, se vai progressivamente contrapondo a hipótese de alguns povoados não terem sido nunca totalmente abandonados.

Todavia, é ainda muito frequente a tese da reocupação tardia do habitat de altura, documentada pelos materiais do Baixo-Império ou Alto-Medievais identificados em muitos deles, especialmente no noroeste, área geográfica mais intensamente estudada.

Objectivamente, temos de reconhecer que o suposto hiato de ocupação defendido por esta interpretação consistiria num período de um ou dois séculos, o que nos permite questionar se ao longo de todo o I Milénio a.C. não terão existido outros hiatos semelhantes, por exemplo, entre as ocupações do Bronze Final e as do chamado Ferro Inicial...Não é, todavia, essa a nossa interrogação principal.

A questão que mais directamente nos interessa prende-se com a demonstração da continuidade de ocupação do Cabeço do Crasto nos períodos imediatamente anteriores à conquista romana e durante o domínio romano do extremo ocidente peninsular. Os dados de que dispomos são escassos, há que reconhecê-lo, mas esclarecedores.

Em primeiro lugar, temos duas unidades estratigráficas distintas no Sector M – [UEs 8 e 42] –, onde identificámos conjuntos cerâmicos bem diferenciados. Na primeira, temos materiais de produção manual, com formas e fabricos bem distintos das do Bronze Final, associadas ao único artefacto de ferro, seguramente antigo, recolhido no Cabeço do Crasto. Na segunda, encontramos já produções de torno rápido, com formas tipicamente romanas, mas distintas – salvo algumas possíveis intrusões devidamente assinaladas – das recolhidas nos níveis de ocupação tardios.

Poderemos acrescentar a estes dados objectivos alguns outros, reconhecidamente mais subjectivos. Foram recolhidos, um pouco por todo o povoado, inclusivamente nos Sectores B e M, à superfície, fragmentos de *tegulae*, de rebordos arredondados – contrariamente ao que se observa nos exemplares dos níveis tardios –, sem que tivéssemos conseguido identificar as estruturas que primitivamente cobririam. Reconhecemos, em situações de re-aproveitamento nas estruturas defensivas, ou à superfície, nas encostas, diversos blocos com cuidado trabalho de cantaria, por vezes almofadados, normalmente de granito de grão fino, diferente do que aflora no local. Temos, finalmente, a inscrição que evoca a edificação de uma estrutura importante nos inícios do século III.

É certo que a inexistência de dados mais categóricos torna um pouco frágil a dedução, mas cremos que este conjunto de indícios sugere fortemente a existência de uma efectiva continuidade do povoamento. Uma continuidade, entenda-se, que não exclui situações pontuais de ruptura – das quais as mais significativas provavelmente nem se situam no âmbito da ocupação romana –; como não implica, naturalmente, ocupação continuada nas mesmas áreas dentro do recinto amuralhado.

O sítio arqueológico da Cárcoda, S. Pedro do Sul, um outro povoado antigo desta região, que infelizmente não conheceu, ainda, a atenção que parece merecer (TAVARES, s/d e; SILVA, 1980 e SILVA/ CORREIA,1977), fornece-nos, curiosamente, o elemento de comparação mais interessante. Este sítio, embora tenha material de pedra polida (TAVARES, s/d: 21), cerâmica com decoração impressa com matriz (Idem: 26 e Fig. 24; SILVA/ CORREIA, 1977: 302-3) e duas facas afalcatadas de ferro (Idem: 22 e Figs. 20 e 22 e SILVA, 1980: 178), revelou fundamentalmente uma ocupação do período romano bastante longa no tempo, com lucerna de volutas (Idem: 28, Fig. 32), moeda de Cláudio (Idem: 23), T.S. Hispânica de *Valerius Paternus* (Idem: 28 e Fig. 30) e moedas dos séculos III e IV.

4. 2. Cronologia dos níveis Tardo-Romanos

Infelizmente os elementos de cronologia segura fornecidos pelas escavações do Sector M foram escassos e, podemos dizê-lo, resumem-se aos fragmentos de vidro, às *tegulae* do Ambiente I e à inscrição reaproveitada na construção da muralha. Para além do mais, não existe uma relação directa e inequívoca entre aqueles e esta. Poderemos acrescentar, ainda, o facto de todos os telhados identificados, tanto no Sector B, apoiado à muralha, como nos dois Ambientes do Sector M, serem constituídos

unicamente por *imbrices*. Este conjunto de dados, embora não muito significativos se considerados individualmente, possuem a grande virtude de serem concordantes.

O reaproveitamento da inscrição é, naturalmente, muito mais difícil de datar. No entanto, parece evidente que tal situação só poderia dar-se num período relativamente afastado do momento em que foi lavrada e enquadrada em qualquer estrutura desconhecida, mas obviamente relevante. Num plano meramente hipotético, poderemos associar o seu reaproveitamento no amuralhado, com o de outros materiais retirados de edifícios notáveis que o local possuía e, inclusivamente, com o da própria ara do Sector B.

Assim sendo, e sem perder de vista que estamos a construir hipóteses sobre outras hipóteses, poder-se-ia relacionar esta situação com a conhecida legislação de 396 que insiste na necessidade de todas as autoridades locais e cidadãos participarem nas obras defensivas dos aglomerados populacionais e manda reforçar e manter as fortificações, utilizando, inclusivamente, a pedra retirada dos templos (ARCE, 1982: 73-5). Estamos normalmente habituados a associar estas medidas aos amuralhados urbanos e particularmente aos das regiões mais directamente ameaçadas pela pressão exercida pelos povos das periferias do Império. No entanto, não vemos razão para supor que semelhantes precauções não fossem igualmente tomadas por núcleos menores; quanto às hipotéticas ameaças, conhecemos muito pouco da conjuntura regional do extremo ocidente peninsular, neste período, para saber se elas existiam verdadeiramente, muito menos para avaliar se as populações locais se presumiam ameaçadas...

Pelas razões acima apontadas – e, uma vez mais, sem perder de vista a fragilidade da informação disponível – julgamos aceitável propor uma data em torno dos fins do século IV, ou mesmo do V para a edificação das estruturas – habitações e amuralhados – que tratamos aqui, sendo plausível supor que, no caso da muralha do Sector M, aproveitasse construções defensivas preexistentes.

Seria naturalmente tentador relacionar o abandono do Cabeço do Crasto com as chamadas invasões bárbaras. No entanto, parece-nos que nada autoriza uma associação desse tipo, pelo que nos abstemos de propor qualquer data para o mesmo. Um dos grandes problemas que estas épocas nos colocam reside na ausência de artefactos de cronologias bem estabelecidas, excepção feita a algumas importações, documentadas nos centros urbanos, nas regiões litorais ou nas áreas percorridas pelas principais vias de comunicação. O próprio conjunto de materiais fornecido pelos níveis de ocupação tardo-romanos aqui apresentados sugere que este sítio se encontrava já arredado dos circuitos de distribuição dos materiais importados.

Há, todavia, duas ideias que devem ser sublinhadas: a absoluta ausência de indícios de um abandono violento ou precipitado do local e o aparente despovoamento do sítio do Cabeço do Crasto, que sobreveio a esta última(?) ocupação.

Referências

ALARCÃO, J. e ALARCÃO, A 1963 – *Vidros Romanos do Museu de "Martins Sarmento"*, "Revista de Guimarães", 73 (1-2), pp. 175-210.

_____ 1965 – *Vidros Romanos de Conimbriga*, Museu Monográfico de Conimbriga.

ALARCÃO, J. 1975 – *Fouilles de Conimbriga V – La Céramique Locale et Régionale*, Paris, Diffusion Boccard.

ALARCÃO, J. e ETIENNE, R. 1976 – *Le Portugal à l'Époque Augustéenne, Symposion de Ciudades Augusteas*, Zaragoza, pp. 171-188.

ALMEIDA, C. A. F. 1975 – *Sondagens Arqueológicas em Frende (Baião), Archaeologica Opuscula*, Porto, pp. 29-39.

ALMEIDA, C. A. B. 1990 – *Proto-História e Romanização da Bacia Inferior do Lima, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais.*

ARCE, J. 1982 – El Último Siglo de la España Romana: 284-409, *Madrid, Alianza.*

BALFET, H./ FAUVET-BERTHELOT, M.-F. e MONZON, S. 1983 1983 – Pour la Normalisation de la Description dês Poetareis, *Paris, CNRS.*

BARKER, P. 1982 – Techniques of Archaeological Excavation·2a *edição, London, Batsford.*

DELGADO, M. 1976 – Céramiques Grises du Bas-Empire, *ALARCÃO, J.* et al Fouilles de Conimbriga VI – Céramiques Diverses et Verres, *Paris, Diffusion Boccard, pp. 65-70.*

FABIÃO, C. e GUERRA, A. 1987 – Considerações Preliminares sobre a Cerâmica Comum do Acampamento Militar Romano da Lomba do Canho, Arganil, Da Pré-História à História. Homenagem a O. da Veiga Ferreira, Lisboa, Delta, pp. 287-308.

_____ *1988-9* – A IV Campanha de escavações no Cabeço do Crasto de S. Romão, Seia: Alguns Resultados Preliminares, *"Portvgalia", n.s., 9-10, pp. 73-87.*

FABIÃO, C. / SENNA-MARTINEZ, J.C. e GUERRA, A. 1989 – O Cabeço do Crasto de S. Romão, Seia, "Zimbro", ano VIII, n0 7,2a série, *pp. 3-8.*

GIL, F. B. et al *1989* –Produções Metalúrgicas do Bronze Final do Cabeço do Crasto de S. Romão, Seia: uma Primeira Análise, Actas do I Colóquio Regional de Arqueologia de Viseu, *Viseu, pp. 235-248.*

GUERRA, A. 1989 – Uma Importante Epígrafe Proveniente do Cabeço do Crasto (S. Romão, Seia),

Actas do I Colóquio Regional de Arqueologia de Viseu, *Viseu, pp. 425-430.*

GUERRA, A. / FABIÃO, C. e SENNA-MARTINEZ, J. C. 1989 – O Cabeço do Crasto de S. Romão, Seia. Alguns Resultados Preliminares das Campanhas 1(985) a 3(987), Actas do I Colóquio Regional de Arqueologia de Viseu, *Viseu, pp. 189-234.*

KALB, P. 1978 – "Senhora da Guia", Baiões. Die Ausgrabung 1977, *"Madrider Mitteilungen", 19, pp. 112-138.*

MARTINS, M. 1987 – A Cerâmica Proto-Histórica do Vale do Cávado: Tentativa de Sistematização, "Cadernos de Arqueologia", série II, 4, pp. 35-77.

_____ *1988* – A Citânia de S. Julião, Vila Verde, *"Cadernos de Arqueologia – Monografias", 2, Braga.*

MAYET, F. 1975 – Les Céramiques à Parois Fines dans la Péninsule Ibérique, *Paris, Diffusion Boccard.*

PAÇO, A. 1949 – Inscrição Cristã do Monte-Velho (Beirã-Marvão), *separata de "Brotéria", 49.*

PONTE, S. e VAZ, J. L. I. 1989 – Considerações sobre Algumas Fíbulas de Santa Luzia (Viseu) – Seu Contexto Estratigráfico, Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu, pp. 181-188.

SARMENTO, F. M. 1883 – Expedição Scientifica á Serra da Estrella em 1881. Relatorio da Secção de Archeologia, Lisboa, Imprensa Nacional

SENNA-MARTINEZ, J. C. / GUERRA, A. e FABIÃO, C. 1986 – *"Cabeço do Crasto" S. Romão, Seia. A Campanha 1(985) – Catálogo da Exposição Temporária FIAGRIS/86*, s/l.

SILVA, A. C. F. 1986 – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira.

SILVA, C. T. 1978 – *Cerâmica Típica da Beira Alta*, in: *Actas das III Jornadas Arqueológicas da AAP*, vol. I, Lisboa, A.A.P.,pp.185-196.

_____ 1980 – *Contribuição para o Estudo da Cultura Castreja na Beira Alta, Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, vol. II, Guimarães, pp. 171-181.

SILVA, C. T. e CORREIA, A. 1977 – *O Castro da Cárcoda*, "Beira Alta" 36 (2-3), pp. 281-306 e 36 (4), pp. 589-610.

SOEIRO, T. 1981-2 – *Monte Mòzinho: Cerâmica Cinzenta Fina*, "Portvgalia", nova série, 2-3, pp. 97--120.

TAVARES, M. C. s/d. – *Ruínas Arqueológicas da Cárcoda, Carvalhais, S. Pedro do Sul*, Viseu.

VAZ, J. L. I. 1989 – Comunicação apresentada ao II Colóquio Arqueológico de Viseu.

Figura 1

Figura 2

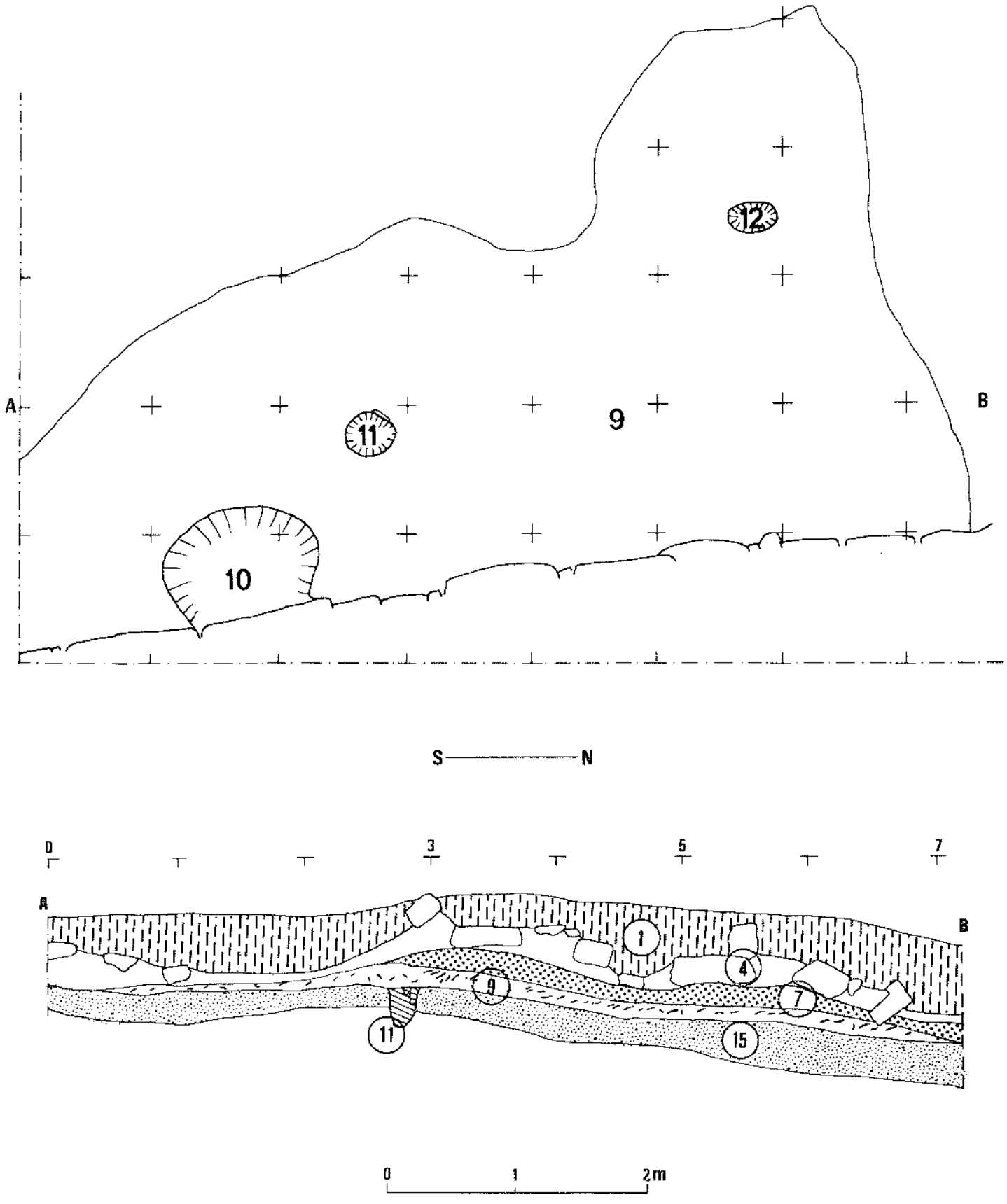
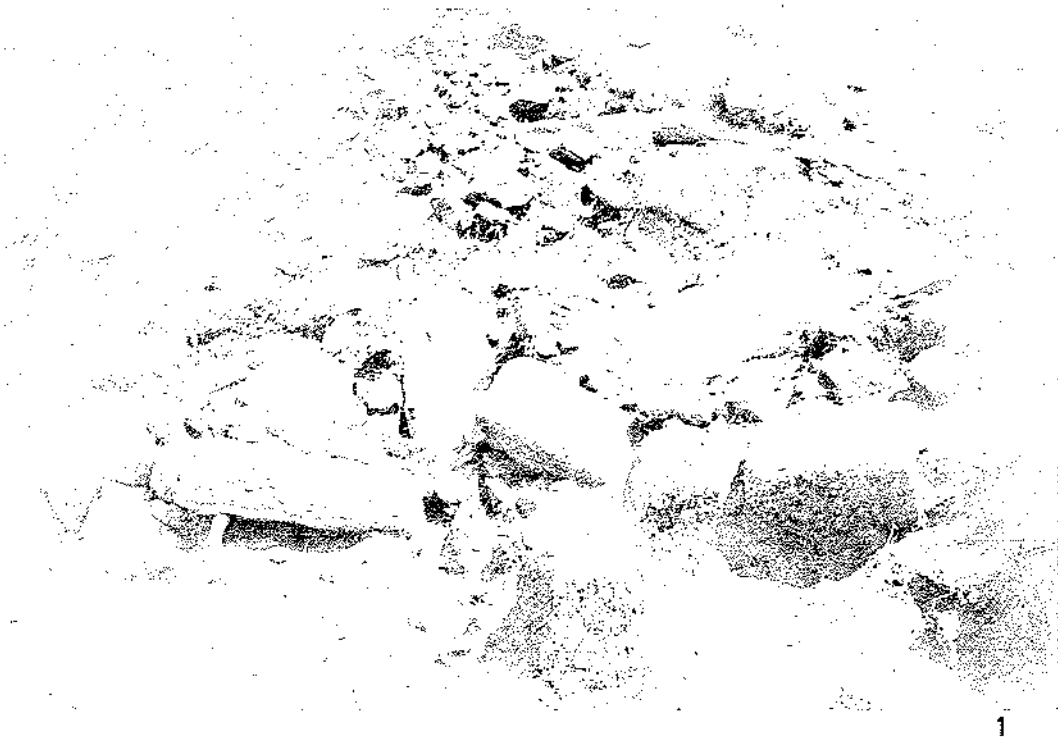
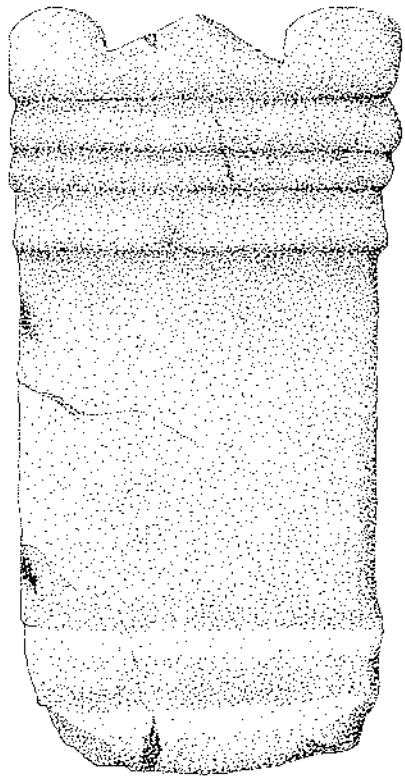


Figura 3



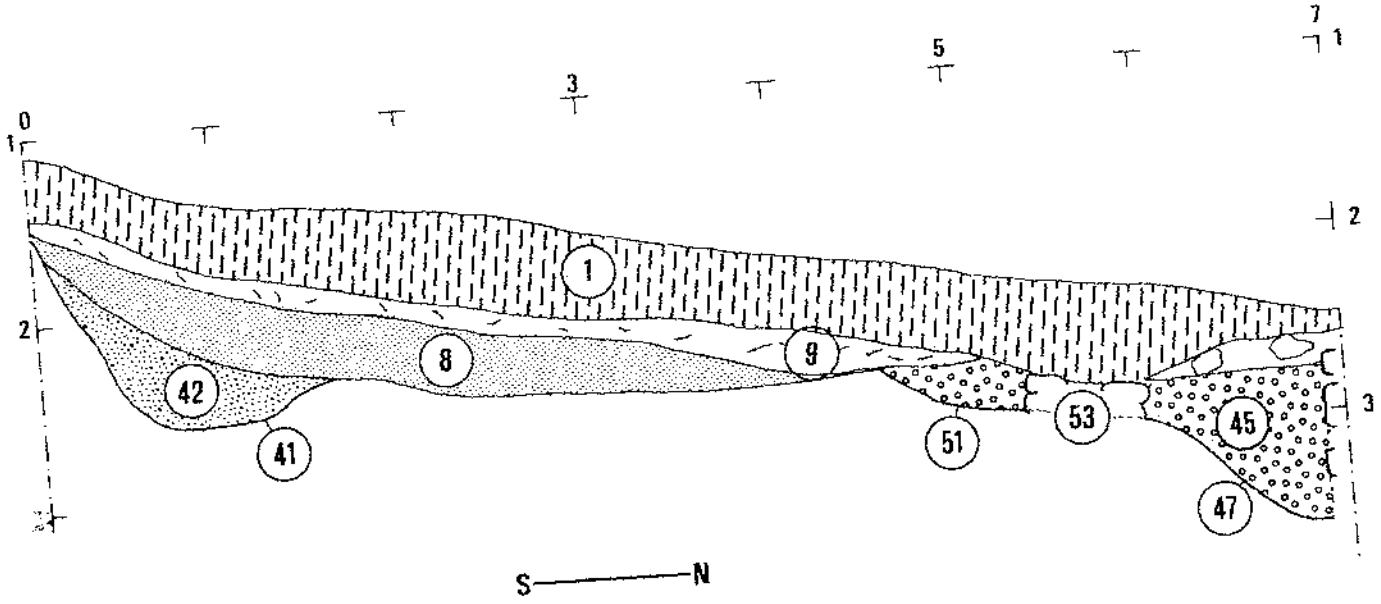
1

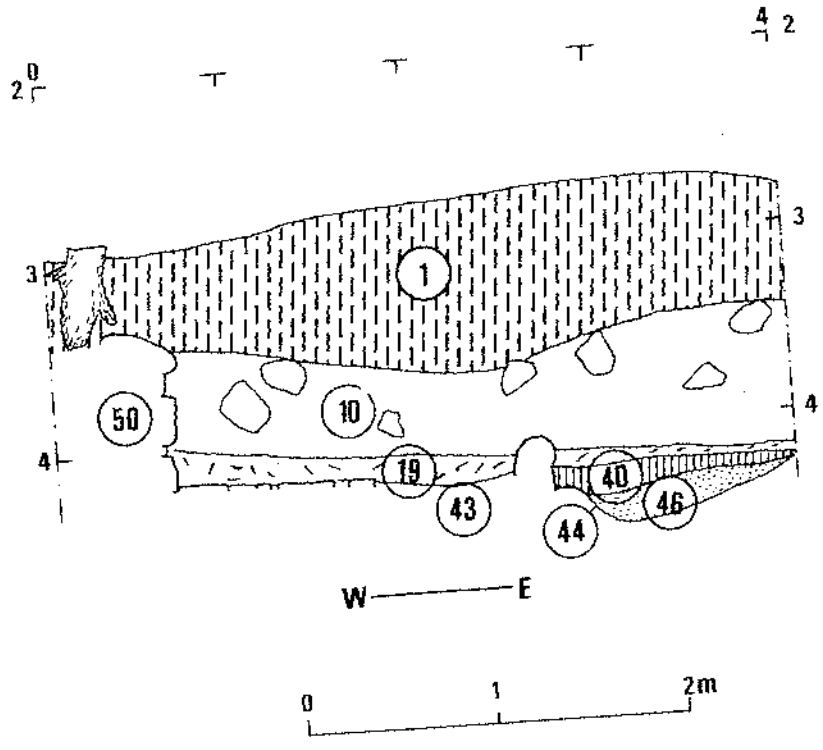


2

0 25cm

Figura 4


0
1
2
3
5
7
1
2
3
1
8
9
42
41
51
53
45
47
S
N


0
2
4
2
3
3
1
50
10
4
4
19
43
40
46
44
W
E
0
1
2m

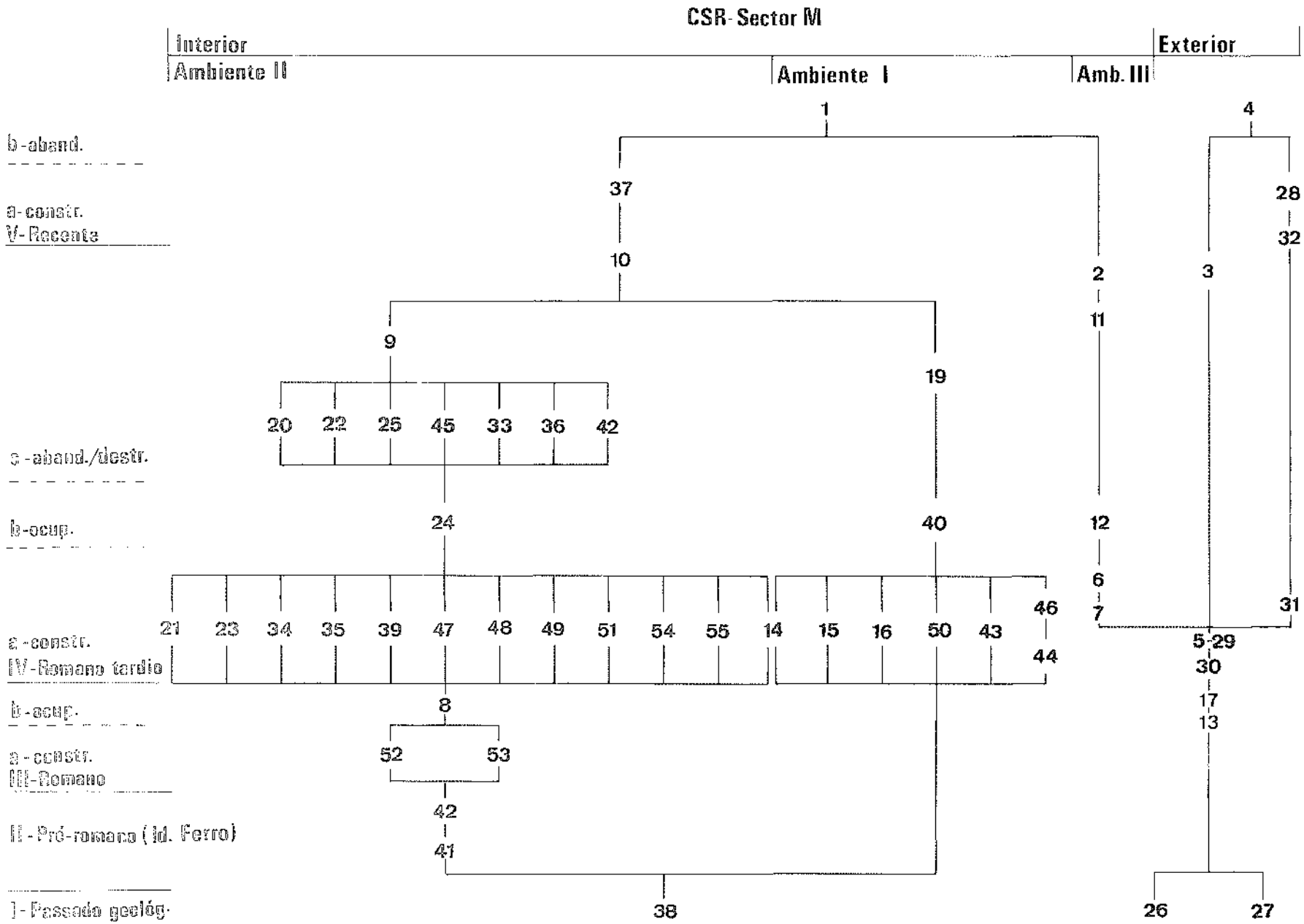

CSR- Sector M
Interior
Exterior
Ambiente II
Ambiente I
Amb. III
b-aband.
a-constr.
V-Recente
c-aband./destr.
b-ocup.
a-constr.
IV-Romano tardio
b-ocup.
a-constr.
III-Romano
II-Pré-romano (Id. Ferro)
I-Passado geológ.
1
37
10
9
20 22 25 45 33 36 42
24
21 23 34 35 39 47 48 49 51 54 55
8
52 53
42
41
38
19
40
14 15 16 50 43 46 44
4
28
32
3
2
11
12
6
7
31
5-29
30
17
13
26 27

Figura 5

Figura 6

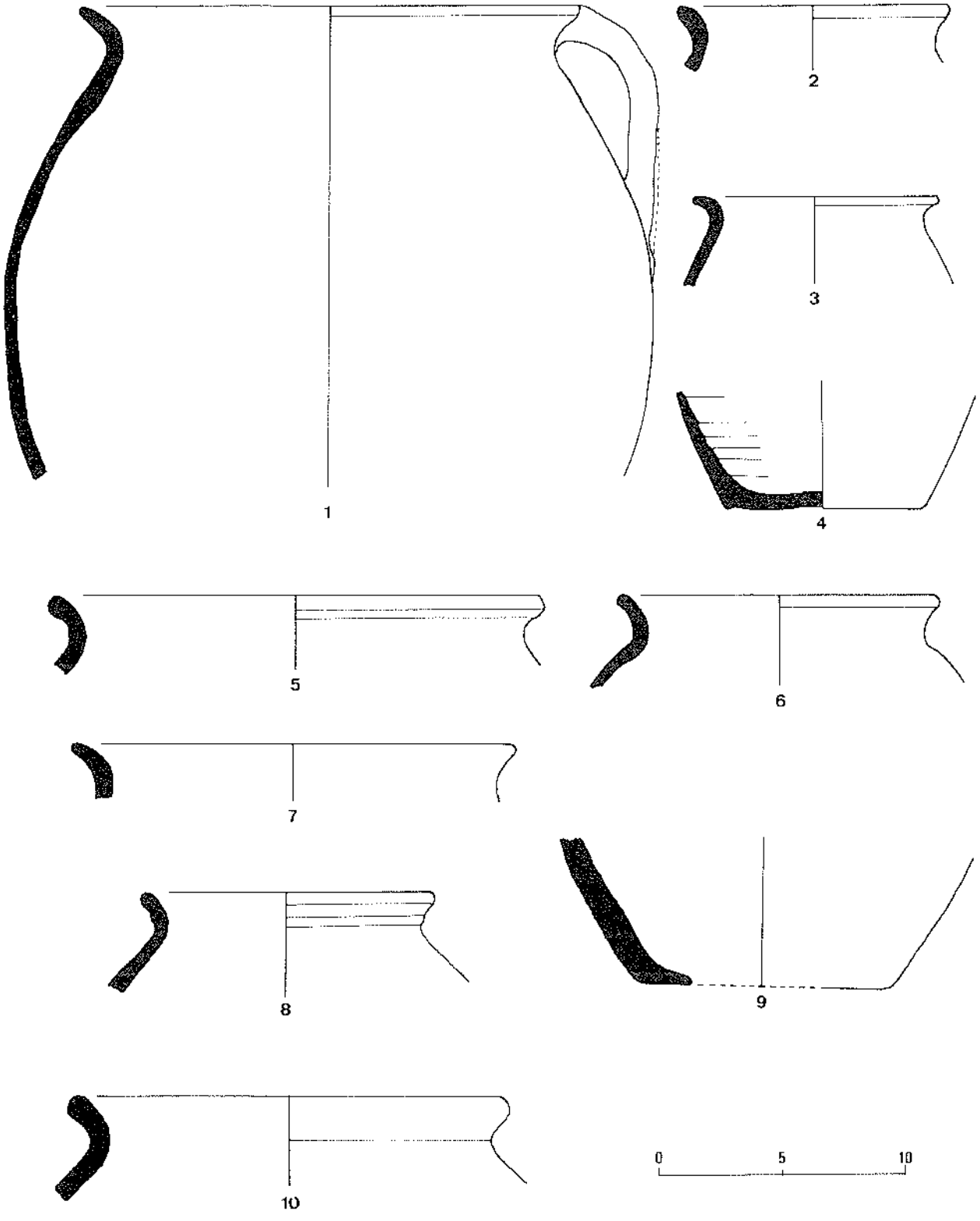


Figura 7

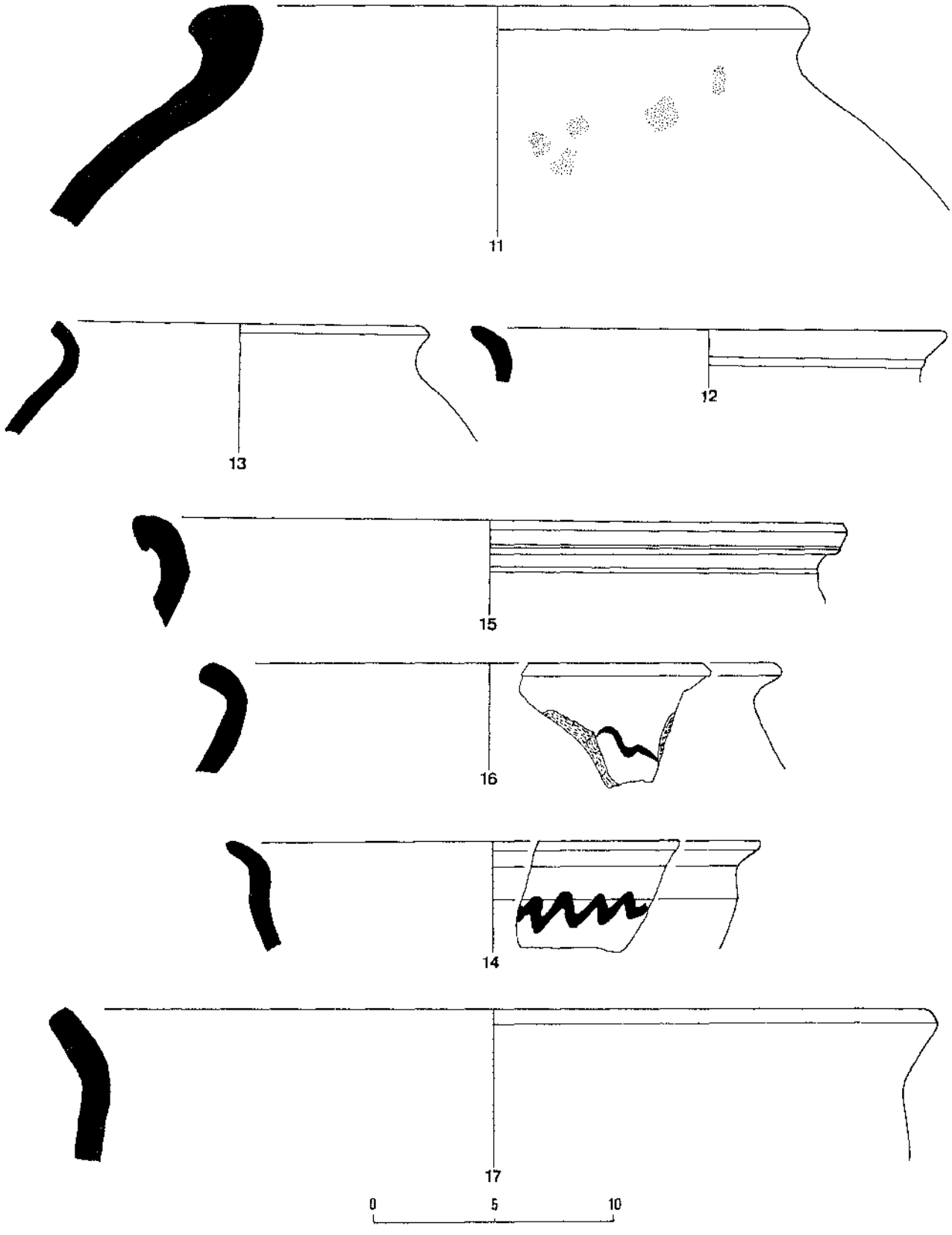


Figura 8

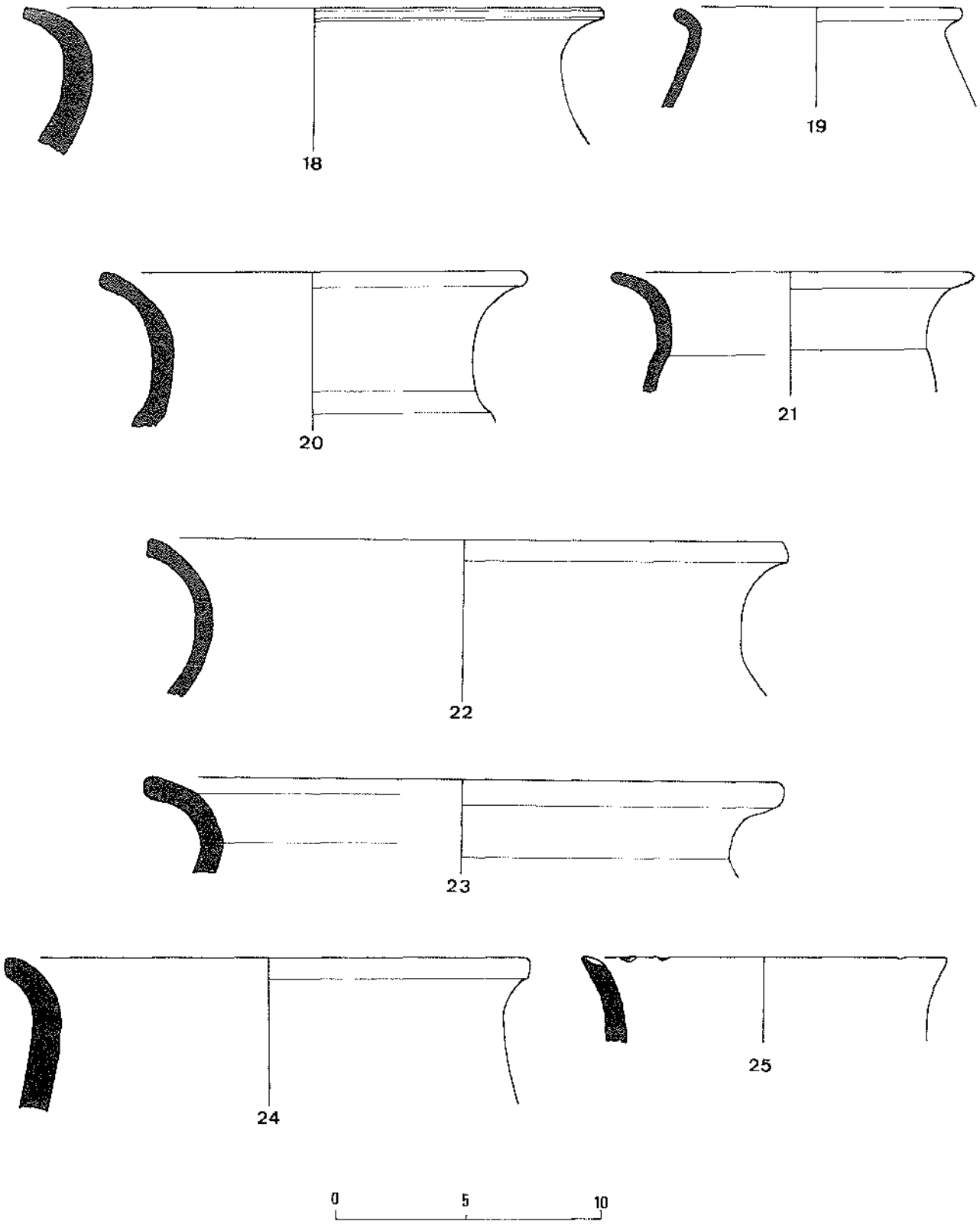


Figura 9

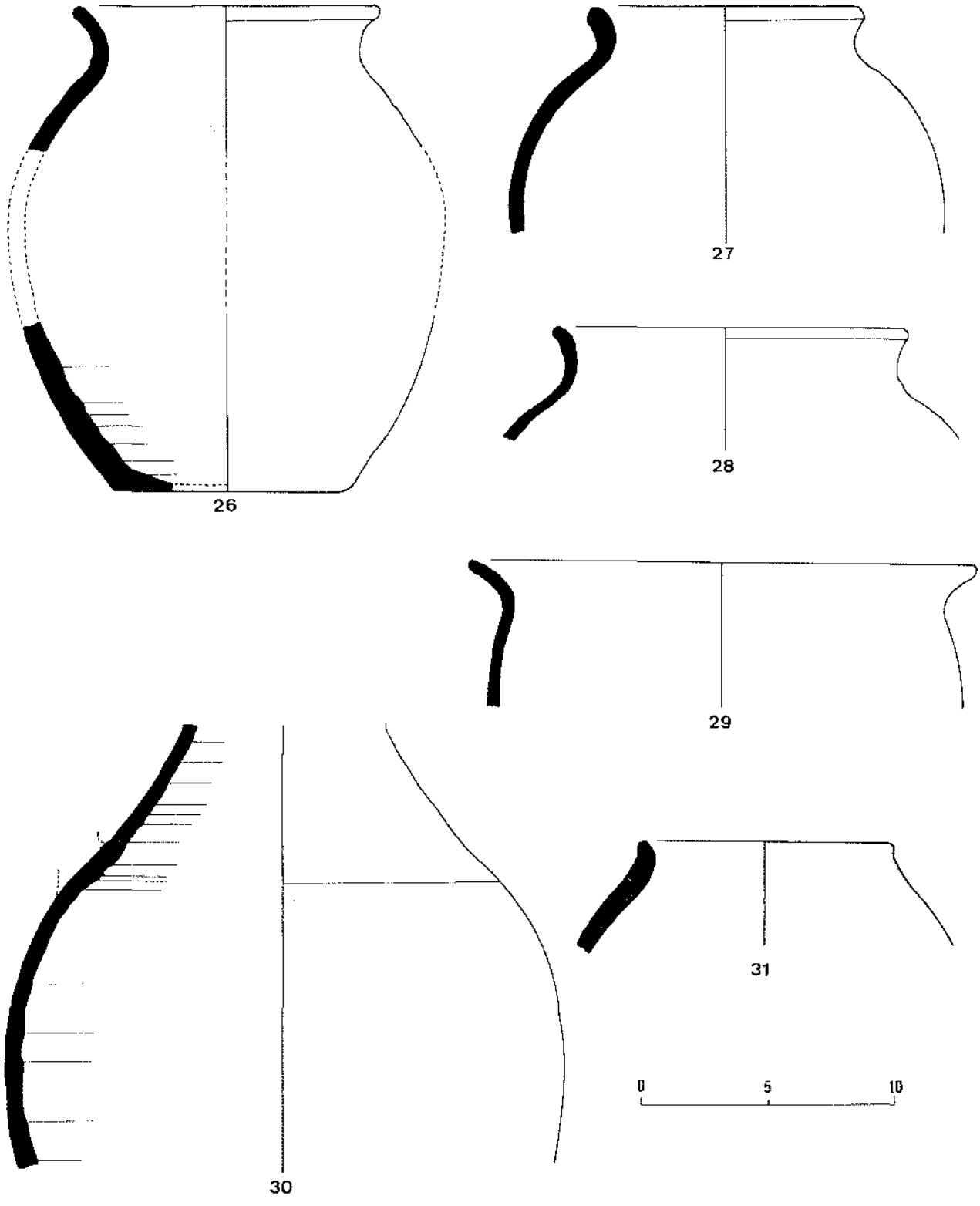


Figura 10

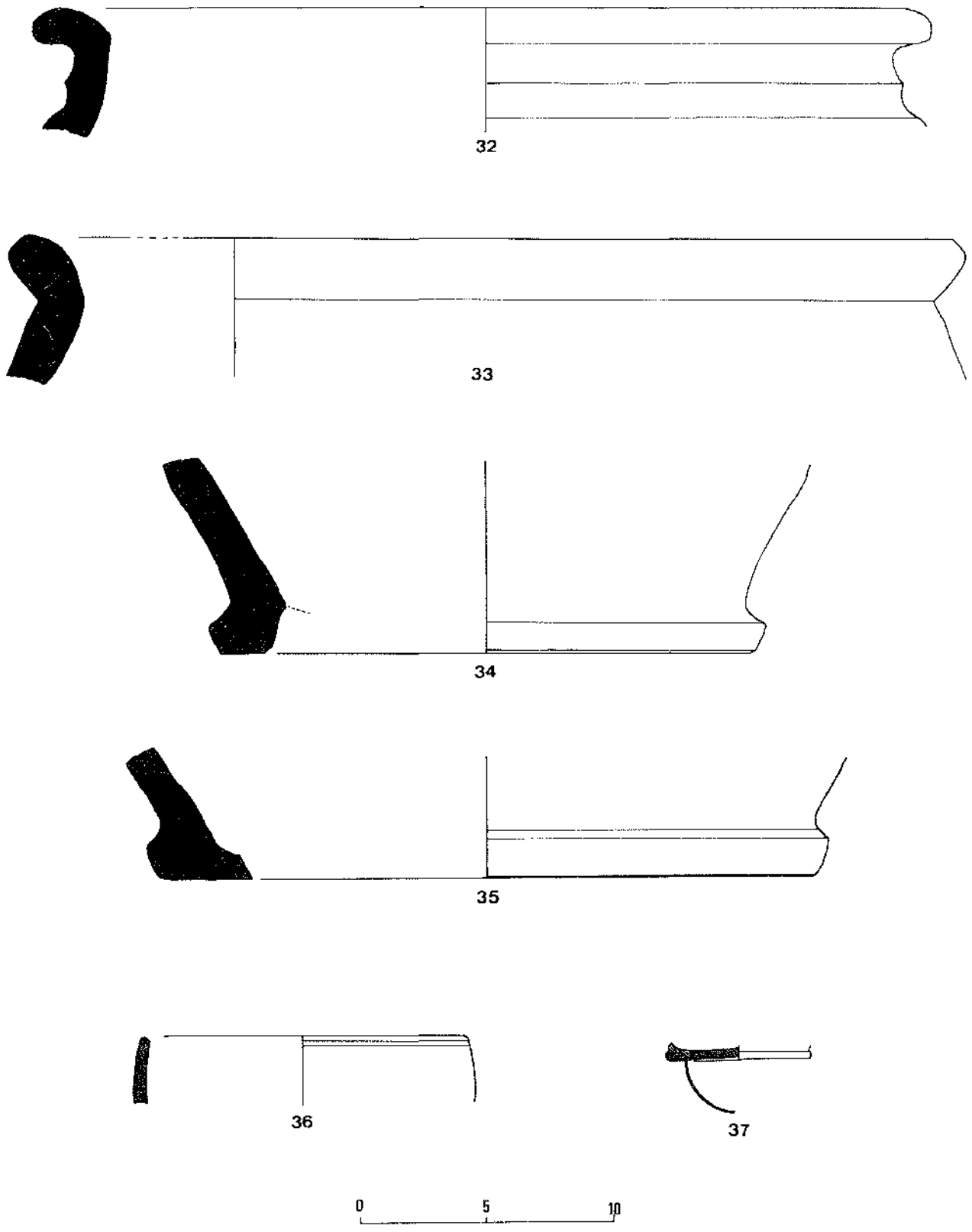


Figura 11

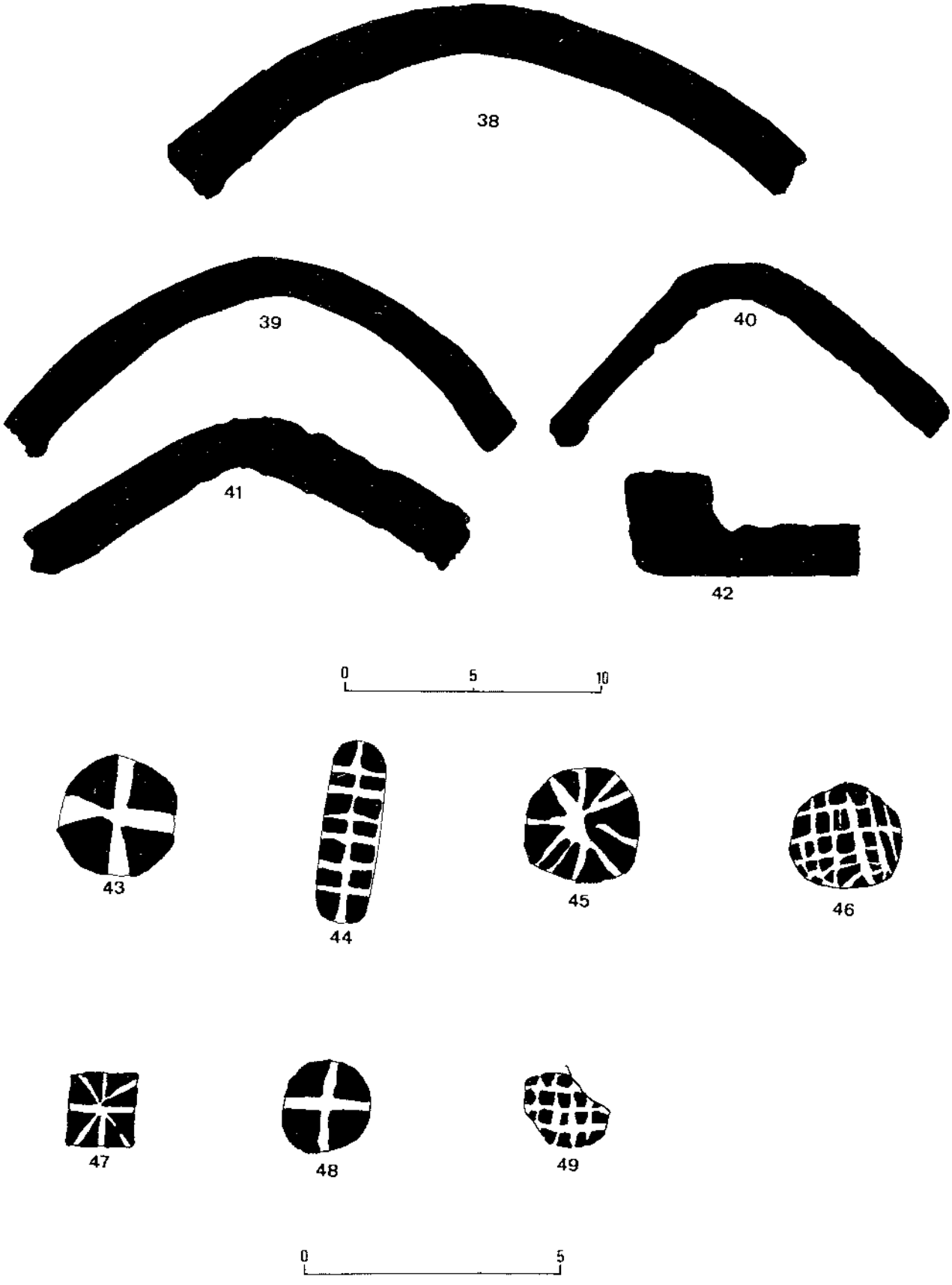
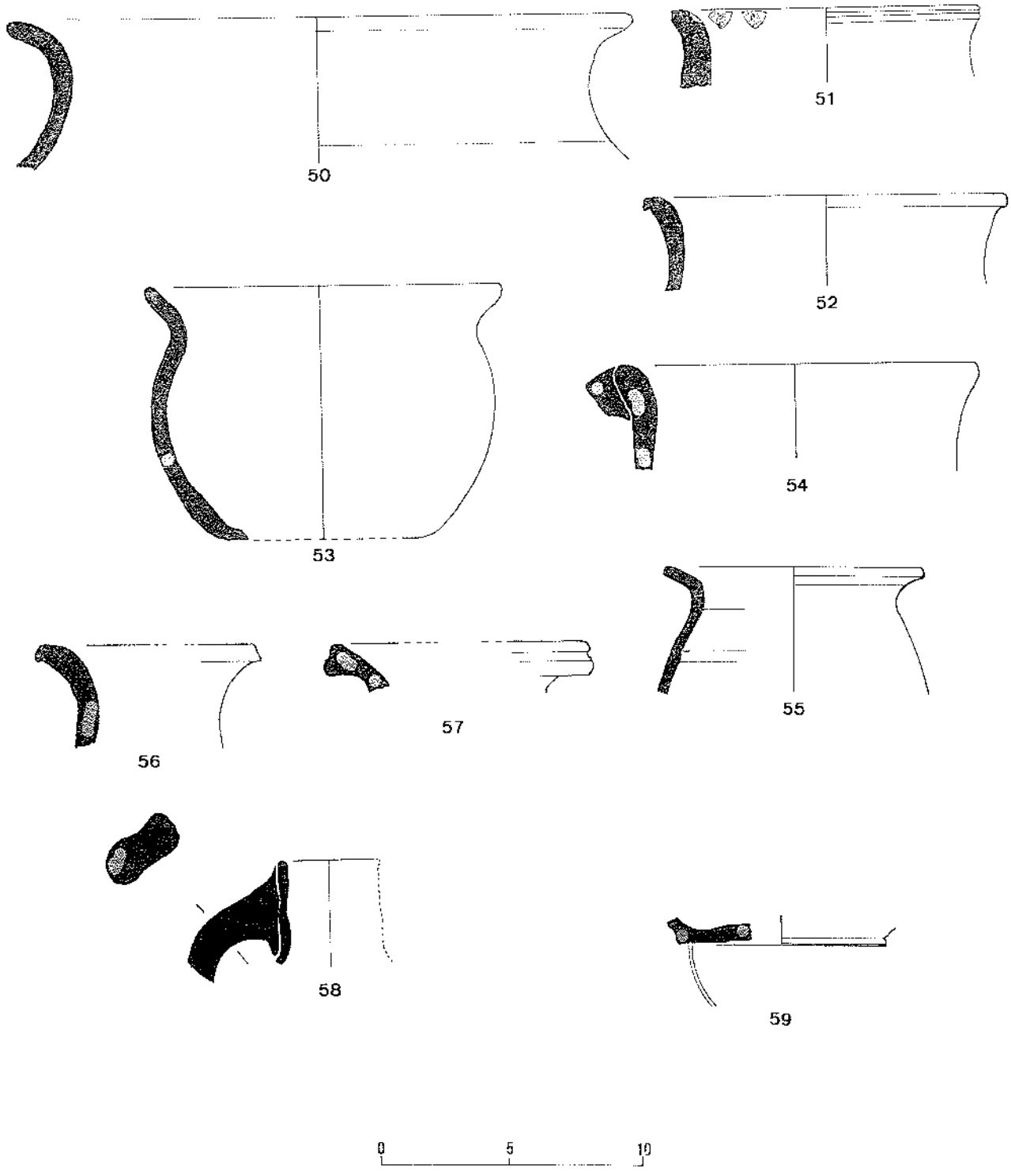


Figura 12



OPHIUSSA zero (1996), p. 161-180, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa

NOVOS CONTRIBUTOS PARA A ARQUEOLOGIA DO ALGARVE ORIENTAL

Victor S. GONÇALVES
Ana Margarida ARRUDA
Manuel CALADO

1. Introdução

1.

Entre 1975 e 1993, várias equipas dirigidas por um de nós (VSG) levaram a efeito numerosas campanhas de prospecção no Algarve Oriental. Os trabalhos realizados no âmbito do projecto CAALG (*Carta Arqueológica do Algarve*), primeiro, e, mais tarde, a colaboração da UNIARQ nos estudos de impacto ambiental prévios à construção das barragens das ribeiras do Beliche e do Odeleite conduziram à identificação de um numeroso conjunto de sítios arqueológicos de várias categorias e distintas cronologias.

A informação reunida foi sendo utilizada pelos diversos investigadores que colaboraram nas diversas equipas e alguma foi mesmo publicada no âmbito de artigos de vária natureza (Gonçalves, Arruda e Catarino, 1980; Catarino, 1984) ou mesmo nas três teses de doutoramento que acabaram por, em grande parte, resultar da pesquisa iniciada, em 1976, no Sotavento Algarvio (Gonçalves, 1989, Catarino, 1998, Arruda, 2000).

Outros dados permanecem, contudo, inéditos, tendo parecido útil a sua divulgação. Publica-se pois agora a lista exaustiva dos sítios arqueológicos identificados ou relocalizados pelas sucessivas campanhas de prospecção promovidas pelo projecto CAALG e pela UNIARQ e levadas a efeito nos Concelhos de Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António.

Deve ainda referir-se que os trabalhos de prospecção no terreno foram sempre precedidos pela consulta de toda a documentação publicada que se referia às áreas em estudo, de que se destaca, naturalmente, a obra de Estácio da Veiga. Não tendo sido desprezados os inquéritos à população local e a análise toponímica, não devemos esconder que os resultados obtidos traduzem, no entanto e sobretudo, uma prospecção directa e sistemática de terreno.

Devemos ainda acrescentar que os esforços feitos no sentido da relocalização de alguns dos sítios referidos na bibliografia não tiveram qualquer êxito, tendo sido impossível cartografá-los. De facto, muitas das necrópoles da Idade do Bronze referidas por Estácio da Veiga e mesmo os monumentos de falsa cúpula de Nora e Marcela pura e simplesmente desapareceram. As urbanizações recentes da orla litoral foram também, certamente, responsáveis pela destruição dos terraços paleolíticos identificados por Abel Viana, Georges Zbyszewski e Octávio da Veiga Ferreira e de vários sítios relacionados com a ocupação romana do Algarve.

Os sítios foram cartografados nas Cartas militares 1:25000 e as coordenadas que os localizam são Gauss. No inventário que a seguir se apresenta, constam, para além do topónimo por que são designados, o Concelho e a Freguesia em que se enquadram administrativamente. Refere-se também qual a tipologia do sítio (povoado, necrópole, achado iso-

lado...) e a sua cronologia, tendo, por vezes, parecido útil, sobretudo no caso de sítios inéditos, um breve comentário a propósito dos materiais recolhidos e das condições de implantação.

A equipa de campo na área da Ribeira do Beliche integrou, para além de dois dos signatários (VSG e AMA), Helena Catarino, Jorge Oliveira e Ana Carvalho Dias. No caso da Ribeira de Odeleite, os trabalhos de campo foram realizados pelos três autores deste trabalho, acompanhados por Ana Catarina Sousa, Ana Daniela Espinha, Leonor Rocha e ainda, de novo, por Helena Catarino.

2.

A construção de barragens e outros trabalhos congéneres, que implicam não só a inundação de áreas extensas como grandes remoções de terras, têm vindo a afectar consideravelmente o nosso património arqueológico. E os casos mais mediatizados, como a escandalosa situação provocada pela incompetência de funcionários do IPPAR em Vila Nova de Foz Côa, não devem esconder todas as outras situações, anteriores, contemporâneas e futuras.

Na realidade, vários são os casos em que se registaram perdas irrecuperáveis, devido à insensibilidade dos poderes públicos, à ignorância ou ganância da iniciativa privada ou pura e simplesmente à estupidez dos «donos da obra». Mas se, nesses casos, nenhum especialista foi chamado a intervir, situações houve em que, apesar de hoje submersos, os sítios ficaram, pelo menos, registados, escassa consolação, é certo.

Com efeito, no caso de Fratel, no Vale do Tejo, apesar de submersas, as gravuras foram, crê-se, quase integralmente registadas topografica e fotograficamente e créditos muito volumosos para a época foram concedidos para financiar as operações de levantamento e estudo.

Seria hoje absurdo discutir a necessidade imperiosa de assegurar o levantamento prévio *e atempado* de todas as áreas afectadas por grandes trabalhos, particularmente em áreas envolvidas em planos estratégicos de longo alcance, como a gestão dos nossos recursos hídricos e da prevenção da efectiva ameaça que representam as grandes obras que, neste campo, estão previstas para a vizinha Espanha.

A análise, em termos de perspectivas preventivas de conservação de património, da relação entre as diversas Ribeiras e Rios do Algarve e monumentos e sítios arqueológicos tem várias consequências, algumas delas perversas.

Em primeiro lugar, começando pelo fim, haverá que sublinhar com ênfase que a imagem obtida por este levantamento está condicionada à partida pelas suas próprias limitações. Com efeito, quando escolhemos como critério orientador o grau de afastamento das linhas de água excluímos automaticamente monumentos e sítios da maior importância. Alguns destes situam-se normalmente com algum afastamento das linhas de água, particularmente em épocas em que questões de segurança tornaram particularmente importante garantir a protecção do grupo, sacrificando para isso o conforto do abastecimento em água fresca. Esta seria obtida em cisternas e poços e não directamente dos caudais das linhas de água.

Por outro lado, para paleolíticos e epipaleolíticos a dependência da água é limitada, uma vez que praticamente só a usam para beber ou como lugar de caça. Mais à frente na diacronia, os utilizadores de sistemas de regadio escolhem as linhas de água como local de obtenção de água para rega, mas não localizam o seu habitat necessariamente nas suas imediatas proximidades. Tal como os romanos não vivem forçosamente ao lado das barragens e dos aquedutos, que constróem para uso e abastecimento específicos. Fazem-no, por vezes, mas nem sempre.

A imagem que retemos é assim limitada, mas aplica-se aos objectivos que determinaram este trabalho. Nem todos os cursos de água capitalizaram povoamento, e muito poucas foram as épocas em que tal ocorreu sistematicamente (talvez o Calcolítico seja, no Algarve, uma das excepções mais relevantes), mas o número de situações inventariadas é, apesar de tudo, significativo.

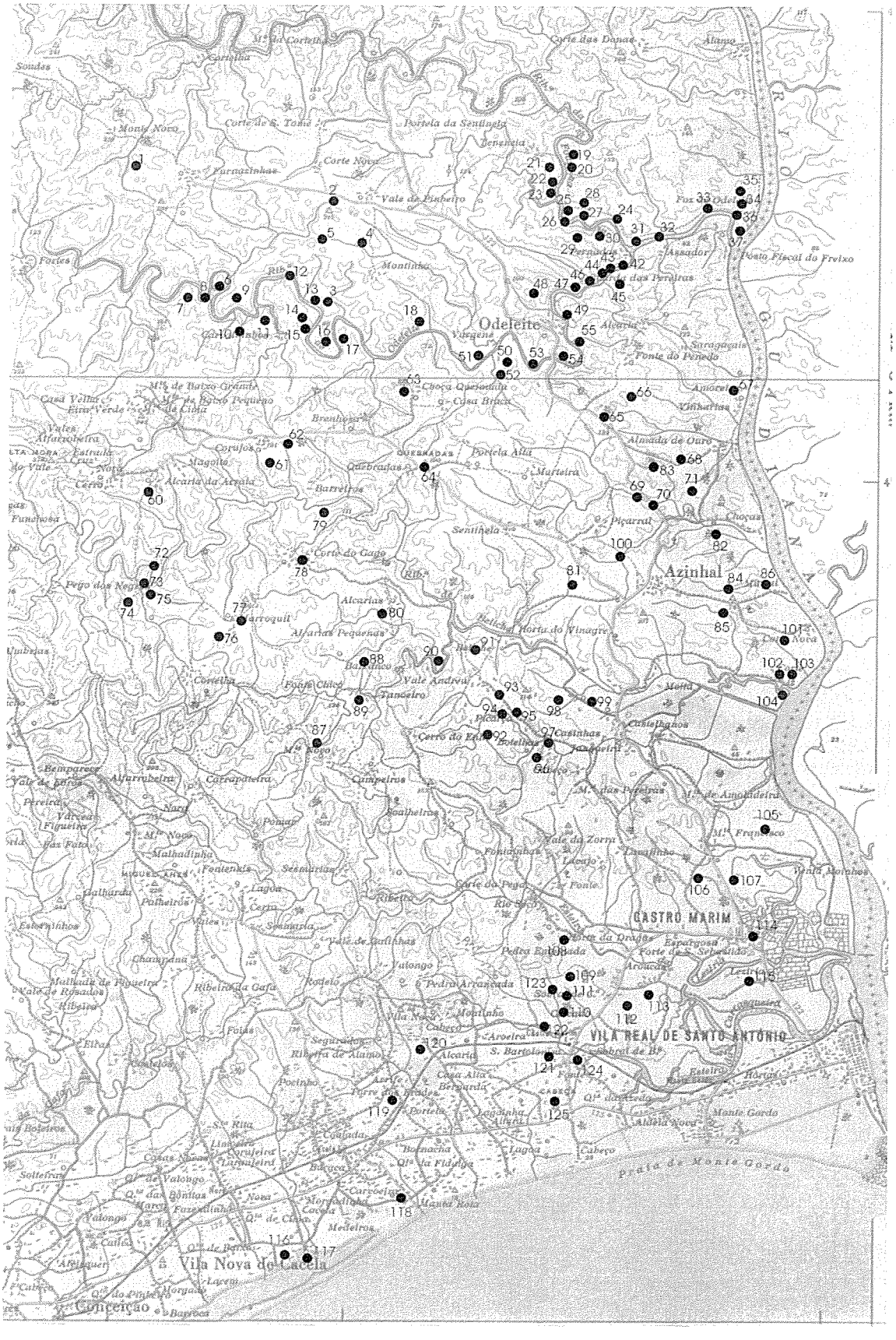
3.

A utilização actual dos cursos de água levanta basicamente os seguintes tipos de problema:

1. construção de barragens;
2. montagem de sistemas de rega;
3. desvios, por razões agrícolas, de linhas de água;
4. utilização das linhas de água para escoamento de esgotos;
5. drenagem de desperdícios de indústrias poluentes.

Basicamente, a ordem estabelecida acima é a de riscos decrescentes e deverá ser confrontada com outras perspectivas de análise desenvolvidas por outros investigadores, alguns dois quais saídos deste mesmo ou de outro mais antigo projecto.

E, já agora, termina-se com um alerta, que tem a ver com o mesmo tipo de problemas aqui detectado, mas se refere a uma outra área, muito mais sensível, habitualmente referida exclusivamente pelos pro-


Odeleite
Azinhal
CASTRO MARIM
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
Vila Nova de Cacela
Conceição
Praia de Monte Gordo

blemas ambientais. Área de extrema complexidade técnica, mas sobretudo social: a Ria Formosa.

Envolvendo numerosos cursos de água, a Ria Formosa constituiu sempre um ecossistema essencial para apoio de vida das diversas comunidades que sucessivamente ocuparam o Algarve. Desde ao Paleolítico à Idade Média que a presença humana, com densidades é certo diversas, mas por vezes consideráveis, aí se fez sentir.

Apesar dos progressos técnicos verificados nos sistemas de rega, e que os tornam hoje muito menos destrutivos que há 20 anos, todos os sistemas de rega derivados da Ria Formosa deveriam ser minuciosamente acompanhados por arqueólogos e técnicos de património.

Apesar do impacte negativo ser uma possibilidade em todo o Algarve, esta área parece ser, desde sempre e de longe, a mais sensível de todas.

Texto revisto em Dezembro de 2000

2. Inventário

2.1. CMP 583

1. *Furnazinhas*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 625.6; Y 4136.9
Povoado e necrópole
Medieval/Islâmico
CATARINO, 1984[1]: 20

2. *Vale do Pereiro 2*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 629.3; Y 4135.9
Povoado
Medieval/Islâmico
Fragmentos cerâmicos vidrados com óxido de cobre.
Topo aplanado na estrada de Vale do Pereiro para Furnazinhas (nº505).

3. *Vale do Pereiro 1*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 629.3; Y 4133.9
Achado isolado
Pré-história
Recolha de uma lasca de sílex. Não foram identificadas estruturas.
Topo aplanado, a 800 m de Vale do Pereiro.

4. *Montinho Velho 1*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Castro Marim
Coordenadas: X 629.6; Y 4135.2
Povoado
Medieval/Islâmico
Restos de estruturas relativamente bem conservadas e marouços de pedra. Telhas com digitações e cerâmica comum.
Portela. Acesso por Vale do Pereiro do lado direito do caminho para o Montinho de Odeleite.

5. *Montinho Velho 2*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Castro Marim
Coordenadas: X 629.1; Y 4135.1
Povoado
Medieval/Islâmico
Restos de estruturas muito arrasadas. Telhas com digitações e algumas cerâmicas comuns.
Portela prolongada por um esporão. Acesso por Vale do Pereiro para o Montinho a 1 Km do Moinho do Montinho.

6. *Moinho Novo 1*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 627.0; Y 4134.2
Povoado
Medieval/Moderno
Ausência de estruturas. Cerâmicas comuns e de construção.
Rechã na margem esquerda da Ribeira de Odeleite. Caminho de Montinho (nº1061) para Moinho Novo.

7. *Moinho Novo 3*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 626.4; Y 4133.9
Povoado
Islâmico

8. *Moinho Novo 2*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 626.7; Y 4133.9
Povoado
Medieval/Moderno
Cerâmica de construção e comum. Não foram identificadas estruturas, existindo contudo pedras aparelhadas e material de construção.
Topo alongado (área com cerca de 300 m), na margem direita da Ribeira de Odeleite.

---

[1] Os monumentos e sítios referidos em *CATARINO, 1984* são, na realidade, os identificados pela equipa em que aquela investigadora se integrava à época, o CAALG (*Carta Arqueológica do Algarve*). Essa equipa era dirigida por Victor S. Gonçalves e incluia Ana Margarida Arruda, para além de diversos estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa.

9. *Moinho Novo 4*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 627.3; Y 4133.8
Povoado
Medieval/Moderno

10. *Carvalhinhos 1*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 627.5; Y 4133.2
Povoado
Medieval/Moderno
Materiais de construção e cerâmica comum. Existência de estrutura de planta rectangular com paredes conservadas (20-100 cm).
Rechã a 250 m da margem esquerda da Ribeira de Odeleite. Caminho ribeirinho a partir de Carvalhinhos.

11. *Carvalhinhos 2*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 628.0; Y 4133.4
Povoado
Medieval/Moderno

12. *Soalheirões*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 628.4; Y 4134.3
Mina
Cronologia indeterminada
Recolha de minério de cobre e identificação de áreas de mineração.
Fundo de vale e vertente na margem esquerda da Ribeira de Odeleite. Caminho Montinho-Moinho do Pinto.

13. *Moinho do Pinto 2*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 629.0; Y 4133.9
Povoado
Ferro/Romano
Não foram identificadas estruturas, existindo, porém, número considerável de pedra aparelhada. Recolha de percutores, cerâmica manual e de torno, lasca de sílex. Ausência de telhas.
Rechã a 200 m da margem esquerda da Ribeira de Odeleite. Acesso por caminho entre o Montinho e o Moinho do Pinto.

14. *Moinho do Pinto 1*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 628.8; Y 4133.6
Vestígios de estruturas de moinho
Medieval/Moderno
Localiza-se junto à Ribeira de Odeleite, a 1 Km (Norte) de Carvalhinhos

15. *Volta do Bravo 3*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 629.0; Y 4133.4
Povoado
Medieval/Moderno
Ausência de estruturas. Identificação de alguma cerâmica de construção e cerâmicas comuns.
Rechã numa volta da margem esquerda da Ribeira de Odeleite. Caminho a partir dos Carvalhinhos (cerca de 800 m).

16. *Volta do Bravo 1*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 629.3; Y 4132.9
Povoado
Medieval/Islâmico
Vestígios de estruturas
Localiza-se numa acentuada curva da Ribeira de Odeleite, com acesso a partir de Carvalhinhos (a cerca de 1 Km)
CATARINO, 1984: 20

17. *Volta do Bravo 2*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 629.6; Y 4133.1
Povoado
Medieval
Restos de imbrices e marouços de pedras que indiciam a presença de estruturas. Cerâmica comum e bordo de talha.
Rechã junto a um meandro da margem direita da Ribeira de Odeleite. Caminho Montinho-Ribeira de Odeleite.

18. *Cerro do Pocilgo*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 631.3; Y 4133.3
Povoado
Pré-história; Medieval/Moderno
Detectadas estruturas. Recolha de fragmentos de cerâmica manual e de materiais de construção.
Rechã a cerca de 100 m da margem esquerda da Ribeira de Odeleite.

19. *Garrucho 3*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 634.5; Y 4137.0
Povoado
Medieval/Moderno
Cerâmica de construção de comum

20. *Garrucho 1*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 634.2; Y 4136.8
Povoado
Medieval
Não se detectaram estruturas. Materiais de construção e cerâmica comum.
Vale na margem esquerda da Ribeira da Foupana.

21. *Cerros da Velha 2*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 633.9; Y 4136.7
Povoado
Medieval/Moderno
Existência de construções, materiais de construção e cerâmica comum.
Rechã na margem direita da Ribeira da Foupana a 500m da Tenência. Caminho que cruza a ribeira partindo de Tenência.

22. *Cerros da Velha 3*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 633.9; Y 4136.5
Povoado
Medieval
Materiais de construção e cerâmica comum

23. *Cerros da Velha 1*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 634.0; Y 4136.4
Povoado
Romano/medieval
Restos de prováveis estruturas. Materiais de construção (incluíndo *tegulae*), cerâmica comum, fragmentos de *terra sigillata*.
Rechã a 100 m da margem direita da Ribeira da Foupana. Acesso por caminho entre Tenência e Odeleite (800m de Tenência).

24. *Garrucho 2*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 635.3; Y 4135.5
Povoado
Medieval/Moderno
Identificou-se uma área limitada com restos de estruturas conservadas. Materiais de construção e cerâmicas comuns.
Topo na margem esquerda da Ribeira de Foupana, a montante das Pernadas.

25. *Moinho do Carvão 4*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 634.2; Y 4135.7
Povoado
Medieval
Materiais de construção, cerâmicas comuns. Detectaram-se restos de construções e marouços de pedra.
Rechã na margem esquerda da Ribeira da Foupana. Caminho da Tenência-Foz de Odeleite (100 m S do Moinho do Carvão)

26. *Moinho do Carvão 5*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 634.3; Y 4135.5
Povoado
Medieval
Materiais de construção (pedra e telha) e cerâmicas comuns

27. *Moinho do Carvão 2*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 634.6; Y 4135.6
Povoado
Medieval/Moderno
Vestigíos de muros. Cerâmica de construção e comum.
Rechã a montante de Moinho do Carvão 1.

28. *Moinho do Carvão 1*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 634.8; Y 4135.7
Povoado
Medieval/Moderno; Pré-História ?
Vestígios de muros e maroiços. Cerâmica de construção, incluíndo telhas com digitações, cerâmica comum, mó manual circular e um núcleo de sílex.
Rechã a 750 m do Moinho do Carvão. Acesso pelo caminho Foz de Odeleite-Tenência.

29. *Moinho do Carvão 3*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 634.5; Y 4135.4
Povoado
Romano/Medieval
Não foram detectadas estruturas. Materiais de construção, cerâmica comum, *terra sigillata*, fragmentos de ânfora.
Rechã na margem direita da Ribeira da Foupana. Estrada ribeirinha de Odeleite para Tenência, a 1200 m das Pernadas.

30. *Pernadas 3*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 635.1; Y 4135.3
Povoado
Romano/Medieval
Identificou-se uma estrutura quadrangular com a face dos muros conservada (largura 92 cm). A área envolvente desta estrutura apresenta grande desnível e um montículo artificial. Materiais de construção e alguma cerâmica comum.
Pequena elevação na margem direita da Ribeira da Foupana. O sítio poderá ter sido cortado pela estrada ribeirinha Odeleite-Tenência.

31. *Telhada 2*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 635.9; Y 4135.1
Povoado
Medieval/Moderno
Cerâmica comum. Estruturas não detectadas.
Rechã a 500m de telhada. Sítio cortado pelo caminho Foz de Odeleite-Tenência.

32. *Telhada 1*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 636.2; Y 4135.2
Povoado
Medieval/Moderno
Cerâmica comum.
Rechã a 100m do Monte da Telhada. Caminho da Foz de Odeleite para a Tenência.

33. *Foz do Odeleite 3*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 637.4; Y 4135.9
Povoado
Romano/Medieval
Vestígios de recinto quadrangular. Cerâmica de construção (incluíndo *tegulae*), cerâmica comum e cerâmica melada com manganês.
Vertente pouco declivosa a cerca de 500 m da Foz do Odeleite.

34. *Foz do Odeleite 2*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 637.8; Y 4136.0
Povoado
Medieval
Cerâmica de construção e comum
Rechã a 500 m de Foz de Odeleite, junto ao caminho para Corte das Donas.

35. *Foz do Odeleite 1*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 638/638.2; Y 4136.0/4136.2
Povoado
Medieval/Islâmico

36. *Foz do Odeleite 4*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 637.9; Y 4135.7
Achado isolado
Época indeterminada
Recolha de lasca de sílex
Topo de um cabeço junto à povoação da Foz de Odeleite

37. *Foz do Odeleite 5*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 637.9; Y 4135.4
Povoado
Romano/Medieval
Recolha de materiais de construção (incluíndo *tegulae*) e de cerâmica comum.
Rechã a cerca de 100 m da povoação da Foz de Odeleite.

38. *Assador 4*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 636.6; Y 4134.9
Povoado
Medieval/Islâmico
Cerâmica de construção e comum, presença de melados com manganês. Marouços de pedra que evidenciam possíveis restos de estruturas.
Topo, a 200 m de Assador.

39. *Assador 1*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 636.3; Y 4134.9
Povoado
Romano/Medieval
Marouços de pedra que poderão indiciar estruturas. Presença de cerâmica de construção (incluíndo *tegula*), cerâmica comum(por exemplo fragmentos de *dolia*), fragmentos de ânfora e de cobre.
Rechã ma margem direita da Ribeira de Odeleite. Acesso por caminho ribeirinho Odeleite-Assador (c. de 50 m).

40. *Assador 3*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 636.5; Y 4134.8
Povoado
Medieval
Materiais de construção e cerâmica comum. Marouços de pedra.
Rechã a 150 m E de Assador.

41. *Assador 2*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 636.4; Y 4134.6
Povoado
Medieval
Abundante material de construção e de cerâmica comum, sem muros visíveis.
Topo a 150 m SSE de Assador
Odeleite

42. *Moinho das Pernadas*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 635.7; Y 4134.6
Moinho ainda com algumas paredes conservadas e parte do açude.
Medieval/Moderno
Perto da junção das Ribeiras da Foupana e de Odeleite

43. *Pernadas 1*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 635.3; Y 4134.5
Povoado
Romano/Medieval
Existem muitas pedras à superfície que devem corresponder a restos habitacionais. Materiais de construção, cerâmica comum, *terra sigillata*.
Rechã alongada na margem direita da Ribeira de Odeleite, a 300 m para montante das Pernadas. Estrada Ribeirinha Odeleite-Foz de Odeleite.

44. *Pernadas 2*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 635.2; Y 4134.5
Povoado
Romano/medieval
Identificou-se uma face conservada de um muro e muitas pedras soltas. Material de construção. Cerâmica comum, *terra sigillata*.
Rechã na margem direita da Ribeira de Odeleite

45. *Guarda dos Álamos*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 635.5; Y 4134.3
Povoado
Romano/Medieval
Escassos materiais de construção (*tegulae*), fragmentos de cerâmica comum.
Vale na margem direita da Ribeira de Odeleite, no caminho de Odeleite para Assador.

46 *Guarda das Pereiras 2*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 634.8; Y 4134.3
Povoado
Medieval
Não foram identificadas estruturas. Materiais de construção e cerâmica comum.
Vale a 500 m para jusante de Guarda das Pereiras 1, no Barranco do Cavalo.

47. *Guarda das Pereiras 1*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 634.5; Y 4134
Povoado
Romano
Materiais de construção (*tegulae* e *imbrex*), cerâmica comum, fragmentos de *terra sigilllata* e de ânforas. Identificou-se uma área com estruturas conservadas (faces de muro). Parte deste sítio foi cortado pela estrada.
Rechã na margem esquerda da Ribeira de Odeleite (a 50m), acesso pela estrada ribeirinha Odeleite-Foz de Odeleite.

48. *Cerro do Covão*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 633.6; Y 4134.0
Povoado
Romano/Medieval
Carvalhaes, 1911: 107

49. *Casa do Barranco*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 634.2; Y 4133.7
Povoado
Medieval/Moderno

50. *Porto Seco 2*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 633.1; Y 4132.6/4132.7
Povoado
Pré-Histórica; Romano; Islâmico
Estrutura rectangular (10x8 m) com muros de 80 cm de espessura. Escassos fragmentos de *tegulae* e *imbrex*, cerâmica fina (incluíndo *terra sigillata* Hispânica e *Terra Sigillata* Clara); fragmentos de cerâmica vidrada. Também foram encontrados percutores de quartzito e dormente de mó manual de arenito.
Rechã junto à Ribeira de Odeleite.

51. *Alcariais das Vargens*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 632.5; Y 4132.6
Povoado
Medieval/Moderno
Próximo de uma curva da Ribeira, a Sul do Barranco do Montinho e a Sudeste do Monte das Vargens. Vestígios de estruturas habitacionais

52. *Porto Seco 1 (P. da Serra)*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 632.9; Y 4132.4
Achado isolado
Escassos fragmentos de cerâmica comum e de cerâmica de construção atípica.
Cabeço junto á Ribeira de Odeleite. Acesso por caminho Casa Branca-Odeleite.

53. *Odeleite*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 633.6; Y 4132.4
Povoado
Medieval/Moderno
Marouços de pedras que indiciam possíveis restos de estruturas. Cerâmica de construção e cerâmica comum.
Caminho junto á Ribeira de Odeleite, na sua margem esquerda a 500 m W da estrada.

54. *Castelo de Odeleite*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 634.2; Y 4132.7
Povoado fortificado
Medieval/Islâmico

* destruído pela construção dos estaleiros da Barragem de Odeleite, em 1992

55. *Fonte Branca*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 634.5; Y 4132.9
Povoado
Romano
Vestígios de estruturas

Margem direita da Ribeira de Odeleite, em frente à povoação.

56. *Lavajo 1*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 636.7; Y 4134.2
Povoado
Bronze/Ferro
Fragmentos de cerâmica de roda e manual. No lado Sul e Oeste do cabeço, observa-se um talude de aparente origem geológica, mas com pedras soltas que podem corresponder a restos de muros.
Topo de um cabeço com boa defensabilidade. Acesso pela estrada Castro_Marim_Foz de Odeleite (nº1063) a cerca de 1 Km depois de Alcaria.

57. *Lavajo 2*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 636.6; Y 4133.5
Povoado
Moderno
Aglomeração de restos de casas modernas, em difrentes graus de conservação.
Acesso por caminho de Alcaria para Lavajos.

58. *Lavajo 3*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 636.9; Y4133.6
Povoado
Medieval/Moderno
Detectaram-se algumas estruturas, cerâmica comum e de construção.
Topo a 300 m E de Lavajo 2

59. *Freixo*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 637.5; Y 4134.2
Povoado
Romano
Restos de estruturas. Cerâmica de construção (incluíndo *tegulae*), cerâmica comum, fundos de ânfora, fragmentos de *terra sigillata* Hispânica, fragmentos de *opus signinum.*
Rechã nas proximidades do Rio Guadiana (a 200 m). Acesso por caminho que parte da estrada Castro Marim--Foz do Odeleite (nª1063).

2.2. CMP 591

60. *Alcaria da Arraia*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Odeleite
Coordenadas: X 625.6; Y 4129.6
Povoado
Medieval/Islâmico
CATARINO, 1984: 20

61. *Corujos* 2
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 628.2; Y 4130.4
Povoado
Época Indeterminada

62. *Corujos 1*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 628.5; Y 4130.8
Necrópole
Medieval ?
Topo. Estrada Azinhal (nº 512), a 500 m antes de Corujos.

63. *Alcaria da Choça Queimada*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 630.8; Y 4131.8
Povoado
Medieval/Islâmico
Cabeços alongados com vestígios de estruturas habitacionais
CATARINO, 1984: 20; SANTOS, 1972: 365, 367.

64. *Cerro do Castelo das Quebradas*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 631.4; Y 4130.3
Povoado
Época Indeterminada

65. *Vale das Gatas*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 635.3; Y 4131.4
Povoado
Medieval/Islâmico
CATARINO, 1984: 20

66. *Moinho Derrubado*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 635.8; Y 4131.8
Povoado
Medieval/Islâmico

67. *Alcariais das Amoreiras*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 637.7; Y 4132.1
Povoado
Romano/Islâmico
Cabeços alongados, sobre o Guadiana. Vestígios bem conservados de estruturas habitacionais. Abundante espólio, nomeadamente cerâmica de construção romana e medieval e cerâmica fina (*terra sigillata* e paredes finas) e comum de época romana e islâmica

68. *Curral da Velha*
Concelho de Castro Marim

Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 636.8; Y 4130.5
Povoado
Medieval-Islâmico

69. *Castelhanos*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 635.7; Y 4129.9
Povoado
Tardo romano/Alto medieval
Identificados restos de muralha. Abundante cerâmica fina, comum e construção.

70. *Ponta da Tabua*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 636.2; Y 4129.5
Concheiro

71. *Eira da Estrada ou Almada de Ouro ou Vales Corveiros*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 637.1; Y 4129.9.0
Necrópole
Idade do Bronze
VEIGA, 1886; SCHUBART, 1975

72, 73, 74. *Cerros do Castelo de Alta Mora (Cerro dos Castelinhos, Cerro das Corrente ou das Lagartixas)*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Odeleite
Coordenadas: X 625.8;Y 4128.2; X 625.5; Y 4127.8; X 625.4; Y 4127.5
Povoado
Medieval/Islâmico

75. *Alcarias*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 625.7; Y 4127.5
Povoado
Medieval-Islâmico
ALMEIDA, 1947: 440; CATARINO, 1984: 20;

76. *Marroquil*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 626.9; Y 4126.8
Povoado
Medieval/Islâmico
CATARINO, 1984: 20

77. *Pero Vaz*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 627.7; Y 4127.0
Povoado
Medieval/Islâmico
CATARINO, 1984: 20

78. *Corte do Gago*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 628.9; Y 4128.3
Povoado
Medieval/Islâmico
CATARINO, 1984: 20

79. *Pego das Funduras*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 629.3; Y 4129.4
Povoado

80. *Alcariais de Alcaria Grande*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 630.6; Y 4127.3
Povoado
Medieval/Islâmico
A Oeste da povoação de Alcaria Grande vestígios de estruturas habitacionais
CATARINO, 1984:20; GONÇALVES, 1979: 108; 1981: 179

81. *Pocinho*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 634.5; Y 4127.8
Povoado
Época Indeterminada

82. *Alcaria das Choças*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 637.5; Y 4129.0
Povoado
Romano
PEREIRA, 1972

83. *Curral da Velha*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 636.2; Y 4130.4
Povoado
Época Indeterminada

84. *Fonte do Boi*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 637.8; Y 4128.0
Povoado
Medieval/Islâmico

85. *Curral de João Marques*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 637.7; Y 4127.3
Povoado
Medieval/Islâmico

86. *Murtal*
Concelho de Castro Marim

Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 638.8; Y 4127.8
Povoado
Época Indeterminada

87. *Casarões do Monte Novo*
Concelho de Vila Real de Santo António
Freguesia de Cacelal
Coordenadas: X 629.3; Y 4124.4
Povoado
Época Indeterminada

88. *Alcariais de Tanoeiro*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 630.1; Y 4126.1
Povoado
Época Indeterminada

89. *Tanoeiro*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 630.1; Y 4125.4
Povoado e necrópole
Tardo-romano/Alto medieval
Junto à união dos Barrancos dos Casarões e do Lobo

90. *Monte do Barranco*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 631.7; Y 4126.1
Povoado
Época Indeterminada

91. *Beliche*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 632.6; Y 4126.5
Povoado
Época Indeterminada

92. *Vale Frio 2*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 632.7; Y 4124.7
Povoado
Medieval/Moderno
Restos de estruturas, presença de materiais de construção. Cerâmica comum.
Topo de um cabeço a 400m para montante de Vale Frio. Caminho Junqueira-Vale Frio.

93. *Vale do Andreu*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 633.1; Y 4125.6
Povoado
Medieval/Moderno
Restos de estruturas e cerâmicas de construção e comuns

94. *Vale Frio 1*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 633.1; Y 4125.1
Povoado
Romano; Pré-História
Estruturas não identificadas. Grande abundância de material destacando-se a quantidade de cerâmicas de luxo (*terra sigillata*, paredes finas e campaniense). Regista-se também a existência de vidro, fragmentos de ânfora, metal e fauna. Apesar do elevado número de materiais à superfície (o terreno foi surribado) são muito escassos os materiais de construção. Foram recolhidas duas lascas e um núcleo em silex.
Pequena elevação na margem esquerda da Ribeira da Caroucha a 500m de Vale de Andreu. Caminho Junqueira-Vale de Andreu.

95. *Vale Frio 3*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 633.3; Y 4125.2
Achado Isolado
Pré-História
Lasca de silex, percutor de quartzo e seixo talhado. Não foram identificadas estruturas.
Vertente pouco declivosa

96. *Barradinhas (Botelhas)*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 633.8; Y 4124.3
Povoado
Medieval/Islâmico
CATARINO, 1984: 20

97. *Botelhas*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 634.1; Y: 4124.5
Povoado ?
Pré-História
Artefactos líticos em sílex. Não foram identificadas estruturas.
Fundo de vale no caminho entre Junqueira e Vale de Andreu. (300 m das Botelhas)

98. *Figueirais*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 634.3; Y 4125.5
Povoado
Medieval/Islâmico
CATARINO, 1984: 20

99. *Vigia de Paio Peres Correia*
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 634.9; Y 4125.4
Vigia
Medieval
Estrutura rectangular (10x8m) com 1m de espessura, apresenta entrada a N e cerca de 50% do seu interior foi escavado.

Cabeço com acesso a partir da estrada Castro-Marim--Odeleite, no desvio Castelhanos-Beliche.
GONÇALVES, 1981

100. *Vale Reveza*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 635.6; Y 4128.5
Povoado
Medieval/Islâmico

101. *Alcariais da Corte Nova*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 639.2; Y 4126.7
Povoado
Medieval/Islâmico
ALMEIDA, 1947: 440; FAïSCA, 1986: 5

102. *Corte Velho*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 638.9; Y 4126.1
Povoado
Medieval/Islâmico

103. *Corte Velho ou Corte do Guadiana*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 639.0; Y 4126.1
Necrópole
Idade do Bronze
ABERG, 1921: 22; SCHUBART, 1975: 197; VEIGA, 1889: 117; 1891: 123, 124.

104. *Corte Velho*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
CMP 591
Coordenadas: X 639.0; Y 4125.6
Ponte
Romano

105. *Zambujeira*
Concelho de Castro Marim
Freguesia do Azinhal
Coordenadas: X 638.9; Y 4122.7
Povoado
Medieval/Islâmico
HENRIQUES XAVIER, 1895; VEIGA, 1891

2.3. CMP 600

106. *Montinho Velho*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Castro Marim
Coordenadas: X 637.3; Y 4121.7
Povoado
Medieval/Islâmico

107. *Farilhão*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Castro Marim
Coordenadas: X 638.1; Y 4121.5
Povoado
Romano

108. *Cercedo do Rio Seco*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Castro Marim
Coordenadas: X 634.6; Y 4120.3
Povoado
Medieval/Islâmico

109. *Três azeitonas*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Castro Marim
Coordenadas: X 634.7; Y 4119.5
Necrópole
Ferro/Romano/Medieval
Fragmentos de cerâmica de roda e ausência de cerâmica de construção.
Rechã na vertente Norte do cabeço contíguo ao Marco Geodésico. Corresponde aos talhões 184 e 185 da Quinta do Sobral.

110. *Arrancadinha 1*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Castro Marim
Coordenadas: X 634.4; Y 4118.7
Povoado
Medieval/Moderno
Fragmentos de telha, tijolo e cerâmica comum
O sítio ocupa a parte sudoeste de uma pequena elevação. A 700m da linha férrea, a partir da estrada S. Bartolomeu –Castro Marim.

111. *Arrancadinha 2*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Castro Marim
Coordenadas: X 634.6; Y 4118.9
Povoado
Medieval/Moderno
Pequena elevação, a 100 m da Arrancadinha. Fragmentos de telha e cerâmica comum

112. *Sobral de Cima*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Castro Marim
Coordenadas: X 635.7; Y 4118.8
Povoado e necrópole
Romano
Numa vertente suave, junto à estrada Castro Marim/S. Bartolomeu, num terreno plantado de vinha, encontram--se áreas de cinzas circunscritas e abundantes materiais romanos, nomeadamente vidros, *terra sigillata* e cerâmica comumn. No topo do cabeço, as cinzas desaparecem e encontram-se restos de muros e materiais cerâmicos de construção. Deste sítio, é também proveniente uma inscrição funerária
HENRIQUES, 1895: 117, 118; SANTOS, 1972: 350, 351; ENCARNAÇÃO, 1983.

113. *Aroucas*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Castro Marim

Coordenadas: X 636.2; Y 4119.2
Povoado Medieval/Islâmico

114. *Castro Marim*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Castro Marim
Coordenadas: X
Idade do Bronze à I. Média
Povoado
No Castelo da vila, decorreram, de 1983 a 1989, escavações arqueológicas tendo sido descobertas estruturas habitacionais e defensivas desde a Idade do Bronze à Época Moderna. Um riquíssimo e numeroso espólio foi recolhido.
ALARCÃO, 1988: 204, 205; ARRUDA, 1983-84: 245--248; 1983-84: 249-254; 1984: 45-49; 1986: 3-45; ENCARNAÇÃO, 1982: 141, 142; 1984: 150-152; FERREIRA e FERREIRA, 1973: 5, 9, 25; GOMES e GOMES, 1981-83: 161, 172; SANTOS, 1972: 357-364; VASCONCELLOS, 1901: 86, 89; 1905, 14, 110, 282; 1913: 175, 182; 1917: 138, 139; 1919-20: 225; 1920; 1927: 225, 243; 1934: 193 VEIGA, 1870: 82, 84; 1905: 115, 116.

115. *Lezíria*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Castro Marim
Coordenadas: X 638.4; Y 4119.6
Povoado
Pré-história; Romano
Abundante espólio romano à superfície. ïdolo cilíndrico calcário com decoração oculada de cronologia calcolítica recolhido.
ARRUDA e DIAS, 1985; GONÇALVES, 198

116. *Quinta do Muro*
Concelho de Vila Real de Santo António
Freguesia de Cacela
Coordenadas: X 628.8; Y 4113.6
Vila romana
Romano
Muito espólio arqueológico de época romana à superfície. Notícias de cetárias e outras estruturas.
MACHADO, 1970: 343; OLIVEIRA, 1908: 51, 198; PEREIRA, 1976; SANTOS, 1971: 309-311; VASCONCELLOS, 1913; 497, 499.

117. *Cacela*
Concelho de Vila Real de Santo António
Freguesia de Cacela
Coordenadas: X 629.2; Y 4113.5
Vila romana
Notícia do aparecimento em Cacela, sob o Forte e junto à Igreja, de mosaicos, fustes de colunas, fragmentos de esculturas, cetárias e outro espólio arqueológico de época romana. Mais recentemente, foi escavado um forno de cerâmica de construção romana muito próximo da povoação.
ALARCÃO, 1988: 205; SANTOS, 1971: 305-307

118. *Manta Rota*
Concelho de Vila Real de Santo António
Freguesia de Cacela
Coordenadas: X 631.1; Y 4114. 8
Vila (?) e Forno de ânforas
Forno de ânforas Dressel 14 escavado recentemente.
ALARCÃO, 1988: 206; SANTOS, 1971: 312

119. *Torre dos Frades*
Concelho de Vila Real de Santo António
Freguesia de Cacela
Coordenadas: X 631.0; Y 4117.0
Povoado
Romano
Tegulae, cerâmicas comuns e fragmentos de pavimento de *opus signinum*. Os muros de um moinho meio arruinado assentam sobre estrutura circular que poderá corresponder à torre de topónimo.
Pequena elevação no Vale da Ribeira do Álamo. Acesso pela estrada Monte Gordo-Tavira, entre Bornacha e Lagoa, a cerca de 250 m da linha férrea.
OLIVEIRA, 1908: 185; VAZ, 1984: 7.

120. *Horta de Alcaria*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Castro Marim
Coordenadas: X 631.7; Y 4117.9
Povoado
Medieval/Moderno
Cerâmica de construção e comum.
Topo aplanado.

121. *Vale do Boto*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Castro Marim
Coordenadas: X 634.1; Y 4117.9.
Povoado e Necrópole
Romano/Medieval
Duas campanhas de escavações arqueológicas decorreram neste sítio tendo sido identificadas estruturas habitacionais e uma necrópole de época muçulmana.
CATARINO, 1984: 20; CATARINO, ARRUDA e GONÇALVES, 1981: 9-28; GONÇALVES, CATARINO e ARRUDA, 1980: 71-75; LOPES, 1895: 102, 103; SANTOS, 1972: 347; VASCONCELLOS, 1919-20: 228, 229.

122. *Mau Dinheiro*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Castro Marim
Coordenadas: X 634.3; Y 4118.5
Povoado e necrópole
Romano
Restos de alicerces e materiais arqueológicos de época romana. Sepulturas
ALARCÃO, 1988: 206; SANTOS, 1972: 348-349; VASCONCELLOS, 19;
VEIGA, 18.

123. *Fornalha*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Castro Marim
Coordenadas: X 634.6; Y 4118.8
Povoado e necrópole
Romano

Cerâmica de construção, cerâmica fina (*terra sigillata*), cerâmica comum e inscrição
ALARCÃO, 1988: 206; SANTOS, 1972: 350, VASCONCELLOS, 19; VEIGA, 18.

124. *Olhos de S. Bartolomeu*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Castro Marim
Coordenadas: X 634.8; Y 4117.7
Povoado e fornos de ânforas
Romano
Fornos de ânforas romanas (Dressel 14 e Almagro 51 a/b e c) escavados no século passado por José Leite de Vasconcellos. Notícia da existência de restos de estruturas romanas e outros materiais arqueológicos.
ALARCÃO, 1977: 135; ALVES, DIOGO e REINER, 1990; ENCARNAÇÃO, 1984: 152-154; GAMER, 1971: 165; HÜBNER, 1892: 1011; MAIA, 1979: 141-144; MASCARENHAS, 1974: 10; 1974: 10; PEREIRA, 1974: 77, 248, 253; SANTOS, 1928: 3; 1960: 3; 1972: 349-351; VASCONCELLOS, 1898: 329-335; 1899--1900: 247; 1905: 96.

125. *Cabeça*
Concelho de Castro Marim
Freguesia de Castro Marim
Coordenadas: X 634.4; Y 4116.9
Povoado
Paleolítico inferior
Artefactos sobre seixo de quartzito e quartzo, num terraço terciário.
Cabeço dominante com acesso a partir da estrada S.Bartolomeu-Monte Gordo.
CARDOSO, RAPOSO e MEDEIROS,1985: 175-186; VIANA, 1945: 381, 382; 1947; 52-54; 1948: 186, 190.

3. Lista de monumentos e sítios referidos na billiografia mas impossíveis de cartografar devidamente

3.1. Concelho de Vila Real de Santo António

ALCARIA DO POCINHO. Necrópole-Cistas. Idade do Bronze. Cacela. Bibliografia: ABERG, 1921: 198, 109; GOMES et al, 1986: 63; LEISNER e LEISNER, 1943: 233; MASCARENHAS, 1983: 2; SANTOS, 1974: 68; SCHUBART, 1974: 353, 370; 1975: 201; VASCONCELLOS, 1897: 410, 411, 415; VEIGA, 1889: 117; 1891: 112-121; 1905: 113.

ALDEIA NOVA. Terraços Paleolíticos. Vila Real de Santo António. Bibliografia: CARDOSO,RAPOSO, MEDEIROS, 1985: 175-186; FEIO, 1946: 3-5, 50-55; VIANA, 1945: 200; VIANA, ZBYSZEWSKI, 1949: 199, 202, 205-207; ZBYSZEWSKI, 1966: 125.

ARRIFE. Necrópole megalítica. Pré-História. Bibliografia: BERDICHEWSKI, 1964: 62, 63; BOTO, 1899: 56--57; LEINER, LEISNER, 1943: 234; OLIVEIRA, 1908: 27; SANTOS, 1972: 341, 342; VASCONCELLOS, 1897: 244, 246, 247; 1913: 525, 527.

CACELA. Terraços Paleolíticos. Cacela. Bibliografia: FERREIRA e LEITÃO, 1981: 70-71; 1987: 64; VIANA e ZBYSZEWSKI, 1949: 222, 23.

CORDOVIL. Terraços Paleolíticos. Cacela. Bibliografia: PENALVA, 1987: 64; VIANA, 1945a: 381, 382; 1945b: 1; 1945c: 2; 1955: 48; VIANA e ZBYSZEWSKI, 1949: 119, 225, 226.

FIDALGA. Necrópole, achados (moedas romanas). Cacela. Bibliografia: ALARCÃO, 1988: 206; SANTOS, 1972: 344; VASCONCELLOS, 1917: 126; VIANA, 1955: 49.

GANCHO. Terraços Paleolíticos. Cacela. Bibliografia: VIANA, 1955: 48; VIANA, 1949.
HORTA. Necrópole. Romano. Cacela. Bibliografia: ALARCÃO, 1988: 206; SANTOS, 1972: 343; VASCONCELLOS, 1899-1900: 247; 1919-1920; VIANA, 1955: 49.

HORTAS. Terraços Paleolíticos. Cacela. Bibliografia: MACHADO, 1970: 343.

LAGOA. Terraços Paleolíticos. Cacela. Bibliografia: VIANA, 1955:48.

MARCELA. Necrópole megalítica. Calcolítico. Cacela. Bibliografia: ABERG, 1921: 18, 55, 102, 103; CARTAILHAC, 1886: 163; FERREIRA, 1950: 186; FERREIRA, LEITÃO, 1981: 198; FERREIRA, VIANA, 1956: 525; FRANCO, 1932: 59; GONÇALVES, 1979: 104; 1989: 37, 38, 69, 72, 83, 347; GORBEA, 1973: 199; LEISNER, LEISNER, 1934: 231, 232; OLIVEIRA, 1908: 25, 26; ROCHA, 1904: 662; 1911: 17, 58; RODRIGUES,(s.d): 195; SAVORY, 1968: 101, 154; VASCONCELLOS, 1897: 293-295, 306, 307; 1905: 66; 1921: 291; VEIGA, 1886: 21, 30, 114, 257; 1887: 450, 455; 1889: 6; 1891: 110; VIANA, 1955: 49; 1959: 322; 323.

MEDEIROS. Terraços Paleolíticos. Cacela. Bibliografia: VIANA, ZBYSZEWSKI, 1949: 199.

NORA. Necrópole Megalítica. Pré-história. Cacela. Bibliografia: ABERG, 1921: 55, 103; BERDICHEWSKI, 1964: 67; CARTAILHAC, 1886: 165; FRANCO, 1932: 59; GONÇALVES, 1979: 104, 1989: 69, 72-74; GORBEA, 1973: 199; LEISNER, LEISNER, 1953: 232, 233; MACHADO, 1970: 340; MASCARENHAS, 1983: 2; ROCHA, 1904: 62; RODRIGUES (s.d): 196; SAVORY, 1968: 154; VASCONCELLOS, 1897: 206, 207; 1899-1900: 257; 1905: 66; VEIGA, 1889: 66; 1891: 108-109.

POÇO DO PRIOR. Achado. Romano. Cacela. Bibliografia: ALARCÃO, 1988: 205; SANTOS, 1972: 341.

SANTA RITA ou DA HORTINHA. Represa. Romano/Medieval. Cacela. Bibliografia: MACHADO, 1970: 353; OLIVEIRA, 1908: 52, 199; PEREIRA, 1976: 373; QUINTELA, CARDOSO, MASCARENHAS, 1985: 69, 70, 76; 1986: 99, 103; 1988: 21; SANTOS, 1972: 344, 345; VEIGA, 1887: 403.

SERRA DO PERNEO. Necrópole-cistas. Idade do Bronze. Cacela. Bibliografia: GOMES, GOMES, BEIRÃO e MATOS, 1986: 65; VASCONCELLOS, 1927: 252; VEIGA, 1891: 113.

TORRE DOS FRADES. Necrópole (monumento megalítico e cista da Idade do Bronze). Pré-história Recente. Cacela. Bibliografia: ABERG, 1921: 103; BERDICHEWSKI, 1964: 64-67; BOTO, 1899: 442; FERREIRA, VIANA, 1956: 525; GOMES, GOMES, BEIRÃO e MATOS, 1986: 65; LEISNER, LEISNER, 1943: 233; OLIVEIRA, 1908: 26, 27; RODRIGUES (s.d): 235; SANTOS, 1972: 343, 344; SCHUBART, 1975: 203; VASCONCELLOS, 1897: 242; VEIGA, 1886: 21, 30, 114, 155, 277; 1887: 450, 455; 1891: 11, 112, 119.

TORRE DOS FRADES. Terraços Paleolíticos. Cacela. Bibliografia: PENALVA, 1981: 16; VIANA, 1945: 381--382; 1945b: 1; 1945c: 2; 1955: 48; VIANA, ZBYSEWSKI, 1949: 199, 225.

VARGAS. Terraços Paleolíticos. Cacela. Bibliografia: VIANA, 1955: 48; VIANA, ZBYSEWSKI, 1949: 119, 218; 220, 221.

VENDAS NOVAS. Achados. Cacela. Bibliografia: OLIVEIRA, 1907: 27.

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO. Achados isolados. Vila Real de Santo António. Bibliografia: ALMEIDA, 1953: 192

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO. Terraços Paleolíticos. Vila Real de Santo António. Bibliografia: GONÇALVES, 1981b: 178; PENALVA, 1987: 64; VIANA, 1945a: 194, 200; VIANA e ZBYSZEWSKI, 1949: 199, 205, 206.

3.2. Concelho de Castro Marim

ALTO DA FONTE. Terraços paleolíticos. Castro Marim. Bibliografia: VIANA, 1945: 381, 382; 1945: 1; 1945: 2; VIANA e ZBYSZEWSKI, 1949: 199, 210; 1948: 242.

BARROSA. Terraços paleolíticos. Castro Marim. Bibliografia: VIANA, 1945: 381, 382; VIANA e ZBYSZEWSKI, 1949: 199.

CASA BRANCA. Achados. Azinhal. Bibliografia: PINTO, 1933: 82.

CASTRO MARIM. Terraços paleolíticos. Castro Marim. Bibliografia: CARDOSO, RAPOSO e MEDEIROS, 1985: 175-186; FEIO, 1946; VASCONCELLOS, 1919--20: 225; VIANA, 1945: 381, 382; 1947: 52, 53; 1948: 190; VIANA e ZBYSZEWSKI, 1949: 199, 207-210; ZBYSZEWSKI, 1948: 242.
CASTRO MARIM. Tholos. Castro Marim. ZBYSEWSKI, G., FERREIRA, O. da V., 1967

CERRINHO DOS CHAPARREIROS. Necrópole-cistas. Idade do Bronze. Azinhal. Bibliografia: GOMES, GOMES, BEIRÃO e MATOS, 1986: 65; VEIGA, 1891: 113.

CERRO DA COVA DO MOURO. Necrópole-cistas. Idade do Bronze. Castro Marim. Bibliografia: VASCONCELLOS, 1919-20: 225.

CERRO DO CASTELO. Anta. Azinhal. Bibliografia: FAÍSCA, 1986: 5; LEISNER e LEISNER, 1943: 234; VEIGA, 1886: 30, 144, 292; 1891: 126, 128; VIANA, 1854: 308.

CERRO DOS MOCHOS. Necrópole. Azinhal. Bibliografia: GONÇALVES, 1979: 108; 1981: 179; VIANA, 1954: 308.

CURRAL DA PEDRA. Necrópole. Idade do Bronze. Odeleite. Bibliografia: ABERG, 1921: 111; FAÍSCA, 1986: 5; GOMES, GOMES BEIRÃO e MATOS, 1986: 65; RODRIGUES, [s.d.]: 235; VEIGA, 1889: 126; 1891: 129.

ENTERREIRO. Ruínas. Romano. Castro Marim. Bibliografia: HENRIQUES, 1895: 117; VASCONCELLOS, 1919-20: 225.

FERRAGIAL. Silo. Muçulmano. Castro Marim. Bibliografia: HENRIQUES, 1895: 118.

FOZ. Vestigíos de uma torre com função de atalaia. Época indeterminada. Odeleite. Bibliografia: ALMEIDA, 1947: 423.

GANCHO. Terraços paleolíticos. Castro Marim. Bibliografia: VIANA, 1945: 381, 382; 1945: 1; 1945: 2; 1947: 52-54; 1948: 190; 1955: 48; 1955: 48; VIANA e ZBYSZEWSKI, 1949: 199, 203, 216, 217.

LAGOA DO BOINHO. Povoado. Castro Marim. Bibliografia: OLIVEIRA, 1908: 30; VEIGA, 1886: 120.

MAGOITO. Achado isolado. Pré-História. Odeleite. Bibliografia: VASCONCELLOS, 1899-1900: 247.

MAU DINHEIRO. Povoado e Necrópole. Idade do Bronze. Castro Marim. Bibliografia: ABERG, 1921: 109; GOMES, GOMES, BEIRÃO e MATOS, 1986: 65, 83, 85; PINTO, 1933: 82; SCHUBART, 1971: 157; 1975: 197, 198; VASCONCELLOS, 1889-1900: 247; 1919-20: 225, 228; VEIGA, 1891: 120; VIANA: 1946: 174.

ODELEITE. Necrópole. Idade do Bronze. Odeleite. Bibliografia: FAïSCA, 1986: 9; GOMES, GOMES,

BEIRÃO e MATOS, 1986: 65; SCHUBART, 1975: 198; VEIGA, 1889: 66; 1891: 128.

RELVA CHÃ. Necrópole. Idade do Bronze. Odeleite. Bibliografia: FAïSCA, 1986: 5; GOMES, GOMES, BEIRÃO e MATOS, 1986: 64; RODRIGUES, [s.d.]: 235; ROSA, 1974: 136; VEIGA, 1891: 130-134.

TERRA DO VICENTE. Necrópole. Castro Marim. Bibliografia: VASCONCELLOS, 1919-20: 227, 228; VEIGA, 1891: 114, 120.

VALE DE ZORRA. Necrópole. Idade do Bronze. Azinhal. Bibliografia: GONÇALVES, 1979: 108; 1981: 179.

4. Referências bibliográficas

As citações seguem a Norma Internacional, com as ligeiras adaptações efectuadas pela UNIARQ.

Abreviaturas

AB: Arquivo de Beja

AAP: Associação dos Arqueólogos Portugueses

AMF: Anais do Municipio de Faro

Arch. Port: Archeólogo Português (1ªserie)

Arq. Port: Arqueólogo Português (serie 2 e seguintes)

BAARAACAP: Boletim de Arquitectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos civis e Archeólogos Portugueses

CSGP: Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal

Rev. de Guim: Revista de Guimarães

TAE: Trabalhos de Antropologia e Etnologia

ABERG, Nils (1921) – La civilization Enéolithique dans la Peninsule Ibérique. Upsala: Vilhem Ekmans Universitets.

AGOSTINHO, F, J. de (1792) – Memória sobre huma chrónica inédita da conquista do Algarve. vol I. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa.

ALARCÃO, J. de (1968) – Vidros romanos de museus do Alentejo e Algarve. Conimbriga. 7, p. 7-40.

ALARCÃO, J. de (1970) – Vidros romanos de Balsa. Arq. Port. Série 3, 4, p. 237-262.

ALARCÃO, J. de (1987) – Roman Portugal. Londres: Aris & Philips.

ALMEIDA, F, de (1953) – Introdução ao estudo das Lucernas Romanas em Portugal. Arq. Port., Nova serie, vol II, pp 4-22.

ALMEIDA, F. de (1962) – Arte visigótica em Portugal. Arq. Port. Nova série, 4, p. 7-256.

ALMEIDA, F. de (1963) – Nota sobre os restos do circo romano de Miróbriga dos célticos (Santiago do Cacém). Rev. de Guim. 73, p. 147-154.

ALMEIDA, F. de (1964) – Ruínas de Miróbriga dos célticos (Santiago do Cacém). Setúbal: Junta Distrital de Setúbal.

ALMEIDA, F. de e FERREIRA, O. da V. (1968-69) – Dois vasos de paredes com ornamentação em brácteas encontrados em Torre de Ares (Tavira). Estudos Italianos em Portugal. 31-32, p. 3-5.

ALMEIDA, J. (1943) – Reprodução Anotada do livro das Fortalezas de Duarte Darmas. Lisboa: Editorial Estampa.

ALMEIDA, J. (1947) – Roteiro dos monumentos Militares Portugueses. vol III. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura.

ARAGÃO, A. C. T. (1868) – Relatório sobre o cemitério romano descoberto próximo da cidade de Tavira em Maio de 1868. Lisboa.

ARAGÃO, A. C. T. (1896) – Antiguidades romanas de Balsa. Arq. Port. 2, 2, p. 55-57.

ARRUDA, A. M.(1983-84) – Escavações arqueológicas no castelo de Castro Marim. Relatórios dos trabalhos de 1983. Clio Arqueologia. vol 1, p. 245--248.

ARRUDA, A. M. (1984) – Escavações no Castelo de Castro Marim, sua integração no contexto do turismo regional. 3° Congresso sobre o Algarve. Racal Clube. vol I, p. 33-38.

ARRUDA, A. M. (1986) – Castro Marim na Idade do Ferro. 4° Congresso do Algarve. Racal Clube. vol. I, p. 33-38.

ARRUDA, A. M.; DIAS, A. C. (1985) – O sítio romano--árabe da Lezíria. 1. a "terra sigillata" itálica e sudgálica. Conimbriga. vol. XXIV, p. 111-124.

AZEVEDO, J. M. S. de (1966) – Arqueologia no Algarve. Viagens á Serra do Caldeirão. Lucerna. vol V, pp. 550-554.

AZEVEDO, P. A. de (1899-1900) – Extractos archeológicos das . Arch. Port. 5, p. 158, 159.

BARBOSA, I. de V. (1867) – Villa de Castro Marim. Archivo Pittoresco – Semanário Ilustrado. vol X, p. 293-294, 298-300.

BEIRÃO, C. M. (1986) – Une civilisation Protohistorique du Sud du Portugal (I Âge du Fer). Paris: De Boccard.

BERDICHEWSKI, R. (1964) – Los enterramientos en cuevas artificiales de Bronce I Hispânico. Madrid: Bibliotes praeshistórica Hispana.

BLÁSQUEZ, A. (1901) – Description de España por Abu-Alla-Mohamed-Al-Edrisi. Madrid: Biblioteca Praeshistórica Hispana.

BOTO, J. M. P. (1896) – Archeologia do Algarve. Aro de Tavira. Arch. Port. 2, p. 152-153.

BOTO, J. M. P. (1899) – Glossário critico dos principais monumentos do museu archeologico Infante D. Henrique, ornado com a planta de Milreu (Estoi) e respectiva interpretação ichonográfica. Faro.

BOTO, J. M. P. (1899) – Glossário crítico dos principais monumentos do Museu Archeológico Infante D. Henrique, ornado com a planta de Milreu (Estoi) e respectiva intrepretação iconográfica. Faro.

CABRAL, E. F. (1978) – Marcas de oleiros em lucernas romanas de Balsa, Torre d'Ares. Actas das 3ª Jornadas Arqueológicas da AAP. Lisboa, 1, p. 237--248.

CAMPOS, J (1970) – Monumentos da Antiguidade Árabe em Portugal. Lisboa: Edição do autor.

CARDOSO, M. F. (1986) – Marcas de canteiro do castelo de Castro Marim. 4° Congresso do Algarve. Lisboa: Racal Clube. vol I, p. 39-45.

CARDOSO, J.L.; RAPOSO, L.; MEDEIROS, J.P (1985) – Novos elementos acerca do Corte de Aldeia Nova e das Indústrias líticas da região de Vila Real de Santo António. Actas da I reunião do Quaternário Ibérico. vol II, p 175-186.

CARTAILHAC, M. E. (1886) – Les âges pré-historiques de l'Espagne et du Portugal. Paris: Reinwald.

CARVALHAES, J. (1911) – Acquisições do museu etnológico português. Arch. Port. vol XVI, pp 103-125.

CATARINO, H. (1984) – Questões gerais sobre arqueologia árabe medieval no Algarve Oriental. 3° Congresso sobre o Algarve. Lisboa: Racal Clube, 1, p. 15-25.

CATARINO, H. e GONÇALVES, V. (1984) – Castro Marim. Informação Arqueológica, n°4, p. 64.

CATARINO, H.;ARRUDA, A. M.;GONÇALVES, V (1981) – Vale do Boto: escavações de 1981 no complexo árabe/medieval. Clio arqueologia. vol 3, p. 9-27.

CAVACO, C. (1976) – O Algarve Oriental, As Vilas, O Campo e o Mar. vol. I. Faro: Gabinete do Planeamento da Região do Algarve.

CHAGAS, O. (1969) – Pequena monografia de Tavira. Jornal do Algarve (Vila Real de St. António). Ano 13, 650, p. 5.

CHAVES, L. (1936-38) – Antiquitates III. Mosaicos lusitano-romanos em Portugal. Revista de Arqueologia. Tomo 3, p. 56-60.

CHAVES, L. (1938) – Antiquitates IV. Mosaicos lusitano-romanos em Portugal. Revista de Arqueologia. Tomo 3, p. 83-87.

CHAVES, L. (1942) – As estradas arcaicas do Algarve. Boletim da Junta de provincia do Algarve. p. 101--104.

CONTREIRAS JûNIOR, M. F. (1951) – As belezas e maravilhas da cidade de Tavira. Povo Algarvio (Tavira). Ano 18, 904, p. 1, 3.

CRUZ, P. B. (1897) – Notícias várias. Arch. Port. vol III, p. 182.

DIAS, E. R. (1899-1900) – Notícias archeológicas extrahidas do de Pinho Leal, com algumas notas e indicações. BAARAACAP. 3ª série, tomo 8, p. 15-17, 51-54, 105-111, 155-160, 171-176.

DIAS, E. R. (1903) – Notícias archeologicas extrahidas do de Pinho Leal, com algumas notas e indicações. BAARAACAP. 4ª série, tomo 9, 10, p. 39--48.

DIAS, E. R (1904) – Notícias archeológicas extrahidas do de Pinho Leal com algumas notas e indicações. BAARAACAP. 4ª serie. tomo 9, 10, pp 38-48.

DOMINGUES (1960) – O Garb extremo do Al-Andaluz, historiadores e geografos árabes. Boletim da Sociedade de Geografia, pp 327-362.

ENCARNAÇÃO, J. d' (1982) – Epitáfio de Euprepes. Clio. vol. 4, p. 141, 142.

ENCARNAÇÃO, José d' (1984) – Inscrições romanas do *conventus pacensis*. Subsídios para o estudo da romanização. Coimbra: Instituto de arqueologia da F. L. 2 vol.

ENCARNAÇÃO, José d' (1985) – Reflexões sobre a epigrafia romana de Ossónoba. AMF. 15, p. 125--132.

FAïSCA, S. (1986) – Potencialidades Turísticas do Nordeste Algarvio III. Jornal do Algarve (Vila Real de Santo António). ano 30, n° 1520, p. 5.

FEIO, M. (1946) – Os terraços do Guadina a jusante do Ardila. CSGP, p. 303-447.

FERREIRA, O. da V.: LEITÃO, M (1981) – Portugal Pré-histórico, seu enquadramento no Mediterrânes. Lisboa: ed. Europa América.

FERREIRA, O. da V. (1966-67) – Algumas considerações sobre as fábricas de peixe da antiguidade encontradas em Portugal. Arquivo de Beja. 23-24, p. 123-134.

FERREIRA, S. da V. (1969) – Marcas de Oleiro em território português. Arq. Port. 3ªserie, vol III, pp 131-177.

FERREIRA, S. da V. e FERREIRA, O. da V. (1973) – Numária lusitana. Boletim cultural da Junta distrital de Lisboa. 3ª série, 75-78. (separata)

FRANCO, M. L. (1932) – Guia-álbum do Algarve. I Sotavento. Lisboa.

FRANCO, M. L. (1975) – Caius Appuleius Diocles. Teria sido algarvio, o maior auriga que Roma conheceu. Correio do Sul (Faro). Ano 56, 2932, p. 1, 3.

GAMER, G. (1971) – Uber funde von topferofen Romischer zeit auf der Iberishen Halbinsel. Madrider Mitteinlungen. VOL 14, P. 153-169.

GARCIA Y BELLIDO, A. (1949) – Esculturas romanas de España y Portugal. CSIC. Madrid, 2 vols.

GERALDO, M. (1964) – Tavira, a Balsa de Antanho. Jornal do Algarve (Vila Real de St. António). Ano 8, 376, p. 7.

GIMPERA, P. B. (1928) – O Neo-Eneolítico na Europa Ocidental e o problema da sua cronologia. TSPAE. vol III, p 277-288.

GOMES,M. V.; GOMES, R. V.; BEIRÃO. C. M.; MATOS. J (1986) – A necrópole da Vinha do Casão no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular.Trabalhos de Arqueologia. Lisboa: IPPC.

GOMES, R. V. e GOMES, M. V. (1981-83) – Novas moedas hispânicas de Balsa e Ossónoba. Nvmmvs. 2ª série, 4-5, p. 155-182.

GONÇALVES, V.; ARRUDA, A.M.; CATARINO, H. (1983-84) – Três intervenões sobre Arqueologia no Algarve. Clio Arqueologia. vol 1, p. 191-196.

GONÇALVES, v s (1978) – Dois novos ídolos Moncarapacho. Setúbal Arqueológica. vol IV, p. 47-60.

GONÇALVES, Victor S. (1979a) – A carta arqueológica do Algarve. Estratégia e perspectivas. Clio. 1, p. 99-115.

GONÇALVES, Victor S. (1979b) – Megalitismo e inícios da metalurgia no Alto Algarve Oriental. Notas a uma exposição. Setúbal: MAEDS.

GONÇALVES, Victor S. (1979c) – Novas contribuições para o conhecimento do Megalitismo no Algarve. Anta do Cerro da Masmorra. Informação Arqueológica. 1, p. 21.

GONÇALVES, Victor S. (1979d) – Novas contribuições para o conhecimento do Megalitismo no Algarve. Anta do Curral das Pedras Altas. Informação Arqueológica. 1, p. 21.

GONÇALVES, Victor S. (1980a) – Algarve e Património arqueológico. História e crítica. 5, p. 19-20.

GONÇALVES, Victor S. (1980b) – Carta arqueológica do Algarve. in: Descobertas arqueológicas no Sul de Portugal. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, p. 19-22.

GONÇALVES, Victor S. (1981) – Arqueologia do Algarve: sinopse retrospectiva e perspectiva de mudança. Clio. 3, p. 177-181.

GONÇALVES, Victor S. (1983-84) – Prospecções arqueológicas no Algarve: uma perspectiva prospectiva. Clio/Arqueologia. Lisboa: UNIARCH, 1, p. 197-199.

GONÇALVES, Victor S. (1989) – Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental. Uma aproximação integrada. Lisboa: UNIARQ/INIC. 2 v.

GONÇALVES, Victor S., ARRUDA, A. e CATARINO, H. (1983-84) – Povoados calcoliticos fortificados no Centro/Sul de Portugal, génese e dinâmica evolutiva. Clio Arqueologia. 1, p. 141-154.

GONÇALVES, V. S.; CATARINO, H.; ARRUDA, A. M. (1980) – O sítio romano-árabe do Vale do Boto. Notícia da sua identificação. Clio Arqueologia, vol 2, p. 71-79.

GUEDES, L. C. (1988) – Aspectos do Reino de Portugal nos séculos XVI e XVII. A descrição de Alexandre Massaii (1621).Lisboa: Arquivo Histórico Militar.

HENRIQUES, A. F. X (1895) – Notícias archeológicas de Castro Marim. Arch. Port, vol. I, p. 117-118.

HUBNER, E. (1869) – Corpus inscriptiorum latinorum. Ed. Berolini Apud Georgium Reinerum. 2, 1892. Inscriptiones falsae nel alienae. Berlim. (suplemento).

HUBNER, E. (1871) – Notícias archeológicas de Portugal. Lisboa: Typographia da Academia.

HUBNER, E. (1887) – Monumentos de Balsa (perto de Tavira). Revista archeologica e histórica. 1, p. 33--38.

HUBNER, E. (1895) – Inscriptiones lusitanae aevi christiani ineditae. Edidit Aemilius Hubner Berolinensis. Arch. Port. 1, p. 177-182.

IRIA, A. (1950) – As ruínas de tanques de salga de peixe encontrados recentemente em Olhão. Indústria Portuguesa. Ano 23, 273, p. 727-732.

LAMBRINO, S. (1962) – Catalogue des inscriptiones latines du Museu de Leite de Vasconcelos. Arch. Port. Nova série, IV, p. 279-302.

LEAL, J. (1980) – Escavações na área romana de Balsa (Tavira). Jornal do Algarve (Vila Real de St. António). Ano 24, 1231, p. 2.

LEISNER, G.; LEISNER, V (1943) – Die Megalithgraber der Iberishen Halbinsel, der suden. Berlin: Walter de Gruyter. vol I.

LEVI-PROVENÇAL, E. (1983) – La Peninsule Ibérique au Moyen Age d'aprés le Kitab Ar-Rawd al-Mi'tar Fi Habar Al-Aktar D'Ibn'Abd Al-Mun?IM Al--Himyari. Leiden: Publications de la . nº XII.

LOPES, D. (1895) – Algumas moedas árabes da Peninsula encontradas no Algarve.Arch Port, vol I, p. 97-103.

LOPES, F. F. (1955) – Tavira e Balsa. Povo Algarvio (Tavira). Ano 22, 4, p. 1, 3.

MACHADO, J. L. S. (1970) – Documentos de Estácio da Veiga para o estudo da arqueologia do Algarve. 1. Catálogo de plantas, desenhos e mosaicos. Actas das I Jornadas Arqueológicas da Assoc. dos Arq. Portugueses, vol.I, Lisboa.

MAIA, M. (1978) – Ânforas neopúnicas do Sul de Portugal. 3ª Jornadas Arqueológicas. Lisboa: AAP, vol. 1, p. 197-208.

MAIA, M (1979) – As ânforas de S. Bartolomeu de Castro Marim. Clio, vol 1, p. 141-144.

MASCARENHAS, J. F. (1955) – Notícia sobre os romanos de Faro a Tavira. Povo Algarvio (Tavira). Ano 21, 1083, p. 1-2.

MASCARENHAS, J. F. (1967) – Elementos de arqueologia sobre o Algarve (dos romanos aos árabes, na zona central da província). Por Terras do Algarve – Ensaio de história e arqueologia. Tavira: Tip. Povo Algarvio (Tavira).

MASCARENHAS, J. F. (1974) – Fornos de cerâmica e outros vestígios romanos do Algarve. Por Terras do Algarve – Ensaio de história e arqueologia. Tavira: Tip. Povo Algarvio.

MASCARENHAS, J. F. (1978) – Alguns subsídios arqueológicos sobre a antiga cidade de Balsa. Por Terras do Algarve – Ensaio de história e arqueologia. Lisboa: Casa Portuguesa.

MENEZES, L. de (1936a) – Problemas da paleo-história algarvia. A antiga estrada de Castro Marim a Estoi. Correio do Sul (Faro). Ano 17, 993, p. 1-2.

MENEZES, L. de (1936b) – Problemas da paleo-história algarvia. A antiga estrada de Castro Marim a Estoi. Correio do Sul (Faro). Ano 17, 994, p. 1-2.

MENEZES, L. de (1936c) – Problemas da paleo-história algarvia. A antiga estrada de Castro Marim a Estoi. Correio do Sul (Faro). Ano 17, 995, p. 1.

MOWAT, R (1899-1900) – Monnaie de Baesuris, ville de Lusitannies. Arch. Port, vol V, p. 17-24.

NYKL, A. R. (1942) – As inscrições árabes do Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcellos. Ethnos, vol II, pp. 23-31.

OLEIRO, J. M. B. (1951) – Elementos para o estudo da *terra sigillata* em Portugal. I. Marcas de oleiro encontradas no país. Rev. de Guim.. 61, p. 81--111.

OLIVEIRA, F. X. (1898) – As Mouras encantadas e os encantamentos no Algarve. Tavira: Typographia Burocrática.

OLIVEIRA, F. X. (1907) – Monografia de Alvôr. Porto: Typographia Universal.

OLIVEIRA, F. X (1908) – Monografia do Concelho de Villa Real de Santo António. Porto: Livraria Figueirinhas ed.

OLIVEIRA, F. X. d' A. (1913) – Monografia da Luz de Tavira. Porto: Casa Editora de A. Figueirinhas/Empresa Gráfica.

PENALVA, C. (1987) – Les industries acheuléennes du Portugal. L'Anthropologie. 91, p. 45-68.

PEREIRA, M. L. E. da V. A. dos S. (1974-77) – Marcas de oleiros algarvios do período romano. Arq. Port. Série 3, 7-9, p. 243-268.

PEREIRA, M. L. E. da V. A. dos S. (1976) – Alguns aspectos da arqueologia romana do Algarve. Palestra proferida em 14.06.73 na Casa do Algarve em Lisboa. AMF. 6, p. 161-203.

PINTO, J. L. (1894) – O Algarve (notas impressionistas). Porto: Livraria Portuense.

PINTO, R. de S (1933) – Activité miniére et mettalurgique pendant l'âge du Bronze au Portugal. Anais da Faculdade de Ciências do Porto. vol XVIII, p. 77-89.

PROENÇA, R. (1927) – Guia de Portugal. Lisboa: Biblioteca Nacional. 2. 39.

QUINTELA, A.C.; CARDOSO, J; MASCARENHAS, J. M. (1985) – Barragens romanas do sul de Portugal. Recursos Hídricos. vol VI, pp 61-71.

QUINTELA, A. C.; CARDOSO, J.; MASCARENHAS, J. M. (1986) – Aproveitamentos Hidraúlicos romanos a sul do Tejo. Lisboa: Ministério do Plano e da administração do território.

QUINTELA. A. C.; CARDOSO, J; MASCARENHAS, J. M(1988) – Barragens Romanas do sul de Portugal. Recursos hídricos, vol 6, p. 61-71.

REBELLO, B. (1881) – Antiguidades do Algarve. O Ocidente. Ano 4, 4, nº 96, p. 189-190.

RODRIGUES, A. V. (s.d) – Arqueologia da Península Hispânica, do Paleolítico á Romanização. Porto: Porto Editora.

SÁ, M C. M. de (1959) – Mosaicos romanos de Portugal. Dissertação da licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, 1. (policopiado).

SAAVEDRA, E (1887) – La geografia árabe de Portugal. Revista Archeológica e Histórica. Tomo I, pp. 49-52.

SANTOS, H. (1929) – Passeio arqueológico a Salir. Correio do Sul (Faro). Ano 10, 645, p. 2, 3.

SANTOS, H. (1941a) – Investigando no passado algarvio. Povo Algarvio (Tavira). Ano 8, 386, p. 2.

SANTOS, H. (1941b) – Investigando no passado algarvio. Povo Algarvio (Tavira). Ano 8, 385, p. 2.

SANTOS, H. (1960a) – Coisas antigas do Algarve. Voz do Sul (Silves). Ano 14, 1960, p. 3.

SANTOS, H. (1960b) – Coisas antigas do Algarve. Voz do Sul (Silves). Ano 14, 1963, p. 3.

SANTOS, M. L. E. da V. A. dos (1971) – Arqueologia romana do Algarve. Lisboa: AAP. 1.

SANTOS, M. L. E. da V. A. dos (1972) – Arqueologia romana do Algarve. Lisboa: AAP. 2.

SAVORY, h. n. (1968) – Espanha e Portugal. Lisboa: ed. Verbo.

SCHUBART, H (1971) – Acerca de la cerâmica del Bronce Tardio en el sudoeste Peninsular. Trabajos de Praehistória. vol 28, p. 153-182.

SCHUBART, H (1974) – La cultura del Bronce en el Sudoeste Peninsular. Miscellanea Archeológica, vol II, pp. 345-370.

SCHUBART, H. (1975) – Die kultur der bronzezeit im Sudwesten der Iberischen halbinsel. Berlim: Walter de Gruyter & Co. 1 e 2.

SOUSA, V de (1985) – Vier singulare romanische skulpturen aus Portugal. Conimbriga 24, p. 97--104.

SILVA, A. C. e CORREIA, S. (1986) – Arqueologia, defesa do património e desenvolvimento. Anais do Município de Faro, vol. XVI.

SOUSA, F. L. P. de (1915) – O megasismo do 1° de Novembro de 1755 em Portugal. Districto de Faro. Revista de obras públicas e minas. Lisboa. (separata)

TEIXEIRA, F. A. G. e SOUSA, J. M. C. (1927-28) – Inscrições romanas do Museu do Carmo. Arqueologia e História. 6, p. 16-24.

VASCONCELLOS, J. L. (1898) – Olaria luso-romana em S. Bartolomeu de Castro Marim. Arch. Port. vol IV,pp 329-338.

VASCONCELLOS, J. L. (1895) – Notícias várias. Museu archeologico do de Faro. Arch. Port. 1, p. 138.

VASCONCELLOS, J. L. (1901) – Les monnaies de la Lusitanie portugaise. Arch. Port. 6, p. 81-89.

VASCONCELLOS, J. L. (1905) – Religiões da Lusitania. Lisboa: Imprensa Nacional. 2.

VASCONCELLOS, J. L. (1913) – Religiões da Lusitania. Lisboa: Imprensa Nacional. 3

VASCONCELLOS, J. L. (1920) – Coisas velhas. Arch. Port. 24, p. 215 – 237.

VASCONCELLOS, J. L. (1927) – De terra em terra. Lisboa: Imprensa Nacional, 2.

VASCONCELLOS, J. L. (1932) – Antigualhas do museu etnológico. 1 – Tésseras de Balsa. Revista de Arqueologia. 1, p. 4.

VAZ, A. (1981a) – Por acaso...arqueologia – novas sepulturas descobertas. LestAlgarve (Tavira). Ano 1, 1, p. 3.

VAZ, A. (1981b) – Sepulturas com características pré-históricas ainda visíveis na estrada nacional nº 125. O Algarve (Faro). Ano 74, 3729, p. 1, 7.

VEIGA, S. M. E. da (1866) – Povoados balsenses, situação geographico-physica indicada por dois monumentos romanos recentemente descobertos na Quinta de Torre d'Ares. Distante seis kilómetros da cidade de Tavira. Lisboa: Imprensa Nacional.

VEIGA, S. M. E. da (1886) – Antiguidades Monumentaes do Algarve. Lisboa: Imprensa Nacional. 1.

VEIGA, S. M. E. da (1887) – Antiguidades Monumentaes do Algarve. Lisboa: Imprensa Nacional. 2.

VEIGA, S. M. E. da (1891) – Antiguidades Monumentaes do Algarve. Lisboa: Imprensa Nacional. 4.

VIANA, A. (1939a) – Algumas investigações arqueológicas na cidade de Faro. II – O cemitério luso-romano do Bairro Letes. O Algarve (Faro). Ano 32, 1635, p. 1.

VIANA, A. (1939b) – Algumas investigações arqueológicas na cidade de Faro. IV – Onde foi Ossónoba. O Algarve (Faro). Ano 32, 1663, p. 1, 2.

VIANA, A. (1945a) – Paleolítico Algarvio. Mais algumas estações na zona do Sotavento. O Algarve (Faro). Ano 38, 1966, p. 1, 2.

VIANA, A. (1945b) – Paleolítico das margens do Guadiana. Arquivo de Beja. 2, p. 356-391.

VIANA, A. (1947b) – Paleolítico dos arredores de Beja e do litoral algarvio – zona do Sotavento. Brotéria. 45, p. 45-57.

VIANA, A. (1951) – O cemitério luso-romano do Bairro Letes. Brotéria. 53, p. 145-165.

VIANA, A. (1952) – Balsa y la necropolis romana de As Pedras d'El-Rei. Archivo Español de Arqueologia. 25, p. 261-285.

VIANA, A (1955) – Notas de corografia arqueológica. Brotéria, vol LX, p 40-49.

VIANA, A. (1960) – Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo. Senhora da Cola. AB, vol XVII, p. 138-231.

VIANA, A. (1960-61) – Vidros romanos em Portugal, breves notas. Trabalhos de Antropologia e Etnologia. 18, p. 5-42.

VIANA, A. (1961-62) – Algumas noções elementares de arqueologia prática. Arquivo de Beja. 18-19, p. 24-210.

VIANA, A. e ZBYSZEWSKI, G. (1949) – Contribuição para o estudo do Quaternário do Algarve. Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal. 29, p. 197-250.

VIANA, A; FORMOSINHO, J; FERREIRA, O da V (1947) – Duas raridades arqueológicas.Revista do sindicato dos Engenheiros auxiliares, agentes tecnicos de Engenharia e condutores, ano II, nº 24, p. 313-330.

VILLELA, S. (1877) – Antiguidades romanas do Algarve – novas descobertas. Boletim da Real Associação dos Architectos civis e Archeologos portuguezes. 2ª série, 2, p. 30-31.

VILLELA, S. (1880) – Antiguidades romanas do Algarve. Boletim da Real Associação dos Architectos civis e Archeologos portuguezes. 2ª série, 2, p. 30-31.

ZBYSZEWSKI, G (1966) – Conhecimentos actuais sobre o Paleolítico Português. Comemoração do 1º Centenário da AAP, vol II, pp 105-133.

ZBYSEWSKI, G; FERREIRA, O da V (1967) – Acerca duma Tholos encontrada em Castro Marim. Arq. Port, serie III, vol I, p. 11-17.

OS SÍTIOS, «HORIZONTES» E ARTEFACTOS DE VICTOR S. GONÇALVES[1]

Carlos Tavares da SILVA[2]

Citando o autor, "É na dúvida e na diferença inultrapassáveis entre o real e a amostra arqueológica [...] que devemos construir o nosso campo de trabalho. E transportar, com esta situação presente, o optimismo mínimo necessário para que o exercício possa continuar [...]"

A presente obra desenvolve em oito narrativas ou ensaios a problemática da calcolitização do Centro e Sul de Portugal, tratada, em cada um dos capítulos, segundo uma óptica específica, e focando distintas manifestações da realidade arqueológica.

Eminentemente crítica e polifacetada, tal abordagem encontra na interrogação colocada aos grandes patamares cronológicos, constituídos pela segunda metade do 4° milénio e primeira metade do 3°, o seu fio condutor.

---

[1] Victor S. Gonçalves. *Sítios, «horizontes» e artefactos. Leituras críticas de realidades perdidas.* Cascais, Câmara Municipal, 1985, 308 p, 43 Ests.

[2] Centro de Estudos Arqueológicos – MAEDS.

Um belo livro para ler de um fôlego (não obstante a densidade das suas 308 páginas) e para reflectir demoradamente. Uma revisão crítica das certezas com que nos habituámos a lidar acerca do Calcolítico do Centro e Sul de Portugal, em tempo de dúvida e de desconstrução dos saberes herdados. Mas ao longo do tom interrogativo que atravessa todo o texto, percebe-se a presença de uma forte cumplicidade entre registo empírico e discussão teórica e uma abordagem positiva da realidade arqueológica, que nos é caro sublinhar.

Num primeiro momento, o autor procede a uma análise, de tempo longo, abrangendo as formações sociais camponesas da Península de Lisboa, desde o Mesolítico ao pleno Calcolítico. Evitando leituras lineares e simplistas, desmonta a informação disponível relativa ao Mesolítico de Muge e a sítios do Neolítico Antigo da Península de Lisboa. Conclui a propósito da "contemporaneidade das fases mais evoluídas dos concheiros de Muge com populações neolíticas "que existe forte probabilidade de essa situação corresponder a uma "diversificação económica e social das comunidades mesolíticas eventualmente após a absorção de estímulos exteriores" (p. 26).

Para Victor Gonçalves, "as comunidades mesolíticas aparecem, assim, como grupos especializados que circulam localmente, com um ritmo de evolução muito lento"(p.26), enquanto outros grupos explorariam outro tipo de recursos e territórios mais alargados, de vocação agro-pastoril. A explicação clássica da mudança cultural processada através do modelo difusionista é levantada a propósito do momento da neolitização, e será insistentemente abordada a propósito de outro grande momento de transição – o da passagem do 4° para o 3° milénio.

Outro aspecto que importa realçar neste primeiro ensaio é o reconhecimento de que apenas durante o 4° milénio se assiste ao florescimento das sociedades agro-pastoris. Como se refere em outro capítulo, a afirmação das economias de base agrícola é relativamente tardia no Ocidente Peninsular e só será concluída com a Revolução dos Produtos Secundários. Essa fase de consolidação da economia agro-pastoril é documentada artefactualmente, entre outros itens, pelas taças carenadas, que constituem o principal tema da 3ª narrativa.

Uma importante achega para a polémica taças carenadas/pratos de bordo espessado ou almendrado foi precisamente recuperada pelos trabalhos de campo de Victor Gonçalves. Assim, enquanto níveis do locus 1 da Sala 1, datados da 2ª metade do 4° milénio, forneciam abundantes taças carenadas associadas a pratos de bordo espessado, a estrutura 2 do Monte Novo dos Albardeiros, datada da 1ª metade do 3° milénio, não oferecem una única taça carenada, estando presente o prato de bordo espessado. Confirma-se, pois, que a taça carenada, podendo embora prolongar-se pelos inícios do 3° milénio, teve o seu máximo desenvolvimento em meados e na 2ª metade do 4° milénio.

O capítulo 4 é dedicado basicamente à revisão das grutas artificiais da Península de Lisboa, na perspectiva do processo de calcolitização. A abrir, uma citação de Sahlins que, de certa forma, sintetiza a problemática da longevidade de utilização destes sepulcros e da dificuldade de apreensão de uma sequência de múltiplas realidades chegadas até nós, na maior parte dos casos, sob a forma de palimpsesto: "Num certo estruturalismo, a história e a estrutura são antinomias; supõe-se que uma nega a outra. Enquanto na natureza do acto simbólico, diacronia e sincronia coexistem numa síntese indissolúvel".

A questão central deste capítulo é uma das mais importantes de todo o livro e pode ser assim formulada: "a calcolitização e consequentemente o Calcolítico é imposição externa de novos padrões de comportamento determinada por novos ocupantes do espaço do Centro e Sul de Portugal, ou pela evolução interna dos residentes estimulados por influências externas".

Qualquer uma destas hipóteses é considerada defensável pelo autor que, em contrapartida, recusa uma evolução em circuito fechado.

A preocupação em delimitar fronteiras entre a componente herdada e a adquirida no processo de calcolitização é amplamente abordada.

No que concerne à análise das necrópoles de Alapraia e São Pedro do Estoril, merece particular destaque o debate sobre a reutilização campaniforme no qual Victor Gonçalves exprime sobretudo as incertezas que rodeiam tal problema, em torno dos pólos extremos: as grutas artificiais teriam sido redescobertas pelos utilizadores da cerâmica campaniforme ou, pelo contrário, a sua utilização fez-se sem soluções de continuidade, isto é, citando Victor Gonçalves, "os campaniformes não seriam outros senão os mesmos habitantes do território que numa fase tardia da sua evolução local fabricaram cerâmicas campaniformes".

Um peso considerável e merecido é dedicado aos artefactos votivos em calcário. Produção de comunidades agro-metalúrgicas que atinge, nas penínsulas de Setúbal e Lisboa, grande diversidade formal, constitui uma das expressões da cultura material mais característica do Calcolítico da Estremadura portuguesa, como é amplamente ilustrado, nomeadamente através do mobiliário do tholos do Pai Mogo, justamente tratado no capítulo 6.

Aceites essencialmente como sendo de fabrico local, esses artefactos revelam um ar de família acentuadamente mediterrânico, muito embora se mostre pouco profícua a tradicional procura de paralelos longínquos, designadamente no Mediterrâneo Oriental.

Os dois últimos capítulos representam, no seu conjunto, excelente síntese sobre os 4° e 3° milénios no Centro e Sul de Portugal.

Ao abordar a questão das cronologias, o autor salienta que o conjunto de datações disponíveis indica um factor novo: " algures na primeira metade do 3° milénio, em anos de calendário, talvez mesmo nos primeiros séculos deste 3° milénio, a implantação dos principais povoados passa a fazer-se em locais muito bem destacados na paisagem, controlando vias naturais de grande importância estratégica, acumulando com essa implantação um processo defensivo até então desconhecido no Ocidente Peninsular: muralhas, torres semicirculares, ocas ou maciças" (p. 197).

Este aspecto conduz-nos à análise geral da macro-estratégia de povoamento, isto é, da que, ligada directamente ao tipo de implantação do povoado na paisagem, é determinada pelo respectivo modo de produção, no sentido marxista do termo.

Victor Gonçalves contrapõe à preocupação que se faz sentir na 1ª metade do 3° milénio de implantar o povoado em local elevado, com boas condições naturais de defesa e em situação de controlo efectivo do território, " a tendência dominante na 2° metade do 4° milénio para a instalação em sítios baixos [...], caso do sítio 3 da Torre do Esporão (TESP3)" (p. 202).

Esta mudança, que parece ocorrer na passagem do 4° para o 3° milénios é explicada pelo autor de um modo que nos apraz registar: "Em nenhum momento da evolução das sociedades humanas se construíram muralhas sem a presença, presente , passada ou iminente, de graves confrontações entre grupos ou comunidades. Em todos os casos conhecidos, a emergência de fortificações foi acompanhada pela presença de formas organizativas da sociedade que a encaminharam para a hierarquização" (p. 202).

Mas como se originaram, no Centro de Portugal e no Sudoeste Peninsular essas novas formas organizativas da sociedade? Para mim, que sou um evolucionista de formação marxista, há que procurar na análise do modo de produção que as precedeu, as razões concretas que o conduziram, devido a um processo de contradições internas, ao seu próprio colapso e, consequentemente, e a partir dele, à emergência de novo modo de produção, neste caso o Calcolítico. As novas formações sociais, marcadas pelo aparecimento de formas de desigualdade económico-social e na ausência de um poder centralizado, viveriam em clima de grande conflitualidade. Daí, a procura de locais elevados para a implantação dos povoados e sua fortificação.

Para Victor Gonçalves: "Se não parece haver uma colonização oriental do Extremo Ocidente peninsular durante a 1ª metade do 3° milénio no sentido que a palavra colonização ganhará com gregos e fenícios, parece indiscutível que, num dado momento de transição do 4° para o 3° milénio, se desenha no território hoje português uma rede de influências exógenas que, assimiladas localmente, produziram combinatórias diferenciadas" (p. 206).

As duas perspectivas enunciadas não são necessariamente antagónicas podendo mesmo ser complementares em ordem a uma abordagem mais integrada duma realidade que é, à partida, de difícil captação.

Concluindo, direi que se trata de um livro fundamentalmente polémico, por vezes irreverente, profundamente crítico e, sobretudo, muito estimulante. Irá actuar, por certo, sobre o nosso marasmo intelectual como poderoso catalisador ao serviço da reflexão e do debate. Reconhecidos ao Prof. Victor Gonçalves por mais esta importante contribuição para o conhecimento da nossa Pré-História, não podemos deixar de estender esse mesmo sentimento à Câmara Municipal de Cascais que louvamos vivamente pelo interesse que tem dedicado, numa atitude de vanguarda e de inteligência, à defesa e divulgação do Património Arqueológico.